

ISSN 1516-344x



*Revista do Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia*

Rev. IGHB, Salvador, v. 111, jan./dez. 2016

ISSN 1516-344x

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA**

**INSTITUTO GEOGRÁFICO E
HISTÓRICO DA BAHIA**

Biênio 2016/2018

Presidente

Eduardo Morais de Castro

1º vice

Beatriz Cerqueira Lima

2º vice

José Nilton Carvalho Pereira

3º vice

Joaci Góes

Secretário Geral

Newton Cleyde Alves Peixoto

Secretário Adjunto

Alberto Nunes Vaz da Silva

Diretor financeiro

Wilson Thomé Sardinha Martins

Diretor financeiro adjunto

Fernando Antônio de Souza

Orador oficial

Edivaldo Boaventura

Diretor de publicações

Sérgio Mattos

Diretor biblioteca

Carlos Eugênio Junqueira Ayres

Diretor de arquivo

Zita Magalhães Alves

Diretores suplentes

Antonio Menezes Filho

Luiz Américo Lisboa JR.

Raul Chaves Filho

Conselho fiscal

Luiz Fisher

Robson Arapiraca

Sudário de Aguiar Cunha

Suplentes

Claudelino Miranda

Guarani Araripe

Romário Gomes

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA**

Salvador, v. 111, p. 1-410, jan./dez. 2016

Conselho Editorial Nacional

Cybelle Moreira de Ipanema
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

Edivaldo Machado Boaventura
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

José Ibarê Dantas
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Luís Henrique Dias Tavares
Universidade Federal da Bahia

Maria Nadja Nunes Bittencourt
Universidade do Estado da Bahia

Maria Tereza Navarro Britto Matos
Universidade Federal da Bahia

Sérgio Augusto Soares Mattos
Univ. Federal do Recôncavo da Bahia

Zilma Parente de Barros
Universidade Federal da Bahia

Conselho Editorial Internacional

Miguel Monteiro
Academia Portuguesa da História e Universidade
de Lisboa – Portugal

Antonella Rita Roscilli
Escritora e Jornalista – Itália

Berthold Zilly
Instituto Latinoamericano da Freie Universitat
Berlin – Alemanha

Carlos Tasso Saxe-Coburgo e Bragança
Academia Portuguesa da História – Portugal

Edmundo Aníbal Herédia
Universidade Nacional de Córdoba – Argentina

Glória Kaiser
Escritora – Áustria

Hendrik Kraay
Universidade de Calgary – Canadá

Marcos Noronha da Costa
Academia Portuguesa da História – Portugal

Stuart Schwartz
Yale University – Estados Unidos

Comitê Científico responsável por este número

Esmeralda Maria de Aragão
José Carlos B. Sant Anna
Maria Augusta Cardozo
Sérgio Mattos
Simone Reis Santana de Sales

Revista do
Instituto
Geográfico e
Histórico da
Bahia

© 2016 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

É permitida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma, desde que seja indicada a fonte.

Ficha técnica

Coordenação Editorial | Sérgio Mattos | **Projeto Gráfico** | Sidney Santos Silva |
Editoração | Quarteto Editora | **Diagramação** | Quarteto Editora | **Bibliotecárias** |
Esmeralda Maria de Aragão e Roberto Pinheiro Ferraz | **Revisão de Linguagem** |
Sérgio Mattos e José Carlos Sant Anna |

Ficha Catalográfica

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Ano 1-2 (set. /dez., 1894), –
Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 –

v.: il

Anual

ISSN 1516-344X.

1. Bahia – História. 2. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – Discursos,
ensaios e palestras.

CDU: 94(813. 8)



Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia



SECRETARIA DA
FAZENDA

SECRETARIA DE
CULTURA

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A, Piedade
40060-001 – Salvador – BA – Brasil
Telefone: (71) 3329-4463
Fax: (71) 3329-6336

ighb@ighb.org.br – revista@ighb.org.br

Revista do
Instituto
Geográfico e
Histórico da
Bahia

Sumário

A PONDERAÇÃO E A ESPERANÇA GUIAM OS DESTINOS DO IGHB	15
Sérgio Augusto Soares Mattos	
ARTIGOS	
Sinopse da História da Educação baiana até o período Imperial	23
Antonicetta d'Aguiar Nunes	
D. João VI e o 8º Conde dos Arcos: personalidades paralelas ou convergentes?	59
Armando Alexandre dos Santos	
Os santos juninos no folclore brasileiro	77
Dorine Cerqueira	
Períodos na história da lavoura de cacau na Bahia, protagonismo e legitimação social dos agentes econômicos	87
Amilcar Baiardi	
Durval Libanio Netto Mello	
História da arte e restauro: um diálogo necessário	113
Luiz Alberto Ribeiro Freire	
A invenção do futuro pós-capitalista em meados do Século 21	129
Fernando Alcoforado	
A volta de Dom Clemente Maria da Silva-Negra, OSB	179
Edivaldo M. Boaventura	
Três manifestos de Cipriano Barata	187
Luís Henrique Dias Tavares	

Teoria da evolução da consciência	
Primeira notícia	195
Adinoel Motta Maia	
A construção teórica do pensamento comunicacional brasileiro (As contribuições de Antonio Costella)	239
Sérgio Mattos	
Cultura e desenvolvimento	251
Paulo Miguez	
O poeta da Modinha e do Sertão	255
Luiz Américo Lisboa Junior	
CENTENÁRIO DE PERSONALIDADES	
O centenário da escritora Zélia Gattai (1916-2016)	293
Antonella Rita Roscilli	
Sadoc, 100	305
Luis Guilherme Pontes Tavares	
Encantos, encontros e amizade em todos os cantos com Sadoc	309
Antonia da Silva Santos	
COMEMORAÇÕES DOS 122 ANOS DO IGHB	
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia comemora seus 122 anos	323
Carlos Eugênio Junqueira Ayres	
O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2016	335
Edivaldo M. Boaventura	
ESPAÇO ABERTO MEMORIAL DOIS DE JULHO	
2 de Julho – Comemorações dos 193 anos da Independência da Bahia	347
Eduardo Moraes de Castro	

Independência da Bahia, a epopeia e a pouca valorização	349
Ubaldo Marques Porto Filho	

RELATÓRIO

Biblioteca Rui Barbosa – Relatório de 2015 a 2016	391
É difícil manter a paixão pelo livro na Bahia	395
Luis Guilherme Pontes Tavares	

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Apresentação

A ponderação e a esperança guiam os destinos do IGHB

Sérgio Augusto Soares Mattos

Diretor de Publicações e Editor da Revista do IGHB E-mail: sasmattos@gmail.com

O ano de 2016 foi marcado pela crise política e econômica, pela luta contra a corrupção, pela realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro, pelo processo de impeachment presidencial, pelas eleições municipais, pelas inquietações sociais e suas implicações, resultando em radicalismo, agressividade, descontrole e exageros cometidos principalmente por meio das redes sociais na Internet. Segundo o senador Cristovam Buarque “[...] a consciência de descontentamento e a perda da esperança coincidiram com a conscientização de que a Internet pode mobilizar as pessoas”.

Apesar desse cenário inquietante, a ponderação e a esperança de tempos melhores continuam guiando os caminhos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia que, neste ano de 2016, comemora os seus 122 anos de atividades ininterruptas, enquanto a Revista do IGHB alcança a edição de número 111, apresentando 21 contribuições, distribuídas entre cinco sessões: Artigos, Centenário de Personalidades, Comemorações

dos 122 anos do IGHB, Espaço Aberto Memorial Dois de Julho, além do Relatório de Atividades da Biblioteca Ruy Barbosa e as normas de publicação da revista.

A *Revista do IGHB* também está disponibilizada eletronicamente, no site da instituição, numa prova inequívoca de que o Instituto está antenado com as novas tecnologias e está iniciando contatos com esferas governamentais no sentido de digitalizar o acervo de obras raras. Estamos confiantes de que o índice de leitura dos artigos que a Revista do IGHB publica está em alta e atingindo muito mais leitores e pesquisadores, devido ao fato de estarmos usando duas plataformas: impressa e eletrônica.

Neste número, a sessão **Artigos** está com 12 ensaios, começando com duas contribuições de resgate histórico. O primeiro, de autoria de Antonietta d’Aguiar Nunes, apresenta uma sinopse da história da educação baiana até o período Imperial, destacando que, no fim do período imperial, “[...] a Bahia ainda era uma das províncias do Império com maior nível educacional e grande número de graduados em cursos de nível superior”.

O segundo artigo, de autoria de Armando Alexandre dos Santos, é, na verdade, um texto recomposto a partir da gravação da conferência que ele realizou durante o Seminário Internacional destinado a homenagear o 8º Conde dos Arcos de Valdevez, D. Marcos de Noronha e Brito. Ele discorre sobre a importância e o papel do 8º Conde dos Arcos, destacando o contexto no qual ele assumiu o governo da Capitania, na Bahia, há 200 anos. Ao concluir sua conferência, Armando dos Santos afirmou que já é hora de que seja escrita e publicada a biografia de D. Marcos de Noronha e Brito.

O terceiro ensaio, assinado por Dorine Cerqueira, resgata no folclore brasileiro, os Santos Juninos: Santo Antonio, São João e São Pedro. No quarto ensaio, Amílcar Baiardi traça um panorama sobre a evolução histórica da lavoura cacauceira na Bahia, destacando o agente produtor e seu protagonismo econômico, social e político.

O quinto artigo, de autoria de Luiz Alberto Ribeiro Freire, aborda a “Historia da arte e restauro” na Bahia considerando as reformas ornamentais empreendidas pelas irmandades religiosas de Salvador no inte-

rior de suas igrejas. Segundo o autor “[...] os restauros realizados nos últimos anos da talha e de outros elementos dos interiores dessas igrejas necessitam da discussão histórico-artística para que decisões não venham comprometer a historicidade desse patrimônio”.

O sexto ensaio, assinado por Fernando Alcoforado, intitulado “A invenção do futuro pós-capitalista em meados do Século 21”, apresenta as três crises que ameaçam a sobrevivência da humanidade e procura apontar possíveis soluções visando “[...] à invenção do futuro pós-capitalista”.

O sétimo ensaio, de autoria de Edivaldo M. Boaventura, assinala o momento do sepultamento dos restos mortais de Dom Clemente Maria da Silva-Nigra, no claustro da Arquibadia de São Sebastião, Mosteiro de São Bento da Bahia, em 19 de junho de 2016. O autor destaca dois períodos da vida de Dom Clemente, como pesquisador da arte sacra brasileira no período colonial e ele como diretor do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia.

“Três manifestos de Cipriano Barata” é o título do ensaio de Luís Henrique Dias Tavares. Trata-se de uma republicação do artigo publicado no quinzenário carioca-paulista *Para Todos*, no ano de 1957. O periódico era dirigido pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo escritor Jorge Amado. A republicação do artigo de Luís Henrique sobre os manifestos de Cipriano Barata tem o propósito de recuperar um texto publicado há quase 60 anos e também de homenagear os diretores do *Para Todos*, como salienta Luís Guilherme Pontes Tavares na nota explicativa que antecede ao corpo do artigo do historiador Luís Henrique Dias Tavares.

O nono ensaio, intitulado “Teoria da evolução da consciência”, de autoria de Adinoel Motta Maia, desenvolve uma instigante tese sobre o início do Universo, tecendo considerações e explicações para a energia e a matéria. O autor apresenta as respostas que encontrou em um Universo que nunca teve início e nem terá fim, porque “[...] sempre foi um espaço infinito e eterno constituído por infinitas posições conscientes delas próprias”. Em suas conclusões, Adinoel afirma que “[...] em poucas palavras, finais, o que fica é a certeza de que, sem a Psíquica, a Física é um chapéu sem uma cabeça, assim se explicando porque os físicos se batem para completar o quadro energético e material pós *Big Bang*, sem sucesso e até mesmo sem farol para iluminar o caminho na escuridão cósmica.”

“A construção teórica do pensamento comunicacional brasileiro (As contribuições de Antonio Costella)” é o título do décimo artigo desta edição da Revista do IGHB. Neste ensaio, Sérgio Mattos destaca ambos, o livro *O Controle da Informação no Brasil*, da década de 1970, e seu autor, Antonio Fernando Costella, que são referências no que diz respeito à história da comunicação no Brasil. O ensaio, primeiro, aborda o autor que, além de fundador do Museu Casa da Xilogravura e diretor da Editora Mantiqueira de Ciências e Arte, foi agraciado com o Prêmio Luiz Beltrão de Comunicação na categoria Maturidade Acadêmica, no ano de 2002, outorgado pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM. Em segundo, concentra atenção no livro, pioneiro na área, apresentando as razões de sua importância para a construção do pensamento comunicacional no Brasil, salientando que a obra foi publicada durante o período da ditadura militar pós 1964.

Na sequência, vem o artigo “Cultura e desenvolvimento”, assinado por Paulo Miguez que aborda as imensas possibilidades econômicas que decorrem da cultura e que, exatamente por isso, não podem ser esquecidas pelas políticas de desenvolvimento. Segundo o autor, “[...] o potencial de geração de riquezas e de empregos representado pela cultura não pode ser compreendido e operacionalizado por políticas dedicadas ao desenvolvimento sem que se tenha como referência uma visão da cultura enquanto dimensão constitutiva da vida social, uma usina geradora de riquezas simbólicas”.

Fechando a sessão de **Artigos**, encontra-se o décimo segundo ensaio deste número, assinado por Luiz Américo Lisboa Junior. O trabalho, intitulado “O poeta da Modinha e do Sertão”, homenageia os 150 anos de nascimento de Catulo da Paixão Cearense e 70 anos da morte dele, lembrados neste ano de 2016. Luiz Américo analisa a trajetória do poeta, cantor e compositor, salientando a importância dele para a modinha e a literatura brasileira.

A sessão **Centenário de Personalidades** apresenta três contribuições em homenagem à escritora Zélia Gattai e duas outras dedicadas ao Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. No primeiro artigo, a autora, Antonella Rita Roscilli, resgata os principais acontecimentos da vida e da obra literária de Zélia Gattai (1916-2016), salientando, por meio de

testemunhos de acadêmicos italianos e brasileiros, a importância que a obra dela possui para a reconstrução memorial de parte da história da imigração italiana no Brasil. Em seu ensaio, Antonella assinala ainda a escritora, memorialista e fotografa, que foi esposa de Jorge Amado por 56 anos, deixou um acervo, acerca de 30 mil negativos de fotografias, testemunho da vida do ilustre escritor Jorge Amado, e que se encontram na Fundação Casa de Jorge Amado de Salvador Bahia. O artigo relata ainda os eventos que marcaram as homenagens a Zelia Gattai tanto no Brasil como na Itália.

Na seqüência aparecem os dois artigos em homenagem aos 100 anos de nascimento de Padre Sadoc, como é conhecido um dos maiores oradores sacros da Bahia. O primeiro deles, assinado por Luís Guilherme Pontes Tavares, traça uma rápida trajetória de Sadoc como educador, além de enaltecer a origem dele, que nasceu no município de Santo Amaro, no Recôncavo da Bahia, no início do século XX, e que ocupou posição de destaque na Arquidiocese do Salvador, além de emprestar “[...] ao cenário do clero baiano a cor de seu povo, o sorriso de seu povo e a generosidade ilimitada de seu povo”.

O segundo artigo, texto da palestra proferida no auditório do IGHB, em homenagem a Sadoc é de autoria de Antonia da Silva Santos que enfoca o indivíduo Gaspar Sadoc, destacando que ele é “[...] o tipo de pessoa que não se deixa afetar quando existe oposição às suas ideias ou ações. [...] Personalidades como ele, são rapidamente notadas, pois conquistam facilmente a todos e costumam ser o centro das atenções”.

A sessão dedicada às **Comemorações dos 122 anos do IGHB** apresenta dois artigos, o primeiro, de autoria de Carlos Eugenio Junqueira Ayres, e o segundo, de autoria do orador oficial do IGHB, Edivaldo M. Boaventura. Enquanto Junqueira Ayres faz um relato fiel do que foi a festa comemorativa dos 122 anos do IGHB, Boaventura presta homenagem aos sócios que morreram e fez a saudação aos que foram empossados como novos sócios da instituição. Ao prestar essas homenagens, Edivaldo Boaventura destacou a importância do IGHB, destacando sua função de exercer “[...] a disseminação do conhecimento e o apoio à pesquisa bibliográfica e documental. O rico acervo serve aos estudiosos, leitores e consulentes. E assim o Instituto participa do processo da investigação

científica através de buscas sistemáticas para a solução de problemas”. Aproveitando o ensejo o orador definiu o Instituto como “um lugar de memória, museu e convivência. Complexas funções singularizam esta Instituição centenária que completa 122 anos em 13 de maio de 2016”.

No **Espaço Memorial do Dois de Julho**, o leitor encontra o discurso pronunciado pelo presidente do IGHB Eduardo Moraes de Castro no dia 2 de Julho de 2016, quando se comemorou o centésimo nonagésimo terceiro aniversário da Independência da Bahia e efetiva Independência do Brasil. Na oportunidade o presidente do IGHB conclamou “[...] todo o povo baiano, por intermédio de suas organizações não governamentais, governamentais, religiosas, militares e afins, a se engajar numa cruzada de divulgação e esclarecimento sobre a efetiva Independência do Brasil, fazendo com que o sangue derramado pelo povo baiano na guerra da Independência, em terra e mar, não tenha sido em vão”.

A segunda contribuição ao Memorial do Dois de Julho é um artigo de autoria de Ubaldo Marques Porto Filho que resgata e contextualiza a história de nossa independência no ensaio intitulado “Independência da Bahia, a epopeia e a pouca valorização”.

O número 111 da Revista do IGHB apresenta ainda as seguintes sessões: **Relatório da Biblioteca Ruy Barbosa**, que se caracteriza como uma das mais antiga e completas do estado da Bahia, possuindo hoje um acervo de mais de 30 mil livros e periódicos catalogados e cerca de 700 obras raras, publicadas desde o século XVI. O relatório é assinado pelo diretor da Biblioteca, Carlos Eugênio Junqueira Ayres e pela bibliotecária e documentarista Simone Reis Santana de Sales. Completando esta sessão, o leitor encontra também um depoimento de autoria de Luis Guilherme Pontes Tavares, cujo título já expressa o foco principal do artigo: “É difícil manter a paixão pelo livro na Bahia”. Encerrando este número, com mais de 400 páginas, está a sessão que orienta os nossos colaboradores: **Normas de Publicação**.

Que tenham uma boa leitura!

Revista do Ins
do Instituto
stituto Gráf
Ge e
ráfico e Histó
Th

Artigo

Sinopse da História da Educação baiana até o período Imperial

Antonietta d’Aguiar Nunes

Historiógrafa do Arquivo Público do Estado da Bahia
Prof.^a Dra. Adjunto IV de História da Educação – FACED/UFBA

Resumo:

O artigo se propõe a dar uma visão geral de como acontecia a educação na Bahia durante o período em que a igreja esteve unida ao Estado. Fala da educação que ocorria entre os indígenas que aqui habitavam quando os europeus chegaram e depois de como estes introduziram um sistema formal de ensino semelhante ao desenvolvido em Portugal. Menciona a predominância – sem exclusividade – da educação jesuítica por 210 anos (1549-1759) e como foi introduzida a educação laica na América Portuguesa. Fala da passagem da Família Real pela Bahia em 1808 e da criação aqui do 1º curso de nível superior no Brasil. Menciona a elevação do Brasil a Reino, unido aos de Portugal e Algarves a partir de dezembro de 1815, da transformação das antigas capitanias em províncias, da continuidade da criação de aulas elementares, maiores e superiores, sempre citando as que havia na Bahia. Conta a expulsão dos portugueses e adesão ao Império brasileiro criado por D. Pedro I, e a preocupação com a criação de uma rede de escolas elementares no novo país. Com a abdicação de Pedro I,

houve período regencial um Ato Adicional à constituição outorgada em 1824 pelo Imperador, e foram criadas as assembléias Legislativas Provinciais que passaram a tratar das questões educacionais na província. Logo foram criados o Liceu Provincial, reunindo as Aulas Maiores que preparavam para o ingresso nos cursos superiores, e a Escola Normal, para a formação dos professores de nível elementar. No reinado de D. Pedro II além da Escola de Aprendizizes Marinheiros e do Liceu de Artes e Ofícios, foram criados dois cursos de nível universitário: A Escola Agrícola, que formavam tanto camponeses quanto engenheiros agrônomos, e a Academia de Belas Artes para a formação de artistas em nível superior Fala das reformas do ensino baiano de 1860-62, 1873-75 e 1881.

Palavras-chave: Educação jesuítica; período imperial; A Família Real na Bahia.

Abstract:

The article intends to give a general view of the education in Bahia during the period of union between church and state. It tells about the education among the native groups which lived here when the Europeans arrived, and then how the Europeans introduced the formal teaching as it was practiced in Portugal. It mentions the predominance – not exclusivity – of the Jesuit education for 210 years (1549-1759) and how the secular instruction was introduced in Portuguese America. It narrates the passing through Bahia of the Royal Family in 1808 en the creation of the first superior course in Brazil. It mentions the elevation of Brazil to a reign, united to Portugal and Algarves in December 1815 and the transformation of the old captainships into provinces, the continuity to crate elementary, major and superior lessons, always mentioning what happened in Bahia. It relates the expulsion of the Portuguese and adhesion to the Brazilian empire created by Pedro I and the preoccupation to create a net of elementary schools in the new country. With the abdication of Pedro I there was in the regency period an Additional Act to the Constitution of 1824 and there were created the Provincial Assemblies which from on treated the educational questions in each province. Soon were created the Provincial Lyceum putting together the Major Lessons which prepared the pupils to enter superior courses, and the Normal School to form the teachers of elementary level. In the reign of Pedro II were create the School for Mariners apprentices, the Lyceum for Arts and Crafts an two courses of superior level: The Agriculture School that formed peasants and agronomists and the Fine Arts Academy to form the artists in superior level. It mentions also the teaching reforms of 1860-62, 1873-75 and 1881.

Keywords: Jesuit education; Imperial period; The Royal Family in Bahia

a) Período inicial

Quando os portugueses aqui chegaram encontraram a terra habitada por povos indígenas que pertenciam a três grandes grupos linguísticos: os **tupi-guarani**, habitantes da costa, os **jê** ou **tapuia**, que viviam no sertão, no interior, e os **cariri**, que viviam na região entre o rio de Contas, no sul da Bahia, o de Itapicuru no norte baiano, e o rio Salitre no oeste do mesmo estado (OTT, 1993, p. 71). Cada um deles se subdividia em vários sub-grupos locais, com nomes específicos.

A educação entre eles equivalia efetivamente a uma socialização das crianças e jovens no grupo cultural onde nasceram, de modo a aprenderem os comportamentos aprovados para cada situação existencial. A criança era educada através dos cuidados que lhes eram dispensados pelos mais velhos, das brincadeiras com os companheiros de seu grupo de idade e sexo, e por imitação em relação ao que faziam os adultos e mais idosos.

Em seguida os portugueses, ao começarem a povoar o Brasil, introduziram o sistema formal de ensino semelhante ao europeu que esteve – predominante mas não exclusivamente – por 210 anos, nas mãos dos padres da Companhia de Jesus. Os primeiros jesuítas chegaram em 1549, junto com o primeiro governador-geral do Brasil, e todos eles foram expulsos do Brasil, como dos demais domínios portugueses, em 1759. O Marquês de Pombal conseguiu depois que o papa desautorizasse em 1773 a Companhia de Jesus, que deixou de existir na ocasião, só conseguindo nova autorização em 1814; retornaram ao Brasil em 1841, mas à Bahia apenas em 1911. E ocorreram neste período de 210 anos de predomínio jesuítico duas vertentes principais da educação: de um lado, a educação do indígena nas aldeias administradas; e de outro, a educação dos filhos dos colonos e funcionários públicos nos colégios urbanos.

Só que não houve uma exclusividade dos jesuítas no período. Outras formas de educação aconteciam simultaneamente: franciscanos, beneditinos, carmelitas, capuchinhos e outras ordens religiosas não só cuidaram da evangelização e consequente socialização dos indígenas em relação ao modo de vida europeu, como também instituíram esco-

las de ler e escrever em seus conventos ou nas vilas e cidades em que atuavam.

No complexo açucareiro, normalmente o capelão contratado pelo senhor de engenho sempre se encarregava de ensinar às crianças do lugar a ler, escrever e contar.

Nas cidades, havia a aprendizagem para os ofícios e profissões urbanas, feita à maneira das corporações artesanais europeias. Os mestres de ofícios, que precisavam prestar exame perante a Câmara Municipal, costumavam ter discípulos, jornaleiros e oficiais a quem a arte de trabalhar num determinado ramo profissional era gradativamente passada.

Existia ainda a Aula Militar. Em 1696 o capitão engenheiro José Pais Esteves ensinava em Salvador aos oficiais, soldados e mais pessoas lições de castrametação [arte e técnica de escolher, medir e preparar terreno para a construção de acampamento ou fortificação]. Ordem Régia de 1699 criou Aulas Militares de Pernambuco e Bahia.

O 1º lente oficial da Aula Militar da Bahia foi Antonio Rodrigues Ribeiro, que aqui chegou entre 1700 e 1701. Obteve do Rei que fossem mandados novos tratados de fortificações para a Aula da Bahia para facilitar a aprendizagem de seus alunos. Sucedeu-lhe na função o mestre de campo Miguel Pereira da Costa.

Em 1713 foi criada uma Aula de Arquitetura Militar em substituição à antiga Aula Militar, tendo como lente o capitão engenheiro Gaspar de Abreu. Estes dois últimos citados participaram no projeto de fortificação de Salvador de inícios do séc. XVIII atribuído geralmente apenas a João Massé. Mais tarde, a partir de 1749, lecionou na Aula Militar o mestre Manoel Cardoso de Saldanha, que formou discípulos famosos como José Antonio Caldas e Manoel de Oliveira Mendes. O primeiro professor baiano de arquitetura e engenharia foi José Antonio Caldas, nascido e criado em Salvador e formado na Aula Militar da Bahia, da qual foi lente por 17 anos (OLIVEIRA, 2004, p.100, 103, 110, 112, 119-120, 124).

No séc. XVIII também ocorreu a política educacional desenvolvida pelo ministro do déspota esclarecido português D. José I (1750-1777): Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e, em 1769,

Marquês de Pombal, título pelo qual se tornou mais conhecido. A visão iluminista que, a partir de então, predominou, criticava bastante o método escolástico ainda adotado em grande parte pelos jesuítas. Com os déspotas esclarecidos começou a instrução estatal ou pública, em que o governo passou a se responsabilizar pela abertura de aulas onde pudessem estudar aqueles que não tinham recursos suficientes para o pagamento de estudos particulares.

Pombal reformou a estrutura administrativa nas colônias, condenou a discriminação contra os ameríndios na América portuguesa e contra os asiáticos na Índia portuguesa, secularizou a Inquisição e terminou com a distinção entre os chamados cristãos-velhos e cristãos-novos.

Em 3 de setembro de 1759 o rei D. José I determinou a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses e, neste mesmo decreto, criou-se o cargo de Diretor Geral dos Estudos, para supervisionar o ensino elementar e médio. Pombal fez ainda uma reforma na Universidade de Coimbra, em 1772, dentro dos princípios iluministas. Esta Universidade continuava sendo o principal estabelecimento em que os cidadãos do reino português e seus domínios iam se formar nos cursos superiores.

Ainda em 1772, em 11 de novembro, Pombal instituiu o subsídio literário, uma renda regular cobrada sobre vinhos e bebidas espirituosas, com o qual seriam pagos os mestres nomeados pelo governo – os professores régios, geralmente não eclesiásticos – expandindo quando necessário a rede de aulas criadas pela Carta de lei de 6 de novembro do mesmo ano, que organizara a instrução primária no reino de Portugal e domínios; fora a Lei e Mapa dos Estudos Menores e Instrução aos professores. Segundo ela, das 44 Aulas Régias que se criaram então na América portuguesa, 10 estavam localizadas na capitania da Bahia: quatro de primeiras letras; três de Gramática latina, e mais três Aulas Maiores: uma de Retórica, uma de Gramática grega, e uma de Filosofia.

Morto D. José I, em 1777, sucedeu-se a filha, D. Maria I, em cujo reino aconteceu a chamada “viradeira”, pois Pombal foi submetido a processo e várias de suas medidas foram revertidas. Com a reforma dos Estudos Menores, decretada em 16 de agosto de 1779, o ensino elementar regressava, em boa parte, às mãos dos religiosos.

Na Bahia, o governador Rodrigo José de Menezes (1784-1788) estabeleceu um Colégio de Educação da Mocidade, com mestres hábeis, inclusive José Francisco Cardoso, que lecionava Gramática portuguesa e latina. Infelizmente, com a volta do governador a Portugal, este estabelecimento de ensino não teve continuidade.

No tempo do seu sucessor, Fernando José de Portugal e Castro, Marquês de Aguiar, (governou a Bahia de 1788 até 1801), lecionava Gramática Grega em Salvador o professor régio Luís dos Santos Vilhena, que, em suas *Cartas soteropolitanas e brasílicas*, nos conta, na carta 8ª, qual era a situação da educação na Bahia: já tinha 25 escolas de primeiras letras: seis em Salvador, e outras 19 localizadas em vilas pertencentes à capitania e 22 de Gramática latina: quatro em Salvador e 18 em outras localidades. O governador, no entanto, escreveu ao Reino expondo a precária situação do magistério e das escolas da capitania. Havia constantes atrasos no pagamento dos professores, pois o rendimento do subsídio literário não chegava para todos, e se preferia pagar com o dinheiro que viesse de cada distrito ao professor respectivo, e aqueles de locais em que o rendimento não fosse suficiente, precisavam esperar pelas sobras dos outros.

O sistema de Aulas Régias criadas por Pombal continuou, portanto, vigorando e – por falta de professores, e seguindo o desejo da rainha – eram empregados muitos padres como mestres das escolas.

Com a visível perturbação das faculdades mentais sofrida pela rainha D. Maria I, seu filho D. João assumiu a regência do reino português desde 1792, passando a ser responsável pelas variadas medidas governamentais. Diante da invasão francesa ao território português, D. João acabou aceitando a sugestão dos ingleses de se transferir com a Corte Portuguesa para a América e embarcou, em dezembro de 1807, em direção ao Rio de Janeiro.

No dia 22 de janeiro de 1808 aportaram na Bahia algumas das naus, com o Príncipe Regente D. João e parte da sua comitiva, desviadas da frota que seguia para o Rio de Janeiro. Em Salvador, no dia 28 deste mês, D. João assinou o Alvará abrindo os portos do Brasil às nações amigas e, em 18 de fevereiro, criou a Escola médico-cirúrgica, primeiro curso de nível superior a existir no Brasil, para funcionar no

Hospital militar, no prédio do antigo colégio dos jesuítas, ao Terreiro de Jesus. O Príncipe Regente D. João seguiu daí para o Rio de Janeiro, onde prosseguiu com medidas educacionais. Nesta cidade, onde se instalava a corte, D. João criou, em 1808, uma Academia de Marinha no Mosteiro de São Bento e, em 1809, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e de Medicina. Em 15 de julho deste mesmo ano, foi estabelecida, também no Rio, uma Escola de Comércio, cuja criação foi igualmente recomendada para as capitanias da Bahia e de Pernambuco.

Em 1810 o governador da capitania da Bahia de 1810 a 1818, D. Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos, fez abrir em Salvador a Aula de Comércio, que havia sido criada pelo aviso de 15 de julho de 1809, onde se formariam os futuros guarda-livros. Ele estabeleceu ainda 15 cadeiras para instrução pública de primeiras letras no interior da capitania e mais três em Salvador (que, em 1812, contava já com nove aulas elementares). D. Marcos também prodigalizou meios aos que pretendiam estudar e formar-se em Coimbra, ao que se deve um grande número de espíritos esclarecidos na época da independência.

Em 1812, uma Carta régia datada de 25 de janeiro determinou o estabelecimento de um Curso de Agricultura na cidade da Bahia, com a duração de dois anos, para instrução pública dos habitantes dessa capitania, e que serviria de modelo para os que El Rei se propunha estabelecer em todas as outras Capitanias dos seus domínios. Domingos Borges de Barros, [futuro visconde de Pedra Branca], que estudara em Coimbra, foi nomeado professor de Agricultura e diretor do Jardim Botânico que já se estabelecera na cidade da Bahia (no hoje Passeio Público).

Em 15 de agosto de 1815 o arcebispo baiano, D. Frei Francisco de São Dâmaso de Abreu Vieira, inaugurou em Salvador o Seminário Maior, ou Seminário de Ciências Eclesiásticas do Brasil, criado por Carta Régia de 5 de abril de 1811.

Tais criações mostram que não houve, nos governos de D. Maria I e na regência de D. João, grandes mudanças em relação ao sistema educacional pombalino: continuavam a existir as Aulas Régias tanto de nível elementar, quanto de nível elementar superior – as cadeiras de Gramática Latina – e algumas outras Aulas Maiores, ou de nível secundário, que preparavam os estudantes para ingresso nos

cursos de nível superior. Só que agora tivemos também a criação na Bahia de dois cursos de nível superior: o de Medicina e Cirurgia, e o Seminário Maior (além de outros cursos superiores criados no Rio de Janeiro).

b) Brasil Reino

Em 16 de dezembro de 1815, o Brasil foi elevado a Reino, unido aos de Portugal e Algarves, todos sob o mesmo rei e, em 1816, as antigas capitanias se transformaram em províncias. D. Maria I faleceu em 20 de março de 1816, podendo então D. João exercer as funções não mais de Príncipe Regente, mas sim de Rei, e ser denominado D. João VI.

Em 28 de janeiro de 1817 foi instituída na Bahia a cadeira de Química, e nomeado lente da mesma o Dr. Sebastião Navarro de Andrade. Ainda neste ano, D. João concedeu a Joaquim de Sant'Ana o edifício do Seminário de Belém, antigo colégio jesuíta em Cachoeira, para o estabelecimento neste local de um seminário e casa pia.

Em 1818, criava-se na Bahia uma cadeira de Música, sendo provido nela o prof. José Joaquim de Souza Negrão, que a regeu por 12 anos. Substituiu-o por concurso, em 1833, o célebre compositor e violinista, Domingos da Rocha Mussurunga (autor do Hino ao Dois de julho). Neste mesmo ano de 1818, criou-se em Salvador uma aula pública de Desenho, regida primeiro pelo português Antônio da Silva Lopes, 1º substituto da Academia do Nu de Lisboa, depois pelo ilustre pintor baiano Franco Velasco. Em 1859, quando o imperador Pedro II esteve na Bahia, teve oportunidade de visitar esta Aula de Desenho, que funcionava num salão pertencente ao Convento de S. Francisco e tinha na ocasião 25 alunos matriculados, sendo seu professor Francisco Rodrigues Nunes.

De 1810 a 1821 funcionavam em Salvador, segundo Edelweiss, (in QUERINO, 1955, p. 108-110, nota de rodapé nº 14), as seguintes Aulas Régias: quatro de Latim, uma de Grego, uma de Retórica, uma de Filosofia, uma de Geometria, uma de Comércio (criada em 1811), uma de Desenho (criada em 1818) e uma de Música (criada em 1818/1819).

Em 1818, por ocasião das festas de coroação de D. João VI, o governador da Bahia, Conde da Palma, [Francisco de Assis Mascarenhas, governou de 1818 a 1821], solicitou ao rei, e obteve, autorização para a reconstrução do vasto edifício que servira de colégio do Noviciado dos Jesuítas – abandonado desde a expulsão desses últimos – e doou-o, a 13 de maio de 1822, ao Asilo de órfãos do irmão Joaquim Francisco do Livramento. Para este prédio foram recolhidos os meninos da casa de educação por ele dirigida, que funcionava na rua S. José de Cima, apenas em 12 de outubro de 1825, já sob D. Pedro I, ficando conhecido de então em diante como Colégio de Orfãos de São Joaquim. Neste Colégio, ministravam-se aulas de primeiras letras pelo sistema lancasteriano, havia classes de Gramática Latina e aulas maiores de Retórica, Filosofia, Geometria, Música, Desenho e Francês.

Deve-se observar a modernidade das iniciativas de D. João no campo da educação, representando uma completa ruptura com o programa escolástico do período colonial, e com o exclusivismo de cursos superiores em Portugal, mas ele concentrou sua obra no Rio de Janeiro e em Salvador, não tendo seus empreendimentos atingido, como bem observa Moura (2000, p.78), uma dimensão nacional, como no tempo dos jesuítas.

O subsídio literário criado por Pombal para financiar as questões de instrução pública permaneceu sendo cobrado até o decreto de 15 de março de 1816, em que D. João criou o cargo de Diretor Geral dos Estudos na Corte no Rio de Janeiro, passando a verba de Instrução Pública a figurar no orçamento governamental.

Para Diretor Geral dos Estudos foi nomeado, desde 26 de fevereiro de 1821, o baiano José da Silva Lisboa, visconde de Cairu. Ele regera em Salvador a cadeira de Filosofia Racional e Moral e fundara uma Cadeira de Grego, que exercera por cinco anos como substituto, até chegar o proprietário, Luís dos Santos Vilhena. Silva Lisboa lecionou de 1777 a 1797, conseguindo ser jubilado como um dos primeiros mestres a aposentar-se no Brasil.

Cairú exerceu o cargo de Diretor Geral dos Estudos até a sua morte, em 20 de agosto de 1835, aos 79 anos de idade. Teve ampla produção literária, e seus escritos foram em geral dedicados a assuntos

de Economia e Direito Mercantil; foi, no entanto, autor de duas obras educativas: 1) *Escola Brasileira ou instrução útil a todas as classes extraída da sagrada escritura para uso da mocidade*, publicada em 1827 no Rio de Janeiro pela Tipografia de P. Plancher-Seignot, em dois volumes; e 2) *Cartilha da Escola brasileira para instrução elementar na religião do Brasil*, publicada também no Rio de Janeiro em 1831, pela Tipografia Nacional.

Depois da volta de D. João VI a Portugal, por imposição das Cortes Portuguesas, instaladas após a revolução liberal iniciada no Porto e seguida por Lisboa, D. Pedro, na qualidade de Príncipe Regente no Brasil, baixou um decreto sobre instrução, em 28 de junho de 1821, que estava em pleno acordo com os princípios liberais da época, declarando ser livre a qualquer cidadão o ensino, e abertura de Escolas de primeiras letras em qualquer parte deste Reino, quer seja gratuitamente, quer por ajuste dos interessados, sem dependência de exame, ou de alguma licença (APEB – Livro Decretos Imperiais 1823/1825, p. 153).

c) Brasil no tempo do Império

Governo imperial de D. Pedro I

Quando ocorreu a ruptura com a união dos reinos lusos, elevou-se o nível da monarquia brasileira, e o Brasil tornava-se um império tendo D. Pedro como nosso 1º imperador. Na Bahia, os portugueses resistiram a isto e só foram expulsos em 2 de julho de 1823. Dentro do espírito liberal da época, D. Pedro convocou eleições para a realização de uma Assembleia Constituinte brasileira. Enquanto preparava a constituição, esta Assembleia legislava em 20 de outubro de 1823 aprovou uma lei abolindo os privilégios do Estado na área da instrução, criando o princípio da liberdade do ensino sem restrições e definindo a gratuidade do ensino primário a todos os cidadãos (MOURA, 2000, p. 81e 83).

D. Pedro acabou dissolvendo a Assembleia Constituinte e nomeando uma comissão que redigiu, e ele outorgou, a constituição de 1824 que incluía, além dos 3 poderes clássicos: Executivo, Legislativo e Judiciário, um 4º poder, o Moderador, que pairava sobre os outros e

só podia ser exercido pela pessoa do Imperador. Nesta constituição se estabelecia que o ensino primário seria gratuito a todos os cidadãos e existiriam Colégios e Universidades onde serão ensinados os elementos das Ciências, Belas Letras e Artes.

Certamente no intuito de regulamentar este item de gratuidade da constituição através da criação de uma rede de escolas públicas no Império, os deputados cônegos Januário da Cunha Barbosa e José Cardoso Pereira Mello e o dr. Antonio Ferreira França apresentaram na Assembleia Geral um projeto de lei sobre a criação de escolas de primeiras letras, ou pedagogias, em todos os lugares. Este projeto, transformado em lei a 15 de outubro de 1827, determinou que, em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos houvesse as escolas de primeiras letras consideradas necessárias. Sua localização e quantidade seriam indicadas pelos presidentes dos conselhos municipais, ouvidas as câmaras. Por ser a primeira lei que tratava acerca da formação e do salário dos professores no novo país, foi a sua data – 15 de outubro – tomada mais tarde como sendo a data comemorativa do Dia do Professor no Brasil.

No ano de 1820, em Salvador, o padre Francisco Gomes de Souza inaugurara, em 8 de setembro, a capela do SS Coração de Jesus na paróquia de Santo Antonio Além do Carmo, onde ele dera princípio também a um estabelecimento para colégio de meninas órfãs. Com a sua morte, a província tomou a si o cuidado do colégio. Em julho de 1857, houve a transferência do Colégio de Órfãs do Sagrado Coração de Jesus – que funcionava então na rua de São José do Ribamar – para um edifício nobre no Caquende, freguesia de Santana (Cova da Onça, junto à igreja do orago da escola). Ele fora comprado com a quota de 20:000\$000 rs (vinte contos de réis) que a este colégio coubera na distribuição feita pelo presidente da província, do legado Meuron (suíço, proprietário da fábrica de rapé Areia Preta, falecido em 1852).

No começo do séc. XIX, os brasileiros portadores de diploma de curso superior, tinham-no cursado na Europa. Só a partir de 1808, com a vinda da Família Real, é que passaram a existir cursos deste nível no Brasil, mas bastante escassos: duas Escolas de Medicina (Bahia e Rio de Janeiro) e, mais tarde, com D. Pedro I, uma Academia de Belas Artes (Rio de Janeiro) e dois cursos jurídicos (São Paulo e Olinda). Ainda

assim, existem alguns dados sobre a população que detinha este nível de instrução em nosso país.

Frederico Edelweiss apresentou uma lista da quantidade de estudantes baianos e brasileiros que fizeram cursos na Universidade de Coimbra, nos cem anos que se seguiram à sua reforma sob Pombal em 1772; a ela foi acrescentada uma coluna de porcentagens, para melhor avaliação (in QUERINO, 1955; 36, nota de rodapé nº 20):

Período	Estudantes baianos	TOTAL de estudantes brasileiros	Porcentagem de baianos
1772-1800	112	527	21,25 %
1801-1814	28	116	24,14 %
1815-1827	149	355	41,97 %
1828-1849	24	145	16,55 %
1850-1872	3	99	3,03 %
TOTAL	316	1.242	25,44 %

Fonte: QUERINO, 1955, mencionando lista publicada no vol. 62 dos Anais da Biblioteca Nacional

Em 1825, uma Carta imperial criou na Bahia as cadeiras de língua francesa e de língua inglesa, (Aulas ditas Maiores, equivalentes ao atual nível médio ou 2º grau), nomeando Manuel José Estrela Júnior para ensinar ambas as línguas. A criação destas cadeiras serviria ainda para a reabertura do Seminário Arquiepiscopal desta província, que fora interrompido durante o período da luta pela independência na Bahia.

Em 1826, instalou-se em 19 de outubro no Rio de Janeiro a Academia de Belas Artes que teve seus Estatutos aprovados por Decreto Imperial datado de 30 de setembro deste ano (Col. Decisões do Império do Brasil – 1826, p. 110-122). Mais tarde, em 1827, o Governo Imperial elaborou a lei de 11 de agosto em que criou dois cursos de Ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda (MinJusNegInt-OrgProgMin, 1962, p. 20).

No nível secundário de ensino tínhamos ainda em Salvador, segundo Domingos Antonio Rebello (1929), uma Aula de Comércio, paga pela Junta do Comércio, Aulas Maiores públicas de: Retórica, Fi-

losofia, Geometria, Grego, Desenho, Música, Teologia Moral, e as de Inglês e Francês criadas em 1825, além de outras que eram lecionadas no Colégio de órfãos de São Joaquim, subvencionado pela Província, e que aceitava porcionistas que quisessem estudar para os exames preparatórios em cursos de nível superior. Na cidade de Salvador em 1828 existia também uma aula Matemática e Curso de Artilharia funcionando no forte de São Pedro para formação de militares.

Pode-se ter uma ideia das aulas primárias existentes na Bahia no final do 1º império (1828), por sua localização nas freguesias, a partir do relato de Domingos José Antonio Rebello (1929). Ele mencionou apenas quatro locais onde se ensinava pelo método leicesteriano ou monitorial: nas cadeiras nacionais de primeiras letras das freguesias da Sé e São Pedro e no Colégio de Órfãos de S. Joaquim, as três em Salvador, e na freguesia de N. Sra. de Nazaré, na vila de Pedra Branca (hoje Santa Terezinha), onde o visconde deste título, Domingo Borges de Barros, tinha, em sua fazenda, para os filhos dos moradores, uma Aula de primeiras letras pelo Ensino Mútuo. Ele citou a existência de “cadeiras nacionais de primeiras letras” em 59 das 107 freguesias então existentes, sendo que em 36 outras havia “aula particular de primeiras letras”. Igualmente mencionou Aulas nacionais (públicas) de Gramática Latina (nível mais avançado) em 30 freguesias, e em 35 outras, as havia particulares.

Em 1830, o Conselho Geral da Província da Bahia, em execução dos artigos 2º e 11º da Lei de 15 de outubro de 1827, finalmente chegou a marcar o número e as localidades das escolas de Primeiras Letras que julgava necessárias na província: 164 ao todo, relacionadas por comarca (AMARAL, 1923; 56-63). Isto além das 59 aulas públicas e 36 particulares já existentes, como visto através do relato de Rebello.

Em 28 de junho de 1830 – certamente pela preocupação liberal com a laicização – um Decreto Imperial proibiu o estabelecimento de novas casas religiosas de qualquer título ou denominação que fosse, e determinou que, por espaço de dez anos a partir da data de publicação deste decreto, não se admitiria nenhum noviço para as comunidades religiosas então existentes, de um e de outro sexo. Uma lei de 9 de dezembro do mesmo ano determinava a extinção da Congregação dos

padres de São Felipe Nery ou Congregação dos Oratorianos (esta congregação, depois da expulsão dos jesuítas do reino português, fora em Portugal encarregada do ensino em muitas escolas), em Pernambuco e na Bahia. Em Pernambuco, eles tinham um colégio, mas não ainda na Bahia. Estas restrições às ordens religiosas refletir-se-iam certamente na possibilidade de encontrar mestres para os diversos níveis escolares, dado que até então eram utilizados vários membros do clero como professores por possuírem níveis educacionais mais avançados que a média da população.

Durante a vigência do governo de Pedro I, a Bahia já possuía (pelos dados fornecidos por Rebello), em 89% de suas localidades, escolas primárias e em 61% dos lugares aulas de Gramática Latina, além de algumas Aulas maiores que preparavam os alunos para ingresso em cursos de nível superior, na capital. Além disso, havia em Salvador dois cursos de nível superior: um Seminário Maior para a formação de padres e um Colégio médico-cirúrgico. Também muitos baianos se dirigiam à Universidade de Coimbra para obter formação em nível superior, sendo esta uma das províncias em que a instrução estava mais disseminada em todo o Império.

Mas é preciso lembrar que ainda predominava na economia brasileira o sistema escravista, e que aos escravos não era permitido frequentar as escolas públicas. Considerando que os indivíduos nesta situação de subserviência formavam a maioria da população, o quadro otimista do nível de instrução dos baianos no primeiro império toma, de fato, proporções bem mais reduzidas.

Período regencial

A Bahia era no séc. XIX uma província do império brasileiro e nela repercutiam os acontecimentos políticos da corte, sediada no Rio de Janeiro. Em 7 de abril de 1831 o imperador D. Pedro I foi impelido a renunciar ao trono brasileiro em favor de seu filho, o futuro Pedro II, então com apenas 5 anos de idade.

De acordo com a constituição em vigor, durante a menoridade do Imperador, o Brasil seria governado por uma regência trina, primeiro

provisória, depois permanente, nomeada pela Assembleia Geral. Em 25 de abril chegou a Salvador um navio confirmando a notícia da abdicação do imperador e a comunicação da anistia para todos os crimes políticos, decretada pela Regência.

Apenas em 17 de junho de 1831 foi eleita a Regência permanente, que governou por quatro anos. Dela foram as leis de 27 de outubro de 1831, revogando as cartas régias que mandaram fazer guerra e pôr em servidão os índios; e a de 7 de novembro de 1831, declarando livres todos os escravos vindos de fora do império e impondo penas aos seus importadores, seguida do Decreto de 12 de abril de 1832, que regulamentou a lei de 7 de novembro de 1831 sobre o tráfico de escravos. Assim o país, tanto passava a considerar mais respeitosamente os indígenas naturais da terra, como iniciava o processo (longo, só concluído em 1888) de extinção do regime de escravidão negra.

A Lei de 3 de outubro de 1832 deu nova organização aos Colégios médico-cirúrgicos do Rio de Janeiro e da Bahia, que se tornaram Escolas de Medicina. Por fim, a Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, conhecida como Ato Adicional, unificou a regência e descentralizou bastante o poder, determinando a criação das Assembleias Legislativas provinciais. Como primeiro regente uno brasileiro foi eleito o senador Diogo Antonio Feijó, que ficou como regente uno de 12 de outubro de 1835 a 18 de setembro de 1837.

Medidas educacionais do Poder central para a Bahia durante a Regência Trina:

- No ano de 1831 criação de uma Academia de Música na Bahia, liderada pelo professor João Honorato Francisco Regis.
- Datou de 16 de junho de 1832 a lei geral criando na Bahia um grande número de escolas primárias, não instaladas logo por falta de professores; umas só o foram em 1836, outras em 1840. Neste último ano a província da Bahia, como um todo, já contava 132 escolas primárias, 124 de meninos e oito somente para meninas (ALMEIDA, 1989, p. 69), a maioria, como visto, vindas do tempo do governo de Pedro I.

- De 1832 foi ainda o decreto geral de 25 de agosto, criando uma Escola de Geometria e Mecânica aplicada às artes e ofícios na província baiana.
- Em 16 de abril de 1834 foi reaberto o Seminário Diocesano da Bahia, no Hospício da Palma (deixado pelos padres agostinianos retornados a Portugal).

Em 2 de janeiro de 1834, o Ministro da Justiça baixara circular proibindo a admissão de novos pretendentes ao noviciado religioso sem expressa licença do Governo, proibição esta que já vinha ocorrendo desde a época do 1º império.

Leis sobre instrução já elaboradas pela Assembleia Legislativa Provincial baiana:

A primeira lei promulgada pela Assembleia Legislativa provincial baiana, em 28 de março de 1835, suspendeu por 30 dias as garantias constitucionais, para o efeito de se darem buscas em todas as casas e se poder prevenir nova conflagração por parte dos africanos, que, em 24/25 de janeiro deste ano, no dia de N. Sra. da Guia, ter-se-iam rebelado com efeitos transformadores, se não houvessem sido previamente denunciados, reprimidos, e vários deles aprisionados. Fora a rebelião conhecida como “dos Malês”, nome dado aos negros que professavam a religião maometana e que sabiam ler e escrever, só que em caracteres arábicos, para poderem ler o Alcorão. Vários deles ensinavam a ler e a escrever a outros negros escravos, o que levou Gilberto Freyre a afirmar que nas senzalas da Bahia de 1835 havia talvez maior número de gente sabendo ler e escrever do que no alto das casas grandes (FREYRE, 2002, p. 409). Reprimida a rebelião, vários foram presos e punidos com chicotadas, sendo que os maometanos foram banidos de volta para a África, pois era de recear a sua influência perniciosa dentre a escravaria.

Começando a legislar sobre Instrução Pública, a Assembleia Provincial baiana em 2 de maio de 1835 baixou a lei nº 4 criando em Salvador uma Aula (maior) Pública de Geografia e História. Nesta mesma data a resolução nº 5 estabelecia nesta mesma cidade um Gabinete (Museu) de História natural, com os objetos oferecidos pelo cidadão francês Mr. Douville. Outra lei, a de nº 19, de 10 de junho deste mesmo

ano, criava uma Aula de Desenho para aqueles que se dedicassem *ao estudo da Geometria e Mecânica aplicada às artes*.

Em 1836 houve, em 5 de março, a lei provincial nº 32, dando providências sobre a catequese dos índios na província, por meio de missionários, que deveriam reunir os indígenas em aldeias e ensiná-los a ler e escrever enquanto não houvesse aulas públicas no local.

Em 19 de março deste ano, a lei baiana nº 33 criava o Liceu Provincial da Bahia reunindo várias das Aulas Maiores então existentes em Salvador (foi instalado apenas a 7 de setembro de 1837, no antigo convento da Palma).

A 14 de abril do mesmo ano de 1836, a lei nº 37 criava a Escola Normal da Bahia para formação dos professores primários. A província enviou os professores João Alves Portela e Manuel Correia Garcia para a França, para se graduarem na Escola Normal de Paris. Eles voltaram em 1841 habilitados para organizar não só Escola para professores como também todo o sistema de ensino primário da província, o que fizeram em 1842, já no tempo do reinado de Pedro II. Neste ano é que a Escola Normal começou a funcionar efetivamente.

Em 18 de abril de 1837 o Seminário Maior foi transferido da Palma para o convento de Santa Tereza, no Sodré (que também fora abandonado pelos padres carmelitas descalços, todos portugueses, que haviam embarcado de volta a Portugal com Madeira de Melo em 2 de julho de 1823). Nesta ocasião passou a funcionar no convento da Palma o recém criado Liceu Provincial.

A Educação baiana durante a Sabinada

De 7 de novembro de 1837 a 16 de março de 1838 ocorreu na Bahia o movimento republicano sedicioso conhecido por Sabinada. Sabino Álvares da Rocha Vieira, médico, professor da Faculdade de Medicina, comandou o levante armado em que depuseram o governo e proclamaram a República Baiana, que ficaria separada do Rio de Janeiro até que o jovem Pedro II alcançasse a maioridade. O presidente da província, o chefe de polícia e o arcebispo foram para o Recôncavo,

recomendendo aos cidadãos que se retirassem de Salvador. O chefe de polícia reuniu forças junto aos senhores de engenho e partiu de volta à capital, cercando-a. Do Rio de Janeiro veio o brigadeiro João Crisóstomo Calado comandando tropas e navios de guerra que fecharam a baía de Todos os Santos. Atacado por todos os lados, Sabino Vieira resistiu, tendo ocupado Salvador até 16 de março de 1838, quando foi derrotado e recolocado no poder um governo leal à Regência.

Neste movimento republicano estiveram envolvidos vários professores da Faculdade de Medicina, do Liceu provincial e de aulas primárias que se recusaram a deixar a capital, onde permaneceram e continuaram a dar aulas e a receber seus salários. Finda a campanha com a vitória da situação anteriormente dominante, o presidente da província mandou suspender, processar e prender os professores comprometidos com a sedição. Submetidos a processo, foram pronunciados, mas absolvidos em juri. Requereram e obtiveram a reintegração na docência anteriormente ocupada e a reparação posterior, com recebimento dos ordenados que haviam sido suspensos durante o período de sua prisão e processo. Este é um fato muito pouco conhecido da história baiana, que convém estudar melhor e divulgar.

Além das leis referentes a temas específicos da instrução pública, a Assembleia Provincial baiana garantia o cumprimento delas e de outras funções educativas através de verbas para tanto destinadas e incluídas nos itens Instrução Pública, Biblioteca Pública ou Catequese nas leis orçamentárias anuais, a 1ª delas votada em 1835. Podemos auferir a importância dada pela assembleia às questões educacionais acompanhando o montante de verba (em mil réis) que era destinado a cada ano para tal fim.

Observa-se que as leis provinciais deste período referiram-se principalmente ao desenvolvimento do ensino sobretudo secundário: Aulas Maiores, criação do Liceu Provincial e da Escola Normal, pois até então ele era precário na província (apenas as oito aulas maiores existentes em Salvador, muitas das quais foram reunidas para a formação do Liceu).

O período regencial brasileiro concluiu-se em 23 de julho de 1840, com o golpe da maioria, que levou D. Pedro II a assumir, embora com apenas 14 anos e meio de idade, o poder imperial. A partir de então tivemos no Brasil o período político liderado pelo imperador Pedro II.

Governo imperial de D. Pedro II

Desde o Golpe da Maioridade até a Proclamação da República, normalmente se divide este governo, segundo Avellar (1970, p. 227) em três fases: a) lutas internas e paz externa, de 1840 a 1849; b) lutas externas e paz interna, de 1850 a 1870 e c) o caso do Império de 1870 a 1889. O governo de Pedro II exercendo o Poder Moderador, tendo uma posição suprapartidária e com a implantação da presidência do Conselho de Ministros por decreto de 20 de julho de 1847, criou no Brasil um mecanismo parlamentarista que levou este período de governo a ser referenciado como uma *democracia coroada*.

a) lutas internas e paz externa, de 1840 a 1849

No ano de 1840 criou-se no Rio de Janeiro a primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros, que posteriormente foi também estabelecida em outras províncias, inclusive na Bahia. Aqui se inaugurou em 27 de agosto de 1840, com o objetivo de instruir futuros marinheiros para a Armada ou frota militar. Funcionou inicialmente na fortaleza de S. Marcelo, passando depois para um edifício situado nos terrenos do então Arsenal da Marinha. Esta Companhia foi a origem da Escola de Aprendizes Marinheiros, criada oficialmente apenas pelo decreto nº 9.371, de 14 de fevereiro de 1885.

No início de fevereiro de 1841, o presidente da província baiana, informava à Assembleia legislativa já terem voltado da França, com as respectivas habilitações e seus diplomas, os indivíduos que visavam ser professores da Escola Normal. Somente em 20 de janeiro de 1842 foi promulgado o primeiro regulamento da Escola Normal. Neste ano, além deste regulamento, o presidente sancionou na mesma data um outro para as escolas primárias e também, em 25 de maio de 1842, a Lei nº 172 de criação do Conselho de Instrução Pública – único órgão a partir de então responsável pela direção da instrução da província, ficando de fora de sua jurisdição apenas o Seminário Arquiepiscopal, de competência eclesiástica, e a Faculdade de Medicina, regida no âmbito imperial. A criação deste Conselho em 1842 foi

considerada por Raimundo Matta (1982, p.113) como sendo a instituição dos colegiados educacionais, não apenas da Bahia, como também do Brasil.

Em 1844, preparando o Almanaque civil, político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845, a tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva levantou e expôs várias informações sobre instrução.

Em 19 de novembro de 1849 a lei provincial baiana de nº 378, criou o lugar de **Diretor Geral dos Estudos** para o qual foi na ocasião nomeado Casimiro de Senna Madureira. O Conselho de Instrução Pública foi redefinido, tendo seus poderes diminuídos e concentrados na pessoa do Diretor Geral de Estudos. Este cargo – equivalente hoje a Secretário estadual da Educação – de certa maneira colocava uma pessoa responsável diretamente pelas questões da Instrução Pública. Daí para a frente, todos os atos dos presidentes de província que se referissem a educação, passaram a ser realizados sempre por indicação do, ou após consulta ao Diretor Geral dos Estudos.

Dentre as leis organizativas do ensino da província é importante mencionar igualmente a lei nº 379, de 3 de novembro de 1849, estabelecendo que a criação e existência de uma freguesia importariam na criação de uma cadeira de primeiras letras na sua sede, pois isto significava certamente uma preocupação com a disseminação do ensino primário público.

b) lutas externas e paz interna, de 1850 a 1870

O ano de 1850 foi um ano marcante para a institucionalização do sistema educacional baiano, com a reorganização de sua gestão pelo Regulamento de 26 de fevereiro, estruturação da Biblioteca Pública com o Regulamento de 27 de fevereiro e depois a reformulação do curso Normal em teórico e prático, e a criação de um curso normal para senhoras. As leis, resoluções e atos dos anos restantes da década de 50 do século XIX referentes à instrução tratavam de assuntos administrativos e práticos, e não mais de reformas ou modificações na estrutura do sistema público de instrução.

Em 4 de setembro de 1850 foi aprovada a Lei que extinguiu o tráfico escravo, conhecida por Lei Eusébio de Queiroz, regulamentada pelo Decreto de 14 de novembro deste mesmo ano. Foi o primeiro golpe realmente eficaz contra a escravidão africana no Brasil, pois apesar de existir lei semelhante desde 1831, não cumprida, agora houve uma fiscalização efetivamente mais rigorosa que conseguiu suspender de fato esta importação de seres humanos africanos. Os que aqui haviam chegado antes da data destas leis, porém, continuavam escravos, e intensificou-se após 1850 o tráfico interprovincial de escravos. Neste 2º período do Império, abrangendo as décadas de 50 e 60 do séc. XIX, começaram a se estabelecer colonos estrangeiros que deveriam substituir pelo trabalho livre o do escravo que se pretendia extinguir gradativamente.

Estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia: Cezar Zama, José Luís de Almeida Couto, Jerônimo Sodré Pereira, Virgílio Damásio, reuniram-se em 1852 e fundaram a “Sociedade Dois de Julho”, com o objetivo de alforriar escravos (BAHIA, R. 1954; p. 118).

Em 1852 o arcebispo D. Romualdo Antonio de Seixas fundou um seminário menor, com o nome de Seminário São Vicente de Paula, abrindo inicialmente suas portas para todos os jovens que quisessem fazer os estudos maiores, que preparavam para o ingresso em cursos superiores; funcionava com alunos internos e externos.

Em 1854, o ministro do Império, Luís Pedreira do Couto Ferraz, fez a sua reforma do ensino e, entre outras providências, criou a Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária destinada a fiscalizar e orientar o ensino público e privado nos níveis primário e médio na cidade do Rio de Janeiro, e estruturou a instrução primária – gratuita por dispositivo constitucional – em dois níveis: instrução elementar, com a denominação de escolas do 1º grau, e instrução superior, com a denominação de escolas do 2º grau (HAIDAR, 1995; p. 46). Recomendou que as províncias, ao fazerem suas reformas, seguissem o modelo da corte.

Em 12 de setembro de 1854 foi criado na Corte o Imperial Instituto de Menores Cegos.

Em 1859 e 1860 criaram-se os Imperiais Institutos Baiano (decreto nº 2.500-A de 1º de novembro de 1859) e Fluminense (decreto nº 2.607, de 30 de junho de 1860) de Agricultura.

Apenas no ano de 1860 é que se teve uma resolução, a nº 828, de 10 de julho, reformando a Instrução Pública na Província. Este último, conhecido como “Regulamento Orgânico da Instrução Pública”, era de autoria do dr. João José Barbosa de Oliveira [pai de Rui Barbosa], Diretor Geral dos Estudos, liberal. Sofreu alterações pela resolução nº 868, de 6 de dezembro de 1861, que lhe dava execução. Foi substituído pelo Regulamento da Instrução Pública, que efetivamente o regularizava, baixado em 22 de abril de 1862.

Por ele, entre outras determinações, extinguiram-se todas as aulas maiores, que, apenas se poderia cursar agora no Liceu provincial, situado em Salvador. O Regulamento Orgânico ainda constituía em internatos separados as duas Escolas Normais, uma para cada sexo, com um curso de duração de três anos. E o Conselho Superior de Ensino passava a ser composto por 12 membros. Este Regulamento Orgânico efetivamente reestruturou todo o ensino público na província, e os anos de 1860 e 1862, a partir de quando ele foi posto em prática, tornaram-se, de fato, outro importante marco na organização da educação pública baiana. Completando a reorganização do ensino, foi baixado nesta mesma data (22 de abril de 1862) um Regulamento para a Secretaria da Diretoria Geral dos Estudos.

Lei geral de 26 de junho de 1862 adotava no país o sistema métrico decimal francês.

O decreto nº 3.073, de 22 de abril de 1863, assinado pelo ministro do Império, Marquês de Olinda [Pedro de Araújo Lima], uniformizava os estudos das cadeiras dos seminários episcopais subvencionados pelo Estado.

No período em que estava ocorrendo a guerra do Paraguai, o decreto nº 4.046, de 19 de dezembro de 1867 aprovou o regulamento provisório do Instituto dos Surdos-Mudos, recém criado no Rio de Janeiro. Mais tarde, o decreto nº 5.435, de 15 de outubro de 1873, sancionou o regulamento que dava nova organização ao Instituto dos Surdos-Mudos.

Neste período (1850 a 1870) ocorreu na Bahia um primeiro surto de industrialização com alguns investimentos no ramo têxtil para atender à demanda direta e indireta da produção açucareira.

c) ocaso do Império de 1870 a 1889

A terceira fase do império começou em 1870, ano em que se concluiu a guerra do Paraguai e, também, em que se fundou no Rio de Janeiro o Partido Republicano, já como um prenúncio da futura queda do regime imperial, e terminou com a proclamação da república.

O ano de 1870 foi outro marcante na Bahia, com novos atos de reforma da educação pública, emitidos pelo líder conservador Francisco Gonçalves Martins, barão de São Lourenço, outra vez na presidência da província. Com ela se suprimiu o internato da Escola Normal para homens, que foi substituído por um curso semelhante, a ser concluído em dois anos, para alunos externos. Ato de 21 de janeiro deste ano determinava continuar em internato a Escola Normal para senhoras, sendo o curso delas ainda de três anos letivos (NUNES, 1999, p. 87).

Esta reforma restabeleceu as cadeiras de Física e de Química no Liceu, desdobrou a cadeira de Geografia e História, estabeleceu que os concursos se realizariam em palácio sob a presidência do Governo, tornou incompatível o cargo de professor do Liceu com o de professor da Faculdade de Medicina, atribuiu ao professor de História Natural a direção do Museu, acumulou o cargo de diretor do Liceu com o de Diretor da Instrução Pública, criou o bacharelado em ciências e determinou a preferência dos bacharéis pelo Liceu, principalmente os diplomados em ciências, para os cargos públicos.

A resolução nº 1.116, de 4 de março deste ano de 1870, aprovava os atos anteriores de 18 e 21 de janeiro, 21 e 22 de fevereiro deste ano reformando a instrução pública e, também, criava uma revista sobre Instrução, nomeando para seu redator-chefe o professor de inglês do Liceu, Antonio Franco da Costa Meireles, e para colaborador, o inspetor geral das aulas, Anfilóbio Botelho Freire de Carvalho.

Ato de 18 de janeiro de 1871, do Barão de São Lourenço, autorizava a existência de escolas mistas, podendo meninos de até 7 anos cursar escola de meninas. Esta ideia foi aproveitada, segundo Amaral (1921-1922, p. 280), da legislação escolar norte-americana.

No ano de 1871 criou-se, nas salas superiores do edifício do Liceu uma Biblioteca da Instrução Pública, que recebeu donativos im-

portante do Diretor da Instrução e do vice e de alguns professores, além do governo oferecer obras que tinha em duplicata na Biblioteca Pública para ampliar o seu acervo. A administração provincial também adquirira (em 1868) 391 quadros do falecido conselheiro Jonathas Abbot que foram colocados em uma galeria no Liceu que recebeu a denominação de Galeria Abbot. O professor de Desenho, Francisco Rodrigues Nunes, foi nomeado para conservar a galeria e confeccionar um catálogo da mesma. A revista da Instrução Pública continuava a ser publicada regularmente neste ano, tendo 344 assinantes (MOACYR, 1939, v. 2; 156-157).

Em 28 de setembro de 1871 foi promulgada a Lei nº 2.040, conhecida pelo nome de Lei do Ventre Livre, outra etapa na gradativa extinção da escravatura, libertando os filhos de mulher escrava nascidos de então em diante e dando outras providências para libertação anual de cativos, regulamentada de forma geral em 13 de novembro de 1872. Cortava-se, assim, a segunda fonte da escravidão (a reprodução natural), além do tráfico, já extinto desde 1850, impondo-se um crescente recurso à imigração estrangeira, ensaiada no período anterior.

Em 1872 realizou-se o primeiro recenseamento geral da população no Brasil.

A lei orçamentária de nº 1.335, datada de 30 de junho de 1873, autorizava nova reforma no ensino baiano, realizada por ato de 27 de setembro de 1873. Este ato, com o Regulamento publicado na mesma data, ficou sendo vulgarmente conhecido pelo nome de “Regulamento Freire de Carvalho”, por estar José Eduardo Freire de Carvalho, que já fora Diretor Geral dos Estudos, como vice-presidente à frente do governo provincial, e ter baixado tais atos. Esta reforma foi aprovada posteriormente, com algumas alterações, pela lei da Assembleia Legislativa de nº 1.561, em 28 de junho de 1875.

Por ela o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública voltava a ser separado do de diretor do Liceu; os professores do Liceu foram proibidos de examinar os preparatórios para o curso superior (em virtude disto o Liceu sofreu notável decadência, tendo suas matrículas começado a decrescer, a ponto de várias cadeiras ficarem sem alunos); o governo foi autorizado a remover do Liceu a Galeria Abott; os membros do

Conselho Superior da Instrução seriam três membros natos (o Diretor Geral de Estudos e os diretores do Liceu e da Escola Normal) e seis outros nomeados: dois professores do Liceu, um inspetor geral, um diretor ou professor do ensino particular e dois membros não pertencentes ao magistério. As Escolas Normais mantinham-se duas, com curso de três anos, sendo que a de homens em regime de externato e a de senhoras em internato. O curso seria essencialmente prático e, em função disso, foram criadas as escolas primárias anexas às escolas normais. Este ato insistia em dizer que os escravos não poderiam ser matriculados, relacionava as obrigações do professor e estabelecia o tipo de castigo disciplinar a que ficavam sujeitos os alunos; determinava exames anuais nas escolas públicas primárias e uma reunião anual dos professores onde seriam dadas conferências de interesse para o ensino. Aí também se instituíram escolas noturnas para adultos trabalhadores.

No ano de 1874 a lei provincial nº 1.370, de 24 de abril, autorizou a criação de bibliotecas populares em todas as cidades da província, devendo o governo fazer gastos para a aquisição inicial de livros e uma compra anual para sua atualização. Ato de 11 de agosto de 1875 do vice-presidente em exercício, José Eduardo Freire de Carvalho, mandava criar bibliotecas populares em todas as cidades da província e inclusive lhes deu nesta data o Regulamento, no qual se proibia o empréstimo de livros exceto por ordem do Governo da Província ou da Câmara Municipal. As Câmaras municipais é que deveriam se responsabilizar pela casa, luz, móveis, custeio e conservação das bibliotecas populares, ficando também a seu cargo a nomeação dos empregados que fossem necessários para tanto (MOACYR, 1939, v. 2, p. 165).

Não houve, no entanto, na lei orçamentária de 1876 (a de 1875 fora feita em 26 de junho deste ano, antes, portanto, da lei criando as bibliotecas) nenhuma menção específica a respeito, uma vez que simplesmente fazia continuar em vigor para o ano financeiro de 1876-77 o mesmo orçamento do ano anterior, e não se tem conhecimento da criação destas bibliotecas nas cidades do interior da província. No ano de 1881, segundo o Almanaque da Província da Bahia organizado por Antonio Freire, nenhuma de tais bibliotecas havia sido ainda criada.

No ano de 1877 começou a funcionar a **Escola Agrícola da Bahia** mantida pelo Imperial Instituto Baiano de Agricultura, com 20 alunos, todos da Bahia.

Por toda a década de 70 do século XIX, inúmeras foram as leis criando escolas primárias em localidades do interior da província, expandindo-se o sistema público de ensino.

O decreto geral nº 2.771, de 29 de setembro de 1877, autorizou o Governo imperial a criar para os Institutos dos Meninos Cegos e o dos Surdos-Mudos (no Rio de Janeiro) um patrimônio de 2.000:000\$000 (MJNI-AN, 1962, p. 172-173 e 175 e AVELLAR, 1970, p. 240-241).

No ano de 1878, o então Diretor Geral de Instrução baiano, Emílio Lopes Freire Lobo, consultou o presidente da província Antonio de Araújo de Aragão Bulcão sobre se os “ingênuos” (pessoas que nasceram livres e nunca foram escravas, especialmente usado na época para designar os filhos de escravas que eram livres depois da lei geral nº 2.040, de 28 de setembro de 1871) podiam ser admitidos nas escolas públicas e o presidente resolveu, conquanto não houvesse disposição regulamentada a respeito, que sim, deviam – em vista da lei geral 2.040, mais conhecida por “Lei do Ventre Livre” – ser aceitos pelos professores públicos por lhe parecer o mais de acordo com o progresso e civilização dos povos (NUNES, 1999a, p. 74). Os filhos de escravas, nascidos depois da lei de 28 de setembro de 1871, passaram a poder se matricular nas escolas públicas, mas a interdição continuava existindo para os demais escravizados.

Em 1879 o Ministro do Império, Carlos Leôncio de Carvalho, liberal, fizera uma reforma na instrução primária e secundária do município da corte e superior em todo o Império, recomendando às províncias, para uniformização do ensino no país, que procurassem seguir os mesmos princípios da instrução pública na corte.

Sua reforma, inspirada no sistema norte-americano de ensino, preconizava grande liberdade de ensino, por isto ficou conhecido como “Decreto do Ensino livre”. Todos os que se julgassem aptos poderiam lecionar, sem necessidade de provas ou autorização especial. A frequência às aulas de Religião deixava de ser obrigatória e tais aulas seriam ministradas fora do horário escolar. Eliminou-se a proibição dos escravos frequentarem a escola pública.

Ele também julgava que a educação deveria começar o mais cedo possível e recomendava a criação de Jardins de Infância. Recomendou

a criação de Escolas Normais em **todas** as províncias. Introduziu no curso primário as matérias: Desenho Linear e Elementos de Música e de Ginástica. E no curso secundário, Álgebra e Geometria, Elementos de Física, Química e História Natural; explicações sobre a Constituição política do império e Noções de Agricultura, Horticultura e Economia social para os meninos e Economia Doméstica para as meninas. Inseriu no currículo das Escolas Normais: Inglês, Alemão, Italiano, Latim e Retórica. Eram os princípios iluministas que finalmente eram levados em consideração pela política educacional do governo.

Sobre este “Decreto do Ensino Livre” é que foram elaborados os famosos pareceres de Rui Barbosa, consultando também reformas liberais ocorridas na Europa, mas demorando de ser feito; ficaram prontos em 1882 e, 1883 e pela mudança de partido no poder, não chegaram a ser votados.

Na Bahia vigorou uma forma amenizada deste decreto, com o chamado “Regulamento Bulcão”, aprovado em 5 de janeiro de 1881, sendo secretário geral de governo o educador liberal da ala agrária Sá-tiro de Oliveira Dias.

Neste período de 1870 até o fim do Império, houve um 2º momento da industrialização na Bahia quando coincidiram um aumento dos empreendimentos no ramo têxtil, uma elevação dos preços do açúcar, a expansão da produção fumageira, a instalação da lavoura cacauieira, a expansão das operações da Companhia de Navegação Baiana e a extensão do sistema ferroviário (PEDRÃO, 199, p. 59). Isto gerava novas necessidades educacionais para o trabalho e possivelmente uma maior necessidade de alfabetização da população para fazer frente à maior complexidade do sistema fabril, preocupações que estarão presentes no início do período republicano.

Mas no fim do período imperial – se bem que não tão predominantemente como no início deste século – pode-se dizer que a província da Bahia, ainda era uma das províncias do Império com maior nível educacional e grande número de graduados em cursos de nível superior.

Referências

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução pública no Brasil (1500-1889)** Tradução de Antônio Chizzotti. São Paulo: EDUC/Brasília: INEP/MEC, 1989. 365 p.
- AMARAL, Braz do. **Recordações históricas**. Porto: Tipografia Economica, 1921. 337 p.
- AMARAL, Braz do. **História da Bahia do Império à República**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923. 379 p.
- AMARAL, José Álvares. Resumo chronologico e noticioso da província da Bahia, desde o seu descobrimento em 1500, escrito em 1880, revisto e anotado por J. Teixeira Barros. In: **Revista do Instituto Geografico e Histórico da Bahia** nº 47, 1921-1922, p.71-559.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996. 255 p.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História administrativa e econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME / Ministério da Educação e Cultura, 1970. 379 p.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964. 803 p. esp. Parte Terceira: A transmissão da cultura.
- AZEVEDO, M. D. Moreira d'. Instrução Pública nos tempos coloniais do Brasil. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** vol. 55 parte II, 1892, p. 141-158.
- BAHIA, Renato. **O estudante na história nacional**. Salvador: Progresso, 1954. 217 p.
- BIVAR, Diogo Soares da Silva e. **Almanach para a cidade da Bahia, anno 1812**. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria de Educ. e Cultura / Conselho Estadual de Cultura, 1973.
- BRESCIANI, Carlos, SJ. (org.). **Companhia de Jesus – 450 anos a serviço do povo brasileiro**. São Paulo: Loyola, 1999. 239 p.

- CALMON, Pedro. **História social do Brasil. Vol. 1 – Espírito da sociedade colonial.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2002. 237 p.
- CALMON, Pedro. **A bala de ouro.** História de um crime romântico. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947. 247 p.; 2. ed. (prefácio de Cid Teixeira): Salvador: Assembleia Legislativa do Estado/ Academia de Letras da Bahia, 1998. 266 p. il.
- CARRATO, José Ferreira. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais.** São Paulo: Nacional / EDUSP, 1968. 311 p.
- CARVALHO, Rômulo de. **História do ensino em Portugal.** Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 2. ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 965p
- CATHARINO, José Martins. **Trabalho índio em terras da Vera ou Santa Cruz e do Brasil – tentativa de resgate ergológico.** Rio de Janeiro: Salamandra, 1995. 628 p.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade temporã. O Ensino superior da Colônia à Era de Vargas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 295 p.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1992. 611 p.
- DEL PRIORE, Mary (org.) **História da criança no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996. 176 p.
- DEL PRIORE, Mary (org.) **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1999. 444 p.
- FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá.** São Paulo: Hucitec / Brasília: Editora da UNB, 1989. 326 p.
- FERREIRA, Tito Lívio. **História da educação luso-brasileira.** São Paulo: Saraiva, 1966. 287p.
- FLEIUSS, Max. **História administrativa do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923. 357 p.

FREIRE, Antonio (org.). **Almanak da província da Bahia – 1881**. Bahia: Litho-typographia de João Gonçalves Tourinho (Arcos de Santa Bárbara n.83), 1881. 1ª parte, 55 p. 2ª parte, 259 p. 3ª parte, 183 p., 4ª parte, 125 p. [IGHBA]

FREYRE, Gilberto. **Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – CASA GRANDE & SENZALA: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** [1ª ed., 1933]. In: SANTIAGO, Silviano. **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2002, vol. 2, p. 121-645.

GALVÃO, Eduardo. **Índios do Brasil: áreas culturais e áreas de subsistência**. Salvador: Centro Editorial e Didático, Universidade Federal da Bahia, 1973. 76 p mais 8 de fotos.

GOMES, Joaquim Ferreira. **Para a história da educação em Portugal – seis estudos**. Porto: Porto Editora, 1995. 126 p.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. A instrução popular no Brasil antes da república. In: BREJON, Moisés (org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus – Leituras**. 24. ed. São Paulo: Pioneira, 1995, p. 39-56.

HAUCK, João Fagundes; FRAGOSO, Hugo; BEOZZO, José Oscar *et al.* **História da Igreja no Brasil – Ensaio de interpretação a partir do povo – Segunda época – A igreja no Brasil no sec. XIX**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. 322 p

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Pioneira, 2003. 135 p.

HOONAERT, Eduardo; AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil – ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época**. 4. ed. Petrópolis: Vozes / Paulinas, 1992. 442 p.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.

MATTA, Raymundo. **Do Império à República (140 anos de História) – Evolução histórica do Conselho Estadual de Educação da**

Bahia. Separata (*Redactas*: 15, 16 e 19), Salvador-Bahia: Conselho Estadual de Educação da Bahia, 1982. Em Anexo a reprodução fac-similar do Relatório apresentado pelo Conselho de Instrução Pública à Assembleia Legislativa da Província da Bahia em 1846.

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da Educação no Brasil – o período heroico (1549-1570)**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1958. 306 p.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia, século XIX – Uma província no império**. Tradução de Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 747 p.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 201 p.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES – ARQUIVO NACIONAL. **Organizações e programas ministeriais. Regime parlamentar no Império**. 2. ed., Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1962. 469 p.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o império – subsídios para a História da Educação no Brasil, 1823-1853**. 1º vol. São Paulo: Nacional, 1936. 614 p. 2º vol. 1937, 614 p.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias – subsídios para a história de educação no Brasil, 1834-1889**. São Paulo: Nacional, 1939, 3 volumes.

MOURA, Pe. Laércio Dias de, SJ. **A educação católica no Brasil – passado, presente e futuro**. São Paulo: Loyola, 2000. 311 p.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**. São Paulo: Melhoramentos, 1989. 632 p.

NUNES, Antonietta de Aguiar. A bipolaridade da educação jesuítica na Bahia colonial. **Revista da Academia Baiana de Educação**, Vol. 1 nº 5, p. 53-59, setembro de 1997.

NUNES, Antonietta de Aguiar. Diversos grupos negros africanos que vieram para a Bahia desde o século XVI. **Revista do Instituto Histó-**

rico e Geográfico Brasileiro, v. 150, n.364 – julho/setembro 1989, p. 380-409.

NUNES, Antonietta de Aguiar. As reformas educacionais na província da Bahia durante o Império brasileiro. In: **Revista Gestão em Ação**, Salvador, v. 2, nº 1, jan/jun 1999, p. 73-98.

NUNES, Antonietta de Aguiar. A trajetória de um político dedicado à educação: Sátiro de Oliveira Dias. In: **Revista GESTÃO EM AÇÃO** / Programa de Pós-Graduação em Educação da FAGED/UFBA, vol. 4 nº 2, jul-dez 2001, p.33-47.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. **Política educacional no início da República na Bahia**: duas versões do projeto liberal. Salvador: Faculdade de Educação da UFBA, 2003. 569p. (Tese de doutoramento).

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e cultura do Estado de Sergipe / Universidade Federal de Sergipe, 1984. 320 p.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **As fortificações portuguesas de Salvador quando cabeça do Brasil**. Salvador: Omar G., 2004. 264 p. (Selo Editorial da Fundação Gregório de Matos)

OSÓRIO, Ubaldo. **A ilha de Itaparica – História e Tradição**. 4. ed. rev. e ampl.; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979. 564 p.

OTT, Carlos B. **Formação e evolução étnica da cidade do Salvador (O Folclore baiano)**. Salvador: Prefeitura Municipal, 1955. 2 vols. V. 1, 238 p. v. 2, 237 p.

OTT, Carlos. **Pré-História da Bahia**. Salvador: Progresso, 1958. 269 p.

OTT, Carlos B. **As culturas pré-históricas da Bahia. Vol. I – A cultura material**. Salvador: Bigraf, 1993. 101 p.

OTT, Carlos B. **As culturas pré-históricas da Bahia. Vol. II – A mitologia**. Salvador: Bigraf, 1995. 89 p.

OTT, Carlos B. **Povoamento do Recôncavo pelos engenhos 1536-**

- 1888. Vol I – Os engenhos.** Salvador: Bigraf, 1996a. 108 p.
- OTT, Carlos B. **Povoamento do Recôncavo pelos engenhos 1536-1888. Vol II – Os engenhos.** Salvador: Bigraf, 1996b. 90 p.
- PEDRÃO, Fernando. **500 anos de comércio na Bahia.** Salvador (mimeo), 1999. 112 p.
- PEDRO II, D. **Diário da Viagem ao Norte do Brasil.** Salvador: Universidade da Bahia, 1959. 320 p
- PEIXOTO, Afrânio. **Livro de Horas.** Rio de Janeiro: Agir, 1947; 323 p.
- PEIXOTO, Afrânio. **Breviário da Bahia.** Rio Janeiro: MEC - Conselho Federal de Cultura, 1980. 310 p
- PROJETO MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Experiências inovadoras na Educação baiana na década de 1960.** Salvador: Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2001/2002. 264 p.
- QUERINO, Manuel. **A Bahia de outrora.** Prefácio e notas de Frederico Edelweiss. Salvador: Progresso, 1955. 348 p.
- QUERINO, Manuel. **Costumes africanos no Brasil.** 2. ed. Recife: FUNDAJ / Massangana / FUNARTE, 1988. 251 p.
- REBELLO, Domingos Antônio. Corografia, ou Abreviada História Geográfica do Império. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, nº 55, p. 5-235, 1929.
- RIBEIRO, Berta. **O índio na História do Brasil.** São Paulo: Global, 1983. 125 p. (Coleção História Popular;13)
- RISÉRIO, Antonio. **Uma história da cidade da Bahia.** Rio de Janeiro: Versal; Salvador: Quarteto, 2000. 399 p.
- RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** 6. ed. São Paulo: Nacional / Brasília: Editora da UNB, 1982. 283 p.
- SALVADOR, Frei Vicente de. (natural da Bahia) **História do Brasil.** 3. ed. revista por Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1931; 632 p.

- SAMPAIO, Teodoro. **História da fundação da cidade do Salvador.** (obra póstuma). Salvador: Tipografia Beneditina, 1949. 295 p.
- SERVA, M.^a da Silva (Tipógrafo). **Almanaque civil político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845.** Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1998. 447 p e mais 16 de índice.
- Salvador: Tipografia Beneditina, 1949. 295 p.
- SILVA, Alberto. **A cidade d'El Rei (aspectos seculares)** Salvador: Arquivo Municipal, 1953. 203 p
- SILVA, Alberto. **Raízes históricas da Universidade da Bahia.** Salvador: UFBA, 1956. 150 p.
- SILVA, Alberto. **A primeira capital do Brasil.** (Edição póstuma) Salvador: Prefeitura de Salvador / Imprensa Oficial da Bahia, 1963. 267 p.
- SOARES, José Carlos de Macedo. **Fontes da história da igreja católica no Brasil.** São Paulo: Tipografia Edanee, 1954. 381 p.
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Notícia do Brasil.** São Paulo: Empresa Gráfica da *Revista dos Tribunais*, 1974. 489 p. (Col. *Brasiliensia Documenta*, org. por Edgard de Cerqueira Falcão, vol. VII)
- SOUSA, Ione Celeste de. **Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945.** São Paulo: EDUC; Editora da PUC, 2001. 197 p.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** São Paulo: Editora da UNESP / Salvador: EDUFBA, 2001. 542 p.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **Fontes para o estudo da Educação no Brasil – Bahia.** 2. ed. Salvador: Universidade do Estado da Bahia UNEB, 2001/2002, 500 p.
- TELLES, José Francisco. **Subsídio à História da Pedagogia e da Educação na Bahia (Recordações de um Mestre-Escola).** 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1989. 101 p.

TOBIAS, José Antonio. **História da educação brasileira**. 3. ed., São Paulo: Ibrasa, 1986. 349 p.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. **O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura**. Salvador: Mestrado em Ciências Sociais da UFBA, 1982. 261 p. (Dissertação de Mestrado)

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 275 p.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1981. 3 vols.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. [reedição das *Cartas soteropolitanas e brasílicas*]. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Itapuã, 1969. 3 vols. (especialmente Carta Oitava, sobre Educação, vol. I, p. 271-292).

WILDBERGER, Arnold. **Os presidentes da Província da Bahia: efetivos e interinos, 1824-1889**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949. 861 p.

D. João VI e o 8º Conde dos Arcos: personalidades paralelas ou convergentes?¹

Armando Alexandre dos Santos

Resumo:

Este artigo tem o objetivo de resgatar a figura do 8º Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito. Ele foi nomeado pelo Príncipe Regente D. João e há 200 anos assumiu o governo da Capitania, na Bahia.

Palavras-chave: Conde dos Arcos; resgate histórico; governo.

Abstract:

This article has the objective of rescue the figure of 8 Conde of the Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito. He was appointed by the Prince Regent D. João and 200 years ago took over the government of the Province, in Bahia.

Keywords: Count of Arcos; historical review; government

É uma alegria muito grande estar novamente aqui, nesta simpática e charmosa Bahia, nesta cidade encantadora que, na realidade,

¹ Texto recomposto a partir da gravação da conferência.

nunca deixou de ser a capital intelectual do Brasil, participando de um colóquio tão oportuno e importante.

Antes de prosseguir, gostaria, a bem da verdade, fazer um pequeno protesto. Atribuíram-me, no folder do Seminário, um título doutoral que não possuo, e que só posso creditar à bondade e simpatia dos amigos baianos que organizaram este evento. Por mais generosa que tenha sido sua intenção, não posso aceitar o que não é de direito.

Este Seminário Internacional é consagrado especificamente a recordar e homenagear a figura de D. Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos de Valdevez – que há 200 anos assumiu aqui, na Bahia, o governo da Capitania, nomeado para esse posto pelo Príncipe Regente D. João, e há 180 anos passou para a Eternidade – se insere no quadro das celebrações dos 200 anos da vinda da Família Real.

Depois da magnífica exposição aqui feita pela minha amiga Dra. Cybelle Moreira de Ipanema – pela qual, além da admiração pela grande historiadora que é, com tantos trabalhos magníficos publicados, tenho também uma vinculação especial, já que foi, de certa forma minha madrinha na cerimônia de admissão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pois foi ela que me impôs o colar acadêmico, no cerimonial previsto pelo regimento – cabe-me falar de D. João VI e do Conde dos Arcos – personalidades paralelas ou convergentes.

Na própria metáfora do título, inteligentemente sugerida pelo meu amigo Prof. Jaime de Oliveira Nascimento, organizador deste Seminário, está indicado o centro da exposição que, se as senhoras e os senhores tiverem paciência de me ouvir, aqui lhes farei.

O que caracteriza duas retas paralelas é, como diria o velho Conselheiro Acácio, que nunca se encontram, porque não convergem.

Em História, porém, que não é ciência exata, nem sempre as coisas são tão simples. Em outras palavras, por mais paradoxal que possa parecer, em História retas paralelas podem, sim, convergir...

Vejamos como.

Tanto D. João VI – o Rei – quanto o Conde dos Arcos, tipicamente, ou até arquetipicamente um vassalo nobre devotado à pessoa do

Rei, enquanto representante supremo da Nação, e com a atenção também voltada para a sociedade, para suas transformações e seus avatares — ambos foram personagens muito marcantes, muito significativos, numa era de grandes transformações históricas.

Ambos viveram numa época de extrema importância, na passagem da Idade Moderna para a Idade Contemporânea, assinalada pela Revolução Francesa e pelas múltiplas consequências que, em cadeia, essa Revolução trouxe para o mundo inteiro.

Tão importante foi essa Revolução que uma expressiva corrente de historiadores de nosso tempo chega a negar que tenha existido uma Idade Moderna e que tenha existido um único Renascimento. Preferem falar numa sucessão de Renascimentos (o carolíngio, nos séculos VIII e IX, o do apogeu da Idade Média, no século XIII, e depois o Renascimento propriamente dito, o humanista, a partir do século XIV) e preferem estender a Idade Média até a Revolução Francesa. É o que chamam de “Longa Idade Média”. Entendem que foi a Revolução Francesa, e não o Renascimento, que assinalou o fim da Idade Média e do feudalismo — ou, como preferem — do sistema feudal. Para essa posição propendem, entre outros, os franceses Jacques Le Goff e Alain Guerreau.

Situada numa posição ideológica bem diversa, a Profa. Alexandra Willhelmsen, da Universidade de Dallas, considera, numa ótica religiosa católica, que a Revolução Francesa significou para a Igreja Católica um prejuízo maior do que a eclosão do protestantismo no século XVI. Ela também, pois, numa ótica bem diversa da adotada por Le Goff e Guerreau, destaca a suma importância dessa Revolução.

Pois bem, foi exatamente nessa fase de transição, nessa fase demarcada pela Revolução Francesa, que viveram os dois grandes personagens que estamos estudando.

D. João VI, nascido em 13/5/1767, assumiu a regência de Portugal em 1792, aos 25 anos de idade, substituindo sua mãe D. Maria I, quando esta adoeceu, precisamente, segundo consta, em consequência da Revolução Francesa.

E o Conde dos Arcos, nascido em 1771 (quatro anos, portanto, mais novo que D. João VI), era jovem de 18 anos quando caiu a Basti-

lha. Tinha 22 anos quando foi guilhotinado Luís XVI, e 36 para 37 anos quando, em decorrência da invasão de Portugal pelas tropas de Junot, o Príncipe-Regente D. João, com toda a Família Real portuguesa, se deslocou para o Brasil.

Ambos viveram, pois, intensamente, essa fase de transição importantíssima.

É à luz da historiografia que podem, ambos, ser vistos, analisados e julgados.

É muito ampla a bibliografia acerca de D. João VI. No ano de 2008, diversos títulos foram lançados, uns mais profundos e ponderados, outros mais bem midiáticos e visando a atingir grandes vendagens.

Sobre D. Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos, é mais restrita a bibliografia, destacando-se os trabalhos do brasileiro Prof. Sebastião Pagano, na Coleção Brasileira, e os do português Rocha Martins — bem como os estudos já publicados e, sobretudo, os que ainda há de publicar, nosso particular Amigo D. Marcus de Noronha da Costa, da Academia Portuguesa da História, aqui presente. D. Marcus, Conde de Suberra, é o atual proprietário, em Lisboa, do Palácio do Salvador, que pertenceu ao seu antepassado 8º Conde dos Arcos. E é também, por via feminina, descendente de D. João VI, personagem igualmente focalizado nesta comunicação.

Além das obras específicas sobre D. João VI e o 8º Conde dos Arcos, também a bibliografia mais genérica sobre a fase em que viveram, deve ser, obviamente, tomada em consideração — tanto a portuguesa quando a brasileira.

No tocante à bibliografia brasileira, cabe um comentário que gostaria de fazer desde logo, embora um pouco à margem do assunto de que estamos tratando.

Lembro de ter lido, na Internet, uma historieta de uma pessoa que, aos 7 anos, via o pai como um homem que sabia tudo, aos 12 começou a notar suas lacunas, aos 17 começou a achar o pai bem ignorante e, aos 25, o considerava uma nulidade total. Mas depois, à medida que foi amadurecendo e ganhando experiência, começou a redescobrir

os méritos do pai. E, no final, já velho, concluiu que tinha razão aos 7 anos, ou seja, o pai era sábio mesmo.

Essa historieta me fez lembrar o tema da historiografia brasileira sobre os 322 anos de nossa história em que estivemos unidos a Portugal.

Em 1822, o Brasil se separou de Portugal e passou a conduzir seu próprio destino. Era um adolescente que chegava naquela fase crítica em que briga com os pais, diz uns desaforos e sai de casa, batendo a porta e decidido a andar com as próprias pernas, para mostrar aos “velhos” que é melhor que eles.

Nos primeiros tempos, procura esquecer o passado, procura começar tudo da estaca zero.

Quando se lembra do passado, é para criticar a formação que recebeu. Quando dá algum passo em falso e cai, a culpa é sempre atribuída aos pais, que não o prepararam devidamente...

Mas os anos e as décadas vão passando e, cada vez mais, queira ou não queira, sua lembrança se volta para a infância, para a fase de sua formação, e os pais vão sendo revalorizados. Algumas décadas depois, já maduro e experimentado, reconhece o papel dos pais e lhes faz justiça.

Isso, de certa forma, se passa com muitos países novos, antigas colônias emancipadas de suas metrópoles.

Depois que o Brasil se separou de Portugal, a historiografia do período imperial tendeu a fixar em 1822 o “ano zero” da nova nação. O que vinha antes, ficava relegado a uma espécie de pré-história, e todos os erros e falhas do período imperial, todas as lacunas e carências, tudo era culpa do passado dito “colonial”.

Quase toda a historiografia brasileira do século XIX tendeu a ser extremamente crítica do passado luso. Portugal teria explorado o Brasil, teria roubado o ouro, teria impedido o seu progresso, foi uma pena que os holandeses não tivessem conquistado o Brasil etc. etc. Essa foi a linha ideológica prevalecente da chamada historiografia liberal do século XIX.

Em vários países da América espanhola, o mesmo caminho foi percorrido. Conheço alguma coisa da historiografia peruana, da argen-

tina e chilena e tenho referências indiretas à historiografia do México e do Equador. Um elemento muito valorizado, nas primeiras décadas de independência dos povos hispânicos, foi a história indígena anterior à chegada dos espanhóis. Os cruéis imperadores astecas, dominadores e tiranos de vários outros povos indígenas, um dos quais de cultura até muito mais antiga e superior, foram erigidos pela historiografia mexicana à condição de sábios e maravilhosos estadistas. Os incas, que dominavam e exploravam outras etnias também foram idealizados e romanizados, como administradores geniais em nada inferiores aos antigos romanos. No Brasil, *mutatis mutandis*, de certa forma houve algo disso, com o indigenismo que impregnou a literatura, mais do que a historiografia — se bem que de modo menos marcado que na Hispanoamérica.

A perspectiva do tempo, porém, permitiu mais objetividade. O historiador chileno Jayme de Eyzáguirre (1908-1968) se referiu, numa obra que li há muitos anos, a uma tendência geral de revisão do passado, no século XX, nos vários povos americanos (recordo que ele incluía o Brasil e mostrava estar bem a par das obras publicadas no Brasil).

De fato, entre nós houve essa tendência para reestudar o passado, em autores (historiadores, sociólogos e outros) de várias orientações ideológicas, num sentido crítico, sim, mas também num sentido de procurar considerar com olhar mais compreensivo os elementos constitutivos da nossa formação.

Os primeiros 322 anos de nossa História, foram, na realidade, um longo e fecundo período de gestação, de crescimento e de amadurecimento, até o momento da emancipação. Aliás, não é por estar aqui, nesta cidade, nem por desejo de ser amável, que digo isso, mas correspondeu quase inteiramente ao período em que a Bahia era o coração e o cérebro do Brasil.

Que houve erros e injustiças na administração portuguesa, é claro que houve, e foram numerosos. Que esses erros e injustiças influenciaram o desenvolvimento posterior do país, é claro que influenciaram. Mas não se pode sempre atribuir a uma espécie de “herança maldita” todas as culpas e mazelas de um país que há quase 200 anos tem vida própria e já dispôs de tempo e de recursos mais do que suficientes para corrigir o que devia ser corrigido.

Por outro lado, também a perspectiva do tempo permite avaliar os males que foram evitados graças aos sábios rumos tomados no período colonial. Se em vez de um sistema agrário-patriarcal e multirracial descrito por Gilberto Freyre em “Casa Grande e Senzala” e em “Sobrados e Mocambos”, (com um estilo bem luso, um estilo, por assim dizer, um tanto relaxado e livre de ir promovendo o desenvolvimento econômico sem grandes planejamentos e sistematizações), tivéssemos sido colonizados por mercantilistas ingleses ou holandeses no espírito descrito por Max Weber, o que seria do Brasil? Existiria o “homem cordial” de que falou Sérgio Buarque de Holanda? Ou viveríamos, como os Estados Unidos, nadando em riquezas, mas com uma sociedade profundamente dividida do ponto de vista racial, com ressentimentos profundos e não resolvidos, com feridas do passado não inteiramente cicatrizadas, com problemas que a perspectiva do próximo duelo eleitoral McKain/Obama põe a nu nestas semanas? Ou seríamos, talvez, uma imensa Guiana Holandesa? Quem sabe?

Pode ser que eu me engane, mas os Estados Unidos me dão, um pouco, a impressão de “bananeira que já deu cacho”, como dizem os caipiras. Ou seja, correram demais, se desgastaram, ganharam muito dinheiro, detêm ainda muito poder e prestígio, mas sentem que já deram o que podiam dar e, agora, é inelutável que venha o declínio. Já o Brasil, com mais de 500 anos de vida, ainda conserva a noção de que é uma nação jovem, ainda mantém a esperança de ser, como dizia Stephan Zweig, “o país do futuro”.

Se em vez de um regime predominantemente unitário na sua administração colonial, seguido, no Império, por um regime também unitário, que somente mais tarde, depois de bem constituída a nacionalidade, evoluiu para uma federação, tivéssemos tido uma administração colonial repartida em várias unidades, o Brasil teria mantido sua unidade política, ou se teria fracionado numa série de repúblicas e republiquetas, como aconteceu com a América Espanhola?

A mesma pergunta cabe quanto ao modo como se processou a Independência. Se não tivesse o Império brasileiro representado uma continuidade dinástica com o passado luso, aqui permanecendo a Família de Bragança, mas tivesse sido proclamada uma república, os novos governantes teriam tido suficiente prestígio e força política para manter

a unidade nacional? Ou se teriam multiplicado os caudilhos e tiranetes locais, que poderiam conduzir o país a um fracionamento?

Se A Família Real portuguesa não tivesse vindo para o Brasil, em 1808, mas tivesse caído prisioneira das tropas napoleônicas, o que teria sido do Brasil?

Vejo que, a propósito do tema da nossa palestra, e um tanto à margem dela, estou levantando uma série de pontos opinativos e até bem polêmicos, mas que me parecem muito próprios a despertar o interesse de estudiosos de História. Nos Estados Unidos, esse tipo de raciocínio histórico hipotético, virtual, se chama de *História Contra-Factual*. Lá, mais do que na Europa, são frequentes os trabalhos históricos que aprofundam essas perspectivas virtuais, que, embora situadas no campo da ficção, podem ser úteis para a compreensão da história real.

Lembro, mais uma vez, a já tantas vezes citada frase do historiador inglês Eric Hobsbawm: “O SE não faz história, mas ajuda a fazer”.

Retornemos ao nosso tema. Falemos de D. João VI.

Personagem particularmente visado pelos pseudohistoriadores foi D. João VI, o monarca posto pelas circunstâncias no leme da nau do Estado luso-brasileiro numa hora particularmente trágica, na qual, sem deixar de ser um homem bondoso, clemente, até um tanto bonacheirão, foi um grande rei e soube desempenhar seu papel histórico à altura das gloriosas tradições que representava.

Quando foi decapitado em Paris o Rei Luís XVI, em 1793, Portugal, então governado pelo Príncipe-Regente D. João, e a Espanha, na qual reinava Carlos IV, que tinha como todo-poderoso ministro Manuel de Godoy, declararam guerra à República Francesa. Na mesma *entente* figurava a Inglaterra. Portugal enviou, para o Roussillon, região sul da França, uma divisão composta por seis regimentos de infantaria; essa divisão lá permaneceu quase dois anos, combatendo, com alguns sucessos apreciáveis, lado a lado com os espanhóis, contra os princípios da Revolução Francesa. Mas estes acabaram se impondo em Madri, com a traição de Godoy (o chamado “Príncipe da Paz”), e o governo espanhol fez a paz em separado com a França revolucionária e passou a defender os interesses desta na Península. Traíndo os compromissos assumidos,

voltou-se contra os aliados da véspera, chegando a declarar guerra, sucessivamente, à Grã-Bretanha e a Portugal. Estabelecida em 1801 uma paz iníqua e precária, prosseguiu o mesmo trabalho de sapa por parte de Godoy, que parecia empenhado não só em eliminar a independência de Portugal, mas também em autodemolir o próprio trono de seu país.

A política de Godoy, levada habilmente por ele durante mais de 12 anos, conduziu às invasões napoleônicas na Península. Foi nesse contexto que as tropas napoleônicas atravessaram o território espanhol e se precipitaram, em três hordas sucessivas (chefiadas por Junot, Soult e Massena) sobre Portugal. A reação que tiveram então os povos ibéricos, na defesa das suas liberdades e das suas tradições, foi heróica e grandiosa.

No tocante à resistência portuguesa à primeira invasão revolucionária, o historiador austríaco João Batista Weiss assim descreve o levantamento nacional contra as tropas de Junot:

Os portugueses desfraldaram a sua bandeira nacional, ao repicar dos sinos, com júbilo festivo e fogos de artifício na cidade [do Porto]. Como um fogo em erva seca correu este movimento pelo país; a 11 de Junho de 1808 o antigo Governador de Trás-os-Montes proclamou soberano o Príncipe Regente e chamou às armas os habitantes. Nas cidades e aldeias respondeu o povo: ‘Viva o Príncipe Regente! Viva Portugal! Morra Napoleão!’

A 17 de Junho a mesma aclamação ressoou em Guimarães, a 18 em Viana, a 19 o Arcebispo de Braga fez retomar as prerrogativas pela Casa Real de Bragança, com grande concorrência do povo; osculou a antiga bandeira, e abençoou o povo, que cantou o *Te Deum laudamus*. Elegeu-se a seguir uma Junta, de que foi presidente o Bispo.

Em Coimbra ardia a juventude estudantil a favor da libertação da pátria, e o templo da ciência converteu-se em arsenal de guerra. No laboratório de química preparava-se pólvora. Os estu-

dantes espalhavam-se pelas aldeias, para incitar os trabalhadores manuais a armar-se; eram recebidos com o repique dos sinos, fogos de artifício e clamores de júbilo. Todos se armavam; os trabalhadores brandiam as suas gadanhas, desenterravam-se canhões que se tinham enterrado na última guerra de Espanha; frades com o crucifixo na mão iam à frente das tropas. O clero era todo fogo e chamas pelo levantamento nacional, mas impedia as crueldades que se tinham cometido na Espanha contra os inimigos.

A situação dos franceses tornou-se grave. Junot conhecia toda a grandeza do perigo, não podia receber auxílio da França, nem por mar, porque os cruzeiros ingleses o dominavam e vigiavam ao longo de toda a costa, nem por terra, pois a Espanha estava toda em armas e todos os correios eram interceptados. Com 24.000 homens não podia dominar a sublevação de todo um povo. (In: História Universal, Barcelona, 1931, p. 262-263).

Sobre o conjunto das operações militares entre os anos de 1808 e 1814, escreve o Pe. Joaquim José da Rocha Espanca:

Este ano de 1814 foi o último da guerra. Ganhou o exército anglo-luso 16 batalhas que foram as do Vimieiro, Corunha, Talaveira, Buçaco, Fuentes de Honor, Albuera, sítios de Ciudad Rodrigo, Badajoz e Salamanca, batalha de Vitória, dos Pirineus, sítio de S. Sebastião de Biscaia, Nivelles, Nive, Ortez (27/2/1814) e Toulouse (12/4/1814, quando Napoleão já tinha abdicado). Para que se veja num pequeno quadro quanto nos foi penosa a Guerra Peninsular, copio de um artigo de Augusto Pinho Leal o seguinte resumo das operações desta luta gigantesca: ‘Desde a invasão de Junot até ao fim da guerra, o exército português entrou em 16 batalhas gerais, 210 combates, 14 cercos, 18 assaltos, 6 bloqueios e 12 defesas de praças. Total: 276 ações’ (Veja-se o jornal *A Esperan-*

ça, nº 352 de 13/3/1879). (In: Memórias de Vila Viçosa, t. 14, 1984, p. 11-12).

O Príncipe-Regente D. João, não podendo resistir *in loco*, teve o bom senso de transferir-se com toda a sua Corte para o Brasil (executando, aliás, plano muito antigo já esboçado desde o século XVII) onde desenvolveria uma ação benéfica extraordinária, com a qual muito lucraria o Brasil. Menos feliz foi o Rei Carlos IV, da Espanha, que não conseguiu realizar projeto similar de se transferir para o México, e acabou caindo, juntamente com seu filho Fernando (depois Fernando VII), nas mãos de Napoleão.

Certos autores criticam injustamente a D. João VI, acusando-o de covardia. Postas as coisas como estavam, ele fez o que de melhor poderia ter feito. A transferência para o Brasil foi um lance político muito sagaz, que não só evitou a Portugal os vexames que sofreu a Espanha, reduziu a protetorado francês com José Bonaparte no seu trono durante mais de cinco anos (de Junho de 1808 a Setembro de 1813), mas também proporcionou consideráveis vantagens ao Brasil.

Vale a pena lembrar, a tal respeito, o depoimento do próprio Napoleão Bonaparte. No *Mémorial de Sainte-Hélène*, o ex-todo-poderoso senhor da Europa fez justiça a D. João VI, reconhecendo que sem a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil a Inglaterra não teria podido romper o apertado bloqueio em que se encontrava e tornar-se o agente principal da derrota final napoleônica (cf. João Ameal, *História de Portugal*, Porto, 2. ed., p. 566-567).

Os tão comentados lances de hesitação de D. João nos dias que precederam o embarque, ridicularizados e caricaturizados por certos autores, foram, na realidade, um recurso teatral que iludiu os franceses que não estavam esperando por aquilo e ficaram, literalmente, a ver navios... D. João precisava agir como agiu, fingindo estar hesitando entre as duas alianças possíveis (a da Inglaterra e a da França) porque havia, em Portugal, uma poderosa e influente facção favorável a Napoleão. Também essa “quinta-coluna” foi habilmente iludida.

Tudo isso está bem documentado nas atas do Conselho de Estado português, que comprovam que a transferência para o Brasil não

foi uma decisão precipitada e intempestiva, mas correspondeu a um plano magistral, longamente — e dissimuladamente — executado. Em conferência pronunciada no dia 26 de março de 2008, no salão-nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o Príncipe D. Luiz de Orleans e Bragança, Chefe da Casa Imperial do Brasil, sustentou documentadamente essa tese, diante de um auditório de mais de 800 pessoas. Falaram na mesma sessão e aduziram argumentação conclusiva, a esse respeito, o historiador português D. Marcus de Noronha da Costa, Conde de Suberra, membro da Academia Portuguesa da História e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aqui presente entre nós; a Profa. Dra. Nelly Martins Ferreira Candeias, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; e o Prof. Dr. João Grandino Rodas, diretor da Faculdade de Direito da USP — atual Reitor da USP. Essa sessão, que se revestiu de um brilho excepcional nos anais da própria Faculdade de Direito, foi, acima de tudo, um ato de justiça prestado à memória de D. João VI. Nela falou também, prestando homenagem a D. Pedro I, o Prof. Dr. Daniel Serrão, médico e cientista português de renome internacional, membro da Academia Portuguesa das Ciências e da Pontifícia Academia de Ciências do Vaticano.

De fato, já é bem hora de recolocar no seu devido lugar histórico o injustiçado D. João VI, que aqui chegou como Príncipe-Regente, em 1808; que aqui foi aclamado Rei, em 1816; que aqui assentou as bases de um grande Império luso-brasileiro; e que aqui teria permanecido até o fim de seus dias, se as circunstâncias lho tivessem permitido. São ridículas e carentes de qualquer fundamento histórico e são, mais ainda, aberrantes do bom senso elementar, muitas das asserções frequentemente feitas contra ele.

Pasmem as senhoras e os senhores com o seguinte trecho, extraído de um livro corrente no Brasil, a descrever o dia-a-dia de D. João VI:

Seu dia de trabalho começava às 6 horas da manhã. Quase sempre vestia um velho casaco sujo, puído, de grandes bolsos. Só em ocasiões especiais trocava o paletó pela farda vermelha com as condecorações. Depois das orações matinais, D. João quebrava o jejum com frangos e torradas. Então, guardava no bolso alguns pedaços

de frango que comia enquanto concedia audiências aos fidalgos mais íntimos e ao pessoal da administração (In: *Grandes Personalagens da Nossa História*, Abril Cultural, S. Paulo: 1972, vol. II, p. 281).

É espantoso que dislates desses sejam postos ao alcance de qualquer leitor!

Os depoimentos isentos de estrangeiros que privaram nessa fase com D. João VI vão em sentido diametralmente oposto. Vejam-se, por exemplo, para citar apenas umas poucas fontes insuspeitas, o livro “*O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*”, de Theodor von Leithold e Ludwig von Rango (Cia. Editora Nacional, Série Brasileira nº 328, São Paulo, 1966, tradução de Joaquim de Sousa Leão Filho) e o relato “*A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil*”, publicado inicialmente em inglês, em 1810, pelo oficial irlandês Thomas O’Neill, e cuja tradução acaba de ser lançada no Brasil pela Editora José Olympio.

Na realidade, D. João VI talvez não tenha sido um homem excepcionalmente brilhante, mas foi um monarca que soube condignamente, e até exemplarmente, desempenhar seu papel histórico. Uma das grandes vantagens da monarquia é que não requer necessariamente homens brilhantes, pois tal é a força da instituição e da continuidade que, como nota a historiadora Marie-Madeleine Martin em “*Le Roi de France, ou Les grandes journées qui ont fait la Monarchie*”, até mesmo monarcas medianos cumprem suas funções históricas de modo admirável.

Mas D. João VI não era apenas mediano. Ele estava bem acima da média e conseguiu, numa fase muito difícil da História luso-brasileira, resultados excelentes.

Entre outros, fizeram justiça a D. João VI historiadores sérios e conceituados como Oliveira Lima, Pandiá Calógeras e Hélio Vianna.

Na realidade, D. João, Príncipe-Regente e depois Rei, soube transformar em apenas 13 anos um Brasil Vice-Reino, que encontrou

provinciano e acanhado em 1808, num Reino-Unido a Portugal, estuante de vitalidade e de virtualidades que até hoje, decorridos dois séculos, ainda não foram suficientemente exploradas e ainda estão muito longe de se esgotar. Mais do que isso, soube prever a separação do Brasil de sua antiga Metrópole — intencionalmente não falo de independência, uma vez que o Brasil desde 1815, quando foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e aos Algarves, já não era dependente de Portugal à maneira de uma colônia ou mesmo de uma província.

D. João VI sentiu que essa separação era inevitável, sentiu que as circunstâncias a estavam tornando iminente. Soube prepará-la da melhor forma possível, deixando seu filho como nosso primeiro Imperador. Conta-se que, ao partir para Lisboa, em 1821 — aliás, a contragosto, pois pretendia ficar mais tempo no Rio de Janeiro, consolidando sua imensa obra de criação de um império — teria dito ao filho:

Pedro, apanha essa coroa e põe-na sobre tua cabeça antes que algum aventureiro lance mão dela.

O aguerrido e impetuoso Pedro I seguiu à risca o conselho paterno. Sem a permanência da dinastia brigantina no Brasil, teríamos tido o mesmo destino da América espanhola: ter-nos-íamos fragmentado numa série de repúblicas e republiquetas, dominadas por caudilhos e aventureiros.

Em resumo: De D. João VI, a historiografia já está fazendo justiça. Vimos em 2008, por ocasião dos 200 anos da vinda da Família Real, o grande número de comemorações. Do 8º Conde dos Arcos, ainda há que fazer justiça. Ainda está para ser traçado seu quadro completo, com suas sombras, sem dúvida, mas com suas luzes, que não são poucas. Este seminário é um primeiro e importante passo nesse sentido.

Não me estenderei aqui, neste final de palestra, recordando os dados biográficos do 8º Conde dos Arcos. Vejo, pelo programa deste seminário internacional, superiormente organizado pelo meu amigo Prof. Jaime Nascimento, que a personalidade, a vida e a obra do Conde dos Arcos serão aqui expostas e analisadas de vários ângulos, por especialistas da mais alta competência.

Aqui se tratará da sua obra no Brasil, como governador da Capitania do Grão-Pará, depois como 15º e último vice-rei do Brasil, e a seguir como governador e capitão-general da Bahia. Será analisada a sua fecunda obra nesta Cidade, e também a sua atuação — tão criticada por muitos — na repressão à revolução pernambucana de 1817.

Seu papel como Ministro e Conselheiro do Príncipe D. Pedro, sua oposição à separação política com Portugal, de tudo isso, estou certo, se explanará aqui muito melhor do que eu o poderia fazer.

Limite-me a dizer que D. Marcos de Noronha e Brito foi, de acordo com as palavras de seu digno descendente aqui presente, um “déspota esclarecido”. Ou seja, foi um homem autoritário, cômico da sua autoridade e dos valores perenes que lhe cabia defender, de um lado, mas compreendendo as profundas transformações que se estavam realizando, como dizia o saudoso Prof. Jorge Borges de Macedo, naquela “*conjuntura histórica*”.

O 8º Conde dos Arcos, como também D. João VI e o seu filho D. Pedro I, vistos do passado, foram revolucionários, sem dúvida, pois anteviram, prepararam e influenciaram grandes transformações políticas. Mas foram, vistos de outra ótica, reacionários, no sentido de que reagiram efetivamente aos desmandos revolucionários, preservando sabiamente os valores e, na medida do possível, as instituições do passado, impedindo um rompimento brusco que teria sido extremamente danoso.

O cinza, posto ao lado do preto, parece branco. E, posto ao lado do branco, parece preto. Essa a dificuldade para entender e julgar serena e adequadamente esses dois grandes vultos de uma era de transições, que aqui recordamos: D. João VI e o 8º Conde dos Arcos.

Eles viveram numa sociedade sobre a qual atuavam duas forças opostas, dois vetores, o conservador e o transformador, procurando um ponto de equilíbrio. E esse confronto não se dava apenas na sociedade, mas se dava também no interior das mentes. Dentro de cada pessoa se notava essa dicotomia, esse enfrentamento.

Bismarck, chanceler do Reich alemão, dizia, na segunda metade do século XIX, que sentia em sua cabeça todo um parlamento. Dentro

da cabeça dele, todas as tendências políticas e ideológicas coexistiam e, de vez em quando, tomavam a dianteira sobre as demais.

Às vezes, era o radical revolucionário que se manifestava, às vezes era o conservador tradicionalista, às vezes, o moderado ou o centrista. E todos, juntos, iam conduzindo no dia-a-dia o chanceler de ferro que fez o II Reich.

Isso se dá com muitas cabeças, especialmente em fases de transição.

Isso explica que muitas rupturas desemboquem em continuidades, e que muitas continuidades de repente sofram inesperadas rupturas.

Duas frases do clássico italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa, em *“Il Gattopardo”*, exprimem bem as mentalidades correspondentes a esses dois vetores.

O jovem Tancredi, adepto dos tempos novos e voluntário garibaldino, dizia a seu tio Don Fabrizio:

— Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi — Era esse o *discorso* de um membro da elite revolucionária napolitana da época: tudo mudar... para tudo permanecer como está.

E o Príncipe Don Fabrizio, o conservador, sabiamente respondia:

— Dopo sarà diverso, ma peggiore — o que virá depois será diferente, mas será pior...

Essas eram duas forças, que agiam nas elites da época, que agiam dentro da cabeça dos circunstantes, que agiam, creio eu, na mente de D. João VI e do Conde dos Arcos. É indispensável se entender isso para se compreender a realidade histórica daquela época de transição.

Sem ter isso na devida conta, seremos levados a reduzir a realidade a fórmulas matemáticas, afixando rótulos — revolucionário! ou reacionário! — aos personagens.

A realidade histórica é bem mais sutil, é bem mais humana. A História é uma ciência humana, não é uma ciência exata. Ainda bem!...

Concluo esta já longa fala com um pedido.

Já está na hora de se fazer uma biografia cabal do 8º. Conde dos Arcos. O gênero biografia, abordando especialmente pessoas representativas das elites dirigentes, esteve longamente posto de lado, esquecido pelas sucessivas tendências mais generalistas (digamos assim, de modo um tanto impróprio) que a historiografia foi tomando ao longo do século XX.

Mas hoje se revaloriza o gênero, sobretudo depois do sucesso da monumental biografia do Rei São Luís, publicada por Le Goff em 1996.

Hoje, as prateleiras das livrarias estão cheias de biografias e ensaios biográficos, que despertam renovado interesse.

Pois bem, já não está na hora de se empreender uma biografia cabal do 8º. Conde dos Arcos, com os critérios atualizados da mais moderna historiografia, à luz de novos documentos?

E quem mais habilitado a essa tarefa magna do que o nosso ilustre amigo D. Marcus de Noronha da Costa, aqui presente, descendente direto e possuidor do arquivo privado do seu quase homônimo antepassado?

Aqui fica a sugestão... que é também um instante pedido.

Obrigado pela paciência de me terem ouvido.

Os santos juninos no folclore brasileiro¹

Dorine Cerqueira

Professora de Literaturas de Língua Portuguesa, pela Faculdade de Letras da UFRJ, jornalista e escritora, com vários livros publicados.

Resumo:

Festas juninas em homenagem aos santos: Santo Antônio (dia 13), São João (dia 24) e São Pedro (dia 29). Datas de influência portuguesa, marcadas por festas típicas, comidas gostosas (canjica e bolos), bebidas típicas (licores e quentão). A festa mais importante é a de São João, com fogueiras e “adivinhações” ou “sortes” com que consultam seu futuro. Sua variedade pelo país. Há fogos de artifício: pistolas, canhões, espadas, bombinhas, vulcões etc. E as quadrilhas de influência francesa.

Palavras-chave: festas juninas, fogueiras, quadrilhas, comidas e bebidas.

Abstract:

June festivals in honor of the saints: St. Anthony (13th), St. John (24) and St.

¹ Palestra proferida em Mesa-redonda: “Junho, comidas e danças”, no IGHB em 19/6/2012.

Peter (29). Dates Portuguese influence, marked by traditional festivals, delicious food (hominy and cakes), traditional drinks (liqueurs and mulled wine). The most important festival is that of St. John, with bonfires and “guesses” or “sorts” with consulting their future. Its variety across the country. There are fireworks: pistols, guns, swords, firecrackers, volcanoes etc. And the quadrilles of French influence.

Keywords: June festivals, bonfires, quadrilles, food and drinks.

As festas juninas são as festas comemoradas no mês de junho em homenagem aos três santos: Santo Antônio (dia 13), São João (dia 24) e São Pedro (dia 29). Estas festas são comemoradas desde o século XVI, e estas datas têm influência portuguesa. Mas devem ter sido influenciadas também por antigos povos, como os celtas, os gregos e romanos, que praticavam rituais com fogueiras e festejos para homenagear os deuses da colheita, já que a época de junho nos países do hemisfério norte é início do verão, época própria para o plantio. Este mês é marcado por festas típicas, muitas comidas gostosas e muitas danças, como a quadrilha. Nessa época, vivemos intensamente nosso folclore. Dos portugueses herdamos também muitas comidas (como o arroz doce), a religião, danças; dos franceses herdamos a quadrilha; dos índios, o gosto por alimentos à base de mandioca, milho; dos africanos, danças e comidas.

Comecemos por SANTO ANTÔNIO, que nasceu em Lisboa, em 15 de agosto de 1195, batizado com o nome de Fernando de Bulhões. Aos 15 anos entrou para o Convento dos Agostinianos e, em 1220, trocou o nome para Antônio, ingressando na Ordem Franciscana. Lecionou teologia em várias Universidades europeias e morreu em 13 de junho de 1231, a caminho de Pádua, na Itália. Santo casamenteiro e padroeiro dos pobres. Também faz encontrar objetos perdidos. Morreu ainda jovem, com 36 anos, em Pádua. É o “santo dos milagres”, como afirmou o Padre Antônio Vieira, em um sermão de 1663, realizado no Maranhão, Sermão de Santo Antônio:

Se vos adoce o filho, Santo Antônio; se vos foge um escravo, Santo Antônio; se requereis o despacho, Santo Antônio; se aguardais a sen-

tença, Santo Antônio; se perdeis a menor miudeza de vossa casa, Santo Antônio [...]

É o santo familiar e protetor dos varegistas em geral, por isso é comum encontrar sua figura em estabelecimentos comerciais. É também o padroeiro dos soldados, pois enfrentou em vida aventuras, como soldado português.

Sua figura aparece com destaque em episódios da História do Brasil: como heroico defensor da integridade do solo brasileiro, como a libertação de Pernambuco dos holandeses; da defesa da Colônia do Sacramento, no Sul, e do Rio de Janeiro em relação aos franceses, atribuindo a vitória à proteção de Santo Antônio.

Há duas espécies de rezas e festas em homenagem a Santo Antônio: os “responsos”, quando ele é invocado para achar objetos perdidos, e a “trezena”, cerimônia que se prolonga por entre cânticos, fogueiras e fogos de artifício, comes e bebes, do 1º a 13 de junho de cada ano.

No candomblé da Bahia, segundo Nina Rodrigues, Santo Antônio é equivalente a Ogun, que é o deus da guerra e do ferro, das armas de fogo, portanto. (No Rio de Janeiro, o santo católico identificado com Ogun é São Jorge, que é o santo guerreiro por excelência) Segundo Edson Carneiro (*Negros Bantos*), os negros bantos dão a Ogun altas funções guerreiras que os sudaneses (gêge-nagôs) nunca lhe deram.

Santo Antônio teve grande significação entre os negros escravos no Brasil, reverenciando-o com cânticos no seu rito bárbaro, fetichista, da Macumba e do Candomblé, nos terreiros.

É considerado também santo casamenteiro. É a ele que as moças pedem um noivo. Para isso existem várias simpatias que se costumam fazer: a prática de colocar o santo de cabeça para baixo no sereno, amarrado num esteio; ou de jogá-lo no fundo de um poço até que o pedido seja atendido. Algumas chegam até a tirar o Menino Jesus dos braços de Santo Antônio, para restituí-lo somente depois de realizado o pedido; ou tiram-lhe o esplendor e colocam sobre a tonsura uma moeda pregada com cera.

Uma solteirona vai pendurar à janela do sobrado onde morava, uma imagem do Santo esculpida em terracota. Mas esa escapou-lhe das mãos, justamente na ocasião em que passava na calçada, por baixo de sua janela, um cavalheiro, que recebeu a pancada, ferindo-lhe o coro cabeludo. O cavalheiro sobe as escadas e protesta contra o descuido da dona da casa. Ela faz-lhe o curativo tão delicadamente que ele se apaixonou por ela.

A Igreja Católica desenvolveu um cerimonial para a festa de Santo Antônio que consiste em missa solene, com sermão, procissão e entrega do pão bento. É a cerimônia do pão dos pobres. A entrega do pão bento é uma devoção que a crença popular, por extensão, levou a acreditar que propiciava os casamentos. O pãozinho bento é colocado no farinheiro para que nunca falte o alimento em casa.

SÃO JOÃO – Dentre os santos juninos, São João é o mais importante. Ele nasceu no dia 24 de junho, alguns anos antes de seu primo Jesus Cristo, e morreu em 29 de agosto do ano 31 (d.C.), na Palestina. Foi degolado por ordem de Herodes Antipas a pedido de sua enteada Salomé. João fazia severas críticas à família real da época, a de Herodes, da Galileia, pois o rei era amante da sua cunhada Herodíades, mulher de Felipe, seu irmão, segundo o evangelho de São Marcos (cap. 6, vers. 17-28). Salomé, filha de Herodíades, dançou tão bonito diante de Herodes que este lhe prometeu o presente que quisesse. A mãe de Salomé aproveitou a oportunidade para se vingar e disse a filha que anunciasse que o presente que queria seria a cabeça de João Batista, que se encontrava preso. O “presente” foi trazido em uma bandeja ou prato.

João era filho de Zacarias e Isabel, prima da Virgem Maria, de Nazaré. Isabel, quando grávida, prometeu a prima avisá-la, com uma fogueira, logo que a criança nascesse. Sua casa ficava numa colina, pouco distante da casa de Maria. E numa bonita noite, de céu estrelado, João nasceu. Para avisar a Virgem, Isabel mandou erguer, na porta de sua casa, um mastro e acendeu uma fogueira que o iluminava. A Virgem Maria correu logo a visitar a prima e levar-lhe de presente uma capelinha e folhas perfumadas para a caminha do recém nascido. Assim é que na véspera de São João (23 de junho), acende-se uma fogueira à

porta de cada casa, para lembrar a fogueira que Santa Isabel acendeu para avisar a Virgem Maria, sua prima, o nascimento do seu filho, João.

A imagem de São João Batista é geralmente apresentada como um menino com um carneirinho no colo, pois, segundo a *Bíblia*, ele anunciou a chegada do Cordeiro de Deus, e João foi quem batizou Jesus com as águas do rio Jordão (que faz fronteira entre Israel e a Jordânia). Daí o nome de Batista, o “batizador”. As festas juninas são conhecidas também como festas “joaninas”, em sua homenagem; e o mês de junho, mês de São João. Ele instituiu o batismo pela prática de purificação através da imersão na água.

São João é o santo querido de todos, seja para fazerem as “adivinhações” ou “sortes”, com que consultam o seu futuro, ou para festejarem com fogueiras ou fogos de artifício, como pistolas, canhões, estrelinhas, estalos, bombinhas, vulcões, rodinhas, cobrinhas elétricas, traques etc. O rapaz e a moça que saltam em conjunto a fogueira de São João têm seu casamento combinado pelo Destino. No Nordeste, moças casadoiras costumam cortar as pontas de seus cabelos e atirá-las à cova onde vai ser erigido o mastro da bandeira joanina, ao lado da fogueira. Esta prática lhe fará encontrar casamento espontâneo. Depois das “sortes”, a “simpatia” da clara de ovo feita à tardinha: deita-se a clara dentro de um copo com água até o meio, coberto com um lenço branco, tendo sobre o mesmo uma tesoura aberta, em forma de cruz, e um rosário bento, para ver-se depois da meia-noite a sorte da pessoa, de acordo com a imagem que a clara representar no fundo do copo: se um navio ou avião, viagem próxima; uma igreja, o casamento... ou empregam-se cera de uma vela. Acende-se a vela e deixa-se ir caindo os pingos da cera num prato com água que formarão letras ou configurações do futuro: igrejas, navios, armas (luta), caixão de defunto, ave, notícia agradável, círculos, dinheiro. A simpatia da faca espetada na bananeira, onde a mancha do tatino sobre o aço dirá na manhã seguinte o que irá acontecer: viagem, casamento ou enterro; moedas colocadas dentro do borralho da fogueira, para dá-las aos pobres no dia seguinte. O nome do pobre a quem se der a moeda será o do noivo da pessoa que fez a adivinhação; dos “batizados de tição”, dos compadres de fogueira... Os “banhos de cheiro”, para simbolizar o batismo pelo filho de Santa Isabel, João Batista, nos rios ou em casa numa bacia grande ou na banheira, com água perfumada com

ervas aromáticas, como o patchuli, arruda, alecrim, malva rosa; cascas aromáticas com que se fazem as infusões dos banhos de cheiro: cascas de cedro, mangerona, mangericão, benjoin, capim santo, alcachofra etc.

Há os banhos da meia-noite nos rios para onde todos se dirigem. Em Pernambuco, os banhos são nos rios Capibaribe e Beberibe. Principalmente no Norte do Brasil (Belém e Manaus), no rio Amazonas, para onde todos se dirigem cantando:

Vamos, vamos
Toca a marchar
N'água de São João
Vamos nos lavar

Levando à cabeça grinaldas de folhagem:

Capelinha de melão
É de São João
É de cravo e de rosa,
É de manjeriço.

E, na volta:

N'água de São João me lavei
Toda a mazela lá deixei.

Desfilam os “Bois-bumbás”, em que os componentes ostentam indumentárias luxuosas e esquisitas, bordadas a ouro e resplandescentes de pedrarias e vidrilhos. Antigamente havia o encontro entre os bois rivais, por exemplo: o “Boi Estrela d’Alva” derrotado pelo “Dois de Ouro” etc.

As danças junto às fogueiras (como as de outrora), que são de origem europeia e as de procedência africana, comum em todo o Brasil, principalmente em Minas Gerais, Goiás e Bahia, como a “Ciranda” e a “Rolinha”, dançadas em roda (batuque, lundus, sambas, cateretês, cocos, fandangos):

Ciranda, cirandinha
Vamos todos cirandar
Vamos dar a meia volta,
Volta e meia vamos dar,
Vamos dar a volta inteira,
Cavalheiro troque o par.

E:

A rolinha, doce, doce,
Caiu no laço, embarçou-se...

E ainda:

Bote aqui, bote aqui
O seu pezinho;
Seu pezinho, seu pezinho,
junto ao meu:
No virar, no virar
Do seu pezinho,
um abraço, um abraço
lhe dou eu.

No Nordeste, ainda fazem as fogueiras de ramo: plantam um ramo bastante alto, dentro da fogueira, e penduram nele vários presentes (como uma árvore de Natal), inclusive notas de dinheiro de papel, perfumes, peças de roupas etc. Espera-se o ramo cair e os convidados “abafam” em busca de algum brinde valioso, em meio a fogos, como coriscos, espadas (alguns até se queimam com os fogos). Nas fogueiras, em cujo braseiro, altas noites são assadas espigas de milho verde, batata doce, e dança-se no terreiro o “coco”, dando-se umbigadas (bater de barrigas) e o samba:

Rebola, bola
Você diz que dá que dá
Você diz que dá na bola
Na bola você não dá.

Um dos dançantes escolhe seu par, sapateiam, saracoteiam, ziguezagueiam, redemunham, agacham-se, evitam-se, procuram-se até cansar, quando são substituídos por outros pares. Depois são servidas fartas mesas de doces: canjica, pamonhas, manauê, arroz doce, os bolos de puba ou carimã, de tapioca, de aimpim.

Não faltam os licores, e o de genipapo é a principal bebida e o quentão. Daí começa a queima de fogos de artifício.

Manuel Querino em *A Bahia de outrora*, diz que “A chegança” era a dança predileta dos pescadores da Bahia, usada nas festas de Reis, no São João e Dois de Julho. Dizem alguns autores que os próprios trechos musicais que se cantam na “chegança” são de influência nostálgica, dolentes, dos cantos indígenas (No romance indianista baiano *Iacina* – dispersão dos maracaiaras, de Lindolfo Rocha, esse canto aparece entre os índios maracás), e mesmo monótonos, como os cantos africanos, mas muito melódiosos.

Já em Mato Grosso, a particularidade do São João é darem banho no próprio Santo. Mas em todo o Brasil o São João, com pequenas modificações foi sempre o das fogueiras, fogos, quadrilhas, comidas e bebidas. Somente em duas regiões os folguedos adquiriram autonomia e graça particular, reforçando o uso de outros lugares: na Amazônia e em Mato Grosso. Na Amazônia é incluída a lenda da “Cobra-grande”, que revolve as águas do rio-mar, e a lenda do “Peixe-boi”, que vira as canoas para apanhar as bonitas morenas; localizadas de preferência na noite de São João. Em Mato Grosso, com o banho ao Santo, principalmente em Cuiabá e em Corumbá, onde levam o Santo em andor até o rio Paraguai, ao badalar das 12 pancadas, e o banham ao estrondo dos foguetes, bombas, fogos de artifício, rojões e pistolas de lágrimas luminosas.

SÃO PEDRO – São Pedro é festejado em 29 de junho (juntamente com São Paulo). Humilde pescador das margens do lago de Genezareth. Nascido com o nome de Simão, foi chamado de Cefas (pedra, em aramaico) por Jesus, em função de sua firme liderança. Daí a origem do nome Pedro (“Tu és pedra e sobre essa pedra edificarei a minha Igreja”). Era pescador, como os apóstolos Tiago e João, e foi apresentado a Jesus por seu irmão, o apóstolo André. Viria a ser o fundador da Igreja do Senhor. Pescador de homens, chefe abnegado dos doze apóstolos. É festejado também no Brasil com certo entusiasmo e é considerado o primeiro Papa da Igreja Católica, guardião das chaves do céu e responsável pela chuva. Após a morte de Jesus, Pedro viveu muitos anos pregando a palavra de Deus. Foi executado por ordem do imperador Nero, entre os anos 64 e 67 da era cristã.

Considerado protetor dos viúvos (por ter sido viúvo) e dos pescadores, São Pedro é festejado com a realização de grandes procissões

marítimas em várias cidades do Brasil. Os fogos e o “pau-de-sebo” são as principais atrações de sua festa. Todavia, em certas parlendas de bizzarra medicina popular, como na cura de quebranto ou mau olhado e ainda na simpatia contra espinhela caída, se recorre às rezadeiras.

No dia de São Pedro, todos os que receberam seu nome devem acender fogueiras na porta de suas casas. Além disso, se uma pessoa amarrar uma fita no braço de alguém chamado Pedro, ele tem a obrigação de dar um presente ou pagar uma bebida àquele que o amarrou, em homenagem ao Santo. No Rio de Janeiro é festejado com procissão marítima pelos marítimos.

Do “Ciclo de São Pedro” há ainda este pequeno conto humorístico: “A Mãe de São Pedro” (Do folclore de Juiz de Fora-Minas Gerais):

A mãe de São Pedro era uma velhinha muito má, ranzinza, com cara de poucos amigos. Não tinha amizades, todos lhe fugiam. Aconteceu que um dia estava a lavar num córrego um molho de folhinhas de cebola, quando uma delas se desprende, ganhou a correnteza e lá se foi pela água abaixo. A velha tentou reavê-la e, não o conseguindo, exclamou:

– Ora, seja tudo pelo amor de Deus! Não levou muito tempo morreu e foi apresentar-se no céu. Foi pesada na balança de São Miguel e não houve outro remédio senão mandá-la para o inferno, tão grande era o peso de seus pecados. O filho ainda andava pelo mundo. Não lhe podia valer. Quando São Pedro morreu, foi nomeado chaveiro do céu. Das profundezas do abismo, a velha avistou o filho no gozo e posse das glórias celestes e pediu-lhe por gestos que a salvasse. O Santo chaveiro, que não podia resolver nada por si, foi ter com o Senhor:

– Salve minha mãe, Divino Mestre! O Senhor respopndeu-lhe assim por estas palavras:

– Se houver no livro das almas, na vida de tua mãe ao menos uma boa ação, estará salva, caso ela saiba aproveitá-la. Examinou-se o livro e as folhas tantas, nas contas da mãe de São Pedro,

se encontrou a folhinha de cebola, nada mais! Era a mesma que motivara aquele dizer com que a velha, ao menos uma vez, se mostrara conformada:

– “Seja tudo pelo amor de Deus”. O Senhor disse a Pedro; – Lança uma das pontas da folhinha em direção ao inferno. Tua mãe que se agarre a ela. Tu puxarás. Se conseguir subir até cá será salva. Pedro fez tudo o que o Senhor lhe ordenara. A velhinha agarrou-se à folha, mas uma porção de almas, querendo aproveitar o ensejo de salvação, segura-se às pernas da velha. Apesar disso esta subia. Quando já estav o grupo a certa altura, outras almas se iam pegando às pernas das primeiras. A velha indignada, de avara que era, esperneou e atirou novamente ao inferno as companheiras, não querendo levá-las para o céu. Mas, no mesmo instante, a folha de cebola partiu-se e a mãe de São Pedro ficou no espaço. Não tinha por onde subir ao céu e o pedacinho da folha que conservava nas mãos não a deixava voltar ao inferno. E assim vive até hoje: nem na terra nem no céu.

É assim que, no Brasil, se costume dizer que fica com a mãe de São Pedro, quem não está nem com Deus nem com o diabo.

Referências

BETTENCOURT, Gastão de. *Os três santos de junho no folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora*. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

Disponível: <<http://www.jangadabrasil.com.br/temas/junho2009/te12506e.asp>

(Palestra proferida em mesa redonda: “Junho, comidas e danças”, no IGHB em 19/6/2012).

Períodos na história da lavoura de cacau na Bahia, protagonismo e legitimação social dos agentes econômicos

Amilcar Baiardi

Universidade Católica do Salvador/Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. E-mail: amilcarbairdi@uol.com.br;

Durval Libanio Netto Mello

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Uruçuca, BA, Brasil. E-mail: durval@cabruca.org.br

Resumo

Este artigo propõe uma narrativa historiográfica da evolução da lavoura de cacau, a cacauicultura, incluindo o comportamento empreendedor dos produtores de amêndoas de cacau, na Região Litoral Sul da Bahia. No foco sobre o agente produtor e seu protagonismo econômico, social e político, se utiliza o conceito de *habitus*, visto como uma unificação simbólica de padrões socialmente esta-

belecidos, os quais orientam condutas de agentes sociais em um determinado campo econômico. O método empregado foi a reconstrução historiográfica com início no processo de acumulação original, que contempla a apropriação da terra e a organização produtiva durante o século XVIII, até a contemporaneidade, marcada por uma ressignificação do agente produtivo e do seu papel diante da preservação da natureza. As fontes foram a bibliografia científica, a literatura regional e os arquivos do Instituto Cabruca. Com valores distintos comparativamente à cultura patrimonial e patriarcal, típica da monocultura açucareira e escravista, os pioneiros da cacauicultura, mesmo quando financiados pelo capital comercial e protegidos e subsidiados pelo Estado nas fases colonial e nacional, revelaram inequívoca competência na construção de uma atividade agroexportadora, responsável pela expansão da economia regional a partir do século XIX.

Palavras-chave: Lavoura de cacau, produtores de amêndoas de cacau, *habitus*, Região Litoral Sul da Bahia Cacaueira, Crise

Abstract

This article proposes a historiographical narrative on cocoa crop evolution, including the entrepreneurial behavior of cocoa beans producers, in the South Coast region of Bahia, Brazil. Concerning the focus on productive agent and his economic, social and political role, was used the *habitus* concept, seen as a symbolic unification of socially attained schemas that drives the practice of social agents in a specific economic field. The method utilized was a historiographical rebuilding which initiates with the process of original accumulation, including land appropriation and productive organization during the eighteenth century, till to the contemporary world, featured by one ressignification of productive agents and their role in nature preservation. The sources utilized were the scientific and regional-fictional literature and the files belonging to Cabruca Institute. With different values compared to patrimonial and patriarchal culture, typical in the sugar and slavery plantation, the cocoa beans growers pioneers, even when financed by commercial capital and protected and subsidized by the state in colonial and national stages, revealed clear ability in building an agro-export activity, responsible for expansion of the regional economy since the nineteenth century.

Keywords: Cocoa crop, cocoa beans growers; *habitus*, South Coast region of Bahia-Brazil, Crisis

Introdução

A lavoura de cacau, a plantation do *Theobroma cacao*, ou cacauicultura, revela ao longo de sua história na Região Litoral Sul da Bahia a existência de um comportamento gerencial e empresarial por parte dos produtores de amêndoas, que destoa do que ocorria no Brasil rural nos séculos passados. A historiografia aqui proposta abrange desde o início da atividade no século XVIII até a contemporaneidade, contemplando seis períodos. No foco sobre o agente produtor e seu protagonismo econômico, social e político, se utiliza o conceito de *habitus*, visto como uma unificação simbólica de padrões socialmente estabelecidos, os quais orientam condutas de agentes sociais em um determinado campo econômico. O *habitus*, incorporador da propensão a assumir riscos por parte dos produtores de amêndoas de cacau, foi transposto e modificado ao longo dos quatro ciclos, contribuindo para criar conceitos e categorias que facilitam a compreensão da presente agricultura empresarial. Embora em cada ciclo a visão de mundo do produtor de cacau tenha se modificado, somente após a última crise emerge um agente consciente da sua capacidade de gerar bens e serviços conservando ecossistemas, a partir da utilização de sistemas agroflorestais.

O início da cacauicultura se dá via estímulo do capital comercial a partir do processo de apropriação da terra, da organização do trabalho rural e da utilização de conhecimento técnico adequado ao meio físico. Com valores alheios à cultura local, condicionada pela monocultura açucareira e escravista, os pioneiros da cacauicultura, mesmo financiados pelo capital comercial e recebendo discreto apoio do Estado, revelaram inequívoca competência na construção de uma atividade agroexportadora, responsável pela expansão da economia regional a partir do século XIX.

Segundo Bourdieu (2000), o conceito de *habitus* pode se aplicar a produtores rurais que internalizam atitudes influenciadas pela comunidade e dele recebendo legitimidade:

[...] El agente social, en tanto que estádotado de unhabitus, es un individual colectivo o uncollectivo individuado por obra de laincorporación

de lasestructuras objetivas (BOURDIEU, 2000, p. 260).

O conceito de *habitus* demonstra ser adequado para entender as convergências no que se refere aos valores, identidades, grupos de crenças, senso de pertencimento e papel social. Em relação à cacauicultura na Bahia, o *habitus* se expressa como identidade social construída por relações de coexistência utilizadas, ainda com base na bibliografia científica e na literatura regional. (MOREIRA, 2009). O conceito de *habitus* pode auxiliar na definição das mudanças ocorridas nos agentes produtivos da lavoura de cacau, no que se refere aos seus valores, identidades, conjunto de crenças, senso de pertencimento e papel social.

Aplicações recentes do conceito de *habitus* à realidade rural brasileira são encontradas em Chalita (2008), em pesquisa sobre citricultores em São Paulo, em Baiardi (2009), em pesquisa sobre cacauicultores, em Piccin e Moreira (2013), em estudo de assentamento de reforma agrária no Rio Grande do Sul e em Baiardi e Lima (2013), em pesquisa sobre a especialização produtiva como estratégia de sobrevivência no semiárido nordestino.

O método empregado envolveu um esforço de reconstrução histórica com base em seleção de fontes disponíveis, entre elas a bibliografia científica, a literatura regional e os arquivos do Instituto Cabruca. O percurso reconstrutivo se deu desde o início do processo de acumulação original, que contempla a apropriação da terra e a organização produtiva durante o século XVIII, até a contemporaneidade, marcada por uma ressignificação do agente produtivo e do seu papel diante da preservação da natureza. Nesta trajetória, com inspiração na “Nova História”, procedeu-se a narrativa vendo os fatos históricos como condicionados pela infraestrutura e superestrutura econômica e social e menos pelo voluntarismo e senso de oportunidades dos agentes.

Nascimento e evolução da cacauicultura na Bahia

Uma proposta de periodização da história econômica regional do cacau, sugeriria a existência de cinco ciclos, ou períodos, já cumpri-

dos, e um sexto, ainda vigente. A história econômica regional do cacau tem início na primeira metade do século XVII, com as primeiras ocupações produtivas que passaram a se associar ao extrativismo vegetal e à pesca, na geração de ocupação e renda. É deste período as primeiras observações sobre o comportamento no bioma Mata Atlântica de árvores exóticas cujas sementes tinham sido trazidas da Região Amazônica ou do Mediterrâneo.

O **primeiro período**, ou ciclo, englobaria as tentativas de fixação no território por meio da produção de cana de açúcar, as primeiras experiências de plantio de mandioca e determinadas fruteiras e a extração de madeira e outros produtos da mata atlântica. Ele é prévio à implantação da cacauicultura e, durante o mesmo, se praticou a escravidão de índios e de africanos em uma escala pequena. Este período correspondeu às tentativas de desenvolver as capitânicas e deixou um legado de fracassos e descrenças na possibilidade de poder repetir em Ilhéus o que acontecia em São Vicente e Pernambuco, que prosperaram porque seus donatários estavam vinculados à emergente burguesia mercantil.

Efetivamente, o sul da Bahia já começara a ser incorporado ao circuito comercial cerca de 50 a 70 anos antes, no começo da segunda metade do século XVI. Na ocasião, igualmente ao que aconteceria na região Amazônica e nas florestas da América Central, os primeiros colonos portugueses cogitaram a utilização das terras com agricultura. Estas visões, entretanto, foram em parte desconstruídas quando se verificou a dificuldade de estabelecer atividades produtivas regulares que requeriam grande esforço de domínio do território, constantemente ameaçado pelos índios.

Não obstante os subsídios e incentivos dados pela coroa, entre eles o da posse legal da terra, essas atividades não se consolidaram e o litoral ao sul de Salvador não iria repetir, pelo menos de modo continuado, o modelo de *plantation* açucareira que predominava no Recôncavo (BAIARDI, 1984) Os agentes econômicos deste período eram uma combinação de extrativistas e colonos. Algumas vezes mantinham no território apenas a infraestrutura necessária para o embarque e desembarque de mercadorias e em outras oportunidades estabeleciam assentamentos associados com atividades de produção vegetal e animal. O

estado da arte das tecnologias empregadas era primitivo e contemplava ferramentas que muitas vezes eram também armas (BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F., 2011; BAIARDI, 1984, 2009).

Uma ideia da área que hoje corresponde ao Litoral Sul pode ser dada por esta imagem da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, Figura 1, de autoria de João Teixeira Albernaz, que viveu entre 1602 e 1666. Na mesma aparece a hidrografia, a delimitação da mata atlântica e os contrafortes da Chapada Diamantina, ao fundo, no sentido oeste.

O primeiro período encerra-se por volta de 1746, quando tem início os primitivos plantios de cacau que ensejam o nascimento de uma atividade que, embora monocultura, tinha determinantes de sua organização diferentes da produção e processamento de cana. É quando surge então o **segundo período, ou ciclo**, da história econômica regional, denominado como dos primeiros plantadores de cacau, ou dos **desbravadores**.

Figura 1 – Capitania de São Jorge dos Ilhéus



Fonte: RISÉRIO, A. Tinhaé, história e cultura do Litoral Sul da Bahia, 2003.

A cacauicultura não emerge como uma atividade subalterna ou complementar ao complexo açucareiro ou cafeeiro, a exemplo da bovinocultura. Aparece como atividade autônoma, voltada para o comércio internacional e com agentes próprios que visavam ao lucro com a venda do produto no mercado europeu, como faziam com o açúcar e o café. São muitos os caracteres que fazem a atividade cacauicultura ser diversa da canavieira e da cafeeira, conferindo-lhe maior risco, menos apoio governamental e ensejando o aparecimento de agentes produtivos como o desbravador, o pioneiro, o coronel, o fazendeiro de cacau e o pequeno produtor “burareiro”¹, diferentes do latifundiário-fidalgo, herdeiro de donatários da capitania, o qual se metamorfoseou no senhor de engenho e no barão do café. Os cacauicultores resultam de um caldeamento de tipos humanos diferentes, gerando uma sociedade com traços próprios. Nesta sociedade, sempre houve conflitos, o consenso nem sempre esteve presente, mas se constata nela a existência de um fator de unificação histórico que se coloca além das classes sociais, que tem sido a reivindicação de sua identidade. Este fator, convém salientar, nem sempre gerou uma coesão e uma coalescência em torno de problemas comuns. Ao contrário, a região foi palco de inúmeros conflitos com base na disputa por terra e por poder.

Os caracteres próprios do sistema de produção, sua homogeneidade, sua inserção no comércio internacional, sua relação com o urbano e a adaptação ambiental da lavoura ao meio físico, têm exercido um fascínio sobre pesquisadores e historiadores. Entre os moradores da região o sistema produtivo do cacau gera uma identidade que não foi perdida, malgrado os seus percalços e as suas vicissitudes, resultados das várias crises que a cacauicultura enfrentou. Na sua implantação e no seu cultivo a cacauicultura dá uma demonstração de ser mais moderna que os sistemas de produção de cana e de café, pois não utilizou, ou pelo menos genericamente não fazia, o trabalho compulsório, regido pela escravidão. Agentes produtivos, comparativamente aos senhores de engenho, aos cotonicultores e aos cafeeiros, eram mais inovadores, afeitos ao risco e a receber menor atenção do Estado colonial ou imperial. Eram os desbravadores com todas as implicações que esta designação pode representar. Os primeiros produtores de amêndoa de

¹ Denominação do cacauicultor do tipo pequeno produtor familiar.

cacau eram homens livres, predominantemente colonos portugueses que concebiam sistemas de produção com relações de trabalho não escravistas, mesmo que pudessem contemplar, eventualmente, relações não perfeitamente capitalistas, como a meação e o arrendamento. Eles estabeleceram contratos de trabalho com tarefeiros que executavam as operações manuais simples e complexas no sistema produtivo rural. Diferentemente do que ocorria no sistema canavieiro, mais litorâneo e com estrutura social compreendendo senhores de engenho capatazes e escravos, a cacauicultura, por adentrar-se no *hinterland* e requerer rede de apoio, atraiu imigrantes com tradição nômade e de comércio ambulante, sobretudo os vindos de países do mundo árabe. Estes, com grande mobilidade e capacidade de estabelecer redes de conexão entre as áreas de produção e os entrepostos dos canais de exportação, ajudavam a povoar a região e a estabelecer estruturas de comercialização, com fluxos de bens e serviços necessários à atividade produtiva e a todos os segmentos populacionais. Estes intermediários ligavam os produtores com os compradores de amêndoas, na sua maioria portugueses, que finalizavam a cadeia de cacau no período colonial.

Por fim, como características da cacauicultura, se tem as especificidades da fisiologia da planta que na Amazônia e na América Central convivia com uma cobertura arbórea. Esta informação levou os desbravadores a introduzir o primeiro sistema agroflorestal no Brasil, criando assim uma relação de dependência da cacauicultura para com a Mata Atlântica. Esta formação arbórea deixava de ser abatida, diferentemente do que ocorria no caso do sistema açucareiro do Nordeste e do sistema cafeeiro do Sudeste que deram início à destruição da Mata Atlântica. A cobertura vegetal no caso da cacauicultura se justificava para proteção do excesso de insolação. No mesmo território ocupado pelos desbravadores tem início a formação do pequeno e médio estabelecimento rural com atividades produtivas voltadas para o mercado interno. Seus agentes eram mestiços e portugueses desprovidos de recursos, que constituíram aquilo que Cardoso (1979) chama de “brecha camponesa” (BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F., 2011; RISÉRIO, 2003; BAIARDI, 1984, 2009).

O ciclo que se segue ao dos desbravadores é o terceiro, **ou dos pioneiros**, o qual cobre do fim do século XVIII até a primeira metade

do século XIX. Esses agentes, em grande parte, já não eram colonos portugueses, mas nacionais que conheciam o sucesso que o cacau fazia na Europa como matéria prima do chocolate, produto difundido por espanhóis que o levaram do México e que associaram a produção de cacau à disponibilidade de terras úmidas de florestas tropicais. O sucesso do cacau se dava por ser um produto de sabor agradável, passível de ser adocicado e com fama de ser energético.

Os pioneiros tinham uma maior propensão a assumir riscos e eram financiados por comerciantes já integrados no circuito de exportação de outras mercadorias e que viam na cacauicultura um grande potencial. O típico agente produtivo que emerge neste período tinha na sua composição grupos populacionais do Nordeste brasileiro, sobretudo de Sergipe, que tinham uma cultura de não rejeição a trabalhos manuais. Neste período, o financiamento, até pela inexistência de bancos, era provido pelo capital mercantil, que, além do capital próprio, repassava também recursos que vinham dos importadores europeus.

Nos três primeiros ciclos, o estado da arte da produção era primitivo e consistia de técnicas rudimentares de corte e limpeza da floresta, coveamento, plantio, cultivo e colheita manuais e secagem solar das amêndoas. Não havia, então, qualquer emprego de insumos químicos para controle de doenças e pragas. As relações de trabalho, embora não escravistas, não podiam ser consideradas plenamente capitalistas, uma vez que os trabalhadores residiam no local de produção e consumiam bens vendidos pelos produtores a preços elevados, o que causava uma dependência de dívida.

Os primeiros cacauicultores deram contribuição inequívocas para o crescimento econômico regional e da Província Bahia. Seus valores combinavam um impulso empresarial com ausência de manifestações fidalgas e aristocráticas de rejeição do trabalho manual. A cacauicultura se tornou, então, uma das poucas atividades econômicas na qual seus agentes compartilhavam com os trabalhadores assalariados as tarefas de desmatamento e limpeza do terreno por meio do trabalho manual (SANTOS, 1957). Neste sentido, estavam mais próximos dos colonos de povoamento que dos colonos de exploração. (BAIARDI, 1984; SILVA, 2006; BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F. 2011)

Durante os 1º, 2º e 3º ciclos, o *habitus* dos produtores era de valores tipicamente de pioneiros com algum senso empresarial, vendo-se como expostos à grandes riscos, mas acreditando que cumpriam um papel de explorador de terras virgens e de integrador de vastas áreas à civilização.

O **quarto período** é conhecido como o ciclo dos **coronéis**, agentes em sua grande maioria filhos dos pioneiros. Sua principal marca é o envolvimento com a política, sobretudo na esfera local. A denominação de coronéis não estava associada com práticas feudais, mas sim com a participação dos cacauicultores na Guarda Nacional, corpo militar de reserva cuja existência vai da metade do século XIX até as três primeiras décadas do século XX. Os descendentes dos pioneiros obtiveram com a cacauicultura lucros expressivos decorrentes das conjunturas de altos preços internacionais da amêndoa de cacau, que duraram décadas. Diferentemente de seus pais, os coronéis optaram por deixar as fazendas e residir nas cidades. Nesse período, os preços pagos pela amêndoa de cacau fizeram-na ser conhecida como produto do “fruto de ouro”.

Ao escolher residir nas cidades com o objetivo de influenciar e participar do poder local, eles organizaram guardas de proteção, verdadeiras milícias que, além do papel de guarda-costas, também eram usadas para expandir a área cultivável por meios ilegais que, no limite, se constituíam de ameaças e violências, inclusive invasões de terras e compra por preços injustos. As maiores vítimas eram os vizinhos, principalmente pequenos e médios produtores que se tornavam numerosos e começavam a participar do negócio do cacau, se bem que em escala menor. Esta conduta dos coronéis se fazia presente onde as terras eram mais valorizadas e onde a fronteira agrícola se encontrasse próxima. Os coronéis, em termos de mentalidade, consideravam-se um estamento, o que significa ser diferente de seus predecessores que se aproximavam mais do conceito de classe, que significa pensar economicamente o processo produtivo, exercitar relações com outras classes sociais no circuito da produção, ter uma mentalidade mais próxima da burguesa e encarnar o ideal de acumulação por meio da paixão pelo lucro, sendo este, o lucro, um instrumento de poder pessoal. Os “coronéis,” como agente produtivos, eram mais conservadores que os desbravadores e pioneiros, pois renunciam a valores empresariais, passando a depender

crescentemente de favores do Estado. Eles também mudam de estilo de vida, abandonando a moradia no campo e indo viver nos núcleos urbanos, visitando suas propriedades periodicamente e entregando a sua gestão a capatazes, que, em muitos casos, possuíam uma “roça”, pequeno estabelecimento com cacauicultura. Embora suas fontes de subsistência fossem as atividades rurais, os coronéis tinham um estilo de vida citadino, mais assemelhado às aristocracias urbanas.

Nesse período, o suporte do Estado estava concentrado em empréstimos. A propriedade da terra tornou-se o meio para obter vantagens econômicas e, embora persistisse o financiamento concedido pelas firmas exportadoras, com a criação do Banco do Brasil os financiamentos deste ente público começaram a se expandir, visto que não havia nenhum controle da aplicação do dinheiro recebido, o qual podia se destinar a outras finalidades não produtivas. Para o Banco do Brasil a exigência maior eram as garantias reais na forma da propriedade de terras. Isto fez com que muitos produtores obtivessem rendimentos não operacionais que ultrapassavam os obtidos com a cacauicultura.

Nesse período o estado da arte em termos de tecnologia incorporara, em relação aos anteriores, mudanças técnicas no beneficiamento da amêndoa, como a introdução da “barcaça”, que substituiu a secagem solar em áreas abertas, tipo terreiro. A secagem passava ser combinada, em área aberta com sol em dias não chuvosos e em área coberta, utilizando calor da queima de madeira, em dias chuvosos. Com esse tipo de inovação no beneficiamento abreviou-se o tempo de secagem e houve melhora na qualidade da amêndoa, o que passou a ser considerado na formação do preço ofertado pelos comerciantes. No que concerne ao cultivo, à etapa de produção vegetal, continuaram as operações a serem manuais em todo o processo produtivo. Entre os produtores se generalizava a prática de trocar conhecimentos sobre variedades de plantas e métodos de manejo mais eficientes, inclusive no que tange às terras mais apropriadas para o cultivo do cacau, o que levava a escolhas de melhores solos, dentro do mesmo bioma, por meio da utilização das árvores da mata atlântica sinalizadoras de solos férteis (BONDAR, 1938). Quanto ao controle fito-sanitário, começa a se difundir o uso de sais de cobre, com o objetivo de controlar doenças provocadas por fungos. Os sais eram diluídos em água

que era vertida sobre as plantas por meio de regadores ou de bombas aspirante-prementes.

Uma parcela considerável de fazendeiros se julgava socialmente benfeitora, o que era comum nas sociedades patriarcais e patrimoniais. Os fazendeiros se viam como responsáveis pela prosperidade da região, mesmo que suas atividades constituísse um modelo que gerasse concentração de rendas e de terras. A influência política obtida no território permitia aos grandes produtores de cacau desse período atuar como elite local e negociar com o poder central seus interesses, independente dos aspectos sociais relacionados com a cacauicultura (SANTOS, 1957; BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F. 2011; BAIARDI, 1984, 2009). O *habitus* dos produtores de cacau desse período se expressava em um conjunto de valores que supunham uma identidade de benfeitores em termos econômico e sociais, próprios da sociedade patriarcal e patrimonial. Imaginavam-se como responsáveis pela prosperidade da região.

O **quinto período ou ciclo** tem início nas primeiras décadas do século XX, indo até os anos setenta. É denominado de ciclo da expansão e do absenteísmo de **produtores latifundiários**, no sentido de que os produtores de cacau não estavam tão presentes à frente de suas fazendas e eram muito seguros da possibilidade de manter o patrimônio deixado por seus pais, graças ao apoio do Estado. A razão é que, embora houvesse ocorrido uma ampliação expressiva da área plantada – a quantidade de amêndoas de cacau cresce de 3.000 t em 1905 para 50.000 t em 1930 – o agente econômico, como seus precursores, os coronéis, decide continuar vivendo nas cidades, o que estabelece uma elevada taxa de absenteísmo nas fazendas, que eram geridas por capatazes (FALCON, 1995).

Nesse período, o típico produtor de cacau, o fazendeiro, se torna um agente menos preocupado com a gestão do seu estabelecimento e mais preocupado em integrar *lobbies* que garantam um apoio contínuo à cacauicultura, com incremento de subsídios ao crédito agrícola e instituição do crédito fundiário. O comportamento absenteísta negligencia o investimento nas atividades agrícolas, aplicando os lucros obtidos com a atividade produtiva em imóveis fora da região, propendendo para um estilo de vida suntuoso. Depende o mínimo do que

lucra em termos de manutenção e investimentos produtivos, não busca diversificar e nem participar de segmentos da cadeia produtiva à jusante da atividade primária, salvo raros casos de envolvimento com o capital mercantil. Esta conduta, *mutatis mutandis*, também inclui o médio e o pequeno produtor familiar que, com suas “roças” de 3 a 10 hectares, tinha rendas elevadas comparativamente aos agricultores familiares com escala semelhante mas voltados para outras atividades como lavouras de subsistência ou criação animal. Na maioria dos casos esta categoria de pequenos produtores, que a rigor não se consideravam fazendeiros, alinhavam-se corporativamente e politicamente com o grande produtor.

As ampliações da área cultivada dos cacauicultores latifundiários absenteeístas resultaram de generosos empréstimos concedidos pelo governo. Durante esses anos o Litoral Sul da Bahia se tornou uma área com hegemonia de lavoura do cacau e com o predomínio da grande propriedade fundiária. O cacau foi responsável por mais de 90% da renda rural na Região Litoral Sul da Bahia. O Produto Interno Bruto da Bahia era composto no período por mais de 30% de renda gerada em atividades relacionadas ao cacau. Os historiadores econômicos definem este período como “economia agrário-exportadora”.

Devido ao peso do cacau na economia brasileira, durante esse ciclo, prevaleceram políticas de oferecer e subsidiar o crédito para quem quisesse expandir a produção. Isto ocorria sem fiscalização, levando a desvios. Vários relatos dão conta de que, quando os bancos começaram a liberar créditos, iniciando um novo período de empréstimos, o mercado de automóveis se aquecia.

Como consequência, o produtor de cacau se tornou mais e mais dependente do Estado, principalmente em relação ao crédito subsidiado, nas formas de custeio, investimento e aquisição de terra, mediante o crédito fundiário. O apoio do Estado não significava apenas financiamento da atividade produtiva na escala existente, mas também sua expansão, com baixo custo e baixo risco, contribuindo para a concentração de terra.

Nesse período, as disputas de terra se atenuaram. Com investimentos públicos em infraestrutura, construção de estradas, tornou-se mais fácil expandir a fronteira agrícola. De qualquer forma, a presença do Estado foi mais evidente em termos de justiça, segurança e garantia

de manter a propriedade da terra. Além dessas intervenções, ocorreram mudanças na estrutura política, na correlação de forças, o que resultou em menos poder para os proprietários de terra e mais poder para a classe média urbanizada. As causas desta transformação foi a Revolução de 1930, que construiu um novo Estado no Brasil, diferente do velho Estado, influenciado pela antiga sociedade patrimonial e patriarcal. O poder político do produtor de cacau se fragiliza mas, paradoxalmente, há um aumento do apoio estatal em decorrência da política de fomento às lavouras que pudessem gerar receitas de exportação.

Esse período também foi caracterizado pela forte intervenção estatal no setor, com a criação do Instituto de Cacau da Bahia, ICB, 1932 e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, CEPLAC, em 1957, uma agência federal cujo papel era promover o desenvolvimento da região do cacau. Caracterizou também este período, um *boom* na produção de amêndoas, mais visível na década de 70. Na ocasião, o Brasil se tornou o maior produtor mundial de cacau, com receitas de exportação de um bilhão de dólares, no ano de 1979. Esse período também foi caracterizado pelo surgimento da agroindústria regional, unidades de processamento da amêndoa com vistas à produção de bens intermediários. Antes, as indústrias de processamento localizavam-se fora da região, inclusive em Salvador. Esses investimentos mais do que dobraram a capacidade de processamento do setor, promovendo uma rápida expansão da atividade industrial regional e revelando o interesse crescente de capitais externos à região na construção do complexo agroindustrial, o qual poderia induzir, pelo seu dinamismo, outros investimentos em diferentes ramos e atrair capitais ligados à produção de chocolate.

Essa expansão da capacidade de processamento de cacau – baseada na crença de que a tendência de altos preços do produto e seus derivados no mercado internacional até o final dos anos 1970 deveria ser mantida – estimulou o aumento tanto na produção como na produtividade. A produção de amêndoas de cacau elevou-se de cerca de 500 kg / ha para 1,5 t /ha e até, experimentalmente, 2,0 t / ha, no fim da década de 1970. Estes resultados provieram de inovações tecnológicas realizadas no Centro de Pesquisa do Cacau, CEPEC/CEPLAC, e se tornaram possíveis graças ao trabalho de extensão rural e educação de nível médio também realizado pela CEPLAC. A incorporação do

progresso técnico foi acelerada e ultrapassou os 30% da área plantada, como observado por Monteiro (1977).

Este período exibe um aparente paradoxo. O cacauicultor latifundiário e absenteísta promove modernização tecnológica e gerencial no seu estabelecimento. Isto se dá porque, por um lado, o agente econômico prefere permanecer ausente da unidade produtiva e, por outro lado, porque aceitou a assistência técnica oficial, com o objetivo de tornar seu negócio mais eficiente e mais rentável. Exatamente, é isto que sucede porque a política agrícola de então assim sinalizava. Centenas de engenheiros agrônomos foram contratados pela CEPLAC como pesquisadores extensionistas e educadores, com o escopo de tornar possível metas de expansão da cacauicultura, promovendo a modernização do processo produtivo, mesmo sem uma fiscalização adequada e sem a supervisão devida dos cacauicultores. As metas de produtividade foram alcançadas por meio de um esforço de assistência técnica e difusão tecnológica e impactaram fortemente no sistema de produção, gerando um aumento da produção de cacau de até quase 500 mil t/ano, no início da primeira metade dos anos 80. É um caso típico da denominada modernização conservadora da agricultura brasileira.

O estado da arte em termos de tecnologia durante esse período incorporou inovações biológicas, sobretudo sementes selecionadas, e os preceitos da revolução verde, como usos intensivos de fertilizantes e pesticidas. A CEPLAC também promoveu vários estudos sobre os recursos naturais, que orientou a escolha mais apropriada para a expansão das plantações de cacau.

Um dos fatos que marcaram esse ciclo, é que, a partir da década de 1960, a CEPLAC passa a recomendar um sistema de produção onde a Mata Atlântica é totalmente abatida, seguida do plantio do cacauieiro e de duas espécies de sombra, a *Erythrina* e a *Musa paradisiaca*, banana. Esta mudança causou desconfianças ao produtor que culturalmente possuía identidade com o sistema cacau-cabruca, que preservava a cobertura florestal, pelo que este propiciava de resiliência ao sistema, pela ciclagem de nutrientes, controle de fitoparasitas e por evitar déficits hídricos.

Os cacauicultores deste período estavam convencidos de que eles desempenhavam um papel social na criação de renda e geração

de empregos, embora fosse óbvio que recebiam favores do Estado e que continuavam pedindo apoio e perdão de dívidas, mais e mais. (BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F., 2011). O *habitus* do produtor de cacau no período revela o sentimento de pertencer a uma classe que produzia riqueza para uma economia agrário-exportadora, cumpria o papel social de gerar empregos e supunha serem os favores do Estado insuficientes, pleiteando mais e mais apoio e perdão de dívidas.

Contemporaneidade, a crise da vassoura de bruxa ou sexto período

O **sexto período**, também conhecido como o da **crise da Vassoura de Bruxa**, foi de uma crise mais ampla e multideterminada, que decorreu de um cenário pseudo-otimista, que contribuiu para a concepção e implantação do programa de expansão da área cultivada denominado PROCACAU 2.² Este programa, embora resultado de reflexão de *policy-makers* e experts, não teve poder de previsão suficiente para captar as seguintes condicionantes: 1) as resistências às mudanças por parte dos agricultores tradicionais, cuja viabilidade econômica é extremamente dependente de preços altos e subsídios; 2) a estagnação e as turbulências de mercados tradicionais; 3) a oferta de concorrentes potencialmente mais competitivos e 4) o fortalecimento, à escala mundial, da concentração das atividades de comércio e processamento, vinculadas, progressivamente, à produção de chocolate, ou seja, a constituição do *agribusiness* do cacau.

Este período ainda não está concluído e tem como característica a queda de produção e a alteração do Brasil da condição de exportador a importador e, mais recentemente, nele se observa o início de uma lenta recuperação cujos primeiros sinais surgem desde a década de 90 do século passado. Nesse ciclo, o número de falências foi extraordinariamente elevado, levando a coalizões, vendas das propriedades, a ampliação da escala produtiva e a uma nova atitude de gestão, qual seja a disposição de assumir riscos capitalistas para inovar, sobreviver e permanecer no agronegócio do cacau.

² Sigla do programa Diretrizes para a Expansão da Cacaucultura Nacional, PROCACAU, na sua segunda versão.

A crise da vassoura de bruxa gerou um novo capítulo na história econômica do cacau e da região como um todo. Diferentemente do que se pensava anteriormente, que nos anos 1980 adviria um novo e próspero ciclo, segundo Baiardi (1984), o denominado “Ciclo da Industrialização Integrada”, que contemplaria a fabricação do chocolate em grande escala, o que adveio foi um ciclo de decadência e desordem do setor, que comprometeu sua capacidade de se reproduzir ou preservar a sustentabilidade. As bases de reprodução no passado próximo – os altos preços resultantes da retomada das frustrações de safras na África, os subsídios aos financiamentos, a anistia da dívida e os baixos salários – foram substituídas por novas exigências, tais como forças competitivas ignoradas, políticas de equilíbrio macroeconômico, ajuste fiscal e políticas de salários mínimos que tornaram impossível a sobrevivência do setor em bases tradicionais, ou seja, com ausência de um vigoroso esforço de modernização que reduzisse os custos, aumentasse a produtividade e a agregação de valor.

Em duas décadas, ocorreu um número expressivo de inadimplências, falências, desinvestimentos, desemprego, bem como a ameaça de adoção de padrões alternativos de uso da terra que dispensam a cobertura fornecida pela Mata Atlântica como a pastagem para pecuária extensiva. A partir de meados dos anos 1980, em face das práticas tradicionais no processo de produção agrícola, bem como da ausência de integração vertical, que teria dado à região uma posição vantajosa na exportação de bens intermediários e finais e, além disso, da presença de uma nova política de Estado, que se recusou a pagar a conta da ineficiência do setor através de subsídios para compensar a diferença entre o custo de produção e preços internacionais, os problemas estruturais antigos foram agravados e o resultado final foi a pior crise já vivida pelos produtores de cacau da Bahia.

A crise, determinada por uma gestão não profissional, já estava em latência e sua emergência tomou forma com a queda dos preços do cacau, de US\$4.000, por tonelada, em 1977/1978, para US\$1.000, por tonelada, em 1990/91. A desvalorização da *commodity* foi, na realidade, um epifenômeno. Como referido anteriormente, os fundamentos de uma gestão eficiente não existiam no setor. O impacto da crise sobre os agentes do sistema trouxe, tanto objetiva como subjetivamente, reações drásticas. Entre as reações objetivas estavam a redução do investimento

e do financiamento para o setor, implicando em um abandono das plantações, o que afetou a produção, a produtividade, bem como a qualidade do produto. Como reações subjetivas se podem alinhar o desinteresse dos *policymakers* para encontrar soluções fora dos padrões tradicionais, que estavam de acordo com as expectativas do produtor – anistia da dívida ou novos financiamentos de longo prazo, seguidos de investimento em infraestrutura e garantia de preços – e as incertezas dos agentes produtivos quanto aos rumos da nova política pública de crédito e comercialização, dúvidas quanto à possibilidade de se reestabelecer os níveis anteriores de atividade por meio de subsídios e de outros mecanismos tradicionais.

Em suma, a coincidência de dois fatores, preços baixos e nova política de crédito rural com menos subsídios e sem perdão de dívidas, revelou-se fatal para a viabilidade econômica da produção de cacau na Bahia, cuja competitividade no mercado internacional não era genuína, pois dependia da taxa de salários, da subremuneração do trabalho, como ocorre no continente africano, e do baixo custo de financiamento, através de subsídios por parte das instituições estatais, que mantinham os custos de produção artificialmente baixos. Como as componentes macroeconômicas do ajuste exigiam a supressão do financiamento da dívida dos cacaucultores por meios inflacionários e como novos e antigos concorrentes aumentaram sua participação no mercado internacional, grande número de produtores regionais já não tinha condições de sobreviver, em contraste com o que aconteceu em outros setores, nos quais os produtores de commodities lograram se converter em produtores de bens intermediários e bens finais pela via da agroindustrialização (BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F., 2011).

A vulnerabilidade setorial da produção de cacau na Bahia confirma as hipóteses anteriores sobre o conservadorismo do produtor de cacau, Baiardi (1978), que foi incapaz de tirar partido dos períodos de *boom*, quando os baixos salários e subsídios asseguravam lucros elevados. Eles não conseguiram utilizar o excedente para modernizar o setor e aumentar a produtividade, promovendo tanto a diferenciação quanto a transformação de produtos locais através da agroindústria verticalmente integrada. Em tempos de altos lucros, o produtor de cacau não conseguiu investir em modernização, que teria trazido elevação da produtividade e a internalização do processamento da amêndoa de cacau e derivados.

No ciclo anterior, o do produtor absenteísta, os excedentes foram imobilizados em terras improdutivas e imóveis urbanos. Na ausência de uma moderna gestão, a cacauicultura regional fragilizou-se diante de uma conjunção particularmente difícil de eventos: ações por parte dos países consumidores, pressionando o preço para baixo, e manifestações de incapacidade política por parte da representação dos produtores, que perderam prestígio e *status* nos blocos de poder, por insistir em políticas protecionistas que contemplassem taxas de juros negativas e anistia da dívida. Um dado novo nessa crise e nesse período, em comparação com os anteriores, é que, no lado da oferta, emergem novos protagonistas, que se distanciam dos produtores tradicionais e que passam a adotar tanto as inovações tecnológicas valorizadas por consumidores exigentes em tecnologias limpas, como gerenciais, no que tange ao compartilhamento de custos e busca de novos nichos de mercado. O crescimento de associações de produtores e cooperativas de produção e a busca de rotas de produção *softs* ou orgânicas para a amêndoa e derivados, têm sido apontados como parte de um conjunto de práticas capazes de se constituírem em alternativa para competitividade setorial pós-crise, além da agroindustrialização em pequena escala, criando o conceito de fazendas de chocolate integradas ao setor de serviços.

O estado da arte em termos de tecnologia durante esse período foi marcado por uma evolução em relação ao paradigma da revolução verde, que se caracteriza pelo uso intensivo de insumos químicos, principalmente no que tange às inovações biológicas, sobretudo no que concerne à obtenção de genótipos resistentes e produtivos. Conhecimentos avançados de biotecnologia foram gerados em centros de pesquisa e colocados à disposição dos produtores, juntamente com a perspectiva de agregação de valor, reafirmação dos princípios de que a cacauicultura é um sistema agroflorestal, que pode conservar importantes ativos ambientais e sociais.

Os valores dos produtores de cacau e dos produtores de outras lavouras regionais no Baixo Sul, tanto em empreendimentos capitalistas/patronais, como nos estabelecimentos médios e de pequena produção familiar, vêm se modificando na medida em que estes agentes se tornaram mais realistas em relação ao seu papel em uma economia competitiva, com menos proteção do Estado e mais iniciativas de gestão, exigindo-se, para além de um papel de bom gestor e de empresário

inovador, a responsabilidade de preservar a Mata Atlântica, sendo, portanto, uma espécie de produtor sustentável. O conjunto de valores se distancia de um perfil de desbravador, pioneiro, benfeitor e empresário subsidiado e se aproxima do perfil de um agente com elevada responsabilidade ambiental. Esta nova caracterização tem também como causa um conjunto de inovações geradas nos institutos de pesquisa e universidades e entregues aos produtores regionais, as quais reforçam a importância da Mata Atlântica na cobertura das várias plantações, na forma de sistemas agroflorestais. Neste contexto de novos atores sociais, de novos protagonismos, é, como iniciativa da sociedade civil, criado o Instituto Cabruca que vem acumulando competências para fortalecer este paradigma (BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F. 2011).

Uma visão esquemática do sistema agroflorestal Cabruca é dada pela imagem esquemática apresentada a seguir, Figura 2. Nela fica evidente que a lavoura de cacau medra sob a Mata Atlântica, cuja cobertura não é homogênea. A mesma é composta por diferentes espécies arbóreas que se dispõem em forma de estratos, permitindo ventilação e recebimento gradual de raios solares.

Figura 2 – Sistema Cabruca, uma visão esquemática



Fonte: Instituto Cabruca, 2014.

O *habitus* do produtor de cacau neste período modifica-se no sentido de que se tornou mais realista em relação ao seu papel em uma economia competitiva, com menos proteção estatal e mais iniciativas empresariais, reivindicando para si, ademais, um papel de empresário

inovador, o de preservador da floresta atlântica, na medida em que as mudanças técnicas não levaram à dispensa do papel da Mata Atlântica na cobertura da plantação na forma de um sistema agroflorestal.

Conclusões – emergência da cooperação e do protagonismo institucional na cacauicultura

Uma manifestação deste novo ciclo é emergência da cooperação e de instituições voltadas para o desenvolvimento sustentável. O Instituto Cabruca é um exemplo. Ele é criado em 2007 em um contexto contemporâneo de valorização do conceito de agroecossistema como encaminhamento das questões ambientais e superação da fragilidade institucional e do conservadorismo da cacauicultura convencional. Seu quadro de sócios é formado por pesquisadores, agricultores familiares, líderes de movimentos sociais e produtores tradicionais, que acreditando na cooperação, decidiram promover a organização social. Estes sócios de diferentes “visões de mundo” percebiam no pertencimento ao *modus vivendis* Grapiúna³ e no agroecossistema cacau cabruca a unidade e a identidade para decidirem cooperar.

Comparativamente a outras lavouras, o agroecossistema de cacau representa um modelo de produção que consegue manter seus ativos ambientais no bioma Mata Atlântica, contribuindo para a conservação do solo, da água e da biodiversidade (SAMBUICH *et al*, 2012). A cacauicultura convencional, de sua parte, mesmo em processo de extinção, mantém a cultura de uma gestão ausenteísta que ainda acredita que o modelo intervencionista do Estado seja capaz de prover as soluções necessárias a esta condição. Neste quadro, surge, então, o Instituto Cabruca, organização da sociedade civil com a seguinte missão: “promover o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade da região Sul da Bahia, com ênfase na gestão e no manejo do agroecossistema Cabruca e de ecossistemas naturais associados”. (INSTITUTO CABRUCO, 2009).

³ Denominação dada aos que habitam no Litoral Sul e que são influenciados pela cultura regional, impregnada de valores de convivência da Mata Atlântica com a cacauicultura.

O objetivo do Cabruca desde sua gênese era o desenvolvimento sustentável a partir de uma gestão moderna da cadeia produtiva do cacau e da superação da crise econômica estabelecida pós-infestação da “vassoura de bruxa” na região. As ações do Instituto se pautaram na busca de processos de agregação de valor à amêndoa por diferenciais de preço como orgânico, fino etc., na verticalização da cadeia em nível local, no aproveitamento de produtos florestais e na valorização do sistema produtivo pelos seus serviços ambientais, como estoque de carbono, conservação da biodiversidade e conservação de bacias hidrográficas (MARQUES, 2008; SAMBUICH *et al.*, 2012). A sua missão deve ser entendida como de caráter inovadora por buscar a conservação da biodiversidade pela manutenção de uma paisagem que integra um agroecossistema com alta biodiversidade de espécies nativas, preserva remanescentes florestais e reconhece o caminho do desenvolvimento sustentável como meio e não meramente como conceito de “proteção da biodiversidade,” como entendem as instituições ambientalistas (SAMBUICH *et al.*, 2012).

Em seu primeiro projeto, fruto de um consórcio institucional financiado pelo Ministério da Agricultura do governo holandês, o Instituto realizou diagnósticos sobre a cadeia produtiva, aspectos ambientais e agronômicos do seu principal sistema de produção e promoveu pesquisas participativas com comunidades de agricultores familiares e assentamentos de reforma agrária que durante o auge da crise da “vassoura de bruxa” tiveram na região um aumento significativo (INSTITUTO CABRUCÁ, 2009).

A partir dessa ação inicial, o Instituto passou a atuar em diversos segmentos no sentido de modernizar a cacauicultura baiana e brasileira, promover outras atividades econômicas potenciais como a produção florestal, agroindustrialização e o ecoturismo, por meio da retomada da credibilidade institucional necessária a processos de desenvolvimento. Para isso, o Instituto, junto com outras instituições da sociedade civil, buscou a integração entre os elos da cadeia e entre grupos de produtores por meio de processos de governança, ajudando a criar o fórum de concertação “Diálogo do Cacau”, sendo a primeira instituição a secretariar o mesmo que reunia instituições ambientalistas, produtores tradicionais, agricultores familiares, assentados, indústrias e órgãos governamentais (INSTITUTO CABRUCÁ, 2009).

A partir dessa articulação interinstitucional, foram desenvolvidas ações de certificação orgânica e *rain forest alliance*, incentivo à produção de cacau fino e orgânico, apoio ao programa de agroindustrialização com foco na produção local de chocolate, pesquisas participativas em agroecologia, silvicultura de espécies nativas e aumento da produção física de amêndoas. Além do fórum “Diálogo do Cacau”, o Instituto passou também a atuar na articulação de políticas públicas em conselhos e câmaras ligadas ao meio ambiente e à cacauicultura e, inclusive, a liderar a câmara setorial da cadeia produtiva do cacau, contribuindo significativamente para a montagem de uma agenda estratégica para o setor.

Tais ações permitiram que o Instituto se notabilizasse por contribuir com a modernização da cacauicultura no Brasil, seja por meio de sua atuação na articulação de políticas públicas, seja por meio de ações de extensão e pesquisa, bem como por promover eventos como o *Salon du Chocolat* França e Bahia, Festival Internacional de Chocolate da Bahia, entre outros, e ainda por atuar com preceitos de agroecologia e agricultura familiar em outros cultivos, fora das tradicionais regiões produtoras de cacau no Brasil.

No ano de 2014, o Instituto Cabruca, junto com outras instituições de representação dos produtores, que agregam 1300 produtores associados, concluíram o processo de depósito de uma indicação de procedência (IP) para o Cacau Sul da Bahia, junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial e criaram a Associação Cacau Sul da Bahia, que fará a gestão da IP. Entre os resultados previstos, espera-se que a IP, por ter um caráter de agregar valor a partir da melhoria da qualidade, certificação, rastreabilidade e marketing territorial, promova a organização da cadeia e amplie os leques de oportunidades em termos de arranjos produtivos que permitam a agroindustrialização verticalmente integrada.

Atualmente o Instituto executa quatro programas que expressam melhor sua missão: 1) o programa Cabrucando o Futuro, com foco em políticas públicas e governança da cadeia; 2) o programa Terra Verde com foco em agroecologia e agricultura familiar; 3) o programa Agregando Valores com foco em certificação, agroindustrialização e gestão de cooperativas e associações, e 4) o programa Cabruca Cidadã, de res-

ponsabilidade exclusiva do Instituto, com recursos próprios ou captados para este fim, que apoia pequenas iniciativas nos campos social e ambiental (INSTITUTO CABRUCO, 2013).

No momento o Instituto possui duas representações, uma matriz em Ilhéus e uma filial na cidade de São Matheus, Estado do Espírito Santo. Nelas, cerca de 30 profissionais entre contratados, consultores e bolsistas, atendem a cerca de 50 comunidades de produtores familiares independentes e 1.000 agricultores familiares nas categorias de assentados da Reforma Agrária, indígenas e quilombolas. Ademais, contribui com um programa de mestrado e duas pós-graduações *lato sensu*, preside a câmara setorial da cadeia produtiva do cacau do Ministério da Agricultura e soma mais de 40 parcerias com apoiadores de suas ações. A julgar pelas mudanças institucionais alavancadas pelo Instituto Cabruca desde sua criação, como resposta à Crise da “Vassoura de Bruxa”, é factível esperar que, na história da cacauicultura da Bahia, se esteja vivendo o melhor período, pelo que o mesmo traz em termos de convivência de sistemas produtivos integrados em cadeias e eficientes, com a preservação do Bioma Mata Atlântica.

REFERÊNCIAS

BAIARDI, A. Fundamentos do pensamento político do grande produtor rural da região cacaueira da Bahia. **Boletim Técnico do CEPED**, Camaçari (BA), 5 (4/6), jul/dez 1978, p. 5-31.

BAIARDI, A. **Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueira da Bahia**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

BAIARDI, A. The cocoa producers “habitus” in Bahia and its change with the late crisis. In: World Economic History Congress, XVTH 2009, Utrecht. **Congress Annals**. Utrecht: International Economic History Association, 2009. v. 2. p.183-200.

BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F.. **O desenvolvimento dos territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia: a rota da sustentabilidade, perspectivas e vicissitudes**. Salvador: Repositório da Universidade Federal da Bahia, 2011. (www.repositório.ufba.br/ri)

BAIARDI, A.; LIMA, G. S. Especialização produtiva como estratégia de sobrevivência da agricultura familiar no semiárido da Bahia. In: Seminário Modernização Tecnológica Periférica, 13, 2013, Recife. **Anais eletrônicos...**Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013. v. 1, p. 351-367.

BONDAR, G. G.. **A cultura do cacau na Bahia**. Salvador: Instituto de cacau da Bahia, 1938.

BOURDIEU, P. **Las estructuras sociales de la economia**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.

BRIGHT, C. **O chocolate pode resgatar a floresta**. World watch Institute. Disponível em http://www.wwiuma.org.br/ww_mat_choc1.htm, acessado em 17/03/2013 as 1236 h)

CARDOSO, C. F. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CHALITA, Q. M. N. produção do *habitus* empresarial na citricultura paulista. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 41-61, jan./jun. 2008.

FALCÓN, G. **O coronéis do cacau**. Salvador: CED/UFBA e IANAMÁ.

INSTITUTO CABRUCO – ARQUIVOS, 2013. (disponível em: <http://www.cabruca.org.br/institucional.php>, acessado em 17/03/2013 as 10:54 h).

INSTITUTO CABRUCO. Relatório Institucional “2007-2009”. Ilhéus: Documento Interno. Impresso, 2009.

MARQUES, A, C.. **Bacia Hidrográfica do Rio Santana: Influência das Atividades Antrópicas na Dinâmica Hidrológica**. 96 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2008.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA e ABASTECIMENTO (MAPA), 2013 (disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Home%20Page/Rio+20/Contribuicao%20da%20agropecuaria%20brasileira.pdf, acessado dia 17/03/2013 as 09:34 h).

MONTEIRO, A. **Avaliação econômica das atividades de pesquisa e extensão agrícolas**. Itabuna: CEPLAC/CEPEC, 1977.

PICCIN, M. B; MOREIRA, R. J. Habitus e agricultores-assentados: um estudo de caso no assentamento Ceres, RS. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 379-421. 2013.

RISÉRIO, A.. **Tinharé, história e cultura do Litoral Sul da Bahia**. Salvador: BYI Projetos Culturais Ltda, 2003.

SAMBUICHI, R.H; VIDAL, D. B; PIASENTIN, F.B; JARDIM, J; VIANA, T.G; MENEZES, A.A; MELLO, D.LN; AHNERT, D; BALIGAR, V.. **Cabruca agroforests in southern Bahia, Brazil: tree component, management practices and tree species conservation**, Biodiversity and Conservation. DOI 10.1007/s10531-012-0240-3 – Janeiro/2012.

SANTOS, M.. **Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SILVA, L. F.. **Varrendo os cacauais**. São Paulo: Scorteci Editora, 2006.

História da arte e restauro: um diálogo necessário

Luiz Alberto Ribeiro Freire

Pesquisador CNPq 2, Doutor em História da Arte pela Universidade do Porto, Portugal. Professor de História da Arte Brasileira na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia. Autor do livro “A talha neoclássica na Bahia”, pesquisa a ornamentação sacra católica na Bahia e coordena o Projeto do Dicionário Manuel Querino de Arte na Bahia, dicionário eletrônico.

Resumo

Grande parte das ordens e irmandades religiosas de Salvador empreenderam reformas ornamentais no interior de suas igrejas por todo o século XIX. Uma nova talha substituiu a antiga realizada no século XVIII, reconfigurando os interiores com uma talha elegante, superficial, destituída da carga ornamental e da variegada simbologia barroca. Os interiores tornaram-se claros, leves, arejados e adequados à nova moralidade cristã. Os restauros realizados nos últimos anos da talha e de outros elementos dos interiores dessas igrejas necessitam da discussão histórico-artística para que decisões não venham comprometer a historicidade desse patrimônio. Pretendemos encetar a discussão da relação entre Restauração e História da Arte, e dos benefícios que esse diálogo possibilita, assim como dos malefícios provocados pela inexistência dessa interface.

Palavras-chave: ornamentação, neoclássico, igrejas, Salvador, Restauração.

Abstract

Much of the religious orders and brotherhoods undertook ornamental reforms within their churches during 19th century in Salvador, Bahia, Brazil. A new ceiling have replaced that old one made in the 23rd century. It showed a new elegant and delicate ceiling with absence of a heavy ornament and a variegated baroque symbology. Then, the interior of the churches become clearer, lighter and suitable to Christian morality. Over the past years, the restorations performed in the ceilings of churches and other features within them need discussions regarding artistic and historical backgrounds. They should be performed as improper decisions could compromise the historicity of this patrimony. We intend to start a discussion about relationship between Restoration and History of Art as well as their benefits and detriments.

Keywords: ornamentation, neoclassic, churches, Salvador, restoration

Nas últimas décadas tem-se realizado na Bahia, especialmente na capital, Salvador, algumas obras de restauração de conjuntos ornamentais de igrejas que tiveram sua talha e pintura reformadas no século XIX, no âmbito da onda reformadora neoclássica que vigorou na Bahia por todo o oitocentos.

Os restauros realizados, ou em processo, têm sido guiados pelo afã de descobertas de pinturas do passado em camadas subjacentes e falta à equipe e seus líderes uma aproximação com a história dos templos e de suas ornamentações ao longo dos séculos, principalmente do enorme esforço reformador da talha no século XIX para subsidiarem as tomadas de decisões, que, em sua maioria, são irreversíveis.

O alongado estudo que realizamos dessa onda reformadora da ornamentação das igrejas soteropolitanas para a tese de doutorado intitulada *A talha neoclássica na Bahia*¹ e o aprofundamento posterior para o livro homônimo publicado em 2006² revela nuances dos resultados

¹ FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. **A talha neoclássica na Bahia**. Porto, 2000. 3v. Tese (Doutorado em História da Arte). Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. **A talha neoclássica na Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2006. 560 p. il.

estéticos alcançados em cada igreja, nos permitindo generalizações e especificações.

Configurações e reconfigurações ornamentais das igrejas baianas

Do ponto de vista da arquitetura, as reformas consistiram na abertura de óculos nas paredes laterais da capela-mor permitindo que a luz natural penetrasse pelas vidraças nesse ambiente, tornando-o o mais iluminado da igreja, o que do ponto de vista simbólico se justificava, por ser o espaço mais sagrado do templo, correspondendo ao braço superior da cruz, em que se apoiava a cabeça de Cristo, sendo o espaço a representação do Reino Celeste na terra, onde se situa o altar-mor com o sacrário e o retábulo em que se apresenta o Santíssimo Sacramento no alto do trono e o padroeiro da irmandade em nicho envidraçado, ou nos primeiros degraus do trono.

A abertura desses óculos requereu uma resolução para os tetos das capelas-mores, que já era amplamente utilizada nas igrejas europeias, mas que eram novidade na colônia portuguesa, pelo menos na Bahia. Os tetos em abóbadas de lunetas, em madeira pregada a uma armação também de madeira formavam-se de sub-abóbadas correspondentes a cada óculo, que geralmente tinham formato ovalado ou circular e podiam ser em número de seis, três em cada lateral.

Tais transformações quase sempre implicaram na retirada dos forros anteriores, que deveriam ser em abóbadas de arestas, ou de berço com pinturas figurativas, conforme exemplares que resistiram as reformas e se preservaram até a atualidade.

Os novos forros passaram a reproduzir a abóbada celeste como na tradição mais antiga que remonta aos forros das câmaras mortuárias egípcias, pintados de azul celeste e ornados ordinariamente por faixas entalhadas e douradas com florões, folhagens e molduras fitomórficas, ou ainda apresentavam pequenas estrelas entalhadas e douradas salpicadas no campo azul da abóbada. Há poucas exceções para essa solução.

Algumas alterações arquitetônicas iniciaram no século XVIII, a exemplo dos pisos do presbitério em embutidos de calcário português

(pedra de lioz) com padrões decorativos que partem de elementos barrocos, passando pelos rococós e o neoclássico. Esse tratamento é diferenciado e não se repete em nenhum outro ambiente da igreja.

Na nave os revestimentos foram drasticamente transformados, até a reforma neoclássica, o piso era dividido em quadriláteros de pedra com tampos de madeira numerados e removíveis. Cada tampo correspondia a um túmulo, pois o enterramento se fazia no solo sagrado das igrejas. Essa prática foi proibida por lei na Bahia em 1836 e cessou por completo com a peste (o *colera morbus*) que abateu a demografia baiana no século XIX, com a propagação das ideias e práticas higienistas cultivadas na Escola Médico-cirúrgica e pelos interesses comerciais da empresa que passou a explorar o cemitério privado do Campo Santo³.

Retiraram-se das naves os quadriláteros e seus tampos e as revestiram de ladrilhos de mármore comumente em azul e branco, ou preto e branco a imitação de tabuleiro de xadrez, ou ainda dispostos em diagonal com limitadas variações.

As reformas arquitetônicas se completaram com a abertura de duas portas laterais à central. Havia apenas uma porta central, que foi julgada insuficiente para o trânsito de fiéis. As novas portas são menos altas que a central e feitas no modelo dela, de modo que sem a informação documental, jamais suspeitaríamos da posteridade de suas aberturas. Isso possibilitou não só um trânsito mais fluente, como uma maior aeração e maior iluminação natural do nártex e da nave das igrejas reformadas.

A ornamentação em madeira e pintura das igrejas foi consideravelmente alterada, a exuberante, radiante e pomposa decoração barroca com seus inúmeros elementos fitomórficos, fitoantropomorfos, zoomorfos, antropomorfos e fantásticos foram substituídos por uma talha delicada, superficial constituída essencialmente de elementos da ornamentação clássico próprios da arquitetura e por composições formadas por molduras acânticas e florões entalhadas com muita delicadeza e finura. Esses elementos distinguiam-se dos seus fundos lisos e monocromados

³ REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 247. 357 p. il.

de branco, pérola, ou marmorizados por se apresentarem dourados ou, raramente pintados com paleta clara e luminosa.

As soluções dadas aos forros do nártex e da nave variaram. Surgiram para a nave propostas essencialmente neoclássicas que se constituíram em: abóbadas agameladas de tábuas corridas pintadas em azul celeste, ou outra tonalidade de azul, sempre clara, com um medalhão oval ao centro em que está pintado a padroeira do templo em ascensão, emoldurado com molduras entalhadas e douradas aplicadas ao teto, a exemplo do forro da nave da igreja do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Pilar. Arranjo semelhante pode vir todo pintado, sem molduras entalhadas e orlado nos extremos por barra pintada com motivos da arquitetura clássica.

Outro exemplo de solução neoclássica se compõe de pintura que imita molduras de estuque dividindo o campo em figuras geométricas: polígonos, retângulos, círculos no centro das quais estão pinturas figurativas: ícones de santos, passos da vida, emblemas. Esse modelo foi bastante praticado pelo pintor Antônio Joaquim Franco Velasco, que o aplicou nos tetos da nave da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim e da Igreja Matriz de Santana.

Em pelo menos dois casos os tetos feitos no século XIX se aproximaram dos caixotões renascentistas sendo constituídos por caixotões mistos: poligonais e retangulares com molduras em madeira e pinturas figurativas e emblemas no centro de cada caixotão, ou ainda totalmente pintados de azul celeste e filetes de molduras dourados.

Nos templos cujos forros da nave tinham sido pintados com pintura em perspectiva, quadratura, houve um respeito a essas pinturas, decidindo-se quase sempre pela sua manutenção, restauração (que no século XIX compreendia o reavivamento das cores, em uma repintura sobre a que lá estava com algumas alterações)⁴. A irmandade de Nossa

⁴ Em texto publicado sobre a retirada de pintura superficial e revelação da pintura subjacente mais antiga no teto da Igreja da Ordem Terceira de São Domingos de Gusmão faço uma reflexão sobre a reforma desses tetos no século XIX, considerando a dinâmica de obras ao longo dos séculos nessa igreja; discuto a autoria presente nos escritos sobre arte baiana e alerta para a responsabilidade que envolve a decisão de retirada da pintura superficial. FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. **A autoria da pintura do forro**

Senhora do Rosário das Portas do Carmo (dos pretos) optou por cobrir a pintura que imita arquitetura em perspectiva de azul celeste com estrelas douradas salpicadas e manter da pintura do século XVIII a cena central em que figura a assunção da Virgem do Rosário.

Houve variação de propostas neoclássicas para os forros dos nártex, em alguns casos foi seguido soluções aplicadas nos forros da nave, como a composta por pintura imitando estuque com molduras pintadas, motivos da arquitetura clássica, emblemas e/ou painel central figurativo e/ou emblemático; podendo ainda toda a extensão do teto ser ocupada por painéis emblemáticos com molduras pintadas. Podendo também variar com ícones pintados em cada lateral e no centro um medalhão circular com emblema emoldurado com moldura entalhada e dourada redonda.

Adotou-se também a pintura em azul celeste com um painel central figurativo com molduras entalhadas e douradas, ou medalhão central com monograma AM (da Virgem) entalhados e dourados sobre fundo azul.

Outra alteração importante foi a permuta das balaustradas de jacarandá negras por grades de ferro no cancelo e nos altares laterais da nave. Na pintura das paredes de todos os ambientes predominava o branco.

Após essas grandes reformas no século XIX as organizações religiosas continuaram a exercer suas funções de zelar pelos artigos da fé, manter o templo com toda decência necessária para o culto divino, cuidar para que as imagens não perdessem o decoro. Continuaram também com a ânsia de aderir as novas modas, incorporando novos materiais e padrões ornamentais que estavam em voga.

A dinâmica conferida pelas irmandades baianas aos seus templos e demais ambientes a eles relacionados, só não teve no século XX a magnitude das reformas do dezanove porque a sociedade se laicizava, as populações que habitavam os bairros mais antigos foram se deslo-

da Igreja de São Domingos de Gusmão e suas restaurações. Blog Luiz Freire, 23 de julho de 2015. Disponível em: < <http://luizfreire14.blogspot.com.br/>>. Acesso em 31/5/2016.

cando para outras áreas mais novas da cidade, por uma economia mais dinâmica (comércio e indústria) e pelo surgimento de uma mentalidade, leis e órgãos preservacionistas do patrimônio a partir de 1937.

Os influxos do ecletismo chegado ao Brasil nos finais do século XIX, do “neogótico”, do “art nouveau” e do “art deco” influenciaram a pintura decorativa de paredes da capela-mor e de outras dependências das igrejas, assim como determinaram a forma estrutural e ornamental do mobiliário como bancos, confessionários e nichos. Até a aplicação de papel de parede, ou sua imitação pela pintura e, ainda, a pintura a estêncil passou a figurar pelo menos na capela-mor.

As intervenções de restauro na Bahia

Nos últimos anos têm-se realizado restaurações completas das obras de arquitetura e talha de importantes templos soteropolitanos, cuja ornamentação foi reformada no século XIX:

Sob a responsabilidade da restauradora Emília Barreto

1. Igreja do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Pilar – Empresa: Construtora MRM;
2. Igreja do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Vitória – Empresa: Construtora MRM – a execução do restauro ficou a cargo de Emília Barreto e Terezinha Borges – Patrocínio da Construtora MRM em contrapartida à construção do edifício Mansão Wildeberger.

Sob a responsabilidade do restaurador Julio Maia

1. Igreja do Santíssimo Sacramento e São Pedro dos Clérigos – Empresa JOSÉ C. C. MEHLEM Construção Civil – Patrocínio do Programa IPHAN/MiNC;.
2. Igreja do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão – Empresa JOSÉ C. C. MEHLEM Construção Civil.

As obras de restauro em andamento são as seguintes:

1. Igreja do Santíssimo Sacramento e Santana – sob a responsabilidade do restaurador José Dirson Argolo – Empresa: Studio Argolo – Financiada pelo BNDES;
2. Igreja da ordem Terceira do Santíssimo Sacramento e São Domingos de Gusmão – sob a responsabilidade do restaurador Julio Maia – Empresa JOSÉ C. C. MEHLEM Construção Civil – Patrocinada pelo IPHAN/MiNC – PAC das cidades históricas;
3. Igreja do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo – sob a responsabilidade do arquiteto Antônio Pedro Calazans e da restauradora Shirley Alcântara – MARSOU Engenharia – Patrocínio do PAC – Cidades Históricas / MiNC.

Integram ainda o universo dos restauros em andamento os seguintes conjuntos ornamentados nos séculos XVII e XVIII as igrejas:

1. Igreja do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Graça – sob a responsabilidade do restaurador José Dirson Argolo – Empresa: Studio Argolo – Financiada pelo BNDES;
2. Igreja do Colégio da Companhia de Jesus – Atual Catedral Basílica – MARSOU Engenharia – Patrocínio do PAC – Cidades Históricas / MiNC.

As intervenções de restauro ocorridas dispensaram um procedimento prévio que consideramos primordial para que o grupo de trabalho conheça a história e as particularidades de cada patrimônio a ser intervencionado, a promoção de seminários com os estudiosos do monumento e dos seus bens móveis e integrados, aqueles que pesquisaram profundamente e escreveram monografias, dissertações e teses e que continuamente pesquisam científicas.

Esse conhecimento, além de permitir uma visão profunda do valor histórico-artístico e cultural do monumento cria uma relação de responsabilidade maior do corpo técnico com as obras que irão intervir, ao adentrar na dinâmica daquele bem cultural desde o momento da sua edificação até o presente e entender culturalmente suas origens e ressignificações.

A falta desse procedimento, que deve não só preparar a intervenção, mas acompanhá-la tem dado margem a determinadas ações que são discutíveis, até porque as decisões ocorrem sem uma discussão consequente, em que nelas estejam profissionais de várias áreas do conhecimento, inclusive aqueles estudiosos especialistas no monumento e/ou em temas que com ele se relacionem.

Um problema crucial nesses restauros é a remoção de repinturas, ou de camadas superficiais da pintura de uma parede, de um retábulo, de um elemento da talha, ou de um forro inteiro da capela-mor, nave ou nártex.

Quase sempre a decisão pela remoção ocorre sem análises prévias possibilitadas pela tecnologia mais básica e pela mais avançada. Análises que realizadas demonstrariam quantas camadas de pintura existem, se as camadas subjacentes estão suficientemente íntegras para serem resgatadas e outros dados mais, que torna segura a remoção, mas que não são suficientes para a decisão final, que depende ainda da discussão histórico-artística e filosófica do restauro.

Quando a camada superficial é monocromática, a decisão pela sua retirada é mais imediata, mas, quando essa camada possui uma pintura decorativa, iconográfica e narrativa, a decisão exige discussões profundas e alongadas. Como não utilizamos ainda das mais avançadas técnicas de remoção para a preservação das duas pinturas em suportes diferentes, remover a camada superficial implica na destruição da camada superficial e, pior ainda, se não tiver a certeza que a camada subjacente não está íntegra, ou foi repintada para se adequar a um momento estético que demandava reconfiguração completa do ambiente, como foi o caso da maioria das igrejas que passaram por reforma ornamental no século XIX na Bahia.

A opção por resgatar o mais antigo na remoção de camadas de pinturas em conjuntos ornamentais reformados em séculos anteriores cria uma configuração nova, e promove uma mistura que nunca houve no passado, e que, em resumo, será obra autoral dos restauradores contemporâneos, contrariando a sua formação com base em princípios éticos que orientam para nada acrescentarem à obra, e sim reintegrá-la, estrutural e esteticamente, sob determinados princípios científicos e

tecnológicos, garantindo assim maior longevidade e continuidade da significação social.

Os equívocos nesse âmbito se adensam quando se resolve por critérios estéticos intervir em uma escultura sacra, retirando parcialmente a policromia e douramento para fazer aparecer uma mais antiga, por ser considerada de maior qualidade e beleza, de maneira que o resultado final transforma a imagem em um híbrido de padrões de épocas diferentes, composição que ela nunca teve, constituindo-se mais uma vez em uma invenção do “restaurador” e de uma desconstrução da historicidade da peça e destruição do patrimônio, pois o que foi removido não poderá mais ser resgatado, a menos que se reproduza por inteiro o padrão, outra atitude discutível.

O restauro da imaginária sacra católica tem-nos apresentado problemas imensos, além do que já foi citado, a exemplo de se pintar integralmente uma escultura antiga, do século XVIII, ou XIX. Por mais que o restaurador pesquise os padrões tradicionais, cada imagem é única, mesmo aquelas produzidas por uma indústria artesanal. Como tal, nenhum restaurador pode reconstituir padrões sem que, na escultura, haja resquícios deles suficientes para essa reconstituição, e mesmo quando haja, é cauteloso se discutir à exaustão os propósitos de se complementar a policromia, ou pintar integralmente uma imagem antiga.

Um procedimento que igualmente estranhemos é o de complementação com pintura nova dos padrões decorativos pintados em paredes, barrados, faixas e cornijas. Parte-se do princípio de que a arte decorativa repete padrões e de que não há perda alguma em reproduzi-los por cima, evitando o tempo e o ônus com mão-de-obra para decapar as camadas em toda a extensão da superfície decorada. Contudo há nuances de tonalidades que não se consegue reproduzir com as tintas atuais e os desenhos também variam por serem artesanais, mesmo quando se trata de pintura a estêncil.

Nesse âmbito, temos exemplos na Bahia de forros inteiros cuja pintura superficial era branca e os restauradores concluíram ao decaparem, que a cor “original”, quer dizer mais antiga, era pérola, “creme”, tal conclusão quase sempre vem desacompanhada de análises a partir de fotos com exposição de Raios X, infravermelho e ultra-violeta, nem

de amostras do corte estratigráficos, nem de discussões que considerassem alteração do branco por sujidades e outros agentes. E a alteração foi feita repintando todo o fundo do forro com tinta nova na cor “creme”, pois não se quis decapar o extenso teto da nave.

Os desvios de restauro não poupam a talha, o mais frequente é o uso de folhas de ouro sintético. O sentido religioso do douramento é o de simular que o interior da igreja era todo de ouro, quando na verdade, é de madeira dourada, a opção por folhas de ouro de boa qualidade, ou seja de alto teor de ouro, era para que sua aparência, sua cor e brilho nunca se adulterasse, afinal, o ouro, um metal solar e incorrupto, desde as primeiras civilizações destinava-se às coisas sagradas. Aqui tudo deveria ser feito para a “maior glória de Deus e confusão dos infiéis”⁵.

Permutar o ouro de qualidade por ouro sintético é retirar o sentido profundo da ornamentação sacra, é aplicar um material adulterável, que perderá cor e brilho com um tempo, tornando os interiores escuros. A aplicação correta dessas folhas é outro aspecto que tem sido negligenciado em algumas experiências, o efeito é desastroso e similar a manchas produzidas por pinceladas grossas.

Os cuidados com a aplicação do ouro de qualidade devem incluir a análise do ouro que está na obra de talha e a liga que determina sua coloração, para que se adquira material da mesma cor, assim como deve ser observado a coloração do bolo armênio utilizado na obra mais antiga de douramento, para que se aplique a mesma tonalidade.

Por ser um material caro, as folhas de ouro, quando substituídas por outras soluções barateiam a obra e podem contrariar os orçamentos apresentados determinantes para o êxito da proposta na concorrência pública. Nesses casos, a substituição se transforma em caso de polícia por se tratar de uma fraude, de um tipo de corrupção.

Igualmente grave e que contraria os princípios fundamentais do restauro⁶ é o emprego de materiais diferentes dos originais na recom-

⁵ OTT, Carlos. *A Santa Casa de Misericórdia da cidade do Salvador*. Rio de Janeiro: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1960. p. 193-194. 237 p. il. (Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 21).

⁶ Brandi elaborou dois axiomas para o restauro: 1º axioma: “restaura-se somente a ma-

posição de elementos da talha, não sendo de madeira, e do tipo de madeira originalmente utilizados, todo emprego é discutível e condenável, a exemplo da prática de substituir a madeira entalhada pela resina de poliéster moldada.

Algumas obras de restauro em andamento contrataram estudiosos especialistas para dar acompanhamento científico e fomentar o conhecimento de todos os profissionais que compõem as equipes de trabalho. Consideramos louvável a iniciativa, mas não resolve de todo a questão, pois esses especialistas passam a ser membros das equipes e as decisões não resultam de fórum imparcial, multidisciplinar e independente.

Para que procedimentos como os relatados sejam evitados, ou discutidos, e as decisões sejam partilhadas, anuídas e cientificamente adequadas é preciso haver uma mudança de conduta dos órgãos estaduais e federais responsáveis pelo patrimônio, desde a redação dos editais até a conclusão da obra, passando pelo acompanhamento adequado de cada etapa; das empresas contratadas e de suas equipes de restauro. Para tanto sintetizamos no quadro seguinte as ações de órgãos de Proteção do Patrimônio Cultural e das empresas da construção civil e de restauros.

téria da obra de arte” (p. 31), que se refere aos limites da intervenção restauradora, levando em conta que a obra de arte, em sua acepção, é um ato mental que se manifesta em imagem através da matéria e é sobre esta matéria – que se degrada – que se intervém e não sobre esse processo mental, no qual é impossível agir. Daí decorrem as críticas às restaurações baseadas em suposições sobre o “estado original” da obra, condenadas a serem meras recriações fantasiosas, que deturpam a fruição da verdadeira obra de arte. 2º. axioma: “A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (p. 33). Ainda que se busque com a restauração a unidade potencial da obra (conceito de todo distinto de unidade estilística), não se deve com isso sacrificar a veracidade do monumento, seja através de uma falsificação artística, seja de uma falsificação histórica. E dois princípios básicos para a intervenção restauradora: 1º “a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir” (p. 47); 2º “que qualquer intervenção de restauro não torne impossível mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras” (p. 48). BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. Resenha de CUNHA, Cláudia dos Reis e. A atualidade do pensamento de Cesare Brandi. Vitruvius. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181>>. Acesso em 31/5/2016.

PROCEDIMENTOS PARA UMA CORREÇÃO DE CONDUTA DO RESTAURO NA BAHIA CONSIDERANDO QUE O PATRIMÔNIO CULTURAL É PÚBLICO E A OBRA PAGA COM O ERÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

Dos órgãos de proteção do Patrimônio Cultural – IPHAN e IPAC – Fundação Gregório de Matos

Constituir comissão integrada por representação dos órgãos de proteção do patrimônio, pesquisadores do monumento, ou de temas a ele relacionados; outros restauradores, historiadores, historiadores da arte, arquitetos, entre outros para fiscalizar a obra de restauro em todos os seus aspectos e discutir os problemas e instruir decisões.

Promover a transparência do processo de restauro através de discussões e publicação nos meios de comunicação e dos recursos que as novas tecnologias possibilitam.

Fiscalizar o cumprimento das regras fundamentais do restauro presentes em Cesare Brandi.

Agir com presteza e rigidez diante das incorreções e do mau restauro.

Publicar por meio impresso e eletrônico os relatórios e, ou dossiês das obras.

Das empreiteiras da construção civil, empresas de restauro e dos restauradores

Honestidade na elaboração dos projetos e dos orçamentos.

Contratação de pessoal de restauro com formação universitária, experiência e competência comprovada evitando-se a prática do nepotismo e do clientelismo.

Acompanhamento das ações dos artesãos e técnicos na execução dos trabalhos.

Promover Seminários em que sejam reunidos pesquisadores especialistas no objeto, no tema, na época de sua construção e na história institucional.

Discutir amplamente os problemas antes das decisões do restauro e optar pela decisão coletivamente anuída.

Garantir a transparência de todo o processo promovendo visitas, publicando as etapas e os resultados parciais e finais.

Elaborar relatórios de conteúdos densos, discursivos e de acordo com as normas da ABNT

A necessária relação entre História da Arte e Restauro

Poderíamos argumentar exaustivamente acerca dos benefícios do diálogo entre os restauradores e os historiadores da arte no curso das obras de pequeno, médio e grande porte, preferimos, contudo, sintetizar os argumentos que fazem esse diálogo indispensável.

O conhecimento que o restauro necessita:

1. Dados documentais sobre o processo de construção e/ou reconstrução da obra, das decisões tomadas e alterações realizadas no projeto ao longo do tempo;
2. Das questões relacionadas aos materiais, técnicas e alterações de toda ordem ocorridas no monumento e nos seus bens móveis e integrados;
3. Dados sobre os artistas e a época de confecção das obras;
4. Dados sobre a cultura, a filosofia, economia, pensamento religioso, estético, moral e mental da época da confecção e/ou reforma;
5. Apropriação das análises estéticas e histórico-artísticas de estudos científicos produzidos e publicados em forma de monografias, dissertações, teses e artigos científicos.

O conhecimento que o restauro possibilita:

1. Confirmar, negar ou problematizar autorias;
2. Revelar assinaturas e outros dados;
3. Revelar intervenções anteriores, inclusive aquelas que comprometem a identificação temática e dos atributos;
4. Reconstituir gráfica ou em maquetes configurações anteriores;
5. Identificar com base em análises químicas e de tecnologia básica e avançada os materiais e substâncias empregadas originalmente nas obras;
6. Identificar pela prospecção das repinturas ou obras subjacentes as intervenções anteriores desde a origem até a atualidade;

7. Identificar e reconstituir através de farta documentação e da ação mecânica das técnicas tradicionais de construção das obras;
8. Promover a inter-relação entre documentação primária e a arqueologia das obras;

Conforme constatamos os benefícios do diálogo contínuo entre os restauradores e os historiadores da arte no curso das obras, e nos demais âmbitos, contribui para a ampliação do conhecimento em todos os níveis e em vários aspectos.

É indispensável para o restaurador antes de intervir na obra, e extremamente profícuo para ambos, no decorrer do processo, no qual dados que não são perceptíveis surgem, em que problemas que exigem soluções cientificamente abalizadas aparecem e dúvidas, cuja soluções, se não for encontrada com essa interface, no mínimo acresce os argumentos e a dialética do discurso.

Referências

- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. Resenha de CUNHA, Cláudia dos Reis e. A atualidade do pensamento de Cesare Brandi. Vitruvius. 032.03, ano 03, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenha-online/03.032/3181>>. Acesso em 31/5/2016.
- FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. **A talha neoclássica na Bahia**. Porto, 2000. 3v. Tese (Doutorado em História da Arte). Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. **A talha neoclássica na Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2006. 560 p. il.
- FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. **A autoria da pintura do forro da Igreja de São Domingos de Gusmão e suas restaurações**. Blog Luiz Freire, 23 de julho de 2015. Disponível em: <<http://luizfreire14.blogspot.com.br/>>. Acesso em 31,05.2016.

OTT, Carlos. **A Santa Casa de Misericórdia da cidade do Salvador.** Rio de Janeiro: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1960. p. 193-194. 237 p. il. (Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 21).

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 247. 357 p. il.

A invenção do futuro pós-capitalista em meados do Século 21

Fernando Alcoforado

Membro da Academia Baiana de Educação, engenheiro e doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona. Professor universitário e consultor nas áreas de planejamento estratégico, planejamento empresarial, planejamento regional e planejamento de sistemas energéticos. É autor de 12 livros, entre os quais *Energia no mundo e no Brasil – Energia e mudança climática catastrófica no século XXI* (CRV, Curitiba, 2015). Possui blog na Internet (<http://fernando.alcoforado.zip.net>). E-mail: falcoforado@uol.com.br.

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar as três gigantescas crises que ameaçam a sobrevivência da humanidade e apontar a solução visando à invenção do futuro pós-capitalista.

Palavras-chave: colapso do sistema capitalista mundial, exaustão dos recursos naturais do planeta Terra, mudança climática catastrófica, o futuro pós-capitalista.

Abstract

This article aims to present the three gigantic crises that threaten the survival of humanity and point the solution aiming at the invention of the post-capitalist future

Keywords: Collapse of the world capitalist system, depletion of natural resources of planet Earth, catastrophic climate change, the post-capitalist future

1. Introdução

A humanidade se defrontará em meados do século XXI com três gigantescas crises que poderão colocar em risco sua sobrevivência: 1) o colapso do sistema capitalista mundial; 2) a exaustão dos recursos naturais do planeta Terra; e, 3) a mudança climática catastrófica global. A sobrevivência da humanidade estará ameaçada porque essas três crises tendem a provocar o agravamento dos problemas sociais sem precedentes em todos os países do mundo resultantes de seu arruinamento econômico, o incremento de conflitos internacionais generalizados com a guerra entre os países pela posse de recursos naturais em processo de exaustão e a mudança climática catastrófica resultante do aquecimento global que, ao elevar vertiginosamente a temperatura do planeta Terra, poderá provocar a desorganização da sociedade em escala planetária, além de ameaçar sua sobrevivência.

Neste artigo, estão apresentadas as evidências de colapso do sistema capitalista mundial, da exaustão dos recursos naturais do planeta Terra e da mudança climática catastrófica global e suas imensas consequências do ponto de vista, político, econômico e social em cada país e geopolítico no plano internacional. Essas crises produzirão, sem sombra de dúvidas, o que se pode denominar de crise de humanidade haja vista que estará em jogo sua própria sobrevivência pela segunda vez ao longo da história depois da ameaça de holocausto nuclear com a Guerra Fria após a Segunda Guerra Mundial. Em suas conclusões, este artigo apresenta as soluções que deveriam ser adotadas visando à invenção do futuro pós-capitalista em resposta ao colapso do sistema capitalista mundial, bem como evitar a exaustão dos recursos naturais do planeta Terra e a mudança climática catastrófica global.

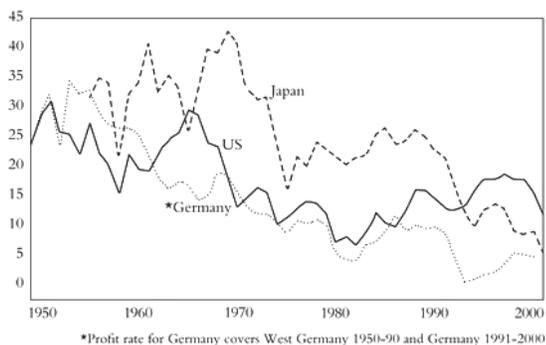
2. O colapso do sistema capitalista mundial em meados do século 21 e suas futuras consequências

Em uma sociedade capitalista o que interessa ao detentor do capital é a busca por maiores taxas de lucro. A taxa de lucro é a chave através da qual os capitalistas podem levar avante seu objetivo de acumulação de capital. Porém, quanto mais se desenvolve a acumulação de capital é mais dificultoso para os capitalistas obterem taxas de lucro para continuar o processo de acumulação. A taxa de lucro, sendo a meta da produção capitalista, sua contínua queda aparece como uma ameaça para o processo de produção capitalista.

2.1 A tendência decrescente da taxa de lucro e da taxa de crescimento do PIB no sistema capitalista mundial

A Figura 1 apresentada a seguir mostra que a taxa de lucro nos Estados Unidos, Alemanha e Japão apresentaram uma tendência de declínio de 1950 a 2000.

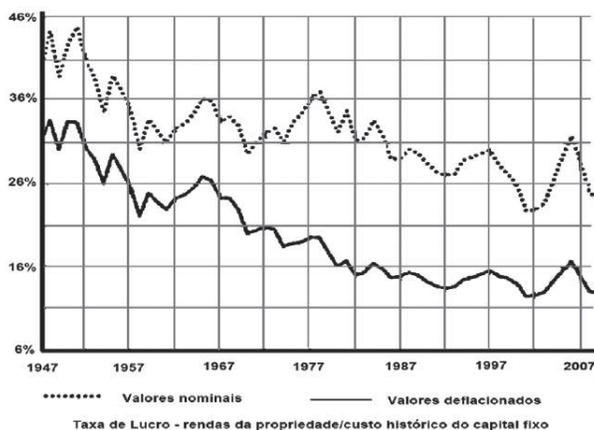
Figura 1 – Taxa de lucro nos Estados Unidos, Alemanha e Japão



Fonte: <https://www.marxists.org/portugues/harman/2007/mes/taxa.htm>.

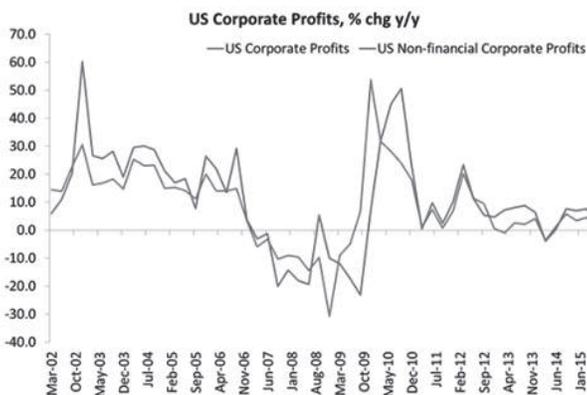
A Figura 2 mostra o declínio da taxa de lucro das corporações dos Estados Unidos de 1947 a 2007 e a Figura 3 de 2002 a 2015.

Figura 2 – Taxa de lucro ao custo histórico do capital fixo em corporações dos Estados Unidos



Fonte: KLIMAN, A. *The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession*. London: Pluto, 2012.

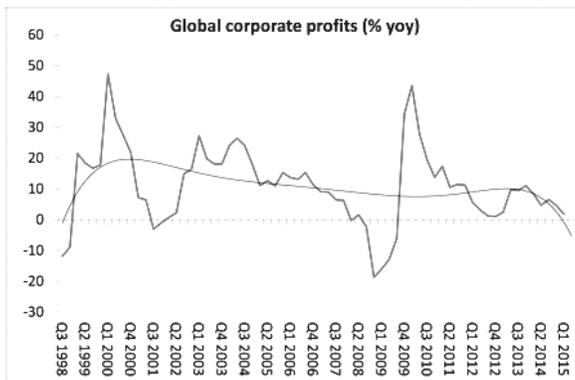
Figura 3 – Taxa de lucro das corporações dos Estados Unidos



Fonte: <https://thenextrecession.files.wordpress.com/2015/08/us-corporate-profits-august.png>

A Figura 4 apresenta a tendência de declínio das taxas de lucro global das corporações de 1998 a 2015 e a Figura 5 mostra a tendência de declínio das taxas de lucro industrial na China de 2005 a 2015.

Figura 4 – Taxas de lucro global das corporações



Fonte: <https://thenextrecession.wordpress.com/2015/06/04/bubbles-profits-and-debt-look-out/>

Figura 5 – Taxa de lucro industrial na China

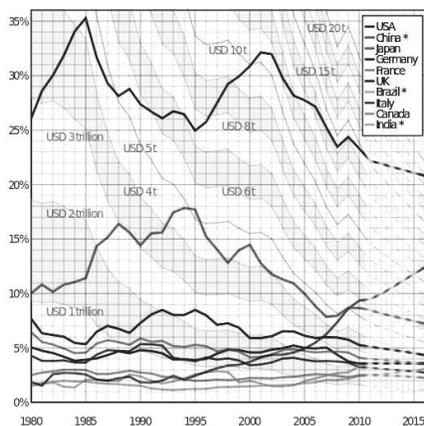


Fonte: <https://thenextrecession.files.wordpress.com/2015/08/us-corporate-profits-august.png>

A tendência decrescente das taxas de lucro no sistema capitalista mundial mostra o caráter histórico, transitório do modo de produção capitalista e o conflito que se estabelece com as possibilidades de continuar seu desenvolvimento. Karl Marx (1999) previu em *O Capital* que a taxa de lucro tenderá a cair no longo prazo, década após década. Não só haverá altos e baixos em cada ciclo de “boom” e crise, mas também haverá uma tendência à queda no longo prazo, tornando cada “boom” mais curto e cada queda mais profunda. Assim, as bases da teoria de Marx sobre a tendência decrescente das taxas de lucro do sistema capitalista mundial estão sendo confirmadas.

Outra tendência que se manifesta também com a evolução do sistema capitalista mundial é a do declínio nas taxas de crescimento do PIB da economia mundial conforme está apresentada nas Figuras 6 e 7. A Figura 6 apresentada a seguir mostra que a economia mundial mostra evidente declínio no PIB de 1980 a 2010. À exceção da China, o PIB dos demais países apresenta declínio ou estagnação econômica.

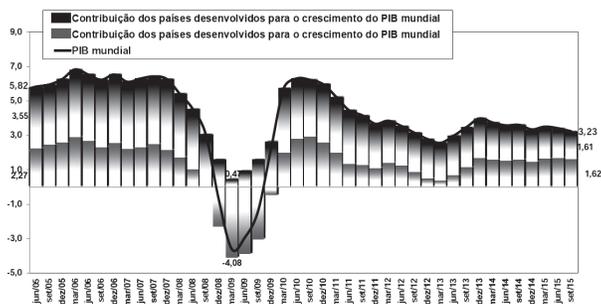
Figura 6 – Participação dos países na formação do PIB mundial



Fonte: pt.slideshare.net

A Figura 7, a seguir, demonstra a tendência de queda no crescimento do PIB mundial.

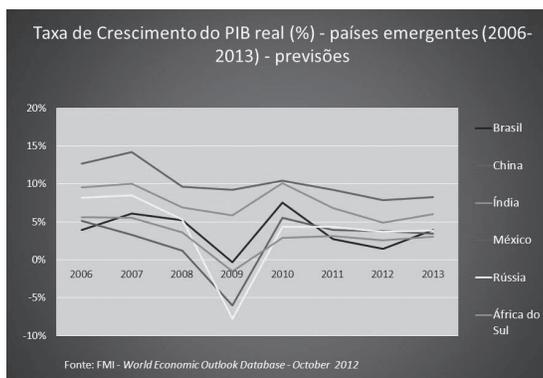
Figura 7 – Taxa de crescimento do PIB mundial e a contribuição dos países desenvolvidos (azul) e emergentes (vermelho) – 2005/2015



Fonte: sanderlei.com.br

A Figura 8 apresenta a taxa de crescimento do PIB real dos países emergentes ficando evidenciada a tendência de declínio nas taxas de crescimento do PIB. O Brasil que apresentava uma tendência de crescimento de 2012 a 2013 caiu em 2014 e 2015 em consequência da crise econômica que abala o país.

Figura 8 – Taxa de crescimento do PIB real dos países emergentes



Fonte: FMI

Pelo exposto, constata-se que a economia mundial apresenta queda contínua em seu crescimento porque os Estados Unidos, União Europeia e China apresentam na atualidade desempenho econômico que põe em xeque a recuperação da economia mundial. Além da crise profunda que atinge a União Europeia, os Estados Unidos apresentam poucos sinais de recuperação após a crise mundial de 2008 e a China mostra sinais evidentes de desaceleração. Paira no ar uma síndrome econômica desintegradora. Trata-se do atual endividamento insuportável dos Estados soberanos da Europa e dos Estados Unidos. O Brasil que ficou imune aos efeitos imediatos da crise mundial de 2008 apresenta no momento atual sinais de profunda deterioração econômica caracterizada pelo baixo crescimento do PIB e o retorno da inflação que pode significar a existência de um processo de estagnação econômica com inflação (estagflação).

A crise mundial de 2008 foi pior do que a de 1929-1933, porque é absolutamente global. O sistema financeiro internacional já não funciona mais. Um fato indiscutível é que haverá depressão que durará muitos anos. Não há volta atrás para o mercado absoluto que regeu os últimos 40 anos, desde a década de 1970, segundo Hobsbawm (2009). A crise global que começou em 2008 é, para a economia de mercado, equivalente ao que foi a queda do Muro de Berlim em 1989 em relação à economia socialista. Além disso, esta depressão pode levar, segundo Hobsbawm (2009), a um novo sistema mundial. Há que se redesenhar tudo em direção ao futuro.

2.2 Ações neutralizadoras para evitar a tendência decrescente da taxa de lucro no sistema capitalista mundial

Diante da inexorável tendência da queda da taxa de lucro no sistema capitalista mundial, têm sido implementadas ações neutralizadoras visando sua reversão. A primeira tendência neutralizadora da queda das taxas de lucro explicada por Marx (1999) é uma mais intensa exploração do trabalho, um aumento da mais-valia relativa. Isto tem acontecido em escala massiva desde a década de 1990 com a escalada do neoliberalismo no mundo. A parte do rendimento nacional que vai

para os salários caiu aos seus níveis mais baixos desde que estes registros começaram a ser feitos depois da II Guerra Mundial. Além disso, a jornada de trabalho tem sido prolongada. A jornada semanal de trabalho foi aumentada em todos os lugares do mundo nos últimos anos. A classe trabalhadora está sendo pressionada pela introdução do trabalho em tempo parcial, pela produção “just-in-time”, pelos contratos de período curto, e outras medidas regressivas para extrair ainda mais o trabalho não pago à classe trabalhadora.

A queda dos salários abaixo de seu valor é um dos fatores que serve para contrabalançar uma taxa de lucro cadente. Mais uma vez isto se tornou uma característica particularmente importante nos países capitalistas periféricos e semiperiféricos onde o trabalho é explorado sem limites. O excesso relativo da população economicamente ativa é outro fator neutralizador da queda das taxas de lucro. Podemos ver o crescimento em massa do desemprego em todo o mundo, que agora se tornou uma característica permanente. Isto serviu para rebaixar os níveis salariais e para baratear o custo da força de trabalho além de aumentar o tempo de trabalho excedente, isto é, a mais-valia para os capitalistas. A redução dos “custos salariais” é a principal característica nos últimos anos, enquanto os capitalistas buscavam elevar seus lucros. O investimento de capital em países estrangeiros rende também uma mais elevada taxa de lucro. A liberalização do mercado dos países capitalistas periféricos e semiperiféricos, incluindo a privatização dos serviços públicos básicos, também abriu possibilidades para novos investimentos, e todos eles permitiram neutralizar a tendência de queda da taxa de lucro.

É oportuno observar que as crises sucessivas que afetam o sistema capitalista podem abrir novas perspectivas de sua evolução e neutralizar a tendência de queda da taxa de lucro. Ao levar alguns capitalistas à ruína, as crises podem permitir uma recuperação dos lucros à custa de outros capitalistas. Os meios de produção dos capitalistas arruinados podem ser comprados por outros capitalistas a preços de liquidação, o valor das matérias-primas cairá e o desemprego obrigará os trabalhadores a aceitarem salários mais baixos. A produção voltaria a ser rentável e a acumulação de capital se reiniciaria. Dessa forma, pode haver períodos longos, mesmo décadas, em que a tendência da taxa de

lucro a cair é cancelada pelas ações neutralizadoras acima citadas. Estas podem deter todo o processo e mesmo revertê-lo, mas não indefinidamente. Eventualmente, esta tendência de queda irá se reafirmar e agir como uma barreira ao desenvolvimento do capitalismo, segundo Karl Marx (1999).

A intervenção do Estado é também uma arma utilizada para neutralizar a tendência de queda das taxas de lucro do sistema capitalista mundial que podem evitar os primeiros sintomas da crise que se desenvolvam na direção de um colapso absoluto, mas, também, obstrui a capacidade de alguns capitalistas para que restabeleçam suas taxas de lucros à custa de outros. Isto é o que está acontecendo no sistema capitalista mundial após a crise global de 2008. Os governos nacionais intervieram para evitar a ameaça de grandes quebras. Mas, ao fazê-lo, impediram que a reestruturação do sistema capitalista fosse suficiente para superar as pressões que haviam causado a ameaça de falências. O que importa é reconhecer que o sistema capitalista somente tem conseguido sobreviver devido às suas crises recorrentes, ao avanço na pressão sobre as condições trabalhistas, a intervenção do Estado sobre a economia e às grandes somas de capital desviadas para o gasto improdutivo pelo Estado.

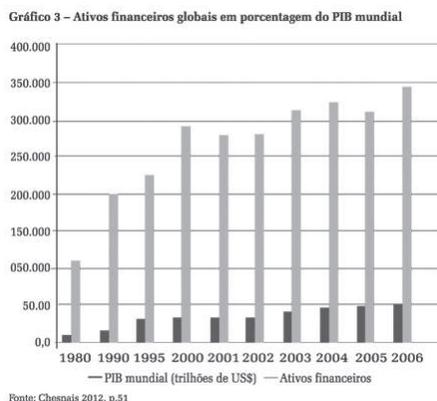
Diante dos problemas enfrentados pelo capitalismo com a tendência de declínio em suas taxas de lucro no desenvolvimento da atividade produtiva, a maior parte do capital disponível tem sido destinada aos investimentos em aplicações financeiras. Em consequência, os capitalistas desenvolveram uma gigantesca financeirização da economia funcionando meramente por considerações especulativas. Mas a financeirização da economia está limitada, entretanto, pela economia real produtiva que é a que gera riqueza. Em outras palavras, o capital financeiro ou fictício que não gera riqueza não pode se tornar autônomo em relação ao capital produtivo.

2.3 A financeirização do sistema capitalista mundial

Embora o capital fictício ou financeiro acompanhe a evolução do capitalismo desde os seus primórdios, a particularidade do seu comportamento no mundo de hoje está no seu dinamismo, no seu peso es-

pecífico dentro do capital em geral e na sua capacidade de penetrar em todas as esferas da economia. Os principais condutores do capital fictício são os títulos de dívida pública, os títulos de dívida de qualquer natureza, as ações negociadas nas bolsas e a própria moeda de crédito emitida pelos bancos sem um lastro nos depósitos respectivos. A Figura 9 mostra que os ativos financeiros (capital fictício) superam amplamente o PIB mundial de 1980 a 2006.

Figura 9 – Ativos financeiros globais em porcentagem do PIB mundial



Fonte: CHESNAIS, François. *As dívidas ilegítimas – quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

Nenhum outro setor da economia pode ostentar taxas de retorno tão elevadas, nem mesmo qualquer uma das maiores empresas do setor produtivo podem sequer igualar os lucros recordes do sistema financeiro. Os bancos conseguem os seus maiores lucros de sempre facilitando a concentração e centralização do capital (operações que designam por “fusões e aquisições”), cobrando taxas lucrativas de “assessoria” e subscrevendo os financiamentos das fusões e aquisições. A segunda fonte de lucros está na especulação em geral, inclusive sobre a negociação da dívida dos países e apostando nos mercados mundiais de valores (CHESNAIS, 2011).

Chesnais afirma que, além de desenvolverem as suas atividades especulativas, os bancos são cada vez mais importantes acionistas em setores não bancários. Eles têm desempenhado o principal papel na redução dos custos de mão-de-obra e na redução de investimentos de longo prazo na pesquisa científica e tecnológica, como forma de maximizar os lucros a curto prazo. Por último, a fonte mais lucrativa e a mais dinâmica dos seus lucros especulativos está na sua expansão no estrangeiro, particularmente na Europa e especialmente na Ásia. No estágio atual de “desenvolvimento” do capitalismo, é o capital financeiro que expressa a fusão das frações dominantes dos capitais industriais, agrícolas, comerciais e bancários, e que orienta e submete a lucratividade dos capitais como um todo.

Em sua essência, o capital financeiro incorpora todos os capitais, embora se distinga de todos, segundo Chesnais. Ele não pode por razões estruturais e relativas à lógica de sua reprodução e dos capitais em geral ser blindado às crises. A negação da esfera da produção aparece como a base sobre a qual emerge o “capital financeiro ou fictício” e introduz a possibilidade de autonomização das finanças. No entanto, mais uma vez, trata-se de um processo contraditório. Se o ideal do capital financeiro é o “desprezo” total e absoluto pelos processos produtivos e mesmo pela comercialização de mercadorias, ele também se origina nos referidos setores, sem conseguir, por isso, se emancipar realmente dos mesmos.

A independência aparente do capital financeiro perdura durante certo tempo em função de seu ciclo particular de lucratividade bem mais curto que o dos outros capitais. Mas, em decorrência de seus vínculos com as demais formas concretas do capital, ao esbarrar com as crises dos setores produtivos e comerciais, o capital financeiro também acaba por sofrer as consequências de seus colapsos e vice-versa. Trata-se, pois, de uma simbiose explosiva. Por conseguinte, a dominação do capital financeiro, que se acha, por sua vez, dominado pelo fetiche do lucro imediato, é dependente da produção de mercadorias e das contradições resultantes da extração do lucro e de sua repartição entre as frações do capital no processo permanente e infinito da busca pela valorização do capital como motor da acumulação.

François Chesnais (2011) constata que o funcionamento da economia mundial desde o início dos anos 2000 se baseou em dois pilares: o regime de crescimento guiado pela dívida, adotado pelos Estados Unidos e pela Europa, e o regime de crescimento orientado por exportações globais, no qual a China é a principal base industrial e o Brasil, a Argentina e a Indonésia são os provedores-chave de recursos naturais. No seu entendimento, a crise representa o beco sem saída, o impasse absoluto do regime guiado pela dívida. O segundo pilar está levemente melhor, mas o crescimento baseado em exportações globais não poderá funcionar por muito tempo sem uma forte demanda externa, especialmente dos Estados Unidos e da União Europeia. Isto significa dizer que a demanda de *commodities* da China não terá capacidade de compensar a queda na demanda dos Estados Unidos e da União Europeia.

O sistema financeiro mundial está apresentando prejuízos em uma escala que ninguém jamais previu a partir da crise mundial de 2008. O sistema capitalista mundial está quebrado e não se sabe o que irá substituí-lo. A atual crise é um produto de mudanças que vêm acontecendo no Ocidente há vários anos. Há meio século, a atividade bancária parecia ser uma arte relativamente simples. Os bancos passaram por um processo de transformação em sua atividade principal, deixando para trás sua função clássica de intermediário entre os poupadores e os emprestadores. Beneficiando-se da abertura da economia mundial a partir da década de 1990, estas instituições se transformaram em grupos financeiros diversificados e em conglomerados cujos lucros provêm principalmente da criação de crédito, que se converteu no principal meio de criação de moeda. Neste processo, os Bancos Centrais dos países perderam completamente o controle. Os valores das transações mundiais citados por Chesnais ilustram a dimensão do setor financeiro: em 2002, o PIB mundial era de 32,3 trilhões de dólares, enquanto as transações financeiras somavam 1.140,6 trilhões de dólares. No início da crise, em 2008, enquanto o PIB mundial era de 60,1 trilhões, as movimentações financeiras atingiam 3.628 trilhões de dólares.

O ciclo de expansão e acumulação do capitalismo financeiro mundial esbarrou na imensa crise financeira global e na desaceleração sincronizada da atividade econômica em 2008. Segundo Chesnais (2011), é impossível a esta altura saber para onde o sistema capitalista mundial está

indo. A grande possibilidade de combinação de colapso financeiro com imensa recessão, se não algo pior como a depressão, certamente mudará o mundo. A partir da eclosão da crise mundial em 2008, os governos em todo o mundo se tornaram reféns do sistema financeiro adotando políticas fiscais e monetárias restritivas favoráveis aos bancos para salvá-los da bancarrota e contrárias aos interesses de suas populações. Já está havendo o levante das massas populares em todo o mundo contrárias às políticas de austeridade dos governos e de corte dos benefícios sociais para salvar os interesses do capital financeiro. Chesnais (2011) afirma que, em 2008, a ameaça às finanças globais veio dos bancos de investimento dos Estados Unidos e das grandes seguradoras. O próximo episódio financeiro maior acontecerá quando um segmento do sistema bancário da Europa entrar em colapso na Grécia, Espanha ou Itália que está em curso.

Segundo François Chesnais (2011), não haverá fim para a crise mundial enquanto os bancos e os investidores financeiros estiverem no comando da economia mundial, com os governos adotando políticas totalmente dirigidas pelos interesses dos rentistas e para dar sobrevida ao regime guiado pela dívida como vem acontecendo atualmente. Segundo Chesnais, para retomar o crescimento nos Estados Unidos e na Europa, seria preciso o restabelecimento do poder de compra das classes baixas e médias, a recriação e expansão da capacidade dos governos de fazer os investimentos sociais e ambientais necessários e o estabelecimento de um sistema monetário internacional estável, não subordinado ao capital financeiro. As condições para isso vão incluir o cancelamento de boa parte da dívida soberana, considerada ilegítima, assim como de boa parte da dívida doméstica, o restabelecimento de uma taxação correta para a renda das finanças e do capital, o restabelecimento de um verdadeiro controle público do sistema de crédito, um controle restrito dos fluxos de capital e uma luta efetiva contra os paraísos fiscais. Isto significa dizer que os governos deveriam deixar de se subordinar aos ditames do capital financeiro e suspender o pagamento de suas dívidas mesmo que levem alguns bancos à bancarrota cujos recursos que lhes seriam destinados sejam aplicados em investimentos públicos para a retomada do crescimento econômico.

Apesar de todos os artifícios para neutralizar a tendência da queda das taxas de lucro do sistema capitalista mundial conforme previsto

por Karl Marx (1999) em sua grande obra *O Capital*, não impedirá a sua derrocada porque o custo político e social seria imenso para a humanidade com a sua manutenção. Antes do colapso até meados do século 21, o sistema capitalista mundial será arruinado pela depressão econômica durante muitos anos gerando em sua escalada a falência de muitas empresas, a inviabilização econômica dos extremamente endividados Estados nacionais e o desemprego em massa em escala planetária. Diante da existência do caos que já domina a economia mundial que tende a se agravar, é chegada a hora de cada país e a humanidade se dotarem o mais urgentemente possível de instrumentos necessários a terem o controle de seu destino. Para ter o controle de seu destino a humanidade precisa substituir o sistema capitalista mundial por outro para exercer a governabilidade da economia mundial.

3. A exaustão dos recursos naturais do planeta Terra em meados do século 21 e suas futuras consequências

Todos os dados disponíveis apontam no sentido de que o planeta Terra já está atingindo seus limites no uso de seus recursos naturais. A competição por recursos como o petróleo é, atualmente, a maior fonte potencial de conflitos mundiais. A água está se convertendo em uma fonte geradora de guerras devido à competição internacional pelos recursos hídricos. A capacidade de produção de alimentos do planeta está atingindo, também, seus limites. Um fato indiscutível é o de que a humanidade já consome mais recursos naturais do que o planeta é capaz de repor. O ritmo atual de consumo é uma ameaça para a prosperidade futura da humanidade.

3.1 O impacto do ser humano no planeta Terra

A pegada ecológica, uma metodologia utilizada para medir as quantidades de terra e água (em termos de hectares globais – gha) que seriam necessárias para sustentar o consumo da população, é uma boa forma de dimensionar o impacto do ser humano no planeta Terra. A pegada ecológica é um cálculo do que cada pessoa, cada país e, por

fim, a população mundial consome em recursos naturais. A medição é feita em hectares, e seis categorias são avaliadas: terras para cultivo, campos de pastagem, florestas, áreas para pesca, demandas de carbono e terrenos para a construção de prédios. Considerando cinco tipos de superfície (áreas cultivadas, pastagens, florestas, áreas de pesca e áreas edificadas), o planeta Terra possui aproximadamente 13,4 bilhões de hectares globais (gha) de terra e água biologicamente produtivas segundo dados de 2010 da Global Footprint Network e a pegada ecológica da humanidade atingiu a marca de 2,7 hectares globais (gha) por pessoa, em 2007, para uma população mundial de 6,7 bilhões de habitantes na mesma data, segundo a ONU (ALVES, 2010).

Com a pegada ecológica da humanidade de 2,7 hectares globais (gha) por pessoa significa dizer que para sustentar a população atual na Terra de 7 bilhões de habitantes seriam necessários 18,9 bilhões de gha (2,7 gha x 7 bilhões de habitantes) que é superior a 13,4 bilhões de hectares globais (gha) de terra e água biologicamente produtivas da Terra, fato este que indica que já ultrapassamos a capacidade de regeneração do planeta no nível médio de consumo mundial atual. Hoje, por conta do atual ritmo de consumo, a demanda por recursos naturais excede em 41% a capacidade de reposição da Terra. Se a escalada dessa demanda continuar no ritmo atual, em 2030, com uma população planetária estimada em 10 bilhões de pessoas, serão necessárias duas Terras para satisfazê-la. Ressalte-se que, a partir de 2050, quando a população mundial poderá ultrapassar 10 bilhões de habitantes, o planeta Terra poderá não resistir a tamanha demanda por recursos naturais.

Atualmente, mais de 80% da população mundial vivem em países que usam mais recursos do que seus próprios ecossistemas conseguem renovar. Os países capitalistas centrais (União Europeia, Estados Unidos e Japão), devedores ecológicos, já esgotaram seus próprios recursos e têm de importá-los. No levantamento da Global Footprint Network, os japoneses consomem 7,1 vezes mais do que têm e seriam necessárias quatro Itália's para abastecer os italianos. O padrão de consumo dos países desenvolvidos desorganiza essa balança. Um fato indiscutível é o de que a humanidade já consome mais recursos naturais do que o planeta é capaz de repor.

3.2 A exaustão dos recursos minerais do planeta Terra

Estima-se que as reservas de petróleo terão uma duração até 2050 de acordo com dados apresentados no BLOG PARACLETO (*O futuro do petróleo*, disponível no website <<http://institutoparacleto.org/2013/05/23/o-futuro-do-petroleo/>>, 2013). O gás natural dispõe de reservas que podem garantir sua produção até 2070 de acordo com o artigo de Vanessa Barbosa (*Os 10 países com as maiores reservas de gás natural do mundo*, disponível no website <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/os-10-paises-com-as-maiores-reservas-de-gas-natural-do-mundo>>, 2012). O carvão, por sua vez, tem reservas suficientes para durar até 2260 de acordo com os dados do BLOGSPOT.COM (*Reservas de carvão no mundo*, disponível no website <<http://carvaomineral.blogspot.com.br/2006/09/reservas-de-carvo-no-mundo.html>>, 2006).

O *shale gas* em exploração recente nos Estados Unidos poderia suprir a demanda doméstica do país por gás natural nos níveis atuais de consumo por mais de 100 anos (até 2110) segundo o artigo de Eduardo Araia *Esta pedra vai mudar o mundo?*, disponível no website <<http://www.revistaplaneta.com.br/esta-pedra-vai-mudar-o-mundo/>>. Ressalte-se que O *shale gas* é extremamente negativo para o meio ambiente porque gera metade das emissões de carbono produzidas pelo carvão, além de contaminar os lençóis aquíferos subterrâneos. Tudo o que acaba de ser descrito sobre a duração das reservas de combustíveis fósseis indica que, diante da longevidade do carvão, ele poderá ser a fonte de energia a ser utilizada no futuro quando os demais combustíveis fósseis se exaurirem, fato este que agravará ainda mais o efeito estufa na atmosfera.

Os dados disponíveis sobre as reservas dos recursos minerais apontam no sentido de que o planeta Terra já está atingindo seus limites conforme estão apresentados no Quadro 1. Os dados do Quadro 1 foram baseados na informação da US Geological Survey, órgão do governo norte-americano responsável por pesquisas geológicas que cruzou informações sobre o consumo anual, as reservas minerais disponíveis no planeta Terra e sua previsível extinção.

Quadro 1 – Recursos minerais e data de extinção

RECURSOS MINERAIS	USOS	DATA DE EXTINÇÃO
Platina	Materiais cirúrgicos	2049
Prata	Fabricação de espelhos e talheres	2016
Cobre	Fios e cabos e dutos de ar condicionado	2027
Antimônio	Controles remotos e uso com outros materiais para aumento da resistência	2020
Lítio	Baterias de celulares, laptops e videogames	2053
Fósforo	Fertilizantes agrícolas	2149
Urânio	Geração de energia elétrica	2026
Índio	Telas de touchscreen de smartphones e tablets	2020
Tântalo	Lentes de câmeras fotográficas	2027
Níquel	Ligas metálicas de revestimento, de eletrônicos, como os celulares	2064
Estanho	Revestimento de ligas metálicas, como as usadas nas latinhas de refrigerante	2024
Chumbo	Baterias de carros e caminhões e em soldas e rolamentos	2015
Ouro	Joias e em microships de computadores	2043
Zinco	Cobertura de ligas metálicas, impedindo que a ferrugem destrua objetos como as moedas	2041

Fonte: ABREU, Kátia. *Quando os recursos minerais se esgotarão?*. Disponível no website <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/quando-recursos-minerais-se-esgotarao-648952.shtml>>, 2011.

Um fato é evidente: se os países capitalistas periféricos copiam os padrões dos países capitalistas desenvolvidos, a quantidade de combustíveis fósseis consumida atualmente aumentaria 10 vezes e a de recursos minerais, 200 vezes (WWF BRASIL, 2016). Quanto aos recursos minerais, o ferro, alumínio e, possivelmente, o titânio são abundantes na crosta terrestre cujas reservas podem ser consideradas

ilimitadas. No entanto, os demais minerais não renováveis formados por processos geológicos em milhões de anos apresentam reservas que se reduzem continuamente sendo tão escassos e preciosos quanto os combustíveis fósseis (MEADOWS, 1992). Nos últimos dois séculos a extração dos recursos minerais tornou-se mais intensa, retirando volumes cada vez maiores da natureza. A preocupação é que a maioria desses recursos não é renovável, ou seja, não são repostos pela natureza. Se o ritmo de extração continuar como está, a humanidade certamente verá alguns minérios extinguir-se. Com base em reservas existentes hoje, determinados recursos minerais já possuem uma possível data para se esgotar (BRASIL ESCOLA, 2016).

A competição por recursos como o petróleo é, atualmente, a maior fonte potencial de conflitos mundiais. O crescimento da demanda por petróleo vai superar a oferta global em 2020 ou 2025, apontando que o mundo vive “o crepúsculo do petróleo”, isto é, um momento de transição entre a abundância e a escassez. A disputa pelo petróleo que ainda resta levará a um estado de guerra permanente, caracterizado pela presença de grandes potências em suas regiões produtoras. No passado, as grandes empresas do setor descobriam mais petróleo por ano do que eram capazes de extrair, o que não acontece mais hoje em dia. Está havendo na atualidade mais extração de petróleo do que a capacidade de repor com novas descobertas (BRAFMAN, 1999).

3.3 A escassez e deterioração da qualidade da água no mundo

Mundialmente, há uma visão generalizada de que a água é um recurso inesgotável. Trata-se, entretanto, de enorme engano porque os recursos hídricos, embora renováveis, são limitados. É importante destacar que, dos 70% da água que compõem o planeta Terra, apenas 2,5% é doce. Destes 2,5%, cerca de 24 milhões km³ (ou 70%) estão sob a forma de gelo (zonas montanhosas, Antártida e Ártico), 30% estão armazenados no subsolo (lençóis freáticos, solos gélidos e outros) representando 97% de toda a água doce disponível para uso humano. De toda a água doce disponível, apenas 0,4% estão em lagos, rios, ou seja, disponíveis para as pessoas usarem. 70% da água doce é utilizada

na irrigação, 22% na indústria e apenas 8% no uso doméstico (VOCÊ-SABIA?, 2012).

Cerca de 800 milhões de pessoas não têm acesso à água potável em todo o mundo, 2,5 bilhões não têm saneamento básico, entre 3 bilhões e 4 bilhões de pessoas, que corresponde à metade da população mundial, não têm acesso à água de maneira permanente utilizando, todos os dias, uma água de qualidade duvidosa, 11% da população mundial ainda compartilham água com animais em leitos de rios e, de acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde), sete pessoas morrem por minuto no mundo por beber água podre e mais de 1 bilhão de pessoas ainda defecam ao ar livre. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) informa que a demanda mundial aumentará 55% até 2050. A previsão é que, nesse ano, 2,3 bilhões de pessoas suplementares – mais de 40% da população mundial – não terá acesso à água se medidas adequadas não forem tomadas. Dados do IBGE (2004) informam que, no Brasil, existe mais de 45 milhões de habitantes sem acesso à água potável e mais de 90 milhões sem acesso à rede de esgoto.

A humanidade utiliza na atualidade 50% da água doce do planeta. Em 40 anos utilizará 80%. A distribuição geográfica da água doce é desigual. Atualmente 1/3 da população mundial vive em regiões onde ela é escassa. O uso da água imprópria para o consumo é responsável por 60% dos doentes do planeta. Metade dos rios do mundo está contaminada por esgoto, agrotóxicos e lixo industrial. Relatório da ONU sobre o uso da água confirma que, sem medidas contra o desperdício e a favor do consumo sustentável, o acesso à água potável e ao saneamento será ainda mais reduzido (ALBUQUERQUE, 2009). Este Relatório da ONU estima que 5 bilhões de pessoas sofrerão com a falta de saneamento básico em 2030.

A Unicef informa que a cada 15 segundos, uma criança morre de doenças relacionadas à falta de água potável, de saneamento e de condições de higiene no mundo. Em todos os anos, 3,5 milhões de pessoas morrem no mundo por problemas relacionados ao fornecimento inadequado da água, à falta de saneamento e à ausência de políticas de higiene, segundo representantes de 28 organismos das Nações Unidas,

que integram a ONU-Água. No *Relatório sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos*, documento que a ONU-Água divulga a cada três anos, os pesquisadores destacam que quase 10% das doenças registradas ao redor do mundo poderiam ser evitadas se os governos investissem mais em acesso à água, medidas de higiene e saneamento básico. As doenças diarreicas poderiam ser praticamente eliminadas se houvesse esse esforço, principalmente nos países em desenvolvimento. Esse tipo de doença, geralmente relacionada à ingestão de água contaminada, mata 1,5 milhão de pessoas anualmente. Vários fatores influenciam na ocorrência das diarreias, como a disponibilidade de água potável, intoxicação alimentar, higiene inadequada e limpeza de caixas d'água (GONÇALVES, 2013).

Apesar da quantidade de água disponível no mundo ser constante, a demanda, entretanto, é crescente devido ao aumento da população e da produção agrícola, gerando um clima de incertezas e a possibilidade de ocorrência de conflitos internos em vários países e internacionais. A OCDE afirma que os conflitos normalmente ocorrem dentro de um mesmo país, uma vez que a população tem necessidades diferentes em relação à utilização da água (para a agricultura ou o consumo, por exemplo) e isso gera disputas (VOCÊSABIA?, 2012). A água está se convertendo em uma fonte geradora de guerras devido à competição internacional pelos recursos hídricos. Muitos países constroem grandes represas desviando a água dos sistemas naturais de drenagem dos rios em prejuízo de outros. Os principais conflitos pela água no mundo atual envolvem Israel, Jordânia e Palestina pelo rio Jordão; Turquia e Síria pelo rio Eufrates; China e Índia pelo rio Brahmaputra; Botswana, Angola e Namíbia pelo rio Okavango; Etiópia, Uganda, Sudão e Egito pelo rio Nilo; e Bangladesh e Índia pelo rio Ganges. No continente americano, o conflito entre Estados Unidos e México pela água do Rio Colorado se intensificou em anos recentes (SHIVA, 2006).

Novo relatório divulgado pelas Nações Unidas em 20/3/2015 informa que, se nada for feito, as reservas hídricas do mundo podem reduzir 40% até 2030, apontando ainda que 748 milhões de pessoas no planeta não têm acesso a fontes de água potável. Outra conclusão é que o Brasil está entre os países que mais registraram estresse ambiental após alterar o curso natural de rios. De acordo com o documento, 20% dos aquíferos mundiais

já são explorados excessivamente, o que pode gerar graves consequências como a erosão do solo e a invasão de água salgada nesses reservatórios. Os cientistas preveem ainda que em 2050, a agricultura e a indústria de alimentos vão precisar aumentar em 400% sua demanda por água para aumentar a produção.

A situação descrita tende a se agravar diante da deficiência e irracionalidade nas políticas relativas à proteção do meio ambiente natural, entre os quais estão os mananciais e cursos d'água e a gestão do saneamento básico em inúmeros países do mundo. Além disso, os conflitos internacionais pelo uso da água não serão devidamente solucionados pela ausência de um organismo internacional com suficiente autoridade que possibilite sua solução. Os conflitos pela água tendem a se agravar ainda mais com a desertificação intensificada pelas mudanças climáticas resultantes do aquecimento global. Além disso, diariamente, rios, riachos, lençóis e aquíferos são contaminados pelos sistemas de esgoto mal tratados, pelo uso de agrotóxicos das lavouras e pelo descarte de lixo tóxico das indústrias.

Nos últimos 45 anos, a demanda pelos recursos naturais do planeta dobrou devido à elevação do padrão de vida nos países ricos e emergentes e ao aumento da população mundial. Hoje a humanidade utiliza 50% da água doce do planeta. Em 40 anos utilizará 80%. A distribuição geográfica da água doce é desigual. Atualmente 1/3 da população mundial vive em regiões onde ela é escassa. O uso da água imprópria para o consumo é responsável por 60% dos doentes do planeta. Metade dos rios do mundo está contaminada por esgoto, agrotóxicos e lixo industrial (VEJA.COM, 2008).

3.4 O limite na produção de alimentos

Apenas 12% das terras do planeta são cultiváveis. Nos últimos 30 anos dobrou o total de terras cultiváveis atingidas por secas severas devido ao aquecimento global. Na China, a cada 2 anos uma área equivalente ao estado de Sergipe se transforma em deserto. Das 200 espécies de peixe com maior interesse comercial, 120 são exploradas além do nível sustentável. Neste ritmo, o volume de pescado disponível

terá diminuído em mais de 90% até 2050. Estima-se que 40% da área dos oceanos esteja gravemente degradada pela ação do homem. Nos últimos 50 anos o número de zonas mortas cresceu de 10 vezes (ABREU LIMA; VIEIRA, 2008).

Uma das questões-chaves que se deve levantar é a de quantas pessoas a Terra poderia suportar. Relacionada com esta questão surge outra sobre qual seria exatamente o limite de crescimento da população humana? Será a escassez de água, a escassez de alimentos, os níveis de poluição ou outro fator que limitará o crescimento da população mundial? Após considerar todas as possíveis restrições, pode-se concluir que o suprimento de alimentos determinará o crescimento da população mundial. Na publicação *Nosso Futuro Comum* da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (1991), alguns pesquisadores estabeleceram o potencial “teórico” da produção planetária de alimentos. Para eles, a área destinada ao cultivo de alimentos poderia ser de cerca de 1,5 bilhão de hectares (nível próximo do atual) e a produtividade média poderia chegar a cinco toneladas de grãos equivalentes por hectare, isto é, duas vezes e meia em relação à produtividade atual.

Levando em conta a produção das áreas destinadas às pastagens e dos mananciais marinhos, o “potencial” total situa-se em oito toneladas de equivalentes em grãos. A média global atual do consumo de energia vegetal em alimentos, sementes e ração animal é de cerca de 6 mil calorias ao dia, variando entre o mínimo de 3 mil e o máximo de 15 mil entre os países, dependendo dos níveis de consumo de carne. Tomando a média de consumo por base, a produção potencial de alimentos do mundo poderia sustentar pouco mais de 11 bilhões de pessoas. Ressalte-se que, a partir de 2050, a população mundial poderá ultrapassar 10 bilhões de habitantes. Com uma população superior a 10 bilhões de habitantes, o planeta Terra poderá não resistir a tamanha demanda por recursos naturais. Se o consumo médio de alimentos aumentar para, por exemplo, 9 mil calorias ao dia, só será possível atender uma população da Terra correspondente a 7,5 bilhões de habitantes. Muitos cientistas acreditam que a Terra tem uma capacidade de carga de 9 a 10 bilhões de pessoas.

Mesmo no caso de máxima eficiência, em que todos os grãos cultivados fossem dedicados aos seres humanos para alimentação (em vez de gado, que é uma maneira ineficiente de converter a energia vegetal em energia alimentar), ainda há um limite. “Se todo mundo concordar em se tornar vegetariano, deixando pouco ou nada para o gado, os 1,5 bilhões de hectares de terras aráveis suportariam cerca de 10 bilhões de pessoas” (HYPER SCIENCE, 2011). A Universidade de Cornell dos Estados Unidos desenvolveu estudos sobre a capacidade de produção de alimentos do planeta. Um desses estudos constata que a Terra só tem condições de alimentar 2 bilhões de habitantes com o mesmo padrão de vida dos países capitalistas desenvolvidos. Isto significa dizer que quanto mais elevado é o nível de vida da população da Terra, isto é, quanto maior seja o nível do seu consumo alimentar, maior é a exigência para que sua população seja menor.

Dadas as conclusões dos diversos estudos sobre o impacto do crescimento populacional sobre o desenvolvimento, é evidente que algo precisa ser feito desde já para evitar uma catástrofe que se avizinha nos próximos 35 anos. É imperativo que os governos em todo o mundo adotem políticas que contribuam para o equilíbrio entre tamanho da população e recursos disponíveis no planeta Terra, de um lado, e taxa de aumento da população e capacidade da economia de atender suas necessidades básicas não apenas no presente, mas também, de outro lado, por gerações no futuro.

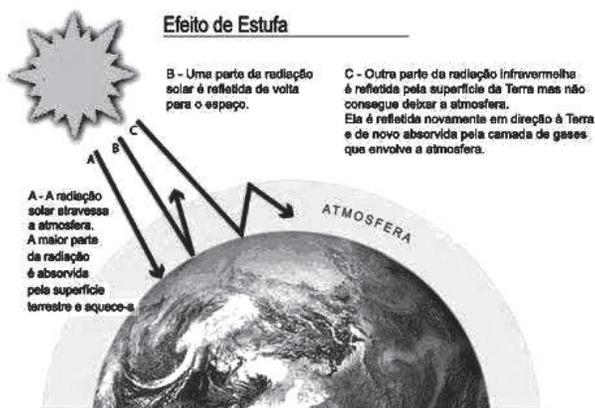
Tudo leva a crer que as guerras do Século XXI terão como fulcro a batalha por recursos naturais que tendem a não suprir as necessidades humanas. Nosso modelo de desenvolvimento está atingindo seus limites. Com a falta de recursos naturais necessários para sua sobrevivência, a humanidade tende a uma regressão à barbárie e ao comportamento cruel. Para evitar este cenário catastrófico, é preciso que sejam adotados novos métodos ou processos econômicos de produção que resultem: 1) no menor consumo de matérias primas e de recursos energéticos; 2) no menor consumo de água para irrigação e abastecimento para a população e indústrias associado ao reuso da água potável; 3) na substituição dos combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia; e 4) na limitação da população da Terra em 11 bilhões de habitantes compatível com a máxima produção de alimentos capaz de ser obtida.

4. A mudança climática catastrófica no século 21 e suas futuras consequências

A mudança climática global deverá acontecer em consequência do aquecimento global que resulta do efeito estufa provocado pela retenção de calor na baixa atmosfera da Terra causada pela concentração de gases de diversos tipos. A Terra recebe radiação emitida pelo Sol que é absorvida pela superfície terrestre aquecendo-a. Grande parte desta radiação é devolvida para o espaço e a outra parte é absorvida pela camada de gases que envolve a atmosfera provocando o efeito estufa (Figura 10). É em função deste fenômeno natural, o efeito estufa, que temos uma temperatura média da Terra na faixa de 15°C. Sem este fenômeno, a temperatura média do Planeta seria de -18°C (ALCOFORADO, 2010).

Para se manter em equilíbrio climático, o planeta Terra precisa receber a mesma quantidade de energia que envia de volta para o espaço. Se ocorrer desequilíbrio por algum motivo, o globo terrestre esquenta ou esfria até a temperatura atingir, mais uma vez, a medida exata para a troca correta de calor. O equilíbrio climático natural foi rompido pela Revolução Industrial no século XVIII. Desde o século XIX, as concentrações de dióxido de carbono no ar aumentaram 30%, as de metano dobraram e as de óxido nitroso subiram 15%. Os gases responsáveis pelo aquecimento global derivados da atividade humana são produzidos pelos combustíveis fósseis usados nos carros, nas indústrias e nas termelétricas, pela produção agropecuária e pelas queimadas nas florestas, entre outros fatores.

Figura 10 – Efeito Estufa



Fonte: Larara, Dakir. *Aquecimento Global e Mudanças Climáticas*. Curso de Geografia ULBRA – Canoas, <http://www.educacional.com.br>

4.1 – Causas e consequências do aquecimento global

O aquecimento global é produzido pela atividade humana (antropogênico) no planeta e também por processos naturais, como a decomposição da matéria orgânica e as erupções vulcânicas, que produzem dez vezes mais gases do que os seres humanos. Por eras, os processos naturais garantiram sozinhos a manutenção do efeito estufa, sem o qual a vida não seria possível na Terra. Desde 1961, a quantidade de gases poluentes despejada pelo homem na atmosfera cresceu 10 vezes. As principais causas do efeito estufa ou aquecimento global estão apresentadas na Figura 11, a seguir:

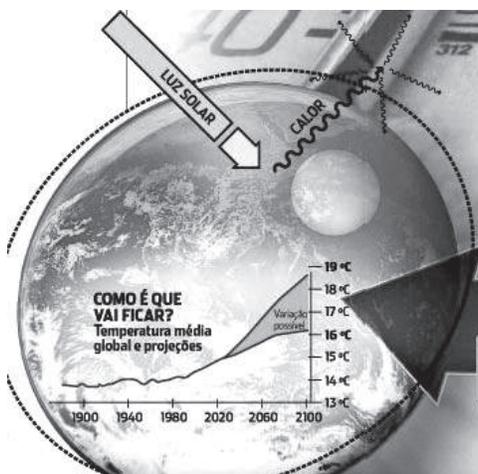
Figura 11 – Causas antropogênicas do efeito estufa na atmosfera



Fonte: *Apocalypse Já*. Revista Veja, Edição 1961 de 21 de junho de 2006.

Se nada for feito para reverter o aquecimento global, a temperatura média do planeta Terra deverá evoluir de 15°C para 19°C conforme está indicada na Figura 12, a seguir:

Figura 12 – Temperatura média global e projeções



Fonte: Revista Veja On-line, *Aquecimento Global*.

Tomando-se por base as conclusões de inúmeros estudos relacionados com o aquecimento global, se nada for feito para reverter suas tendências atuais, suas consequências são as seguintes (ALCOFORADO, 2010):

- 2 a 4,5°C é a faixa de elevação que deve sofrer a temperatura média global até o final deste século de acordo com estimativas feitas pelo IPCC – Painel Intergovernamental de Mudança Climática da ONU.
- A calota polar irá desaparecer por completo dentro de 100 anos, de acordo com estudos publicados pela National Sachetines de Nova Iorque em julho de 2005. Isso irá provocar o fim das correntes marítimas no Oceano Atlântico, o que fará com que o clima fique mais frio gerando a grande contradição de que aquecendo também esfria.
- Até 2100, o nível do mar pode aumentar de 1m a 7 metros se houver o degelo dos polos, das cordilheiras e da Groenlândia.

- 40% das árvores da Amazônia podem desaparecer antes do final do século, caso a temperatura suba de 2 a 3 graus.
- As florestas tropicais serão substituídas por savanas nas regiões onde houver redução dos lençóis freáticos.
- O clima ficará mais frio apenas no hemisfério norte. Quanto ao resto do mundo a temperatura média subirá e os padrões de secas e chuvas serão alterados em todo o planeta.
- De 9 a 58% das espécies em terra e no mar vão ser extintas nas próximas décadas, segundo diferentes hipóteses.
- Cerca de 20% a 30% de todas as espécies enfrentarão um “alto risco de extinção” caso a temperatura média global aumente mais 1,5 a 2,5 graus Celsius em relação aos níveis de 1990. Isto poderá acontecer até 2050.
- O efeito estufa contribuirá para diminuir a precipitação atmosférica em algumas áreas do planeta fazendo com que nelas ocorram temperaturas mais elevadas e maior evaporação.
- Chuvas devem aumentar em cerca de 20% nas maiores latitudes.
- Várias áreas do globo terrestre poderão ficar alagadas por causa da superabundância de precipitações, resultando em extensas inundações.
- 2.000 quilômetros quadrados se transformarão em deserto devido à falta de chuvas.
- O fluxo dos rios poderá diminuir em 50% ou mais podendo alguns deles secarem completamente.
- Importantes lençóis freáticos poderão ficar seriamente reduzidos, fazendo com que os poços de irrigação sequem.
- O excesso de gás carbônico na atmosfera está tornando os oceanos mais ácidos. Isso enfraquece os corais, viveiros do mar, e os plânctons, base da cadeia alimentar subaquática.

- Os recifes de corais provavelmente sofrerão fortes declínios.
- Os mangues salgados e florestas pantaneiras poderão desaparecer com o aumento do nível dos mares.
- O Ártico, devido ao maior aquecimento relativo, as pequenas ilhas-Estados, no Pacífico, com o aumento do nível dos mares, a zona ao sul do Saara da África devido à seca, e os deltas de rios densamente povoados na Ásia por causa de cheias sofrerão bastante com a mudança climática.
- O aquecimento do planeta provocará secas, inundações, extinção de espécies e a possibilidade de elevação do nível dos mares de 12 a 22 metros se ocorrer o degelo dos polos, da Groenlândia e das cordilheiras do Himalaia, dos Alpes e dos Andes da qual resultaria o desaparecimento de muitas ilhas e cidades litorâneas.

Se não houver redução imediata na emissão de gases de efeito estufa, os meios de adaptação não serão suficientes, e a vida no planeta ficará ameaçada. As mudanças climáticas não deixarão nenhuma parte do globo intacta. Caso não haja redução das mudanças climáticas, os cientistas preveem impactos severos e irreversíveis para a humanidade e para os ecossistemas. Meios de vida serão interrompidos por tempestades, por inundações decorrentes do aumento do nível do mar que pode submergir muitas ilhas e cidades litorâneas e por períodos de seca e extremo calor em todo o mundo. Eventos climáticos extremos podem levar à desagregação das redes de infraestrutura e serviços. Há risco de insegurança alimentar, de falta de água, de perda de produção agrícola e de meios de renda, particularmente em populações mais pobres.

Mudanças climáticas aumentam riscos globais de fome, inundações e conflitos, alerta o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em seu mais recente relatório denominado *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation and Vulnerability* (2014). Este relatório informa que os efeitos catastróficos das mudanças climáticas deverão ocorrer, em sua maior parte, pela inadequada preparação para o enfrentamento de seus riscos. O documento do IPCC detalha os impactos das mudanças climáticas, os riscos futuros e as oportunidades para

a adoção de medidas eficazes visando reduzir os riscos. Conclui que a resposta às mudanças climáticas envolve fazer escolhas adequadas para fazerem frente aos riscos em um mundo que muda constantemente.

O relatório do IPCC confirma que os efeitos das mudanças climáticas causadas pelo homem serão generalizados, afetando a agricultura, a saúde humana, os ecossistemas, o abastecimento de água e algumas indústrias. Para diminuir esses riscos, é preciso que haja redução substancial das emissões globais de gases de efeito estufa que deve ser obtida juntamente com estratégias e ações para melhorar a preparação contra os desastres, bem como para reduzir a exposição a eventos causados pelas alterações climáticas. O degelo dos polos e cordilheiras, a migração de espécies, a diminuição da produtividade das culturas agrícolas, o aumento de doenças e o incremento de eventos extremos são alguns dos fatores citados no relatório do IPCC como evidência da necessidade de que a comunidade internacional tem de fazer escolhas adequadas para melhor adaptação e diminuição dos efeitos negativos do aquecimento global.

Outro efeito negativo do aquecimento global diz respeito ao papel dos grandes depósitos de metano sob os mares árticos. Segundo Gary Houser, escritor ambientalista e produtor de um documentário sobre o metano ártico, o problema do clatrato deve ser visto como uma entre muitas das possíveis catástrofes que podem afetar a humanidade. Houser afirma que é bastante provável que o aquecimento global aumente as emissões de metano dos depósitos de permafrost e dos hidratos submarinos. Parte do metano será liberada na atmosfera e a outra será consumida pelo solo e pela coluna de água dos oceanos. A emissão de metano pode aumentar com o tempo e afetar o clima. Há muita preocupação na comunidade científica sobre os perigos da emissão do metano. Esse é um dos cenários mais temidos por cientistas do clima. Uma vez que o processo de emissão do metano se inicie, uma catástrofe repentina poderá ocorrer sem que a humanidade possa fazer nada para impedi-la. Se a humanidade esperar até que esta hipótese possa ser provada, é bastante possível que seja tarde demais para impedir as forças colossais que já estarão em movimento.

4.2 Energia e aquecimento global

Não há dúvidas de que todas as atividades humanas sobre a Terra provocaram alterações no meio ambiente em que vivemos. Muitos desses impactos ambientais são provenientes da geração, manuseio e uso da energia que é responsável por 57% da emissão de gases do efeito estufa na atmosfera. A principal razão para esta expressiva participação dos processos energéticos na emissão de gases do efeito estufa pode ser observada no fato de que, em 1998, segundo as Nações Unidas, o consumo mundial de energia primária proveniente de fontes não renováveis (petróleo, carvão, gás natural e nuclear) correspondeu a aproximadamente 86% do total, cabendo apenas 14% às fontes renováveis.

A enorme dependência de fontes não renováveis de energia tem acarretado, além da preocupação permanente com o esgotamento destas fontes, a emissão de grandes quantidades de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera que, em 1973, foi de 16,2 bilhões de toneladas anuais e em 1998 foi da ordem de 23 bilhões de toneladas, aproximadamente o dobro da quantidade emitida em 1965. Se as projeções de suprimento de energia da Agência Internacional de Energia (AIE) se confirmarem, o valor das emissões de carbono deverá aumentar alcançando 32,8 toneladas anuais de CO₂ em 2020. Como consequência da dependência de fontes não renováveis de energia, o teor de dióxido de carbono na atmosfera tem aumentado progressivamente, levando muitos especialistas a acreditarem que o aumento da temperatura média da biosfera terrestre, que vem sendo observado há algumas décadas, seja devido ao “Efeito Estufa” provocado por este acréscimo de CO₂ e de outros gases na atmosfera.

A Agência Internacional de Energia (AIE) advertiu que “o mundo se encaminhará para um futuro energético insustentável” se os governos não adotarem “medidas urgentes” para otimizar o uso dos recursos disponíveis (MORA, 2011). Para otimizar o uso dos recursos energéticos disponíveis no planeta, é preciso dar início à terceira revolução energética que deve se traduzir na implantação de um sistema de energia sustentável em escala planetária. Em um sistema de energia sustentável, a produção mundial de petróleo deveria ser reduzida à metade e a de carvão de 90%, enquanto a de fontes de energia renováveis

(solar, eólica, biomassa, maremotriz, geotérmica, hidrogênio, etc.) deveria crescer quase 4 vezes até 2030. No ano 2030, as energias renováveis deveriam ser da ordem de 70% da produção total de energia do planeta (ALCOFORADO, 2015).

Com o sistema de energia sustentável, é muito possível que o gás natural passe a ser, entre os combustíveis fósseis, o recurso energético predominante no futuro. A energia nuclear não seria uma fonte importante de energia em um sistema energético realmente sustentável. Isto se deve, em grande medida, aos acidentes de *Three Mile Island* nos Estados Unidos, Tchernobil na ex-União Soviética, e Fukushima no Japão. Um sistema de energia sustentável somente será possível se a eficiência energética for muito aperfeiçoada.

O primeiro passo para implantar um sistema energético sustentável em todo o mundo consiste em redirecionar um grande número de políticas governamentais de modo que se destinem a realizar os objetivos centrais da eficiência energética e da redução do uso de combustíveis fósseis. Por exemplo, recompensar a aquisição de veículos automotores eficientes e a fabricação de carros elétricos, encorajar alternativas de transporte de massa de alta capacidade em substituição ao automóvel, reestruturar as indústrias de energia e elevar os impostos sobre os combustíveis fósseis.

O uso de fontes de energias renováveis provocaria mudanças de grande magnitude em todo o planeta destacando-se, entre elas, a criação de indústrias totalmente novas, o desenvolvimento de novos sistemas de transporte e a modificação da agricultura e das cidades. O grande desafio que se coloca na atualidade é o de prosseguir com o desenvolvimento de novas tecnologias que aproveitem eficientemente a energia e utilizem economicamente recursos renováveis. Este é o cenário energético alternativo que poderá evitar o comprometimento do meio ambiente global. Isto significa dizer que mudanças profundas de política energética global devem ser colocadas em prática para viabilizar a terceira revolução energética no mundo.

O mundo está diante de um desafio que é o de não permitir um aquecimento global no século XXI superior a dois graus centígrados. Para evitar um aquecimento do planeta superior a 2°C, seria preciso

estabilizar as concentrações de dióxido de carbono (e equivalentes) em 450 ppm (partes por milhão) sem a qual o mundo se defrontaria até o final do século XXI com uma mudança climática catastrófica que pode ameaçar a sobrevivência da humanidade. Para isso, as emissões mundiais terão que ser reduzidas abaixo de seus níveis de 1990. Reduzir as emissões em relação aos níveis de 1990 é um desafio gigantesco. Basta considerar que a Agência Internacional de Energia (AIE), ao projetar as tendências recentes, faz previsão de aumento de 50% da demanda energética até 2030, com continuada dependência dos combustíveis fósseis.

4.3 As medidas adotadas atualmente para combater o aquecimento global

A comunidade internacional fez um importante acordo em 2015 na COP 21 (Conferência da ONU para a mudança climática) em Paris para obter o máximo de 2°C de aumento na temperatura média do planeta Terra. Para alguns cientistas, trata-se de uma missão quase impossível, um desafio colossal. Qual será o marco obrigatório? Quais compromissos vão ser assumidos para reduzir as emissões de gases do efeito estufa? Será mantida a flexibilidade para que grandes países emergentes, como China, continuem poluindo em nome do direito ao desenvolvimento? As questões são muitas e complexas, mas o objetivo é limitar o aquecimento global em 2°C acima dos níveis anteriores à Revolução Industrial na Inglaterra no início do século XVIII.

Com o aumento contínuo das emissões, a concentração de CO₂ na atmosfera chegou recentemente a 400 ppm (partes por milhão), nível sem precedentes na história da humanidade. De acordo com o grupo de referência de especialistas do IPCC, limitar o aumento da temperatura entre 2°C e 2,4°C supõe que a concentração de CO₂ não exceda 350-400 ppm. Teríamos que diminuir pelo menos pela metade as emissões de gases do efeito estufa antes de 2050. Os 2°C são, possivelmente, simbólicos, mas se forem superados, nós iremos correr riscos com relação à nossa capacidade de nos adaptar aos efeitos da mudança climática que serão catastróficos.

Mesmo com as decisões na COP 21 de Paris que limitou o aumento da temperatura média global em apenas 2°C, estimativa do IPCC prevê que as gerações futuras terão de lidar com o nível do mar de 12 a 22 metros maior do que o atual, de acordo com cientistas da Universidade de Rutgers, em Nova Jersey, Estados Unidos. Eles se focaram em dados do final da época conhecida como Plioceno, entre 2,7 e 3,2 milhões de anos atrás, quando o nível de dióxido de carbono na atmosfera era semelhante ao atual e a temperatura era 2°C mais elevada do que agora. A elevação do nível do mar ocorreria devido ao grande volume de água que seria liberado com o derretimento de toda a Groenlândia, que consiste na segunda maior reserva de gelo do mundo, dos lençóis de gelo da Antártida Ocidental, bem como de algumas partes da Antártida Oriental. A elevação dos oceanos iria inundar as costas ao redor do mundo e afetar cerca de 70% da população da Terra.

5. Conclusões

Para fazer frente ao colapso do sistema capitalista mundial que deverá ocorrer em meados do século XXI, é preciso substituí-lo inventando um novo modelo de sociedade pós-capitalista. Mesmo durante a existência do sistema capitalista mundial, devem ser adotadas medidas que impeçam a exaustão dos recursos naturais do planeta Terra e a mudança climática catastrófica. As propostas de solução para invenção do futuro pós-capitalista e de enfrentamento da exaustão dos recursos naturais do planeta Terra e da mudança climática catastrófica estão apresentadas a seguir:

5.1 A invenção da sociedade pós-capitalista em meados do século 21

Da mesma forma que o escravagismo e o feudalismo tiveram um início e um fim, o capitalismo que teve seu início no século XIII na Europa seguirá a mesma trajetória culminando com seu fim em meados do século 21 como foi demonstrado no capítulo 2. Da mesma forma que os fenômenos da natureza que nascem, vivem e morrem com base

no princípio da entropia, os sistemas econômicos como o capitalismo evoluem da mesma forma. Pode-se afirmar que o sistema capitalista é um sistema que opera de acordo com o princípio da entropia porque apresenta a tendência universal de evoluir para uma crescente desordem e autodestruição.

Esta situação é demonstrada pela tendência de queda no crescimento econômico mundial e da tendência decrescente da taxa de lucro dos Estados Unidos, maior economia mundial que foi de 24% em 1950 e 13% em 2000 e alcançará uma taxa de lucro igual a zero em 2059, bem como pela queda da taxa de lucro das corporações dos Estados Unidos que foi de 32% em 1947 e 13% em 2007 e alcançará zero em 2048. Conclui-se, portanto, que o sistema capitalista mundial ficará inviabilizado entre 2048 e 2059 porque as taxas de lucro serão negativas a partir de meados do século XXI. Nessas circunstâncias, nenhum capitalista demonstraria interesse em dar continuidade ao processo incessante de acumulação do capital que tem sido sua principal característica ao longo da história, fato este que levaria à morte do sistema capitalista mundial.

Todos os dados disponíveis apontam no sentido de que o sistema capitalista mundial é um excelente exemplo de entropia haja vista que tende ao colapso como sistema econômico. Até atingir o colapso, o sistema capitalista mundial produzirá mortes e destruição em uma escala sem precedentes na história da humanidade em todos os quadrantes da Terra. A barbárie caracterizada pelas revoltas e revoluções sociais em cada país e pelos conflitos internacionais será a principal marca do sistema capitalista mundial até o final de sua trajetória em meados do século 21. Após o colapso do sistema capitalista mundial, torna-se um imperativo a invenção e implantação de um novo modelo de sociedade em escala planetária e nacional que seja capaz de racionalizar o processo de crescimento e desenvolvimento econômico e social para assegurar o progresso econômico e social em benefício das populações de todos os países do mundo.

O novo modelo de sociedade a ser edificado em escala planetária deveria ser a antítese do sistema capitalista porque operaria com a capacidade de regular a economia mundial e as relações internacionais ba-

seadas em um Contrato Social Planetário para promover a prosperidade econômica global em benefício de todos os países e seres humanos. Este Contrato Social Planetário deveria resultar da vontade da Assembleia geral da ONU que se constituiria no novo Parlamento Mundial que elegeria um Governo Mundial representativo da vontade de todos os povos do mundo. Da mesma forma que os países da Europa foram capazes de edificar a União Europeia, os países do mundo inteiro deveriam construir um Parlamento e Governo mundiais para reordenar as relações entre as nações e os povos.

Ao nível de cada país, o novo modelo de sociedade a ser edificado no mundo deveria ser inspirado na social democracia nórdica ou escandinava praticada na Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia e Islândia onde foi implantado o Estado de Bem-Estar Social que consiste em um modo de organização econômica e política na qual o Estado atua enquanto organizador da economia e agente de promoção social. Nestes países, o Estado age no intuito de assegurar os interesses dos detentores privados dos meios de produção e garantir a proteção e serviços públicos estatais ao povo. Em outras palavras procura conciliar o interesse dos “de cima” com os “de baixo” na escala social. O modelo nórdico ou escandinavo de social democracia poderia ser melhor descrito como uma espécie de meio-termo entre capitalismo e socialismo. Não é nem totalmente capitalista nem totalmente socialista, sendo a tentativa de fundir os elementos mais desejáveis de ambos em um sistema “híbrido”.

Em 2013, a revista *The Economist* declarou que os países nórdicos são provavelmente os mais bem governados do mundo. O relatório *World Happiness Report 2013* da ONU mostra que as nações mais felizes estão concentradas no Norte da Europa, com a Dinamarca no topo da lista. Os países nórdicos possuem a mais alta classificação no PIB real *per capita*, a maior expectativa de vida saudável, a maior liberdade de fazer escolhas na vida e a maior generosidade. Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia e Islândia compartilham alguns traços em comum: estado de bem-estar-social universalista que é voltado para melhorar a autonomia individual, promovendo a mobilidade social e assegurando a prestação universal de direitos humanos básicos e a estabilização da economia. Se distinguem, também, por sua ênfase na participação

da força de trabalho nas decisões do governo, promovendo igualdade de gênero, redução da desigualdade social, extensos níveis de benefícios à população e grande magnitude de redistribuição da riqueza (WIKIPEDIA, 2016).

Foi a social democracia construída até hoje, sobretudo nos países escandinavos, o único modelo de sociedade que permitiu avanços econômicos, sociais e políticos simultâneos com o Estado, mesmo a serviço do capital, atuando como mediador dos conflitos entre os interesses do capital e da Sociedade Civil. Não é por acaso que os países escandinavos, além de apresentarem grandes êxitos econômicos e sociais, são líderes em IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) no mundo. Diferentemente do liberalismo e do neoliberalismo onde o Estado está sempre a serviço do capital e a Sociedade Civil é marginalizada, e do socialismo onde o Estado está a serviço de um partido ou de um grupo no poder e a Sociedade Civil é, também, marginalizada, a social democracia dos países escandinavos evitou a ocorrência dos excessos do liberalismo, do socialismo real e do neoliberalismo.

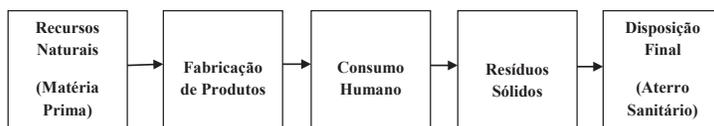
5.2 A implantação do modelo de economia circular em todo o mundo para evitar a exaustão dos recursos naturais e racionalizar o uso da água e de medidas para a limitação do tamanho da população visando compatibilizá-la com a produção de alimentos no planeta Terra

Um fato indiscutível é o de que a humanidade já consome mais recursos naturais do que o planeta é capaz de repor. O ritmo atual de consumo é uma ameaça à prosperidade futura da humanidade. Nos últimos 45 anos, a demanda pelos recursos naturais do planeta dobrou, devido à elevação do padrão de vida nos países ricos e emergentes e ao aumento da população mundial. Hoje a humanidade utiliza 50% da água doce do planeta. Em 40 anos utilizará 80%. Nos últimos dois séculos a extração dos recursos minerais tornou-se mais intensa, retirando volumes cada vez maiores da natureza. A preocupação é que a maioria desses recursos não é renovável, ou seja, não são repostos pela natureza. Se o ritmo de extração continuar como está, a humanidade

certamente verá alguns minérios extinguir-se. Com base em reservas existentes hoje, determinados recursos minerais já possuem uma possível data para se esgotar, dentre eles podemos citar o ouro, o estanho, o níquel e o petróleo.

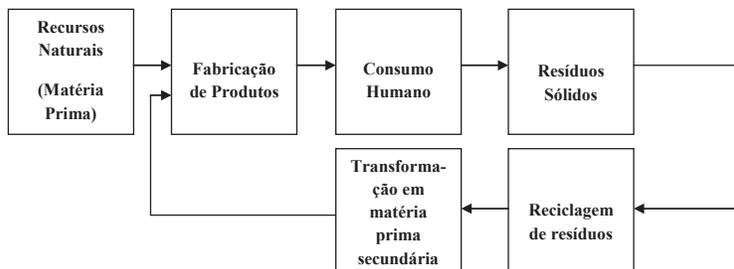
Tradicionalmente, os processos de produção se caracterizam pela utilização de recursos naturais (matéria prima) na fabricação de produtos para o consumo humano cujos resíduos resultantes são levados para um aterro sanitário. Essa dinâmica operacional que pode ser denominada como Economia Linear, que está apresentada na Figura 13 abaixo, tende a contribuir para a continuada exaustão dos recursos naturais do planeta.

Figura 13 – Economia Linear



Diferentemente do modelo de Economia Linear, a Economia Circular se preocupa com o desenvolvimento sustentável ao buscar a eficiência na fabricação de produtos e ao reaproveitar os resíduos contribuindo, dessa forma, no sentido de evitar a exaustão dos recursos naturais do planeta. A Economia Circular tem como conceito transformar os resíduos em insumos para a produção de novos produtos. Assim como na natureza, na qual os restos de frutas consumidas por animais se decompõem e viram adubo para as plantas fechando o ciclo, peças de eletrodomésticos usadas podem ser reprocessadas e reintegradas à cadeia de produção. Na Figura 14, pode-se constatar que, na Economia Circular, os recursos naturais, que são utilizados como matérias-primas primárias no processo de fabricação, se transformam em produtos que vão para o consumo humano gerando resíduos que, após sua transformação em matéria prima secundária, são usados na fabricação de produtos e, assim, sucessivamente.

Figura 14 – Economia Circular

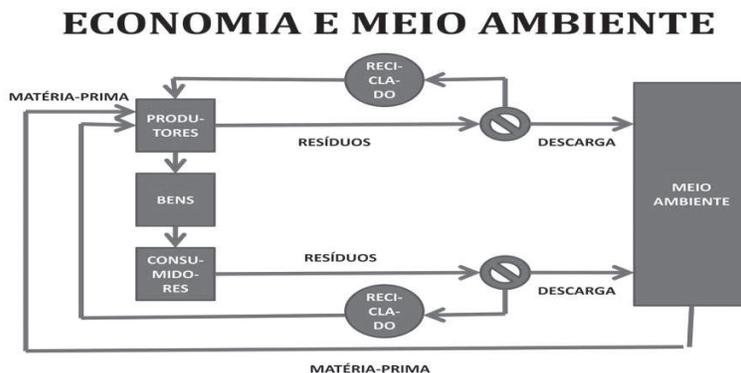


Um dos principais conceitos da Economia Circular é o “Cradle to Cradle” (do Berço ao Berço), que defende que a inovação é o caminho para transformar os resíduos de uma cadeia produtiva em componentes e materiais para outra. Outros conceitos são importantes para entender a Economia Circular. Um deles é o Biomimetismo, que estuda os processos da natureza e os aplica para solucionar problemas, ou seja, trata-se de imitar a natureza para resolver desafios humanos. Outro conceito importante é a Ecologia Industrial, que atrelado ao Biomimetismo e ao “Cradle to Cradle”, visa à criação de processos de ciclo fechado, desenhando sistemas de produção adaptados aos ecossistemas locais.

Esta nova forma de pensar as cadeias produtivas traz benefícios micro e macroeconômicos, além de estimular a inovação. Os produtos e materiais passam a ser desenvolvidos para que voltem à cadeia de produção. Com isso, a extração de matéria-prima diminui e os recursos naturais que entram no ciclo produtivo são utilizados por mais tempo, preservando o meio ambiente. A necessidade de reciclar e reaproveitar materiais promove o desenvolvimento de novas relações entre as empresas, que passam a ser também fornecedoras e consumidoras de materiais que serão reincorporados ao ciclo produtivo (ECYCLE, 2016). Isto significa também mudar a forma de criar e de utilizar os produtos: eles não serão mais consumidos e descartados, mas utilizados e transformados em novos produtos. A logística reversa é uma forma de romper com a Economia Linear, onde a matéria-prima é extraída, transformada em produtos e descartada após o uso.

A logística reversa é a área da logística que trata do retorno de produtos, embalagens ou materiais ao seu centro produtivo, conforme está apresentada na Figura 15 abaixo. A logística reversa no processo de reciclagem faz com que os materiais retornem a diferentes centros produtivos em forma de matéria-prima. Atividades da administração da logística reversa preveem o reaproveitamento e remoção de refugo e a administração de devoluções. Com uma economia circular, onde tudo pode ser reaproveitado, é possível reduzir ou eliminar o descarte de resíduos no meio ambiente.

Figura 15 – Logística reversa



Adotar os princípios de Economia Circular é fundamental devido à necessidade do ser humano aproveitar melhor seus recursos naturais para evitar seu esgotamento futuro e não causar tantos impactos negativos ao meio ambiente. Para atingir seus objetivos, a Economia Circular se preocupa basicamente com os seguintes temas: 1) Concepção de produtos utilizando materiais facilmente recicláveis e não perigosos; 2) Leis ambientais que estimulem o setor; 3) Reintrodução dos resíduos sólidos à cadeia produtiva; e 4) Tratamento e reaproveitamento dos resíduos. Inúmeras universidades na Europa já oferecem graduação em Economia Circular como é o caso da Alemanha que forma mestres e doutores em Economia Circular, também conhecida como Economia do Lixo (PORTAL RESÍDUOS SÓLIDOS, 2013).

O Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público informa que, em 2012, cerca de 62 milhões de toneladas de resíduos sólidos foram produzidos no Brasil. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, apenas 2% desse material retornam à cadeia produtiva. Os resíduos que não são reciclados acabam em lixões (17,8%), aterros controlados (24,2%) e aterros sanitários (58%). O não reaproveitamento dos resíduos sólidos custa ao país R\$ 8 bilhões por ano. Segundo relatório da Ellen MacArthur Foundation – organização sem fins lucrativos que estuda e estimula a adoção da economia circular – 65 bilhões de toneladas de matéria-prima foram inseridas no sistema produtivo do mundo todo em 2010. Projeções do instituto indicam que até 2020 a quantidade subirá para 82 bilhões de toneladas por ano (INSTITUTO BRASILEIRO DE ALTOS ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO, 2014).

A implantação da Economia Circular não é uma tarefa que envolve somente as empresas. É necessário que todos os envolvidos no ciclo de vida de um produto entendam seu papel nesse novo modelo. Em um mundo onde as relações de produção e comércio são cada vez mais globalizadas, a necessidade de disseminar o conceito de Economia Circular se faz cada vez mais presente e em larga escala, incluindo a população consumidora. A disseminação do conceito de Economia Circular tem ocorrido em vários países. Entre eles, a China, onde a Economia Circular faz parte da Lei de Promoção da Produção Limpa, promulgada em 2002. Entre as medidas de conscientização da população estão a rotulagem ecológica de produtos, a difusão de informações sobre questões ambientais nos veículos de comunicação e os cursos de Produção Limpa oferecidos pelas instituições de ensino, que têm o objetivo de formar profissionais familiarizados com a Economia Circular.

Pelo exposto, para evitar a exaustão dos recursos naturais do planeta Terra que deverá ocorrer em meados do século XXI, é preciso substituir a economia linear hoje dominante que demanda grande volume de recursos naturais e não recicla os resíduos de sua produção pelo modelo de economia circular que, com base na logística reversa, recicla os resíduos de sua atividade produtiva. Para evitar os problemas relacionados com o suprimento de água em quantidade e qualidade, é imprescindível evitar a poluição dos recursos hídricos de superfície e subterrâneos e viabilizar o reuso da água potável utilizada após o de-

vido tratamento através da logística reversa. A produção de alimentos pode ser incrementada com o aumento da produtividade agrícola, mas, simultaneamente, é preciso evitar o aumento da população do planeta Terra além de 11 de bilhões de habitantes a fim de compatibilizá-la com o limite na produção de alimentos.

Quanto aos conflitos pelo petróleo e pela água, eles só serão atenuados ou solucionados com a celebração de um Contrato Social Planetário resultante da vontade da Assembleia geral da ONU que se constituiria no novo Parlamento Mundial que elegeria um Governo Mundial representativo da vontade de todos os povos do mundo. Todas estas soluções deveriam ser levadas avante de imediato ainda nos marcos do sistema capitalista, antes de seu colapso em meados do século 21.

5.3 A implantação do modelo de desenvolvimento sustentável em todo o mundo para evitar a mudança climática catastrófica global no século 21

O risco de que o aquecimento global contribua para a ocorrência de mudança climática catastrófica exige que toda a humanidade adote o princípio de precaução que tem sua aplicação baseada em dois pressupostos: 1) a possibilidade de que condutas humanas causem danos coletivos vinculados a situações catastróficas que podem afetar o conjunto dos seres vivos; e 2) a incerteza a respeito da existência do dano temido. O fato de os possíveis eventos catastróficos resultantes do aquecimento global não terem risco mensurável estaria a exigir a adoção de medidas de precaução para evitar sua ocorrência. É preciso observar que estamos a lidar com um risco não mensurável, potencial, não avaliável.

A adoção de medidas de precaução reforça o dever de prudência. É preferível se precaver a remediar. O princípio da precaução vai mais adiante da ideia de prevenir risco certo, pois busca preservar o meio ambiente considerando um risco incerto. A precaução é considerada quando o risco é elevado – tão elevado que a total certeza científica não deve ser exigida antes de se adotar uma ação corretiva, devendo ser aplicado naqueles casos em que qualquer atividade possa resultar

em danos duradouros ou irreversíveis ao meio ambiente. O princípio da precaução difere do princípio da prevenção que está relacionado diretamente a um risco certo, conhecido pela ciência. O princípio da precaução é que deveria presidir as decisões relacionadas com o enfrentamento da mudança climática catastrófica.

O mundo está diante de um desafio que é o de não permitir um aquecimento global no século 21 superior a dois graus centígrados. Para evitar um aquecimento do planeta superior a 2°C, seria preciso estabilizar as concentrações de dióxido de carbono (e equivalentes) em 450 ppm (partes por milhão) sem a qual o mundo se defrontaria até o final do século XXI com uma mudança climática catastrófica que pode ameaçar a sobrevivência da humanidade. Para isso, as emissões mundiais terão que ser reduzidas abaixo de seus níveis de 1990. Reduzir as emissões em relação aos níveis de 1990 é um desafio gigantesco. Basta considerar que a Agência Internacional de Energia (AIE), ao projetar as tendências recentes, faz previsão de aumento de 50% da demanda energética até 2030, com continuada dependência dos combustíveis fósseis.

É por tudo isto que se torna um imperativo a implantação do modelo de “desenvolvimento sustentável” que se baseia em formas e processos que, ao serem utilizados, não abalam a integridade do ambiente de que dependem. A nova sociedade a ser construída teria que ser sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental. O conceito de sustentabilidade transformou-se num elemento-chave no movimento global, crucial para encontrar soluções viáveis para resolver os maiores problemas do mundo, se apoiando na tese de que uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz as necessidades da geração atual sem diminuir as possibilidades das gerações futuras de satisfazer as delas.

Como construir uma sociedade sustentável? Trata-se de uma tarefa visando à consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável descritos a seguir:

1. Reduzir as emissões globais de carbono com a promoção de mudanças na atual matriz energética mundial baseada fundamentalmente em combustíveis fósseis (carvão e petróleo), por outro lado, estruturado com base nos recursos energéticos renováveis, na hidroeletricidade, na biomassa e nas fontes de

energia solar e eólica para evitar ou minimizar o aquecimento global e, conseqüentemente, a ocorrência de mudanças catastróficas no clima da Terra.

2. Aperfeiçoar a eficiência energética desenvolvendo ações que levem à obtenção de economias de energia na cidade e no campo, nas edificações, na agricultura, nas indústrias e nos meios de transporte em geral contribuindo, dessa forma, para a redução das emissões globais de carbono e, conseqüentemente, do efeito estufa.
3. Fazer com que os veículos automotores e equipamentos de usos domésticos, agrícolas e industriais tenham maior rendimento, as edificações sejam projetadas objetivando o máximo de economia de iluminação, refrigeração e calefação, a agricultura e a indústria sejam modeladas no sentido de requererem o mínimo de recursos energéticos e matérias-primas, contemplando também a autoprodução de energia com o uso de resíduos de seus processos de produção com base na logística reversa e, finalmente, a utilização de novas alternativas de transporte desde a bicicleta até aqueles de alta capacidade baseadas em ferrovias, dentre outras iniciativas.
4. Combater a poluição da terra, do ar e da água, reduzindo os desperdícios com a reciclagem dos materiais atualmente utilizados e descartados. Nessa perspectiva, os materiais essenciais só devem ser utilizados nos processos produtivos e em outras aplicações apenas em último caso. Quando usados nas diversas aplicações, devem, em primeiro lugar, ser reutilizados inúmeras vezes; em segundo lugar, devem ser reciclados para formarem um novo produto; em terceiro lugar, devem ser queimados de modo a extrair toda a energia que contenham e, apenas em última instância, devem ser removidos para um aterro sanitário.
5. Ajustar o crescimento da população aos recursos disponíveis no planeta, reduzindo suas taxas de natalidade, sobretudo nos países e regiões com elevadas taxas de crescimento populacional.

6. Reduzir as desigualdades sociais, contemplando a adoção de medidas que contribuam para o atendimento das necessidades básicas da população mundial, tais como alimentos, vestuário, habitação, serviços de saúde, emprego e uma melhor qualidade de vida. Para que haja desenvolvimento sustentável, é preciso, portanto, que todos os seres humanos tenham atendidas suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor.
7. Fazer com que o crescimento econômico e a riqueza dele resultante sejam compartilhados por todos, os serviços de educação possibilitem ampliar os níveis de qualificação para o trabalho e a cultura da população, os serviços de saúde sejam eficazes no combate à mortalidade infantil e contribuam para o aumento da expectativa de vida da população, todos os homens e mulheres tenham uma habitação decente e que haja investimentos públicos e privados no nível necessário que contribuam para a redução do desemprego em massa em decorrência da crise geral do sistema capitalista mundial que se registra na atualidade e que tende a se agravar no futuro.

Para evitar a mudança climática catastrófica, é preciso, portanto, implantar uma sociedade baseada no modelo de desenvolvimento sustentável em escala mundial que é aquela que satisfaz as necessidades da geração atual sem diminuir as possibilidades das gerações futuras de satisfazer as delas e, dessa forma, contribuir para impedir a exaustão dos recursos naturais do planeta Terra e evitar a mudança climática catastrófica em escala mundial.

Referências

ABREU, Kátia. **Quando os recursos minerais se esgotarão?**. *Disponível* no website <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/quando-recursos-minerais-se-esgotarao-648952.shtml>>, 2011.

ABREU LIMA; Roberta e VIEIRA, Vanessa. **O WWF alerta para o**

esgotamento dos recursos naturais. Disponível no website <<http://arquivoetc.blogspot.com.br/2008/11/o-wwf-alerta-para-o-esgotamento-dos.html>>, 2008.

ALBUQUERQUE, Carlos. **Bilhões sofrerão com falta de água e saneamento, diz relatório da ONU.** Disponível no website <<http://sosriosdobrasil.blogspot.com.br/2009/03/bilhoes-sofrerao-com-falta-de-agua-e.html>>, 2009.

ALCOFORADO, Fernando. **Aquecimento global e catástrofe planetária.** Santa Cruz do Rio Pardo: Viena Gráfica e Editora, 2010.

ALCOFORADO, Fernando. **Energia no mundo e no Brasil.** Curitiba: CRV, 2015.

ALDEIA, João. **Entropia e (de)crescimento.** Disponível no website <<http://puraeconomia.blogspot.com.br/2004/11/entropia-e-decrescimento.html>>, 2004.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A terra no limite.** Disponível no website <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/terra-limite-humanidade-recursos-naturais-planeta-situacao-sustentavel-637804.shtml>>, 2010.

ARAIA, Eduardo. **Esta pedra vai mudar o mundo?.** Disponível no website <<http://www.revistaplaneta.com.br/esta-pedra-vai-mudar-o-mundo/>>

BARBOSA, Vanessa. **Os 10 países com as maiores reservas de gás natural do mundo.** Disponível no website <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/os-10-paises-com-as-maiores-reservas-de-gas-natural-do-mundo>>, 2012.

BLOG PARACLETO. **O futuro do petróleo.** Disponível no website <<http://institutoparacleto.org/2013/05/23/o-futuro-do-petroleo/>>, 2013.

BLOGSPOT.COM. **Reservas de carvão no mundo.** Disponível no website <<http://carvaomineral.blogspot.com.br/2006/09/reservas-de-carvo-no-mundo.html>>, 2006.

BRAFMAN, Luciana. *Disputa por petróleo leva a estado de guerra*

permanente. Disponível no web site <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1710200520.htm>>, 1999.

BRASIL ESCOLA. **O esgotamento de alguns minérios**. Disponível no website <<http://www.brasilecola.com/geografia/o-esgotamento-alguns-minerios.htm>>, 2016.

CHESNAIS, François. **Les dettes illégitime. Quand les banques font main basse sur les politiques publiques**. Paris: Editions Raisons d'agir, 2011.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DA ONU. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

ECYCLE. **Economia Circular**. Disponível no website <<http://www.ecycle.com.br/component/content/article/63-meio-ambiente/2853-economia-circular-o-modelo-que-propoe-um-reaproveitamento-sistematico-de-tudo-o-que-e-produzido-inteligencia-planeta-organismo-vivo-autorregula-processo-ciclico-energia-sol-harmonia-regeneracao-design-regenerativo-economia-performance-cradle-berco.html>>, 2016.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

GONÇALVES, Carolina. **Falta de água de qualidade mata uma criança a cada 15 segundos no mundo, revela Unicef**. Disponível no website <<http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2013-03-22/falta-de-agua-de-qualidade-mata-uma-crianca-cada-15-segundos-no-mundo-revela-unicef>>, 2013.

HOBBSAWN, Eric. Pressupostos teóricos da “economia mista”. In: **The Guardian**. 16/4/2009.

HYPE SCIENCE. **Quantas pessoas o planeta aguenta?**. Disponível no website <<http://hypescience.com/quantas-pessoas-o-planeta-aguenta/>>, 2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE ALTOS ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO. **Sustentabilidade: Resíduos sólidos: Economia Circular: Novo negócio: Embraco**. Disponível no website <<http://www.altosestudos.com.br/?p=52902>>, 2014.

IPCC. **Climate Change 2014: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Disponível no website <<http://www.ipcc.ch/report/ar5/wg2/>, 2014>.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MEADOWS, Donella *et alli*. **Beyond the limits**. Vermont: Chelsea Green Publishing Company, 1992

MORA, Judith. **AIE: mundo se encaminha para futuro energético insustentável**. Disponível no website <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/11/aie-diz-que-mundo-se-encaminha-para-futuro-energetico-insustentavel.html>, 2011.

PORTAL RESÍDUOS SÓLIDOS. **Economia Circular**. Disponível no website < <http://www.portalresiduossolidos.com/economia-circular/>>, 2013.

SHIVA, Vandana. **As guerras pelos recursos naturais**. Disponível no website <<http://www.tierramerica.net/portugues/2006/0617/pgrandes-plumas.shtml>>, 2006.

SOS RIOS DO BRASIL. **Bilhões sofrerão com falta de água e saneamento, diz relatório da ONU**. Disponível no website <<http://sosriosdobrasil.blogspot.com.br/2009/03/bilhoes-sofrerao-com-falta-de-agua-e.html>>, 2009.

TAGUCHI, Clarissa. **Ver para crer: uma guerra pela água pode estar prestes a ser travada**. Disponível no website <<http://panorama-ecologia.blogspot.com.br/2006/03/ver-para-crer-uma-guerra-pela-gua-pode.html>>, 2006.

VEJA.COM. **Cai do Céu, mas pode faltar**. Disponível no website <http://veja.abril.com.br/300108/p_086.shtml>, 2008.

VOCÊSABIA? **A escassez de água agrava os riscos de guerras no mundo, dizem os especialistas que participam do Fórum Mundial da Água, em Marselha, na França**. Disponível no website <<http://www.vocesabia.net/saude/escassez-de-agua-na-terra-vai-gerar-conflitos/>>, 2012.

WIKIPEDIA. **Modelo nórdico**. Disponível no website <http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Modelo_n%C3%B3rdico>, 2016.

WWF BRASIL. **Planeta Vivo 2008**. Disponível no website <http://assets.wwf.org.br/downloads/sumario_imprensa_relatorio_planeta_vivo_2008_28_10_08.pdf>, 2008.

WWF BRASIL. **O que é desenvolvimento sustentável?**. Disponível no website <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>, 2016.

A volta de Dom Clemente Maria da Silva-Nigra, OSB¹

Edivaldo M. Boaventura

Arquidecano dos Oblatos Seculares do Mosteiro de São Bento da Bahia, Mestre e Ph.D em Educação, Doutor e Docente Livre da UFBA, Professor Emérito da UFBA, Doutor *Honoris Causa* pela UNEB, Membro das Academias Portuguesa da História, Ciências de Lisboa e da Marinha de Portugal, de Letras da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro e da Bahia.

Resumo

O objetivo do artigo é assinalar o momento do sepultamento dos restos mortais de Dom Clemente Maria da Silva-Nigra, no claustro da Arquibadia de São Sebastião, Mosteiro de São Bento da Bahia, em 19 de junho de 2016. Com dois destaques para a vida do pesquisador da arte sacra brasileira do período colonial e diretor do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia.

Palavras-chave: Dom Clemente Maria da Silva-Nigra, OSB, arte sacra colonial, barroco, Frei Agostino da Piedade.

¹ Originariamente, este artigo foi um pronunciamento na Igreja do Mosteiro de São Bento da Bahia, quando da missa em sufrágio pela alma de D. Clemente, domingo, 19 de junho de 2016, seguindo-se o sepultamento no claustro.

Acolhendo a solicitação de monges e amigos de Dom Clemente Maria da Silva-Nigra, o Arquiabade do Mosteiro de São Bento da Bahia, Dom Emanuel d'Able do Amaral, fez trazer os seus restos mortais para a Bahia. Assim, retornou ao seu Mosteiro o pesquisador de nossa arte religiosa, que descobriu entre muitos outros achados a obra de frei Agostinho da Piedade. O seu sepultamento, na Arquiabadia de São Sebastião, Mosteiro de São Bento da Bahia, completa a existência da vida do monge e presbítero da Bahia (PAIXÃO, 2011, p. 151).

Da Floresta Negra para a Bahia

Dom Clemente nasceu em 17 de julho de 1903, em Schonar, na Floresta Negra, na Alemanha. Compreenda-se, dessa maneira, o sobrenome Silva-Nigra, que acrescentou quando traduziu o seu nome para o português. Criou-se na cidade de Triberg, onde existe um memorial em sua homenagem. Vindo para a ordem beneditina, na Bahia, em 1922, iniciou o noviciado, em 8 de dezembro, um ano depois professou os primeiros votos monásticos. Em suma, Dom Augusto Álvaro da Silva, arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, ordenou sacerdote ainda na antiga Sé Primacial do Brasil, em 16 de dezembro de 1928. A sua primeira missa foi celebrada na igreja da Graça, em Salvador da Bahia.

Uma vez ordenado, empreendeu viagem de estudos sobre arte em Portugal, Espanha, Itália e Alemanha. No retorno, ensinou no Colégio de São Bento do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador e foi professor-capelão do Colégio Sofia Costa Pinto, do professor Pedro Tenório de Albuquerque.

Há duas atividades sumamente importantes a destacar na vida de Dom Clemente: pesquisador de arte e diretor do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia.

O pesquisador da arte religiosa

Na impossibilidade de seguir para a América, o então abade do Mosteiro da Bahia, Dom Plácido Staeb, o nomeou arquivista. Tudo pa-

recia que seria professor, todavia passou a dispor de um arquivo com mais de 300 anos de documentos acumulados. Começou a pesquisar e publicou o seu primeiro trabalho, que é um catálogo com a relação dos prelados dos mosteiros da Congregação Beneditina Brasileira (ENDRES, 1976 e 1980). Interessou-se por documentos do período colonial, como os do donatário Francisco Pereira Coutinho. Ocupou-se da invasão holandesa na Bahia, tão relacionada com o local onde houve combates e se ergue o Mosteiro. Publicou seus primeiros trabalhos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e nele ingressou em 1937 (SILVA-NIGRA, 1938, p. 99-131; 1940, p. 37-62).

As suas pesquisas despertaram a atenção do Ministério de Educação. Dom Clemente foi nomeado perito em Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), então dirigida por Rodrigo de Melo Franco Andrade. Do ponto de vista da Congregação Beneditina Brasileira, Dom Clemente foi designado Arquivista-Mor, passando a morar no Rio de Janeiro. Por essa época, tentou o concurso para professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio de Janeiro, mas não foi aceito. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1954.

Caracterizou-se uma fase produtiva de pesquisas sobre os construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Deu a estampa, então, em 1950, *Três artistas beneditinos* (SILVA-NIGRA, 1950): frei Bernardo de São Bento, arquiteto; frei Domingos da Conceição, escultor; e frei Ricardo do Pilar, pintor. No prefácio Lúcio Costa (1950, p. 13) observou: “[...] o labor desse monge honrado, incansável no seu empenho de fazer, com pedra e cal, obra perdurável, capaz de servir condignamente à sua comunidade e à sua fé”.

Ressalte-se a contribuição marcante na identificação da obra de frei Agostinho da Piedade. Foi importante para a identificação a descoberta da escultura de Nossa Senhora do Montserrat, em um canto do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), doação do Arnaldo Pimenta da Cunha, que a trouxe da Paraíba. Frei Agostinho da Piedade é o autor da conhecida imagem de São Pedro Arrependido, da ermida de Montserrat, na Ponta de Humaitá, em Itapagipe, Salvador da Bahia. Relacionou e recolheu toda a obra do grande escultor colonial. Em 1961,

realizou a exposição das obras de frei Agostinho da Piedade. Dez anos depois, a Universidade Federal da Bahia editou: *Os dois escultores: Frei Agostino da Piedade – Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João*, autor de várias plantas de igreja, com prefácio de Clarival do Prado Valadares (SILVA-NIGRA, 1971).

O diretor do Museu de Arte Sacra

Encontrava-se Dom Clemente em plena viagem de estudos na Europa, pelo IPHAN, quando recebeu o convite do reitor Edgard Santos para dirigir o Museu de Arte Sacra da Bahia (CALDERÓN, 1970, p. 144-146). A sugestão partiu de Deoclécio Redig de Campos, encarregado dos museus do Vaticano, que veio à Bahia assessorar a criação do Museu de Arte Sacra (MAIA, 1987). Para a criação deste Museu, a Universidade conviniu com o Arcebispado acerca da utilização do antigo convento de Santa Teresa dos Carmelitas Descalços da Bahia (MATTOS, 1964). Dom Clemente aceitou o convite e trabalhou com os arquitetos Wladimir Alves de Souza e Geraldo Raposo Câmara, além da assessoria do professor João José Rescala, responsáveis pela restauração do Convento de Santa Tereza, de propriedade da arquidiocese de São Salvador da Bahia (SENTO SÉ, 1979).

O Museu foi inaugurado em 10 de agosto de 1959 com o IV Colóquio Internacional Luso-Brasileiro. Para tanto, Dom Clemente organizou uma exposição inaugural com apresentação do reitor Edgard Santos (SILVA-NIGRA, 1959). Como diretor, adquiriu objetos de arte, expôs peças da antiga Sé Primacial demolida, como o altar de prata, tomou em comodato imagens e outros objetos artísticos do Mosteiro de São Bento para completar o acervo do novo museu.

E como diretor do Museu empreendeu duas importantes viagens à Europa. Pesquisou na União Soviética, precisamente, na Academia de São Petersburgo (Leningrado), onde se encontravam os materiais e artefatos da Expedição Científica Russa do Barão George Henrique von Langsdorff a São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará. Dom Clemente trabalhou o material da expedição e identificou obras de Franz Post, Rugendas e outros artistas relaciona-

dos com o Brasil, como os desenhos de Hercules Florence. Retornou ainda uma segunda vez à Academia de São Petersburgo (URSS), patrocinado pelo embaixador Assis Chateaubriand, para pesquisar Langsdorff, acompanhado do fotógrafo Edward Keffel. Revelou-nos, certa vez, que não teve problema de comunicação porque se entendeu em alemão com os membros da Academia, que quase todos falavam a língua germânica.

Visitou ainda a Universidade de Humboldt, a Biblioteca Nacional da Rússia e vários museus europeus. Há uma pesquisa recente de Bárbara Freitag-Rouanet (2013) sobre a expedição frustrada de Langsdorff ao Brasil, onde consta que perdeu a memória e teve que regressar a Europa via Santarém. Dom Clemente visitou ainda os Estados Unidos da América a convite do embaixador Juracy Magalhães.

Dentre as muitas visitas de personalidades importantes ao Museu, saliente-se a do presidente Eduardo Frei, do Chile. O reitor Roberto Santos e o diretor Dom Clemente receberam S.M. a Rainha Elisabeth II da Inglaterra, em 3 de novembro de 1968. Como acompanhamos, ambas as visitas ao Museu de Arte Sacra, na de Sua Majestade, observamos como Dom Clemente se paramentou com uma belíssima e imponente capa preta quando me informou que havia estudado na Alemanha, no mesmo colégio do Príncipe Consorte Philip Mountbatten. E mais, que havia gravado a visita da Rainha em um armário do museu. A língua germânica deveria ter facilitado a visita, o mesmo aconteceu com o fluente inglês do reitor.

No décimo aniversário do Museu de Arte Sacra, trasladou o corpo do fundador do Museu e da Universidade, professor Edgard Santos, do cemitério do Campo Santo para o *Túmulo de Honra*. A lápide tumular foi desenhada pelo Irmão Paulo Lachenmayer, OSB. Bem talhada em mármore com inscrições e o brasão da Universidade, encontra-se localizada embaixo da cúpula da igreja, tendo ao lado a sepultura de sua senhora D. Carmen Figueira Santos.

Assessorando a criação do Museu de Arte Sacra de São Paulo, Dom Clemente escreveu um *Pequeno guia do Museu de Arte de São Paulo*. Na solenidade de inauguração, o governador Abreu Sodré o homenageou presenteando-o com um sacrário do século XVII. Dom Cle-

mente o trouxe para o Museu de Arte Sacra e identificou como sendo da antiga igreja dos jesuítas da Bahia.

No final, uma palavra sobre o reconhecimento. D. Clemente recebeu a Cruz do Mérito da Alemanha e o Áureo Anel de Honra de sua cidade natal. Em 1968, o Conselho Universitário da UFBA lhe concedeu o título de Doutor *Honoris Causa*. Em 15 de outubro, o reitor Roberto Santos fez-lhe a entrega, no próprio Museu de Arte Sacra, transformando a Igreja de Santa Tereza em Aula Magna. Em seguida o governo federal o condecorou. Documentos e medalhas foram enviados para o seu memorial em Triberg, na Alemanha. Dom Clemente permaneceu 13 anos na direção do Museu, de 1959 a 1972, quando se aposentou da Universidade como professor e também como técnico do IPHAN, apresentando problemas de visão.

Sepultamento no Mosteiro de São Bento da Bahia

Após a aposentadoria, Dom Clemente foi residir em Sacra Família do Tinguá, distrito do Município Engenheiro Paulo de Frontin, interior do Estado do Rio de Janeiro, onde faleceu em 30 de julho de 1987 aos 84 anos. Dom Clemente legou uma obra significativa e de grande valor para a cultura brasileira. Além dos estudos sobre artistas pintores, escultores e arquitetos, pesquisou também prataria, antigas propriedades rurais, igrejas, subterrâneos; elaborou catálogos de exposições e prefácios. Supomos que deve ter sido um dos primeiros a estudar a expedição Langsdorff ao Brasil colonial. Esmeraldino Sento Sé (1978) relacionou 36 publicações com prefácio de P. M. Bardi e prólogo de Pedro Calmon.

Em 5 de março de 2016, os restos mortais de Dom Clemente foram trasladados do Rio de Janeiro para a Arquibadia de São Sebastião, no Mosteiro de São Bento da Bahia, em Salvador. Dom Arquibade Emanuel d' Able do Amaral tomou a iniciativa e determinação de mandar buscá-los, conforme solicitação dos monges e dos acadêmicos Fernando da Rocha Peres, Edivaldo M. Boaventura, entre outros.

Em 19 de junho de 2016, no 13º Domingo do Tempo Comum, após a missa em sufrágio de sua alma às 10 horas da manhã, a urna

com os restos mortais foi transportada em procissão da igreja para o claustro por dois oblatos seculares beneditinos, Irmão André (Pedro) Freitas Cruz e Irmão José (Firmino) Vitória dos Santos. No cemitério do claustro do Arquicenóbio ao qual Dom Clemente pertenceu por toda a vida, Sua Paternidade Dom Emanuel fez a encomendação, as preces e demais atos litúrgicos. Procedeu-se, então, ao sepultamento.

Além da presença da comunidade beneditina, compareceram o professor Roberto Figueira Santos, reitor da Universidade Federal da Bahia, que outorgou o título de Doutor *Honoris Causa* a Dom Clemente em 1968, os dois acadêmicos referidos com suas respectivas esposas e inúmeros oblatos seculares. Dom Clemente Maria da Silva-Nigra repousa, definitivamente, no seu Mosteiro de São Bento da Bahia.

Referências

CALDERÓN, Valentin. **Biografia de um monumento: o antigo Convento de Santa Teresa da Bahia**. Salvador: Editora Beneditina, 1970.

ENDRES, José Lohj. **Catálogo dos bispos, gerais, provinciais, abades e mais cargos da Ordem de São Bento do Brasil. 1582-1975**. Salvador: Editora Beneditina, 1976.

ENDRES, José Lohj. **A ordem de São Bento no Brasil quando Província 1582-1827**. Salvador: Editora Beneditina, 1980.

FREITAG-ROUANET, Bárbara. **Viajando com Langsdorff**. Brasília: Senado Federal, 2013. (Edições do Senado Federal v.195).

MAIA, Pedro Moacir (Ed.). **O Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia**. São Paulo: Banco Safra, 1987.

MATTOS, Waldemar. **Os carmelitas descalços na Bahia**. Salvador: Tipografia Manú, 1964.

PAIXÃO, Gregório (org). **O Mosteiro de São Bento da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2011.

SENTO SÉ, Esmeraldino. **A ação de Dom Clemente no Museu de Arte Sacra**. Rio de Janeiro: Europa, Empresa Gráfica e Editora, 1979.

SILVA-NIGRA, Clemente Maria. **Três artistas beneditinos:** frei Bernardo de São Bento, o arquiteto seiscentista do Rio de Janeiro; frei Domingos da Conceição, o escultor seiscentista do Rio de Janeiro; frei Ricardo do Pilar, o pintor seiscentista do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1950.

SILVA-NIGRA, Clemente Maria. **Catálogo da exposição inaugural do Museu de Arte Sacra da Universidade da Bahia.** Salvador: Tipografia Manú, 1959. (Apresentação do reitor Edgard Santos).

SILVA-NIGRA, Clemente Maria. **Os dois escultores frei Agostinho da Piedade, frei Agostinho de Jesus e o arquiteto frei Macário de São João.** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971.

Três manifestos de Cipriano Barata¹

Luís Henrique Dias Tavares

O autor, na publicação de 1957, identificou-se apenas como sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Na ocasião ensina História do Brasil na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Colégio Estadual da Bahia (Central), era pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e cronista do *Jornal da Bahia*.

NOTA EXPLICATIVA

O texto, a que se refere o título mais acima, foi publicado pelo professor Luís Henrique Dias Tavares no quinzenário *Para Todos*, dirigido pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo

¹ Artigo publicado no quinzenário carioca-paulista *Para Todos*, ano 1, números 21-22, 2ª quinzena de março a 1º de abril de 1957, p. 15. Esse periódico era dirigido pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo escritor Jorge Amado. Adotou-se, após a transcrição feita a partir da coleção do *Para Todos* que pertence à Fundação Casa de Jorge Amado, de Salvador, pela atualização do texto, mantendo, no entanto, a ortografia e a pontuação nas citações relativas a Cypriano Barata, cuja grafia antiga do seu nome foi mantida apenas nas citações. Adotou-se também o itálico em substituição ao negrito.

escritor Jorge Amado, que circulou entre maio de 1956 a maio de 1958. O texto em apreço foi publicado na página 15 do número duplo (21-22) referente à segunda quinzena de março a 1º de abril de 1957. O autor o citou na bibliografia do seu *História da Sedição intentada na Bahia em 1798* (São Paulo: Pioneira, 1975).

O texto publicado pelo *Para Todos* em 1957 antecede o perfil que o autor fez do jornalista e político Cipriano José Barata de Almeida (1762-1838) para a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (n. 347, abr-jun 1984. p. 75-84), em que faz a revisão da literatura a respeito do personagem e confirma, de novo, a sua perseverança, por mais de meio século, no exame de fatos e personagens da Sedição de 1798. A sugestão de republicar “Três manifestos de Cipriano Barata” na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* teve o duplo propósito de recuperar um texto publicado há quase 60 anos e que pode desaparecer junto com as últimas coleções do periódico que, na década de 1950, mantinha redações no Rio de Janeiro e em São Paulo, e, também, homenagear a iniciativa de Niemeyer e Amado, quiçá para advertir que não se deve tardar de estudá-la e, até mesmo, reproduzi-la em bem cuidada edição fac-similar. Dei conhecimento ao professor doutor Marco Morel, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), autor do mais completo estudo sobre Cipriano Barata, que localizara no *Para Todos* o texto do seu amigo e colega. Os dois compartilham a admiração por Cipriano. Segundo Morel, “[...] desde que travei contato com esta figura histórica, nos idos de 1978, com 18 anos, até hoje, considero que ele foi a única liderança política nacional digna deste título!”

Se os motivos elencados para a publicação do texto do professor Luís Henrique eram mais que suficientes, eis mais um: homenagear, mais uma vez e sempre, ao baiano Cipriano José Barata de Almeida.

Luis Guilherme Pontes Tavares

Jornalista e doutor em História Economia pela FFLCH/USP

A seção de obras raras da Biblioteca Nacional guarda uma série de oito publicações de autoria de Cipriano José Barata de Almeida, na qual estão alguns números da famosa *Sentinela da Liberdade*, quatro manifestos e a Fala que fez na Constituinte de Lisboa. Os números da *Sentinela* são dos que foram publicados em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Infelizmente, estão incompletos. Dos quatro manifestos, um é da Bahia, dois são do Rio e o quarto é de Pernambuco. Não se referem a um mesmo acontecimento, não têm a mesma data, mas apresentam uma inegável aproximação, um parentesco de ideias que confirmam o mesmo homem.

O manifesto mais antigo é de 1823. É um folheto de 29 páginas, páginas velhas e quebradiças, intitulado: “Análise do Decreto de 1º de Dezembro de 1822 sobre a Creação da Nova Ordem do Cruzeiro: com algumas notas. Ilustração ao Brazil e ao nosso Imperador o sr. Pedro I. Oferecida ao publico pelo Dezengano”.

Nele se alternam o tom altivo da denúncia política e a tendência conciliadora, o acusativo e o desesperançado. Por sinal, talvez denunciando o estado de espírito do autor, abre com uma citação de Camões:

*E vê do mundo todos os principaes
Que nenhum no bem publico imagina.
Vê nelles que não tem amor à mais
Qu'a a si somente, e à quem filaucia ensina”*

Cipriano estava preocupado com as segundas intenções – com os objetivos ocultos – do decreto de 1º de dezembro de 1822. Para ele, o decreto era manobra pessoal dos Andradas, em particular de José Bonifácio, e se destinava a estabelecer condições para a definição monárquica-absolutista do recém-criado Estado do Brasil independente. Não enxergava, entretanto, qualquer interferência de D. Pedro. Tudo o que o Decreto pretendia era antes um desejo dos ministros de D. Pedro, em especial de José Bonifácio. Em vista disso, D. Pedro era apresentado, no manifesto, como pobre vítima enganada e não como autor responsável. É com este sentido a frase: “São os Ministros Brasileiros, que, iludindo o nosso Imperador e Defensor Perpétuo, e Constitucional Liberal, pretendem fazer retroceder de novo o espírito humano, idolatrar a Tyrania, e restaurar seo apetecido império das trevas e das arbitrariedades”.

Um asterisco chama para uma nota de pé de página, na qual Cipriano descobre que os ministros de D. Pedro planejavam tornar o Imperador um déspota, restabelecendo desta forma, dentro do poder pessoal, a monarquia absolutista de D. João VI, muito embora, para guardar as distâncias, dessem uma nova forma ao regime derrotado no decurso das lutas pela independência. A prova deste plano – ou pelo menos desta intenção – Cipriano reclama: “A Fazenda Pública pertence à Nação exclusivamente”. Outra prova ele vê numa portaria imperial que abria devassa (inquérito) nas cidades e vilas. Era o terrorismo, apontava Cipriano Barata. É terrorismo, acrescentava, que atingia dois direitos do homem: a segurança pessoal e a liberdade de imprensa. Ferindo esses direitos, os ministros de D. Pedro procuravam quebrar a resistência e a oposição ao plano de criação da monarquia absolutista no Brasil.

Cipriano enxergava nos ministros de D. Pedro políticos da posição antidemocrática e antiliberal. Eram aristocratas. Atuavam como aristocratas. Faziam seus planos como aristocratas que procuravam manter seus privilégios, em primeiro lugar a escravidão. Daí a denúncia que formulava: “Aristocracia e Despotismo machinão levantar de novo o seo trono sôbre a singela fé dos iludidos Brasileiros”.

Ao mesmo tempo, Cipriano mostrava que o plano centralista indicado no decreto de 1º de dezembro tinha inegáveis perigos para a unidade do país. Pedia a atenção para as Províncias, algumas delas vacilantes em relação ao governo central, e que podiam, com os governos que tinham surgido das lutas contra o colonizador português, “sublevar-se à vista de insidiosas manobras que atacão de frente a Constituição e a Liberdade...” Outro asterisco leva a uma nota de pé de página em que Cipriano se dirige a José Bonifácio, achando que o ministro de D. Pedro, com a política que esboçara depois de 12 de outubro, “deveria temer a unidade, porquanto o Império era de vidro e podia quebrar-se com facilidade”. No texto, volta a insistir na ideia de defesa da unidade, observando “O Império ainda novo e tenro não deitou as necessárias raízes”, e lembrando que a guerra ainda prosseguia em diversas Províncias.

Cipriano Barata dizia que o povo brasileiro estava em luta contra Portugal não somente por causa de sua condição nacional, mas ainda

porque a Constituição oferecida pelos portugueses não era a que interessava. E que se as Províncias em luta aceitavam a liderança do Rio de Janeiro era na esperança de receber um novo sistema político, baseado no constitucionalismo liberal, numa Constituição que “destrua Ordens, Privilégios, e Izenções, Classes, Morgados, Comendas & C., que não se lembre de duas Câmaras e nem de veto absoluto”.

Sobretudo, três formulações do decreto apresentam-se como terríveis a Cipriano Barata:

A primeira dizia: “E, sendo pratica constante e justa, dos Augustos Imperantes, e particularmente dos Augustos Reis Meus predecessores”. A segunda insistia: “Criar novas Ordens de Cavalaria para melhor perpetuarem as épocas memoráveis de seos Governos, e como especialidade de Meo Augusto Pay...” E a terceira continuava: “E por querer outrossim augmentar com a Minha Imperial Munificência os meios de remunerar os serviços que Me tem prestado e houverem de prestar...”

Era D. Pedro I falando como um velho rei absolutista da Europa. E Cipriano acusava: “Querem emendar o systema novo com o velho: isto he, querem fazer este Governo Imperial huma continuação do Governo Monarquico passado, fazendo reviver o monstro do despotismo”. Indagava se alguém podia deixar de se indignar com aquele: “dos Augustos Reis Meus Predecessores”. Afirma que o Imperador era brasileiro e que o Império tinha sido criado pela vontade dos brasileiros. Indo por aí, em asterisco, mais uma vez, ao pé da p. 11, condena o direito divino dos reis e a sagração de D. Pedro com óleo. Ao contrário da ideia aristocrática de que o poder do Imperador emanava de Deus, opunha a ideia do poder emanado do povo. E concluía com um ardente apelo a D. Pedro: “Sereis Grande, sereis tudo (Crede-me, Senhor!) pela liberal Constituição”.

A ingenuidade de Cipriano Barata – talvez disséssemos melhor: a maliciosidade política – estava em separar a política de D. Pedro I da política de seus ministros, procurando com o seu manifesto cheio de apelos, convencer o Imperador da conveniência de um Império unido, liberal, constitucional, com o Imperador como “delegado do povo” e com as classes unidas sem a formação de uma aristocracia nativa, como era o claro programa de 1º de dezembro.

É interessante observar que outro grande patriota daqueles dias, o corajoso Frei Caneca, também viu o perigo absolutista no decreto de 1º de dezembro. Em artigo no seu jornal, o “Typhlis”, analisou o decreto quase com a mesma orientação de Cipriano Barata, vendo, como Cipriano na distribuição de títulos de nobreza uma divisão do povo brasileiro em privilegiados e não privilegiados, numa formação de classe aristocrática que forçosamente viria a apoiar um sistema de governo monárquico-absolutista.

Ainda pouco divulgado, e muito menos estudado, esse manifesto de 1823 revela em Cipriano Barata o liberal constitucionalista, o democrata constitucionalista, que tinha na Constituição a garantia aos direitos do homem, mas que, não obstante, aceitava e queria a monarquia, exigindo apenas que estivesse construída sobre uma Constituição.

Os dois outros manifestos são de 1831. Foram publicados no Rio de Janeiro mas se referem a acontecimentos baianos. Na realidade, são um só manifesto, dividido em duas partes.

A primeira parte se intitula: “Dezengano ao Público ou Exposição dos Motivos da Minha Arbitrária Prisão na Província da Bahia”. Traz uma epígrafe em latim. A segunda parte denomina-se: “Manifesto que ao Respeitavel Publico apresenta o cidadão Cypriano José Barata de Almeida. Sobre a sua súbita tyrana prisão na Bahia, e remessa violenta para esta Côrte, onde se acha inda prezo”. Entre duas linhas pretas vem a citação: “As intrigas, e crimes dos Governos, Trazem com sigo a ruina das nações”.

Na ocasião desses manifestos – que se fundem num só – muitas coisas tinham ocorrido. Já agora Cipriano não separava D. Pedro dos políticos que pretendiam um Estado brasileiro centralizado, absolutista, aristocrático. Ele passara pelas experiências de 1823 e 1824; era um partidário da abdicação do Imperador. Não obstante, continuava constitucionalista e ainda aceitava a monarquia. Além disso, era um político conhecido. Sua *Sentinela* era um símbolo, já se tornara modelo.

No mesmo espírito de 1823, a primeira parte do manifesto de 1831 volta à ideia da unidade do país. Defende-se da acusação de separatismo. Entretanto, desejava que o governo central tratasse as Provín-

cias com igualdade, permitindo-lhes maior autoridade e deixando-lhes o dinheiro que era arrecadado para o Rio. Cipriano evoluíra, então, da posição unicamente constitucionalista para o constitucionalismo federativo. Aliás, neste manifesto propõe a criação de um governo federativo baseado numa Constituição liberal.

Sempre constitucionalista, Cipriano repele a acusação de republicano. Explicava que a Federação não era República e se bem desejasse o federalismo norte-americano, não queria um governo republicano como o dos Estados Unidos. Tratava-se só de “imitar indiretamente os Estados Unidos do Norte”.

Outra acusação que repelia era de patrocinar “levantes de escravos”. Esclarecia que era pela abolição gradual do sistema de trabalho escravo; abolição que seria realizada em vinte ou trinta anos com a indenização dos proprietários. Escreve: “Causa espanto que se formasse contra mim, que sou da classe dos Brancos (Deus sabe quem o he), por excitar dezordem entre os Pretos”.

Também achava que era um perigo falar em levantos de escravos, mesmo porque isto era ensinar e lembrar o que os escravos não pensavam fazer... Por sua vez, achava que era uma demonstração de medo.

Na segunda parte do manifesto insiste nos mesmos pontos: constituição liberal, unidade do Império, federalismo, abolição gradual do regime escravo. Formula, aí, uma denúncia que é evidente se dirigir contra José Bonifácio, afirmando que o ministério secreto, “chamado de Boa Vista”, procurava dirigir o Brasil de acordo com as intenções da Santa Aliança e que seus fins eram: restaurar o governo aristocrático; centralizar; intrigar os latinos do norte e do sul, jogando-os uns contra os outros, para formar monarquias absolutas onde existissem repúblicas... Apresenta como precedente dessa política a guerra da Cisplatina.

Cipriano relata a manifestação popular de 13 de abril de 1831 na Bahia, a chamada mata-maroto. Nesta ocasião, com um ramo de café na mão e uma casaca de algodão da terra, Cipriano apareceu na frente dos manifestantes e pediu que não continuassem, que fossem para casa. Ele informa que o povo o seguiu “cantando como filhos atrás de um

Pai carinhoso”. Por isso mesmo, segundo opina, o governo provincial temeu sua popularidade e o aprisionou no dia 28, remetendo-o para o Rio, em cuja fortaleza de Villegaignon foi trancafiado.

Nestes manifestos de 1931, Cipriano afirma-se um patriota cheio de revolta com as interferências inglesas na vida econômica e até política do Brasil. Achava que o governo devia orientar a construção de fábricas, abolindo o luxo, porque era este o caminho “para nos livrarmos da dependência e do jogo dos Estrangeiros”. É possível que abolir o luxo significasse, para ele, deixar de lado os artigos estrangeiros. O próprio Cipriano, naquele ano de 1831, usava roupa de algodão da terra e chapéu de palha nacional – porque era brasileiro, tinha orgulho da sua condição de brasileiro.

Já se vê que um homem como Cipriano Barata – que ocupou posição quase única (Frei Caneca é seu grande companheiro) na história do primeiro Império – não pode e não deve ser estudado nas aparências exteriores, para que saiam daí conclusões apressadas e pitorescas. Estude-se, antes, o que escreveu, o que pensou, o que disse – e veja-se tudo na realidade do seu tempo, para que não fique sobre ele um simples rótulo.

Teoria da evolução da consciência

Primeira notícia

Adinoel Motta Maia

Adinoel Motta Maia é engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia em 1966, tendo feito concurso para professor em 1970 da qual se aposentou em 1996 como professor adjunto 3, impedido de progredir para titular por não ter sido aberto concurso para tal até então. Paralelamente, durante todo esse tempo, Desde 1959, também atuou como jornalista no *Jornal da Bahia*, em *A Tarde* e na *Tribuna da Bahia*. É autor de vários livros, entre os quais *Humanidade – Uma Colônia no Corpo de Deus* (Melhoramentos, 1981). Em 2010 criou a sua editora – Selo AMME – onde publicou a trilogia *Nortada* para divulgar sua *Teoria Unificada do Universo*, assim lançando a *Psíquica* para contracenar com a *Física* e completar sua visão da ciência universal, juntando o estudo da atualidade ao da realidade. Este artigo acrescenta novos dados e conceitos à sua teoria de 2007, ampliando-a com o principal objetivo de formar uma base sólida para sua nova ficção científica.

Resumo

Cientistas aceitam ou discutem em todo o mundo sobre o início do Universo,

como o momento do *Big Bang*, ao tempo em que buscam uma explicação para a energia e a matéria escuras. Este artigo encontra ambas as respostas em um Universo que nunca teve um início nem terá um fim, porque sempre foi um espaço infinito e eterno constituído por infinitas posições conscientes delas próprias, sem as quais não existiria esse espaço, assim demonstrando que no início era a Psíquica, depois – com o Big Bang – surgiu a Física. Tudo isso com a égide da evolução de tudo e de todos, que são animais, passando a intelectuais e finalmente sapienciais.

Palavras-chave: Universo, Consciência, Energia/Matéria Escuras, Evolução.

1. Preâmbulo

Saber esperar é uma prática saudável, inspirada pela própria Natureza, no seu eterno cotidiano. A paciência é a argamassa que une todos os tijolos na construção de uma teoria e o lubrificante que torna perene o seu funcionamento. Deixar acontecer e observar o fenômeno é fundamental para o registro sem o qual não há estudo e descoberta. Unanimemente concordamos, na vida acadêmica, que não deve haver afirmação sem a experiência que comprova esse fenômeno e encaminha sua observação para fora do laboratório, até agora limitado à realidade física, mas logo montado para revelar a atualidade psíquica¹, não apenas a psicológica, por ser esta restrita à consciência no cérebro animal, embora inserida na consciência universal.

Neste momento em que o pesquisador se defronta com uma descoberta destinada a muitos leitores abertos às novidades, é interessante propor três experiências singelas e preparatórias, no enfrentamento dos participantes desta leitura a guisa de sessão introdutória, para a aceitação de um novo campo da Ciência, não se restringindo apenas à observação dos fenômenos cuja velocidade é menor ou igual à da luz – o domínio da Física – mas também à daqueles outros, cuja velocidade é maior que a da luz, até agora considerados apenas no campo da Religião, mas seguramente aqui colocados no domínio da Psíquica, disciplina científica que estamos fundando, para o estudo desse outro campo científico, onde as velocidades são tais, superluzenses.

¹ Cf. Teoria Unificada do Universo. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, número 102, 2007 (ou no site www.adinoel.mottamaia.com.br).

Assim, preliminar e preparatoriamente, vamos apresentar três exemplos singelos – quase lúdicos – de breve exercício de constatação lógica, imediata, racional e experimental, que colocam o laboratório físico à mercê dos valores psíquicos da consciência fisiológica, no homem:

1. Os dois lados da porta

A qualquer momento e distância, ao se observar ou fotografar um objeto, por todos os ângulos, em qualquer direção, sendo-se um observador parado no tempo e no espaço, situado fora desse objeto, encontra-se sempre dois lados opostos a serem considerados: o da frente, visível e o de trás, invisível. Se tomamos uma porta fechada, como exemplo, pintada de azul, em um lado; e de vermelho, no lado oposto, colocando-se um observador em cada lado, um deles jurará até a morte que a porta é vermelha e o outro, que ela é azul, cada um com sua verdade baseada apenas na sua própria observação direta do objeto. Essa experiência é tão primária que parece desnecessária, mas o fato é que há muitas afirmações que se costuma aceitar com base em experiências desse nível, conhecendo-se apenas um dos lados da realidade. Evidentemente, a ciência não pode confiar apenas na observação frontal e não deve considerar esta como suficiente para a comprovação de um fenômeno ou da existência e natureza de um objeto, quando se tem observador(es) isolado(s), que não se comunica(m) ou não conhece(m) todos os ângulos de observação, interna e externa, dele. Parece desnecessário dizer isso, mas é o que está a acontecer com a nossa Ciência, considerando apenas o lado da Física para observação e estudo, isto é, o lado dos fenômenos cujas velocidades são inferiores ou igual à da luz. O outro lado da porta, neste caso, é o da Psíquica, onde os fenômenos ocorrem em velocidades superiores à da luz, ainda não aceitos pela Ciência, que os deixa em mãos dos que, sem a disciplina e o método da razão, cultivam a paixão, sob o domínio da Religião.

2. Os dois lados da moeda

No caso de um observador com uma moeda em suas mãos, ele só a identificará, após observar seus lados opostos,

para poder informar o seu valor nominal, além de como, onde e quando foi emitida com esse valor. Mais do que sua simples identificação física, contudo, é indispensável para o perfeito conhecimento da moeda e do seu valor, algo mais do que a análise do material que suporta tais informações monetárias. É importante considerar também a conjuntura econômica que determina a variação do valor relativo entre essa e outras moedas, no mercado internacional, inclusive o do valor que teria o metal com o qual é feita, se ela fosse derretida. Como ocorreu com os dados que se contradizem, há que se considerar os dados psíquicos, cognitivos, até os que estão fora do contexto, mas os completam, nas mais diversas disciplinas, cuja falta induz ao erro. A nossa Ciência Física está cheia de exemplos em que se erra pela ausência do conhecimento de fatores psíquicos próprios dos objetos e dos fenômenos nos quais estes se inserem. Por exemplo, é necessário saber se a moeda ainda está em circulação ou não. Neste caso, quando e onde circulou e em que contexto chegou ao local em que se encontra. Teria ela, assim, uma história a contar? Que outras pesquisas teriam de ser feitas, para se chegar a tais respostas? Sua memória aumentaria o seu valor e seu destino seria alterado, após esses novos dados.

3. Os dois lados do barandão cósmico.

A simples experiência de amarrar uma pedra na ponta de um cordão e fazê-la girar em torno da mão que segura a outra extremidade desse cordão, na velocidade de um metro por segundo – por exemplo – prova que a pedra é vista em todos os lugares da sua órbita ao mesmo tempo e se torna um aro aparentemente sólido, graças ao seu movimento. Se tivermos um aro para cada um dos dez, vinte ou trinta planos com passagem no centro, por exemplo, de uma esfera, cada um com sua pedra, em velocidade pouco menor que a da luz, teremos algo muito parecido com um átomo de algum elemento químico. Essa experiência demonstra que

se todos os elétrons dos átomos de uma mesa posta para o jantar fossem parados por alguns segundos, por uma hora ou por algum outro intervalo de tempo, a mesa deixaria de existir fisicamente durante esse intervalo e tudo o que estaria em cima dela cairia no chão, pelo mesmo motivo que o aro acima referido só existe se a pedra está em movimento. Como toda a matéria é feita com átomos cujos elétrons giram continuamente em volta do núcleo, é a velocidade destes que nos dá a consciência da sua existência e esta, portanto, tem dois lados: o da realidade física (velocidades igual ou menores que a da luz) e o da atualidade psíquica (velocidades maiores que a da luz), com a consideração de movimentos de rotação (velocidade radial) e de translação (velocidade tangencial).

Estas três demonstrações singelas trazem uma ideia bastante lúcida que nos permite afirmar: a Ciência Física depende da informação completa dos elementos de um objeto ou de um fenômeno, no espaço, com plena consciência neural – no observador humano – dos intervalos de tempo, das distâncias nesse espaço e, conseqüentemente, de suas velocidades, cuja posição e dimensão são os tijolos da matéria e da energia, no Universo, sua realidade. Podemos demonstrar, assim, no campo da Ciência, que a realidade é o domínio e o campo da Física, mas ainda não se trabalha cientificamente com a atualidade, o campo e o domínio da Psíquica, assim creditando à Fé, no campo da Religião, a observação e compreensão dos fenômenos que se realizam em velocidades maiores que a da luz, além daqueles que estruturam as realidades da matéria e da energia, físicas, observáveis sem a consideração da “matéria” e da “energia” ditas “escuras”, que podem estar ocultas, *porque suas velocidades seriam maiores que a da luz*, fugindo desta, não sendo alcançadas por ela. Em verdade, se temos uma fonte de luz e a dirigimos para o espaço onde passa um objeto com velocidade maior do que a dela, é evidente que esse objeto se manterá na escuridão, isto é, não será visto porque os raios luminosos não o atingirão.

Tal constatação coloca todos os cientistas, hoje, nas mãos dos filósofos e dos teólogos, que, ao contrário dos físicos, preferem a essência à existência. Uma constatação curiosa, como adendo, é a de que os

físicos, que exigem a comprovação matemática para aceitar uma afirmação qualquer, não consideram o raciocínio lógico na sua intimidade, sem a confirmação física experimental, que precisa dessas equações matemáticas, psíquicas, para ser apresentada e concluída. Essa ciência apoiada no fenômeno físico exige que a consciência seja exclusiva do observador do objeto e do fenômeno, jamais admitindo que haja consciência fora do cérebro, isto é, no próprio objeto e no próprio fenômeno.

Isto nos parece necessário, para dizer que a evolução do Universo – e dentro dela, a História e a Geografia (na Terra, como nos outros planetas) – pode ser toda ela estudada, pesquisada e demonstrada cientificamente com raciocínio lógico, com ou sem, apenas, aquelas equações matemáticas que povoam a Física e ainda condicionam a visão da Psíquica, povoada inclusive por tal matéria e energia “escuras”, nas quais as velocidades seriam superiores à da luz (300 mil quilômetros por segundo, aproximadamente) – por isso sendo “escuras” – fora da realidade, numa eterna atualidade que decresce em velocidade, do valor infinito (*o ponto em todos os lugares ao mesmo tempo*) para valores sucessivamente menores até a velocidade do fóton, mas crescendo no tempo e na “massa” até formar este “objeto”, que se apresenta simultaneamente como psíquico e físico, hesitante – como onda e partícula – na fronteira entre ambas as estruturas de consciência, surgindo como uma explosão de energia luminosa, que se conhece como o *Big Bang*, ocorrida no exato momento em que as velocidades decrescentes e as “massas” crescentes das estruturas de consciência, caindo para a velocidade da luz e subindo para essa “massa” do fóton, criaram a energia e a matéria, a partir daí, claras.

Assim, depois de muitos anos de perguntas, reflexões e desafios, tivemos a visão segura de que é possível haver consciência na *anergia*², no espaço aparentemente vazio, infinito, eterno, imóvel e frio, extremamente frio, do Nada, num Universo que nunca teve começo nem terá fim, porque sempre existiu e existirá como lugar de uma infinidade de pontos, isto é, posições – resultantes da interseção de infinitos eixos tri-axiais – tão próximas que, se fossem mais próximas seriam um só

² O mesmo que *anergia*, isto é, falta ou perda de forças ou de vigor – do grego an+érgon.

ponto. Separados por espaços infinitesimais, tão pequenos que, se fossem menores, não existiriam, num Universo que se mede pela soma desses espaços infinitesimais a ligar pontos de consciência de posição, evidentemente sem dimensão. Esta é uma afirmação que se confirma cientificamente, porque, sem a consciência de tais posições, estas não existiriam e, conseqüentemente, não existiria o espaço, com sua consciência universal.

Passo seguinte, a existência do tempo ainda mais facilmente se comprova, porque nada mais é do que a *duração da consciência*³, qualquer consciência, em qualquer condição. Nada existe sem a consciência dessa existência, no seu lugar, numa duração qualquer, constituindo objetos móveis com espaço e tempo definidos, em um campo fixo infinito e eterno.

2. Dodecálogo

Sendo, este artigo, uma primeira notícia sobre a mais importante descoberta feita pela Humanidade – a da consciência como causa e efeito de toda a existência psíquica e física – convém que não seja demasiadamente extenso, para que mais fácil seja a absorção da sua proposta meramente iluminadora de um cenário há muito escondido pela ignorância e a vaidade que dominam as nações animais no planeta em que vivemos, onde o homem criou computadores eletrônicos sem ainda desconfiar que ele próprio é um computador biológico criado no topo de um processo de evolução animal.

Mister se faz, a guisa de sumário, para análise posterior em outros textos, relacionar a seqüência que determina, inexoravelmente, a ordem de ingresso dos *elementos psíquicos* na atualidade e, logo após, dos *elementos físicos* que compõem a realidade, propondo assim um dodecálogo introdutório.

³ Expressão conhecida desde a antiguidade pelos filósofos místicos egípcios e gregos e divulgada pela Antiga e Mística Ordem Rosacruz.

NO INÍCIO ESTÁ A PSÍQUICA

1. Sem o ponto, não há consciência

O ponto é apenas a consciência de sua posição... sem dimensão.

Isto é científico: o Universo é o único lugar infinito, o maior que pode existir e se compreender, mas só existe porque cada um dos seus pontos está numa posição tão próxima dos outros, que, se fosse mais próxima, só haveria um ponto em todo o Universo, segundo três eixos ortogonais, cuja interseção é essa posição. Verdadeiramente, o ponto não existe. *O que existe é a sua posição, mas somente se há uma consciência da sua existência.* Essa consciência poderia ser meramente intelectual, criada no cérebro humano para que este aceite essa posição e a tome como referencial para construir estruturas psíquicas (em seu próprio cérebro) e físicas, no espaço que o circunda. Tal ideia seria absurda, no entanto, porque, assim, se não houvesse seres biológicos e cérebros, portanto, como não houve quando a Terra era apenas rocha, sem vida, não haveria pontos – posições – definidos por eles na Terra. É evidente, por isso, que existe a consciência fora do cérebro, não perceptível pelo ser humano, por nós. De alguma forma, já havia então, sempre, uma consciência geológica, sem qualquer cérebro ou estrutura neural no planeta, a marcar posições relativas nas rochas sólidas e não apenas nelas, mas em todos os lugares. Podemos dizer que há consciência na Lua e em Marte... quando um meteorito cai em sua superfície e provoca uma reação do material rochoso. Já é hora, aceitemos, de acabar com a exclusividade da consciência, apenas com as características da que encontramos no cérebro ou em outra estrutura neural animal ou vegetal. O mais importante, nesses outros modelos, é que essa consciência não é simplesmente a do cérebro que localiza um ponto num papel ou no espaço cósmico. A verdade absoluta e relativa é que essa consciência está no próprio ponto, porque **é o próprio ponto**, apenas consciência de sua posição, nada mais. Se o Universo infinito é o lugar de todos os pontos – todas as posições tão próximas uma das outras, que, se fossem mais

próximas existiria apenas uma – é evidente, prova científica resultante de raciocínio lógico, que O UNIVERSO É APENAS CONSCIÊNCIA, a consciência universal do espaço sem limites em suas três direções ortogonais e em todas as outras, delas derivadas. Como nada poderia existir antes disso, também é evidente, que NADA ou NINGUÉM poderia ter criado o Universo, que, assim, sempre existiu, nunca teve um início e jamais terá um fim, porque, se este fim ocorresse, alguma coisa ficaria em seu lugar, com sua plena consciência de posição. Assim: NÃO HÁ ESPAÇO SEM A PLENA CONSCIÊNCIA DE TODOS OS SEUS PONTOS, TÃO PRÓXIMOS, UNS DOS OUTROS, QUE, SE FOSSEM MAIS PRÓXIMOS, SERIAM UM SÓ!

Se alguém quiser dizer que essa consciência universal é Deus, nada temos a opor, desde que este seja originalmente o lugar de todos os pontos conscientes de suas posições relativas, em todo o Universo. Igualmente, o homem é o lugar de todos os pontos conscientes de suas posições relativas, em todo o seu corpo. Quem não aceitar isto, não deve prosseguir nesta leitura, que exige – mais do que a consciência do ponto – a consciência do ego, bem mais complexa do que aquela, como veremos neste texto dedicado à evolução dela própria, a consciência, em todos os seus modos de ser, de estar e de fazer. Não queremos aqui os leitores engajados em movimentos passionais, com cores e símbolos sectários ou partidários defendendo ideologias que reservam lugar na estrutura social, política ou econômica de uma nação ou do mundo, movidos por interesses particulares, para os quais a consciência é apenas uma função do cérebro. Só recomendamos continuar esta leitura a quem tenha compromisso consigo, com seu próprio ego, com a evolução deste, ou melhor, da consciência que há nele, mas, igualmente, em qualquer outro lugar ou objeto.

2. Sem a consciência, não há espaço

O espaço é a consciência da posição de um conjunto dimensional de pontos.

A próxima evidência é a de que, sendo cada ponto a sua posição, para se ter dois pontos, precisamos de uma distância que separe essas

posições. A menor delas, possível, é a de **um infinitésimo**, isto é, uma **distância tão pequena, que, se fosse menor, não existiria** e assim os dois pontos ficariam numa só posição, isto é, ter-se-ia apenas um ponto nessa posição.

Raciocinando lógica e geometricamente, portanto, podemos ter, em um ou mais planos, a visão de um conjunto de pontos em uma, duas ou três dimensões perpendiculares entre si:

PP	Dois pontos separados por um infinitésimo: uma dimensão (em um plano) – um segmento
PP P	Três pontos separados por três infinitésimos: duas dimensões (em um plano) – um triângulo
PP P	Quatro pontos separados por seis infinitésimos: três dimensões (em quatro planos – na posição P há dois pontos, um sobre o outro) – um tetraedro

Pretendemos mostrar assim que há um infinitésimo de distância entre cada dois pontos, em cada linha infinita, que constitui cada um, de um número finito ou infinito de eixos ortogonais, cujas interseções marcam a posição de todos os pontos fixos nesse *espaço*, que é a consciência de um número finito ou infinito de pontos.

As figuras abaixo mostram

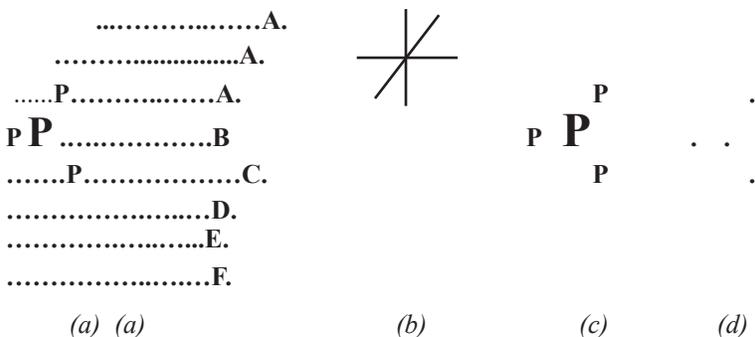
(a): linhas paralelas, cada uma infinita, constituída por posições de pontos sem dimensão, separadas por distâncias infinitesimais referentes aos eixos “horizontais” num plano A e em planos paralelos inferiores B, C, D, E, F... vendo-se num corte em plano vertical a posição de três pontos **P**, que são vértices de um tri-

ângulo equilátero, base de um tetraedro, de modo que o ponto **P** está num plano paralelo, também vertical, à frente do já referido, sendo este ponto o quarto vértice desse tetraedro.

(b): *interseção que determina a posição de cada ponto no universo infinito e eterno, isto é, dos dois eixos horizontais ortogonais infinitos de espessura zero já referidos, com outro eixo vertical em plano perpendicular a esses dois, cujos pontos são todos igualmente separados por distância infinitesimal. Nesta figura, os três eixos perpendiculares são formados por segmentos infinitesimais que separam os pontos em todos os eixos paralelos e perpendiculares e se interceptam numa posição, sem dimensão alguma. Evidentemente, os referidos segmentos infinitesimais têm apenas a consciência de uma dimensão – um infinitésimo – sem espessura.*

(c): *visão de topo de um tetraedro infinitesimal em que **P** é o seu vértice num plano superior aos três vértices **P** da base do tetraedro.*

(d): *mesma visão do tetraedro, na qual os vértices são os pontos correspondentes às letras P.*



3. Sem o espaço não há o tempo.

A duração dessa consciência do ponto e do espaço é o tempo.

No começo, fazemos a observação; depois, inexoravelmente, temos a dedução e, finalmente, a conclusão. Pode-se registrar esse processo

com frases matemáticas, sejam estas em textos literários ou em equações simbólicas, desde que elas resultem dos dados e da análise lógica que os interpreta, oferecendo um único resultado possível, que deve ser confirmado com a experiência física e/ou psíquica, conforme seja ou esteja, cada fenômeno, no campo da **Física** (velocidades igual ou inferiores à da luz) ou no da **Psíquica** (velocidades superiores à da luz).

Não basta saber isso, evidentemente. Já vimos que sem a consciência não existe o ponto, como posição no espaço, justamente porque o ponto não existe, sem a consciência de sua posição. *O ponto é apenas a consciência da sua posição.* Assim, como consequência lógica, matemática, o espaço infinito e vazio nada mais é do que a consciência de um conjunto de pontos, isto é, um conjunto infinito de posições justapostas, tão próximas, umas das outras, que, se fossem mais próximas, seriam apenas um ponto, uma posição, caso em que não haveria assim espaço, porque, para que este exista, é necessário haver pelo menos uma distância – um infinitésimo – entre duas posições, isto é, dois pontos. O que coloca esses pontos separados por um infinitésimo (distância tão pequena, que, se fosse menor não existiria) é a própria consciência de cada um deles. Facilmente se conclui que o Universo, como espaço vazio infinito e eterno, é apenas consciência, que alguém já disse ser – aparentemente – o Nada. Consciência universal, portanto. Não precisamos fazer uma ou mais equações, para escrever esta conclusão lógica, puramente geométrica, matemática, psíquica.

Quando grafamos a palavra *consciência* neste texto, não estamos nos referindo apenas, portanto, a um atributo da espécie humana, com sede no cérebro ou mesmo, inclusive, nos demais animais com outro dispositivo neural. O velho “bom senso”, base da filosofia e da ciência, nos assegura que a consciência está sempre associada ao tempo, porque *o tempo é justamente a duração da consciência.* Isto se comprova facilmente no homem, em sua experiência diária, desde que acorda até o momento de dormir. Durante o sono, perde-se a noção do tempo e, naturalmente, a consciência. Poder-se-á dizer que ao perder a consciência, ele perde naturalmente, também, a medida do tempo. A verdade científica – física ou psíquica – é justamente a de que *o tempo é a duração da consciência.* Daí, o erro de Albert Einstein, ao buscar uma teoria única para o Universo, cultivando apenas valores relativos

de tempo e espaço, sem aprofundar a visão do espaço absoluto, infinito e eterno, determinado pela consciência universal, em todos os lugares ao mesmo tempo. O cientista completo, o que encara o universo inteiro e unitário, não o verá olhando apenas para fora de si. Se e quando o físico olha para dentro de si, ele vê a outra metade do Universo: além da realidade da Física, a atualidade da Psíquica.

4. Sem o espaço e o tempo, não há objeto

Objeto é a consciência do conjunto que se percebe no espaço e no tempo.

O espaço vazio infinito e eterno, que se deve dizer ser o campo referencial fixo e único, assim universal – o Nada – constituído lógica e matematicamente pela própria consciência da totalidade de seus pontos justapostos, é um campo triaxial ilimitado – nessas três direções ortogonais – no qual a distância entre tais pontos e entre os eixos que se interceptam neles deve ser sempre a menor possível, isto é, a de um infinitésimo. Tal é também a dimensão do lado de um dos infinitos cubos assim infinitesimais justapostos, cada um justamente formado pelas quatro interseções mais próximas, entre si; inserido entre esses eixos e composto – cada cubo – por quatro tetraedros – a menor figura sólida possível – constituídos por uma base triangular equilátera e três outros lados isósceles, estes compondo as faces do referido cubo.

Estamos trabalhando com a ideia de que, na visão mais simples que temos do Universo, na sua base, isto é, no seu estádio original, naquele *campo fixo referencial infinito e eterno*, encontram-se assim fixos – ocupando todo esse espaço – os tetraedros formados por quatro posições de consciência puntual em seus vértices, conforme já vistos em figuras acima, mas de modo que todos esses tetraedros surjam da composição estrutural natural determinada por tais unidades infinitesimais, assim ligados uns aos outros, como tijolos numa alvenaria, compondo um só bloco psíquico compacto e imóvel, universal, assim modulado, sendo cada módulo um cubo com quatro tetraedros, acima referidos, com um infinitésimo de lado.

*Nesse universo, cada um desses quatro tetraedros assim inscritos é simultaneamente um **lugar psíquico** constituído por posições fixas e um **objeto psíquico** cuja consciência está nesse lugar; isto é, **uma consciência do conjunto de pontos fixos (meras posições)** onde se situa **uma consciência individual com seu próprio ego, um corpo psíquico que pode sair dessas posições pontuais para outras, já existentes nessa estrutura universal.***

Para maior clareza nessa assertiva, podemos comparar tal situação com uma sala totalmente ocupada por estantes justapostas moduladas de forma que cada prateleira tenha um número ilimitado de caixas cúbicas justapostas, cada uma com quatro objetos na forma dos tetraedros acima descritos preenchendo todo o espaço da caixa. Imaginemos, contudo, que toda essa estrutura é psíquica, havendo uma consciência para cada tetraedro, formando a consciência conjunta de cada caixa, que contribui para uma outra consciência geral de cada prateleira e, finalmente, outra, para toda a sala. Sem essa consciência intrínseca a cada um desses conjuntos, eles não existiriam. Suponhamos, em seguida, que um, dois, três ou os quatro tetraedros que estão numa caixa, seja(m) retirado(s) dela e levado(s) para outra sala ou até para fora do edifício, para uma outra cidade e assim por diante. *É fundamental compreender que a caixa continua no seu lugar na mesma prateleira, mantendo-se as posições referenciais desses espaços no conjunto da sala, do edifício, etc.*

Essa situação, nesse contexto, determina o que é o campo fixo referencial – tais lugares no espaço – e o que é cada objeto que nele circula (cada um dos tetraedros ou dos cubos de qualquer das caixas). Este racicínio lógico, matemático, nos leva a comprovar a situação de cada objeto e do conjunto de todos eles, em repouso e/ou em movimento. Podemos, portanto, dizer que o Universo é um espaço único matematicamente infinito de pontos virtuais que podem manifestar-se a qualquer momento em módulos, como objetos tetraédricos, cúbicos ou mais complexos (reunindo vários deles), que podem ser um único objeto a se mover na velocidade até infinita, a ocupar todos os lugares ao mesmo tempo ou apenas um lugar, isolado. Fazemos a seguir uma analogia para deixar bastante clara essa assertiva.

UMA ANALOGIA

O Universo – espaço infinito constituído e formado por pontos, que são apenas posições fixas de um campo meramente referencial – é a consciência total de todos esses pontos.

Para as pessoas que pensam e falam no idioma inglês, as palavras SER e ESTAR são um único verbo: TO BE. Ao se dizer “*I am*” pode-se estar falando “Eu sou” ou “Eu estou” e só o resto da frase dirá o que se fala. O homem inglês (também o norte-americano) tem a CONSCIÊNCIA, assim, de que não se pode “estar” (em algum lugar) sem “ser” (alguém ou alguma coisa) e assim, nele, existe a consciência única de que não se pode SER algo/alguém sem estar em algum lugar, AQUI ou ALI. Outros povos, como os de língua portuguesa, separam o ESTAR do SER e isso nos permite, aos brasileiros, ter a consciência de que podemos estar em algum lugar sem pensar no que somos. Para informar o que somos, temos de utilizar o outro verbo (SER). Este exemplo nos dá a medida da importância da CONSCIÊNCIA DE ONDE ESTAMOS E DO QUE SOMOS. Assim, para nós, os da língua portuguesa, é mais difícil compreender que um tetraedro que É um conjunto de consciências puntuais deve ESTAR aqui ou ali. Assim, vamos fazer uma analogia meramente ilustrativa.

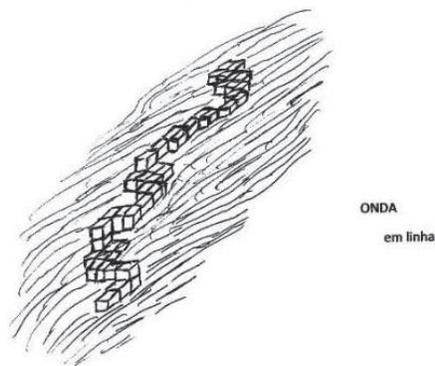
Por exemplo, se temos a consciência de que JOÃO vive num lugar chamado CURITIBA, sempre nessa cidade, ao se falar de JOÃO temos a consciência também de que está em CURITIBA. Se, no entanto, neste caso, JOÃO é transportado para FORTALEZA, ele passa a ser de FORTALEZA, com a consciência disso, sem perder a consciência de que já foi de CURITIBA. Ocorre, no entanto, que JOÃO DE CURITIBA tem a consciência eterna de sua vida *temporária* em CURITIBA e não a perde, ao se deslocar para FORTALEZA, onde adquiriu a de JOÃO DE FORTALEZA, ficando simultaneamente com as duas consciências. Aí, o verbo SER (TO BE) já representa simultaneamente também ESTAR, sendo JOÃO DE FORTALEZA e JOÃO DE CURITIBA a mesma pessoa, separada apenas pelo tempo – duração da consciência – em cada lugar. Mas se JOÃO, em Fortaleza, lembra de sua vida em Curitiba e se vê nesta cidade, sua consciência está em ambas ao mesmo tempo. Neste caso SER E ESTAR são o mesmo verbo e a velocidade de sua consciência é infinita. João sente-se em ambos os lugares ao mesmo tempo.

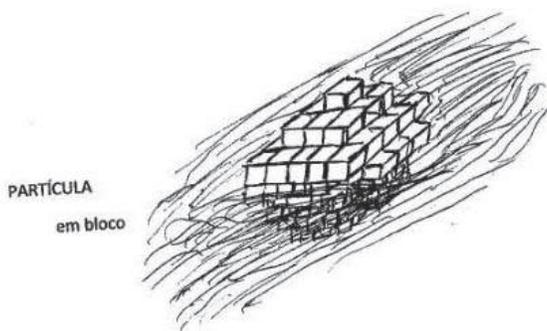
- QUANDO O QUE SE MOVE EM VELOCIDADE INFINITA NÃO É JOÃO, MAS SIM, SUA CONSCIÊNCIA, ESTA É A CONSCIÊNCIA UNIVERSAL, UM ÚNICO PONTO EM TODOS OS LUGARES AO MESMO TEMPO.
- ASSIM, NO UNIVERSO, CADA PONTO É UM SER, MAS TODOS OS PONTOS SÃO A CONSCIÊNCIA DO MESMO SER EM TODOS OS LUGARES AO MESMO TEMPO.
- Com um telefone celular na mão, a consciência pode estar em Curitiba e em Fortaleza ao mesmo tempo, estando o indivíduo em apenas uma delas (o corpo físico é o ponto e o psíquico é sua consciência).

1 *	4*	1 – João de Recife	2 – João de Fortaleza	
2 *	3*	3 – João de Salvador	4 – João de Curitiba	5 - ?

Suponhamos que João viva em Curitiba e seja conhecido como JOÃO DE CURITIBA mas ao ser transferido para Fortaleza, seja JOÃO DE FORTALEZA, sem perder a consciência (eterna) de que já foi ou ainda é de Curitiba. Ele é sempre João, mas pode estar em Curitiba ou em Fortaleza, como em Salvador (JOÃO DE SALVADOR) ou em Recife (JOÃO DE RECIFE). Ele deve SER sempre João, com a mesma personalidade, mas pode ESTAR em lugares diferentes, comportando-se diferentemente e fazendo amigos diferentes, cultivando hábitos diferentes, em cada lugar, mas sendo sempre o mesmo João, com a mesma personalidade e a consciência de tudo o que fez ou faz nas quatro cidades.

Finalmente, deixemos claro que nenhum sólido pode ser menor que um tetraedro infinitesimal, definido pelo conjunto da consciência de posição de seus quatro vértices, no espaço e no tempo. Conjunto de consciência que, no entanto – sem deixar suas posições fixas referenciais – pode projetar-se conscientemente como objeto livre, juntando-se a outros, iguais, mantendo seus lados triangulares, unindo-se em linha ou em bloco poliédrico maciço. Assim, como disse Isaac Newton, referindo-se aos corpos físicos, podemos buscar uma base psíquica para uma de suas leis, dizendo que *a consciência estrutura-se na razão direta de suas massas e inversa do quadrado de sua distância, de modo que quatro módulos tetraédricos aos quais nos referimos aqui compõem um cubo igualmente infinitesimal e tais cubos se unem para formar o campo fixo referencial da consciência universal, mas, também, tais tetraedros podem se juntar a outros iguais, formando conjuntos de consciência em linha (como ondas) e em bloco (como partículas) conforme figuras abaixo, constituindo objetos móveis a serem referidos ao campo fixo no qual se situam.*





É importante repetir que, no contexto da Psíquica, cuja estrutura espacial é definida por posições fixas dos pontos de interseção dos eixos triaxiais separados pela distância – mínima possível – de um infinitésimo, a consciência de cada um desses pontos pode mover-se em velocidade infinita, considerando que é da natureza desses pontos estar onde estão justamente porque seriam a manifestação de um único ponto a ocupar todos os lugares possíveis – a intervalos mínimos – ao mesmo tempo. Na medida, no entanto, em que quatro pontos intimamente próximos adquirem a consciência desse conjunto tetraédrico e quatro tetraedros se juntam para formar um cubo, e assim por diante, cada um deles pode se mover, reduzindo sua velocidade proporcionalmente ao aumento de suas respectivas massas... como veremos em seguida.

5. Sem o objeto não há movimento, não há velocidade

Quando a consciência move-se de uma posição para outra, cria a velocidade.

Se a posição relativa dos pontos define o espaço em sua existência, natureza, forma e dimensões, a alteração dessa posição em relação ao tempo determina sua velocidade, que, em valores extremos pode ser nula, quando o objeto – conjunto de pontos – está em repouso; ou, no outro extremo, ser de valor infinito, quando o objeto está em todos os lugares ao mesmo tempo. Neste caso, o espaço infinito constituído por

uma infinidade de pontos que estabelecem um campo fixo universal – o Nada, como já vimos – seria, inicialmente, ainda sem o tempo ($t = 0$) criado por um único ponto sem posição definida – um elemento psíquico apenas de posição – com velocidade infinita, no tempo zero.

$$V = e/t$$

Esta seria algo impossível no campo da Física, da Realidade, mas perfeitamente aceitável no campo da Psíquica, da Atualidade, onde as velocidades variam a partir do valor infinito até cerca de 300 mil quilômetros por segundo, assim decrescentes, com valores crescentes para o tempo. Se, no início, portanto, o Universo era um espaço em que o ponto tinha velocidade infinita, estando em todos os lugares – posições tão próximas umas das outras, que, se fossem mais próximas seriam uma só – ao mesmo tempo, na medida em que formaram conjuntos infinitesimais, os tetraedros infinitesimais, os cubos infinitesimais, etc. de posições conscientes, compondo objetos em onda e em partículas, tomando valores significativos, se combinaram e formaram conjuntos de volume (e “massa”) crescente, com velocidade(s) proporcionalmente menor(es), sendo tais ondas e partículas cada vez maiores e mais massivas, até que se criou a partícula que produziu luz e, em seguida, as que formaram átomos.

Estamos propondo, portanto, que se considere tetraedros a formar conjuntos que se projetam no espaço em movimento consciente (ver quadro abaixo), *com o único objetivo de agregar-se a outros bilhões... trilhões... etc... de módulos iguais, assim aumentando seu volume ou “massa” e complexidade*, continuando e, dessa forma, evoluindo mais tarde para estruturas lineares flexíveis, como ondas; assim como para estruturas rígidas globulares, como partículas, em **movimento psíquico** determinado por essa necessidade de evolução eterna – este o principal atributo da consciência – podendo cada conjunto, individual, comportar-se contínua ou alternadamente como onda ou partícula, ao sabor exclusivamente dessa consciência, isoladamente ou de forma gregária, alterando sua própria estrutura em função do acaso ou da necessidade.

É importante reafirmar, contudo, que **no início de tudo, quando já havia a consciência do espaço mas ela ainda não tinha duração**

alguma, ainda não havia o tempo. Em outras palavras: o tempo era zero. Assim – fique claro – nada seria fixo no campo psíquico – inclusive este próprio – e, assim, ao invés de uma infinidade de pontos fixos distribuídos uniformemente em todo o espaço infinito e eterno, ter-se-ia a consciência puntual com velocidade infinita, assim estando em todos esses lugares ao mesmo tempo – lugares como já vimos determinados pela interseção de infinitos eixos paralelos separados por um infinitésimo em três direções ao mesmo tempo.

Uma reflexão mais apurada, nesse contexto, nos leva a uma situação mais coerente com a harmonia entre as duas posturas: uma fixa, do conjunto (o **campo** infinito e eterno) e outra móvel, do indivíduo (o **objeto**). Não haveria, assim, como justificar na Psíquica aquela estrutura estática infinita e eterna, para servir apenas de campo referencial, se não houvesse neste o deslocamento de objetos quaisquer, acionados por forças também psíquicas surgidas de algum modo... como ocorre igualmente na Física. Objetos tetraédricos e cúbicos modulados de modo que a partir de um tetraedro ou um cubo, outros se acoplem em linha ou em bloco, para formar ondas e partículas.

6. Sem a velocidade não há aceleração

A aceleração é a variação da velocidade do objeto (consciência) no tempo.

O objeto em movimento, seja simplesmente a consciência de um ponto que se desloca de uma para outra posição; seja a de um tetraedro infinitesimal que mantém a posição relativa entre seus quatro pontos e vaga pelo espaço em busca de outro ao qual se acople para formar um duplo tetraedro, mais complexo e com mais volume (“massa”) ou mesmo a outros dois para formar um cubo igualmente infinitesimal (um infinitésimo em cada lado), ou ainda outros tantos para fechar, em bloco, uma partícula; ou, em linha, uma onda... sempre aumentando a “massa” e a complexidade de consciência com o aumento do tempo, cada objeto enfrenta uma resistência psíquica de “massa” infinita que vai diminuindo a velocidade do seu movimento, para valores finitos decrescentes, assim submetendo-se a uma aceleração negativa.

É difícil imaginar-se, repentinamente, tal ação meramente psíquica, por se estar condicionado à energia e à matéria, físicas, mas um exercício com esse propósito abre novo campo de visão – *pré-fóton* – ainda escuro e em crescente aumento de “massa” nas partículas e de energia nas ondas, assim como do tempo de processamento, com diminuição da velocidade de deslocamento. Permitimo-nos propor muita paciência e denodo aos receptores dessa arquitetura psíquica, retirando a resistência da ignorância, do condicionamento, dos muitos milhares de anos do ser humano progredindo arduamente da animalidade para a intelectualidade – passando-se do poder da alma (*anima* = movimento) no ser apenas animal para a gestão da inteligência no ser intelectual – assim evoluindo em direção à sapiência, no sapiencial.

Avançando neste contexto inusitado, respeitando uma duração necessária para a maturação de tal proposta, passemos à variação da velocidade do objeto psíquico, mantendo a aceleração negativa nas distâncias crescentes a serem vencidas no campo referencial fixo infinito. Objeto psíquico que começa com quatro tetraedros de um cubo infinitesimal e se acopla a outros igualmente infinitesimais, agregando-se em blocos ou em linhas – não mais apenas entre os pontos vizinhos – deslocando-se em relação ao quadrado da unidade do tempo, ainda infinitesimal, mas também de duração igualmente multiplicável, numa proposta de maior crescimento e processamento das estruturas de consciência – objetos psíquicos – em complexidade e volume (“massa”) de muitos trilhões de trilhões, de trilhões... de infinitésimos cúbicos, de tais e mais pontos interligados, decrescendo a velocidade de deslocamento e a de rotação desses complexos, formados pelo contínuo aumento da atração entre os conjuntos, assim os unindo e os mantendo.

Esse processo tem sido admitido pela Física, ao buscar as ocorrências pós *Big Bang*, como uma “inflação”. Nossa proposta, no entanto, é a de aceleração negativa a partir da velocidade infinita (o objeto em todos os lugares ao mesmo tempo), seguindo-se essa aceleração negativa até chegar à velocidade da luz (300 mil quilômetros por segundo), que é a do fóton, só aí se passando para o domínio da Física.

7. Sem a aceleração não há atração

A força de atração da consciência dos pontos que formam tetraedros (e os une) depende da sua quantidade e da aceleração do seu movimento.

Ao contrário do que aconteceria mais tarde, com o chamado *Big Bang*, quando a aceleração positiva iniciou e promoveu a expansão do Universo (após a dita “inflação”), nunca houve um processo de formação do campo referencial fixo, o universo estático onde a consciência de suas posições sempre existiu. Neste lugar universal, infinito, cada ponto nada mais é do que uma posição fixa, que permanece eternamente no seu lugar, como consciência única de ser esse lugar, haja ou não um observador para ele. Além dessa consciência, nada mais há, eternamente fixo, nele. Nada se alteraria, jamais, nesse cenário assim imóvel e vazio, se, como já vimos, não houvesse, também obrigatoriamente, o tempo, isto é, a duração da consciência, assim como o seu movimento e os objetos psíquicos, nesse espaço criados, que nele se projetam e o atravessam. O que era consciência de posição evolui para consciência de movimento e para consciência de forma. Já vimos tudo isso, mas agora acrescentamos que esse movimento acelerado (positivo ou negativo) aumenta ou diminui sua velocidade, promovendo atração ou repulsão entre os pontos e os sólidos por eles formados, havendo uma força psíquica para unir (“amor”) ou separar (“ódio”) os tetraedros e os cubos infinitesimais, cujas consciências se projetam no espaço, em movimentos proporcionais às respectivas massas (quantidades de pontos) e à aceleração, dos objetos (sólidos aglomerados em linhas ou blocos).

Trazendo para a Psíquica, as descobertas de Isaac Newton que são conhecidas e aplicadas na Física, podemos escrever:

$$F = ma = m.v/t = m.v.1/t$$

Quando o espaço (distância) é: $e = 1$ **infinitésimo**; e o tempo é: $t = 0$:

a) a velocidade é:

$$v = e/t = 1/t = 1/0 = infinita$$

(o ponto/objeto está em todos os pontos/posições ao mesmo tempo)

b) A força de atração entre dois pontos/objetos é:

$$F = ma = m.v/t = m.v.l/t = m.l/t.l/t = m.v.v = m.(l/t)^2 = m.v^2 \\ = \textit{infinita}$$

Assim:

Quando $t = 0 \rightarrow v = \textit{infinita}$

Quando t diferente de 0 $\rightarrow v = \textit{função de } t$:

Quanto o tempo (t) cresce \rightarrow a velocidade (v) decresce, a massa (m) cresce e a força de atração (F) cresce

Não poderia haver espaço sem tal permanência, fixa, das posições puntuais justapostas, eternamente. Não se progredirá nesse conhecimento, sem a consciência em cada cérebro de que não só é possível como automaticamente obrigatório existir nessa posição do ponto fixo, a sua consciência de projetar-se no espaço, sem perder sua posição. Fazemos uma tentativa de, no lugar onde estamos, sairmos para um ou dois passos ao lado. A nossa consciência sai conosco, mas guarda na memória a posição onde ficou a consciência dessa posição em que nos encontrávamos e que jamais desaparece com a nossa saída.

8. Sem a atração não há massa

A massa é a quantidade de consciência que forma um corpúsculo. Os corpúsculos se atraem para se tornarem mais massivos.

A massa é uma grandeza fundamental da Física, sim. É o que dizem todos. Não é, contudo, exclusiva dela. Na Física, como na Psíquica, é a quantidade de consciência de cada conjunto de pontos do espaço ocupado por cada objeto, psíquico ou físico. Por isso, um objeto atrai outro objeto na razão direta das suas quantidade e qualidade de massa e na razão inversa do quadrado da distância entre eles.

Como vimos acima, quando só havia o campo referencial fixo dos pontos separados por um infinitésimo de distância, ainda sem qualquer objeto psíquico formado – no espaço vazio infinito, portanto – a atração entre dois pontos vizinhos era função da velocidade.

$V = e/t = 1/t = 1$ infinitésimo no tempo zero = velocidade infinita

significando que, em verdade, todos os pontos são um só, em todos os lugares ao mesmo tempo. Assim, não havendo massa em cada um dos pontos – que tem apenas posição – a força de atração entre eles, função da massa zero, é infinita e por isso a distância entre os pontos é a menor possível.

$$\mathbf{F = m.a = m.v.v = infinita}$$

O que significa atração infinita, razão dos pontos estarem todos obviamente separados pela menor distância possível, mas também porque não pode haver o espaço infinito, sem a existência psíquica de todos os pontos, isto é, de todas as suas posições. Está demonstrado, portanto, que sem a massa não pode haver atração e, conseqüentemente, sem a atração, não há massa.

Se, no entanto, substituimos na Psíquica, a massa por quantidade de pontos que formam sólidos – **m** por **q** – a expressão matemática passa a ser **f = qa** e o nosso raciocínio lógico, considerando que o ponto não tem massa, mas tem quantidade igual a 1, num tetraedro teríamos 4 vértices e em dois tetraedros unidos por um lado comum, teríamos 5, assim somando mais 1 vértice para cada tetraedro acoplado ao conjunto. Poderíamos, portanto, substituir na mesma fórmula, a massa (como objeto) por outra “massa” igual ao número de vértices do objeto, acrescentando um vértice para cada tetraedro a ele acoplado, assim tendo uma quantidade de pontos **q** a substituir, na Psíquica, o **m** já empregado na fórmula da Física.

$$\mathbf{F = m.a \rightarrow F = q.a}$$

Dessa forma, os pontos que não existem fisicamente por não terem massa, mas existem psiquicamente por terem posição, contribuem

para a formação de objetos psíquicos cuja velocidade e força de atração são infinitas no tempo zero, mas, na medida em que se tornam mais “massivas”, perdem velocidade e força de atração.

9. Sem a massa, não há evolução

Ondas e partículas se atraem para formar estruturas maiores e mais complexas

Já vimos aí atrás que os tetraedros psíquicos que se formaram, se acoplaram e cresceram em “massa”, constituindo linhas ou blocos – sempre em movimentos psíquicos – com velocidades decrescentes, desde a infinita até a da luz (cerca de 300 mil quilômetros por segundo), ao tempo em que aumentavam suas “massas” (quantidades de tetraedros). Ainda é impensável definir velocidade e tempo necessários para que tais tetraedros formem conjuntos – objetos – cada vez maiores, de “*quase energia e quase matéria*, escuras” – com ação gravitacional – que até hoje são elementos misteriosos no espaço cósmico, constituindo cerca de três quartos da energia detectada no Universo. Desde o “tempo zero”, quando o espaço era vazio, não se pode sequer imaginar a duração desse processo de crescimento da consciência, agregando “massa” – quantidade de consciência, o tijolo da evolução – em velocidade decrescente, até que um desses conjuntos gravitacionais, comportando-se *como onda e/ou como partícula*, conforme sua consciência, produziu radiação luminosa em uma explosão que iluminou o Universo, razão porque lhe foi dado o nome de *fóton*, assim surgindo a luz, numa expansão instantânea que passou a ser conhecida como o *big bang*.

SURGE A FÍSICA

O espaço cósmico iluminou-se com o fim da atualidade psíquica e o início da realidade física, ambos separados exatamente pela velocidade da luz. Os conjuntos de quase-matéria (*quamas*) em linha, que atuaram para formar as ondas, deram ao fóton o caráter da energia e os que atuaram como partículas lhe deram o caráter da matéria. Os três

próximos itens não precisam ser detalhados aqui, já bastante discutidos, conhecidos e divulgados pela literatura científica, na Física.

10. Sem ondas e partículas não há energia e matéria

A força de atração torna-se energia quando realiza trabalho.

11. Sem energia e matéria não há estrelas

O trabalho criou estrelas.

12. Sem estrelas, não há vida

Sem a energia do Sol não há vida na Terra.

Tentando fazer uma síntese com base em tudo o que já sabemos todos, mas lembrando como surgiu a vida enquanto matéria orgânica – a Biologia está dentro da Física – e que a Psíquica fornece as bases para a complexa “alma” (*anima*, movimento) dessa Física, topo da evolução de um processo que começou quando o campo fixo referencial de consciência estática apenas das posições, liberou-a como “pressão” para unir-se e expandir-se em objetos móveis, que se uniram a outros num processo incontrolável e quase instantâneo proposto como uma “inflação”, também quase podemos ver, apenas com a mente, dentro de uma partícula qualquer, a incontável quantidade de tetraedros infinitesimais, contribuindo com o seu *quantum* de consciência para estruturá-la e movê-la no espaço cósmico ou aprisioná-la num corpo vivo, na Terra, seja num vegetal que recebe a energia do Sol para a fotossíntese, seja num animal, para a respiração, depois de se estruturarem evolutivamente em

PARTÍCULAS => ÁTOMOS => MOLÉCULAS => CÉLULAS VIVAS

ornando corpos sólidos cada vez mais complexos, nos quais surgiram os elementos e sistemas neurais – já nos vegetais, em seguida nos

insetos e demais animais – que abrigaram e desenvolveram estruturas de pensamento – processo cognitivo – dos mais primários, nos vegetais e, logo em seguida, nos micro-organismos independentes que cresceram evolutivamente até os insetos, sempre com a consciência coletiva (a rainha pensa com e por todos os seu cupins, formigas ou abelhas), no caminho para chegar ao cérebro mais complexo e individual que conhecemos, o humano, aí então, todos e cada um com seu ego inicialmente coletivo e, em sequência, gradualmente tendendo para a individualidade, começando assim nele ainda como consciência de grupo puramente animal, evoluindo lentamente, já com inteligência, em progressão intelectual e, finalmente, com sapiência, sempre na direção da individualidade que coloca o ego *no topo da evolução*, no centro do Universo (*alguém, aqui e agora, está pensando em Deus, assim não como o criador, mas sim como a criatura suprema, o ser que chegou ao topo por seus próprio méritos em sua evolução, tendo como corpo o próprio Universo?*).

Paralelamente a essa manifestação especulativa inevitável de quem acumula muitos dados que sobram, quando se fecha um quadro aceitável pelo rigor científico, quando se trabalha com a estrutura psíquica fora do cérebro, contudo, cabe-nos regressar ao chão, ao desenvolvimento físico, por evolução genética, com base na hereditariedade, aos poucos se verificando que os seres vivos não dormem apenas porque lá fora está escuro, havendo um ciclo diário de horas necessárias ao repouso não apenas dos músculos, mas também da consciência física, neural, dita *psicológica*, inerente ao cérebro, ficando esta em “*by pass*”, em ritmo de espera, enquanto uma outra consciência, meramente *psíquica*, na estrutura cósmica, fora do corpo biológico, liga-se a ela para o balanço diário das ocorrências e dos aprendizados necessários à evolução desse ego eterno.

Paremos um pouco, neste ponto, já alertando que não estamos entrando nos perigosos caminhos e cenários do espiritualismo enquanto Fé, mas, ao contrário, trazendo a Fé para a Ciência, a Psíquica enquanto ciência, consciência, das velocidades superiores à da luz. Para que a equação da vida seja resolvida, é necessário considerar a morte não como um fim, mas como uma ocorrência que interrompe o período de experiência do Ego (o ego eterno) em ligação com o cérebro (onde está

o ego neural), pela falência deste, sendo necessária uma espera, assim desligado, até voltar a ser ligado a um outro ego neural ainda em formação, no cérebro de um novo corpo, que nasce. Fica mais fácil compreender isso com uma analogia:

Um computador eletrônico começa a funcionar quando é ligado pela primeira vez a uma fonte de energia (assim também nasce o homem, com sua primeira inspiração de ar, passando a absorver a energia do Sol, que se encontra na atmosfera), nesse momento permitindo o acesso da mente do seu usuário (o ego do indivíduo que cuida da sua manutenção e do seu funcionamento), passando para a memória da máquina uma parte da sua própria memória e utilizando-o para trabalhos que processam dados e oferecem resultados, entre outras funções. Podemos assim dizer que o ego humano utiliza o “ego” do computador eletrônico para realizar experiências intelectuais e obter resultados que contribuem para sua evolução como ser humano.

Podemos também dizer, analogamente, que o cérebro humano, computador biológico, com seu ego neural, serve a um ego cósmico que se ligou a ele no seu nascimento com os mesmos objetivos, até que falecem os seus dispositivos e é jogado no cemitério, sendo substituído por outro, mas só depois de ter, o ego cósmico salvado o que há de importante em sua memória – *back up* – que será passado para a memória de um computador biológico novo, que nascerá, recebendo o conteúdo – consciência – de suas experiências anteriores e o nível de sua evolução, mas não o seu caráter, as características de sua personalidade, que entrariam em conflito com suas características genéticas. Nossa cultura chama de “espírito” a essa entidade psíquica externa ao corpo e que, segundo uns, vive eternamente em seguida, no espaço cósmico, mas – segundo outros – pode voltar e “reencarnar-se” num corpo físico que nasce. Em verdade, seria mais adequado dizer “religar-se”, considerando que esse ego eterno está continuamente fora do corpo humano e liga-se a ele, quando este dorme, como nós fazemos com o nosso computador, que pode estar permanentemente ligado com uma missão qualquer e ser desligado parcial e periodicamente, para receber novas instruções e tarefas.

Alguém está pensando, agora, como acorda no meio da noite ou no início do dia, com uma inspiração qualquer ou mesmo algumas

imagens que o orientam na solução de um problema, cujos dados não estão na sua consciência física, neural? Quem ainda não passou pela experiência de ir para a cama com um “problemão”, por não ter dados suficientes para resolvê-lo e acorda com a solução pronta, com dados estranhos nela inseridos? Assim, com ou sem mistérios desse gênero, a vida para a evolução do ser físico mineral, vegetal, animal – inclusive humano – é o objetivo final da Física, mas ainda está longe de ser o mais avançado tema da Psíquica. Vamos em frente.

3. Observação fundamental: tudo é consciência

Depois da descoberta da expressão “*o tempo é a duração da consciência*” em um texto da Antiga e Mística Ordem Rosacruz, em 14 de agosto de 1957, começamos um processo intelectual que traria uma nova concepção do Universo a partir do que está muito claro para todos nós, humanos: quando dormimos, não estando a consciência neural ativa, não sentimos passar o tempo e, ao contrário, quando estamos acordados, com essa consciência ativa, o percebemos a fluir e medimos continuamente a duração desse fluxo. Essa consciência, no entanto, assim disponível, tem origem e abrigo no cérebro e é restrita aos seres vivos que possuem esse órgão ou algum dispositivo neural primitivo, na base de sua evolução.

A pergunta imediata e necessária chega naturalmente:

Os minerais têm consciência?

Seguindo-se uma outra, mais importante:

O que é consciência?

Evidentemente, começamos com a certeza neural da própria existência animal, pelo menos com a percepção da nossa presença e da nossa posição num ambiente, em face a seus elementos e à reação física de cada objeto ao nosso simples toque ou – o que é mais difícil de perceber – a uma resposta desse ambiente a tal ação física, química, biológica ou psíquica, nele, avaliando, por exemplo, a sua dureza, o seu estado de repouso ou de movimento, a sua velocidade.

Esta, contudo, é a consciência neural, com sede e origem no cérebro ou em filamentos nervosos, por exemplo, nos insetos ou mesmo nos vegetais, aceitando-se assim, facilmente, uma consciência nos seres vivos, não só a da própria existência, mas também a do ambiente em que se situam e com o qual realizam trocas.

Essa consciência biológica, física, é o estudo da Psicologia.

***A Psicologia, no Animal, está para a Psíquica, no Universo,
como
a Fisiologia, no Animal, está para a Física, no Universo.***

Naturalmente, temos de ir adiante, no processo, mas retrocedendo do ser vivo para o ser mineral, em busca de *consciência* neste, se considerarmos que os minerais reagem ao ambiente, sofrendo ou promovendo erosão, por exemplo e atuando passiva ou ativamente em combinações químicas – consideradas as respectivas *reações* – realizando trocas que modificam a aparência e a estrutura desse ambiente, nos planetas; é evidente que não há *pensamento*, mas há *consciência* em todo esse processo. É o caso específico, por exemplo, da rocha dura, como o granito, que reage com o oxigênio do ar e da água, através do intemperismo, transformando-se em argila ou óxido de ferro, num sentido evolutivo mineral, se considerarmos que o solo, ao contrário da rocha dura, se relaciona com o vegetal e que o ácido ribonucleico, sem o qual não teria surgido a vida – ainda como exemplo – deriva de vesículas de ácidos graxos cuja criação pode ser acelerada na presença de argila, como catalizadora daquelas *reações* químicas que criaram o ARN.

Assim, as primeiras células vivas teriam surgido de ações e reações *conscientes* de partículas minerais, na composição de moléculas que se dividem e, portanto, se reproduzem por quebra daquela nossa conhecida *escadinha em espiral* – a molécula de ADN – cujas metades se completam, no procedimento básico da vida, simplesmente evoluindo-se da molécula para a célula – temos de enfatizar – com *consciência* em tais ações e reações, promovendo-as e respondendo a elas, evidentemente, sem a complexidade – ainda – da estrutura psíquica neural, com algum pensamento, porque, naquele estágio, a *consciência* ainda é

mera referência ao espaço e ao tempo, variáveis, denotando existência do objeto em repouso ou em movimento no campo fixo, infinito e eterno, com missão e ação meramente estruturais, na progressão psíquica e física dos seres minerais, vegetais e animais, assim em evolução, para chegar às gloriosas e criadoras postura e missão intelectuais, no homem, utilizando a inteligência como último degrau antes da sapiência, aí coroando todo o processo de evolução da consciência.

Aqui, devemos parar para fazer uma reflexão retroativa.

Como já sabemos⁴, o no – o Nada – é um pontos de *consciência* relativa, sem dimen- campo fixo assim infi- vel, referencial para a *dos cubos formados – tro posições fixas mais campo, separadas possível, infinitesimal, quatro menores sólidos infinitesimais conjuntos, módulos se juntam a outros e linha e em bloco, cuja* naliza e salta do cam- linear e radial com ve- tes, a partir de “quase

quanto maiores forem as massas de tais objetos, que se juntam a outros e tendem para as formas linear (constituindo ondas) e esférica (constituindo partículas). Desse modo – entenda-se – quanto maior a massa, maior a atração entre os objetos (consciência objetiva) que se movem radial e linearmente no espaço do campo (consciência referencial) fixo infinito.

Optamos neste texto, pela palavra CONSCIÊNCIA, como o conhecimento ou percepção de si próprio, resultante de sua posição e/ou troca com o ambiente, de modo que o ponto é um ente, que ESTÁ ALI e não pode deixar de estarem tal lugar porque ELE É... ESSE LUGAR, nada existindo nessa posição, além da consciência dela.

espaço infinito e eter- conjunto ilimitado de apenas da sua posição são, que formam um nito e eterno, inalterá- *consciência coletiva aqui e ali – pelas qua- próximas, naquele pela menor distância onde se inserem os dos possíveis – tetra- – constituindo tais de consciência que formam “objetos” em* consciência se perso- po, em movimento localidades decrescen- infinita”, tão menores

⁴ Cf. Teoria Unificada do Universo. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007.

Em outras palavras, o Universo é o campo infinito e eterno do espaço fixo referencial *consciente da posição dele próprio (consciência do conjunto da posição relativa de seus pontos)* no qual se movem todos os objetos, conjuntos de cubos e tetraedros infinitesimais de consciência com massa (quantidade de consciência) crescente e velocidades (lineares e radiais) decrescentes, em contínua evolução, desde o tetraedro de lados infinitesimais que se junta a outros para formar cubos e com estes, ondas e partículas, sucessivamente mais massivas e complexas e menos velozes; até que, chegando decrescivamente aos 300 mil quilômetros por segundo, formaram os *fótons*, que se manifestaram numa explosão de radiação luminosa hoje conhecida como o *Big Bang*.

Tetraedros infinitesimais, definidos pela posição da consciência de quatro pontos vértices e quatro lados triangulares de dimensão quase zero – quatro desses tetraedros compondo um cubo com quatro lados infinitesimais – ligando-se pelos lados comuns, em dois tipos de estrutura, uma linear, formando ondas e outra globular, formando partículas de consciência móvel em referência ao campo – fixo – infinito; com velocidades extremas, quase infinitas, isto é, quase em todos os lugares ao mesmo tempo. Tetraedros e cubos, esses, que se juntam aos milhares, milhões, bilhões, trilhões, etc... em conjuntos crescentes – que perdem velocidade – ainda maior que a da luz – enquanto ganham *massa*⁵ e consequentemente, com força *gravitacional* também crescente, que atua no campo com os efeitos que se atribui às então ainda desconhecidas partículas de (quase) “matéria” e “energia” ainda escuras, evoluindo para formar a matéria e energia que conhecemos – a partir da referida explosão de luz – criadas ao se atingir a estrutura, massa e velocidade do fóton.

Essa estrutura só acontece porque a consciência existente em cada ponto, em cada lado, atrai a consciência do ponto ou lado mais próximo, segundo o *status* de consciência universal, porque não existe espaço vazio sem um ponto, que é apenas a posição dele, separado de outro por um infinitésimo de distância, necessária para que os dois pontos não sejam um só, cada um sendo a consciência de sua posição.

⁵ Estamos adotando o termo *massa* num espectro mais amplo, de “aglomerado de elementos da mesma natureza que formam um conjunto”. Volume. Quantidade.

4. Observação complementar: tudo é evolução

Finalmente, somos obrigados pelo raciocínio lógico – base de toda a ciência – a considerar que no campo fixo referencial do Universo, infinito e eterno, a evolução da consciência começa naqueles já referidos tetraedros inseridos em cubos infinitesimais que saltam para formar conjuntos (partículas em linha e em bloco) psíquicos livres. Esses objetos, sólidos geométricos, movimentam-se em translação e rotação – com *spin* – no espaço psíquico das velocidades maiores que a da luz – até infinitas – e assim evoluem na composição dos átomos, que se unem para formar moléculas, células, corpos inertes e vivos, inclusive planetas que giram em volta de estrelas, estas como “elétrons em volta do núcleo atômico...” formando galáxias que se comportariam como outros “átomos”, numa realidade mais complexa do espaço infinito e eterno. A *consciência*, assim, está em cada galáxia, em cada estrela, em cada planeta, em cada rocha – montanha ou mar – em cada corpo – certamente o humano – em cada objeto, em cada molécula, em cada átomo, em cada partícula, em cada onda – em cada fóton – em cada cubo infinitesimal formado por quatro tetraedros e em cada posição de infinitos pontos justapostos em eixos triaxiais, que formam esse espaço considerado como o Universo, para o qual podemos propor – resumidamente – uma dualidade constituída pelo *campo* fixo referencial, a partir daqueles tais pontos justapostos em eixos triaxiais com um infinitésimo de distância entre si, no qual se movem – trocam de posição – os conjuntos finitos de consciência – *objetos* – assim formados.

O CAMPO

É geométrica, matemática e logicamente comprovado, por definição e por equação, que o ponto não tem dimensão, mas sim, posição definida no espaço infinito e eterno do Universo, como elemento de toda a estrutura da consciência universal, devendo aquela consciência, do ponto, estar em todos os lugares ao mesmo tempo, quando sua velocidade é infinita. A evidência disso está no fato de que no início, se a duração da consciência (o tempo) é zero, a velocidade e/t é infinita. Assim, estamos na Atualidade, isto é, na Psíquica. Se assim não fosse,

o espaço infinito e eterno deste nosso Universo simplesmente não existiria.

É ele – o ponto – portanto, o elemento original e sempre presente desde a base, na construção do Universo e responsável por toda a evolução da consciência que o construiu, criando o espaço e o tempo e utilizando uma única ferramenta, feita : a velocidade. Assim, a consciência promove o movimento, porque é informação, isto é, o conhecimento da existência de uma posição e da mudança dessa posição, ou seja, do desaparecimento em uma posição e o aparecimento em outra, vizinha ou não. No campo da Psíquica, isto é, da atualidade, o ponto pode “sair” de uma posição para outra – seja qual for a distância entre eles – sem intervalo de tempo (desaparece num lugar e aparece em outro), porque, em verdade, esse ponto já está em todos os lugares e o que troca de posição é apenas a sua consciência num determinado momento.

Assim, os campos da Física e da Psíquica estão separados pela velocidade da consciência, respectivamente menor e maior do que a da luz, ambos simultaneamente no mesmo espaço fixo referencial infinito. Na Física, os fenômenos se submetem a velocidades que variam dos 300 mil quilômetros por segundo (do fóton) até zero (do repouso). Na Psíquica, varia desde esses 300 mil quilômetros por segundo até a infinita, quando o Universo era um espaço vazio e inerte, no tempo zero. Houve época em que só havia a Psíquica em todo o espaço, antes do Big Bang. A consciência se estruturava paulatinamente para atuar no campo fixo referencial onde as velocidades dos objetos eram superiores à da luz, mas decrescentes com o crescimento da massa e da duração da consciência (do tempo), mantendo-se, contudo, a velocidade infinita para o ponto que ocupava, ocupa e ocupará todas as posições do campo infinito, em todo o tempo.

Vemos, em todo o processo, somente uma lei: a do acaso e necessidade. Assim, tudo foi feito porque não poderia deixar de ser do jeito que foi – o espaço como leito para a duração da consciência – o tempo – se impor e esta percorrê-lo ao acaso, isto é, sem sistema e sem ordem – assim estruturando conjuntos mais “massivos”, objetos psíquicos que cresceram em massa e em número, com aceleração ne-

gativa, assim reduzindo sua velocidade. Montava-se o cenário no espaço escuro para as partículas psíquicas – conjuntos de objetos – que se formavam e o percorriam em velocidade decrescente, com atração crescente, chocando-se e unindo-se os blocos de consciência que não apenas se deslocavam em translação, ao acaso, mas também giravam em movimento radial, por necessidade, aumentando a força de atração, igual à “massa” psíquica multiplicada pelo quadrado da velocidade⁶:

$$F = m.a = m.v^2/R = m.v^2(7)$$

*sendo a aceleração radial v^2/R ,
quando R é o raio do movimento de rotação igual a 1
infinitésimo.*

Temos, portanto, que o espaço é o campo e a consciência fixa, imóvel, do campo é um referencial infinito e eterno. Os pontos formam conjuntos de consciência – objetos – que se movem psiquicamente nesse campo com movimentos linear e radial, agregando massa – compondo partículas – e reduzindo a velocidade. Em cada elemento e em cada fenômeno, a partir da consciência do ponto que muda de posição, tudo é consciência que promove a evolução no espaço infinito e no tempo eterno, criando uma força psíquica de atração (“amor”) pela necessidade de voltar a ser um só ponto que se espalhou pela ação da velocidade infinita e pelo acaso de estar num espaço também infinito a ser totalmente ocupado, assim surgindo a consciência universal, não como criadora, mas como criatura em permanente evolução.

Este é o campo fixo da atualidade PSÍQUICA, constituído apenas por posições pontuais que são a referência para o movimento da consciência daquelas outras posições que se unem para formar os tetraedros que compõem e estruturam cubos infinitesimais livres, a estruturarem, por sua vez, evolutivamente, as partículas e as ondas,

⁶ A fórmula é de Isaac Newton, mas Albert Einstein a consideraria mais tarde – seguindo outro caminho e substituindo V por C (velocidade específica da luz) – como a força que produz trabalho, isto é, a energia.

⁷ Se o raio R fosse igual a zero – caso do ponto – a força de atração seria infinita e todos os pontos ocupariam, assim, a mesma posição. O espaço seria reduzido a um só ponto, sem dimensão, ou seja, deixaria de existir.

com as quais são montadas a (quase) matéria e a (quase)energia “escuras” porque anteriores à luz e mais velozes que esta, que, ao surgir com o fóton, não consegue chegar a elas – sua velocidade é menor – e iluminá-las. Por isso, escuras... também após o Big Bang, mantendo-se o campo fixo referencial, mas se alterando os objetos, a partir de então bem mais massivos e complexos, com velocidades menores que a da luz, assim surgindo o campo da realidade FÍSICA no mesmo espaço infinito e eterno.

OS OBJETOS: O EGO

Quando a Ciência é desafiada a penetrar em poços e túneis escuros, tendo a obrigação – por natureza e missão – de iluminá-los, cumpra-lhe vencer o comodismo e o medo para enfrentar a ignorância com o raciocínio lógico necessário a ela, assim herdeira da Filosofia, que sempre foi, mais que apenas o seu primeiro passo, o primeiro degrau, não bastando o acaso de ir em frente, sendo necessário subir.

Nessa missão, quando ainda não se deu nome a um objeto ou um fenômeno que a Ciência ignora, em suas limitações, mister se faz ir buscar o que já se pode comprar no mercado. Neste texto, já estamos fazendo isso com o significado , assim como de *massa*, colocando essas palavras em alguns lugares entre aspas, justamente para lhes dar uma conotação diferente da usual, ou seja, alterando-a para a de “*consciência*” como sendo o conhecimento das próprias entidades e atividades psíquicas também fora do cérebro (*consciência intrínseca aos tetraedros, cubos, partículas*); e a de “*massa*” como quantidade de elementos e posições geométricas e matemáticas em conjuntos psíquicos (*massa de cubos contendo quatro tetraedros, oude partículas*).

Cada vez mais complexos e volumosos, com o crescer do tempo, esses agregados de tetraedros, cubos, etc. assim considerados mais massivos e menos velozes, estruturados em linhas e em blocos, são objetos psíquicos, convivendo com os mais velozes e menos massivos, numa sopa escura, onde, repentinamente, “objetos” escuros ganham a companhia de uma partícula portadora de luz, seguida de outras... e outras, assim surgindo o fóton, emitindo radiação de fundo e promo-

vendo a iluminação do espaço e uma expansão generalizada, também surgindo a energia e a matéria, antes escuras – no campo psíquico, com velocidades superiores à da luz – e depois como as conhecemos em nossa realidade física, inicialmente com as primeiras partículas de “quase-matéria” (quamas)⁸ e, depois, com os elétrons, os prótons, os nêutrons, etc. organizando-se em átomos... cada um com a sua consciência mais complexa, caindo em velocidade e aumentando em massa e ondulação. As duas realidades convivendo no mesmo espaço, separadas apenas pelo comportamento, acima ou abaixo da velocidade da luz. A realidade da Física, isto é, a da luz, iluminando seus próprios corpúsculos, movendo-se abaixo dessa velocidade; e a da Psíquica, cujas partículas, mais velozes que a luz, escapam desta e são mantidas no escuro, em convivência pós *Big Bang*.

Sim, o Universo é – sempre foi, sempre será – um lugar escuro, com energia e matéria escuras, movendo-se com velocidades superiores à da luz, inclusive infinita. Nele, a evolução da *consciência*, crescendo em massa e em complexidade, reduziu a velocidade até anulá-la, com o repouso. No meio desse caminho, criou a luz e com ela, a Física. Após uma fase de expansão ultra-rápida – dita “Inflação”, quando surgiram os *quarks*, que formaram prótons e nêutrons – começou outro processo, das estruturas mais complexas e da organização do espaço cósmico, anteriormente caótico, passando-se assim do Caos ao Cosmo. Não precisamos expor e repetir o que todos já sabem ou podem aprender facilmente numa biblioteca universitária. Nossa proposta, com esta linha teórica é estimular o estudo do que ainda não está nas vitrinas do conhecimento científico, mas precisa ser mostrado.

NA NATUREZA, NADA SE PERDE. TUDO SE ACUMULA

ASSIM COMO A FÍSICA ESTUDA AS LEIS DA MATÉRIA A PARTIR DAS PARTÍCULAS E AS DA ENERGIA A PARTIR DAS ONDAS; A PSÍQUICA ESTUDA A CONSCIÊNCIA, A PARTIR DO EGO.

⁸ Cf. MAIA, Adinoel Motta. *Humanidade – Uma Colônia no Corpo de Deus*. São Paulo: Melhoramentos. 1981.

O ego é a unidade ou o conjunto de consciência que demonstra o conhecimento da sua posição, das suas dimensões, da sua massa e das suas funções, determinando sua existência e natureza e promovendo sua evolução. Em outras palavras, tem o conhecimento de si mesmo. Assim, o ego primordial é o do ponto, que tem a consciência de sua posição, sem dimensão e sem função, além daquela essencial, de compor e estruturar o espaço vazio. Um ponto, no espaço cósmico universal – vamos sempre lembrar – é a consciência de uma posição determinada pela interseção de três linhas retas ortogonais, entre uma infinidade de linhas retas paralelas ortogonais, todas elas separadas, umas das outras, pela distância de um infinitésimo. Não existe como entidade, como um ser qualquer, mas apenas por estar na interseção de tais eixos, de modo que, retirados os eixos, ainda existiria como posição. Assim, não é causa ou princípio de coisa alguma, além de ser a consciência dessa posição, entre uma infinidade de todas as outras que constituem, juntas, o espaço infinito e eterno. É fundamental salientar que sua consciência é apenas de posição relativa, entre uma infinidade de outras, de modo que nada, além disso, caracteriza esse “ego”, mas pode ser um dos quatro vértices de um tetraedro e ganha mais um referencial em relação a sua posição nesse tetraedro, assim como em relação aos tetraedros vizinhos ou mesmo ao conjunto de tetraedros unidos em linha ou em bloco, inicialmente na composição de um cubo e, em seguida, com a união de outros cubos de lado infinitesimal. Está claro, que não podemos falar ainda em “pensamento”, em “sentimento”, em “conhecimento”, em “inteligência” – *coisas comuns aos egos complexos e enormes que estão nos cérebros* – mas fazemos essa abordagem para mostrar desde onde estes evoluíram. Exatamente desde o nada...

O lugar mais recuado no tempo, após o ponto, que podemos atingir nessa evolução é o do “ego” que se encontra no conjunto “familiar” dos tetraedros que compõem uma das unidades geometricamente sólidas e livres no espaço cósmico – um cubo – entre milhões ou trilhões de outros assim infinitesimais, que se deslocam “socialmente” ainda acima da velocidade da luz, como partículas ou ondas de proto-matéria ou proto-energia hoje ainda consideradas como “escuras” – não havendo assim a luz no Universo, por ainda não se ter chegado à massa ou à velocidade do fóton – um pacote de energia em movimento a qual sua

consciência já teria agregado novas experiências, como a da velocidade em desaceleração ou a da “massa” em crescimento. Não temos ideia do tempo que foi necessário, para tetraedros, cubos, dodecaedros, etc. se juntarem e formarem estruturas de partículas (em bloco) e ondas (em linhas) que compuseram o fóton – uma coisa e outra – em sua “proposta” reveladora da luz. Nem estamos cuidando do que veio logo a seguir, bastando marcar eventos significativos como o do aparecimento das estrelas, com ou sem planetas, assim como o das galáxias, com todo o potencial de consciência nelas existente e também a energia potencial envolvida em seus fenômenos.

Não é do escopo deste trabalho fazer a história de processos já muito bem estudados, mesmo os ainda incompletos, em campos como o da Astrofísica e o da própria História do Universo enquanto proposta de pesquisa, mas sim, ter como foco a evolução da consciência desde as estruturas cósmicas até as da personalidade em suportes energéticos e materiais, à sombra dos fenômenos físicos e psíquicos.

Provoca-nos o desejo de iluminar sumariamente a sequência de eventos que antecederam o surgimento do Sistema Solar e particularmente o do planeta Terra, o único que nos dá notícia da vida, onde aparece uma linha de evolução física e psíquica que provavelmente não é única na nossa galáxia e em todo o Universo. Temos conhecimento de etapas da evolução na Terra em que só havia, nela, os minerais que formaram todos os planetas, assim como as do Sol como fábrica de energia, sendo já aceita a presença da energia solar como fonte necessária à vida. Ansiamos todos por saber o que e como tais processos se repetem no espaço cósmico e como nos relaciona(re)mos com eles, lá, como aqui.

O que evolui seria um *quantum* de consciência individual – ego – que prossegue com estruturas de maior complexidade, na matéria, num corpo mineral, vivendo experiências (relações de contato com o ambiente) assim aumentando o nível de consciência molecular, até que cada molécula necessitaria de característica mais complexa, ocorrendo por acaso e necessidade, alteração molecular, daí surgindo a de ADN e, em consequência, a da célula, onde esse ego (personalidade consciente) continuaria seu processo evolutivo, sofrendo as agruras do ambiente

se adaptando a ele, inicialmente em um indivíduo de caráter unicelular, em seguida multicelular, contribuindo, a consciência de cada célula, com suas funções, para a maior consciência geral do ser físico materialvegetal. Da mesma forma, essa personalidade passaria por estádios de desenvolvimento e evolução sempre consciente em sucessivos períodos de vida, gerando plantas cada vez mais complexas para atender a necessidade de desenvolvimento do ego, que, em determinado estágio, necessitaria de estrutura capaz de separar-se do solo e mover-se nele, com liberdade, retirando – com a respiração – alma (*anima = movimento*) da energia solar depositada no ar, assim nascendo o ser animal, inicialmente simples e coletivo, ao comando de um indivíduo (a rainha da colônia), evoluindo para o ser individual, todos com nascimento e morte, geração após geração, capitalizando experiência com sofrimento necessário à evolução. Já sabemos muito sobre todos os seres animais e cada passo da sua evolução física desde os insetos em colônias dominadas por rainhas, os peixes e as aves em bandos que se movimentam ao comando de um líder, também os rastejantes e os sauros em terra firme, que se reduziram aos répteis com um cérebro que evoluiu para o dos mamíferos, entre os quais o homem. Não precisamos nos deter nessa linha evolutiva plenamente divulgada e ao dispor de todos em outras fontes, mas temos obrigação de salientar que sua evolução não é apenas física, mas também e sobretudo psíquica, de modo que ocorreu uma sucessão de egos mais complexos, de espécie para espécie e de indivíduo para indivíduo, até o animal humano.

REFLEXÃO FINAL

Neste momento, é necessário introduzir no conceito de evolução a ideia de que a reprodução, entre o nascimento e a morte, não visa apenas aumentar o número de indivíduos, cada um com seu ego. Já vimos que a vida penetra no corpo por meio da alma, que é apenas a energia do Sol, necessária ao movimento (*anima*), que faz o animal, quando se tira a energia fornecida pela mãe ao se cortar o cordão umbilical do recém-nascido. *Há um erro cultural milenar que entende e divulga ser essa alma o ego, o caráter, o intelecto mortal ou imortal.* Seria o mesmo que dizer a quem tem computador, que, ao ligá-lo na tomada para

receber a energia da rede pública, estaria introduzindo nele os programas necessários ao seu processamento e memória. Um absurdo! Mais que simplesmente evidente, é racionalmente comprovável que o ego neural que surge no cérebro e traz instruções genéticas para administrá-lo, respondendo pela memória e comportamento do indivíduo durante toda a sua vida, recebe dos pais e transfere tudo o que deve ser herdado por filhos e netos através dos genes.

O cérebro animal já tem o seu ego neural desde o momento em que o feto se forma no útero materno. Ele gere apenas os processos físicos e psíquicos do animal, que coordenam a vida e a morte fisiológicas e psicológicas deste, inclusive o pensamento racional e a consciência neural, com a memória daquele período de vida, no cérebro. Sabe-se, contudo, que a morte cerebral destrói todo o corpo físico e toda a memória que se encontra ali. Assim como, que o indivíduo pode transmitir apenas sua carga genética para os filhos que tiver. Não é, portanto, por esse meio que se preserva sua personalidade – seu ego – para a posteridade. O que a religião chama de espírito, considerado eterno, a ciência deve aceitar como o ego eterno que está fora do corpo animal e se liga ao ego neural no cérebro – já funcionando desde o ventre materno – no momento em que o pulmão recebe a alma (a energia solar), com a primeira inspiração do ar. É este o procedimento análogo ao qual já nos referimos em linhas atrás, quando fizemos referência aos programas inseridos no computador, ao se instalá-lo. Este detalhe é de enorme importância para o estudo da evolução do indivíduo animal.

Já é necessário ajustar a grande contribuição de Wallace-Darwin (o estudo da evolução das espécies) em face às novas descobertas, inserindo-a no contexto da evolução da consciência em geral. A vida no planeta Terra começa com a célula, evoluindo de uma combinação de moléculas orgânicas que chegam ao ácido desoxirribonucleico – como já vimos – daí surgindo os seres unicelulares e em sequência os microorganismos e todos os outros seres, no reino vegetal – sempre conscientes da própria existência, de suas trocas com o ambiente e do seu processo de reprodução, assim como da própria evolução em direção ao ser animal, que – também já vimos – realiza o “milagre” de desligar-se do solo e mover-se com liberdade, sobre ele. Qualquer estudo nessa área nos põe em nossa própria evolução, com a consciência de nosso ego

individual vindo a acumular experiências vividas e sofridas, entre erros e acertos na escola da vida. Se pudéssemos consultar agora, em vida, nosso diário eterno individual, desde nosso primeiro corpo como inseto, com sua primitiva nervura instalada quase só para as necessidades cotidianas de locomoção, alimentação e quase nenhuma comunicação; provavelmente não conteríamos lágrimas de emoção, pelo progresso de nossas ações, que nos trouxe até esta posição atual entre os seres humanos, considerados os mais evoluídos neste planeta.

Mister se faz, a guisa de organização do pensamento nesta leitura, citar os progressos da consciência animal enquanto rastejantes, voadores e nadadores ou mergulhadores, desde que vivemos em colônias de insetos a serviço de suas rainhas, morrendo para voltar como consciência não mais coletiva, mas ainda como indivíduos em bandos (de aves) ou cardumes (de peixes), obedecendo em voos e nados ao comando de um líder – quem ainda não viu o espetáculo aéreo das andorinhas em evolução no ar, mudando todas de direção ao mesmo tempo, como se fossem um único corpo? – assim considerando o contínuo progresso da consciência já com propostas de organização e método. É necessário também observar a evolução do próprio cérebro, desde aqueles filamentos neurais, passando pelo reptiliano, até chegar ao humano, no qual a consciência se organiza e divide em camadas responsáveis separadamente pela gerência da vida animal e pela organização das atividades sociais e culturais, que já aparecem desde os insetos, mas desenvolvem-se a partir dos mamíferos que se destacam como indivíduos em grupos organizados e famílias amorosas. Passo a passo, a consciência dita as normas e os costumes, organiza as comunidades, determina os destinos, tão mais evoluídos quanto mais individuais. É como indivíduo, que o animal passa da fase puramente animal, valorizando apenas o movimento (*anima*), com pouca atenção para o intelecto.

Como intelectual, o homem domina a Terra, mas ainda é ameaçado por micróbios e vírus transmitidos por insetos. Nessa etapa, no topo da evolução da consciência, o animal humano criou estruturas sociais, políticas e econômicas de extrema complexidade cultural, mas convive com resquícios de sua etapa anterior, selvagem, bruta e violenta, cultivando manifestações de alegria em eventos coletivos onde, por exemplo, pouco mais se tem do que a repetição de sons e movimentos

por estes estimulados ou a observação de grupos treinados para colocar uma bola, com os pés, num retângulo relativamente pequeno, às vezes dedicando-se noventa minutos da vida a essa atenção, sem ver sequer uma bola dentro dessa meta. Assim, embora dotado de equipamento intelectual – o cérebro – o ser humano em sua quase totalidade, valoriza mais as atividades animais, patrocinadas pela paixão, buscando emoção, isto é, cultivando ações que o põe em movimento, com esforço físico. O processo evolutivo tem pouca resposta da atividade educacional para promover a cultura intelectual na grande maioria das nações espalhadas pelo planeta. Por outro lado, o fomento dessa atividade animal atrasa a evolução humana, quer como intelectual, quer como direção para a etapa sapiencial, passando da cultura da inteligência para a da sapiência, na qual estariam os seres divinos, conscientes de sua personalidade eterna, conhecedora do Universo.

Em poucas palavras, finais, o que fica é a certeza de que, sem a Psíquica, a Física é um chapéu sem uma cabeça, assim se explicando porque os físicos se batem para completar o quadro energético e material pós-*Big Bang*, sem sucesso e até mesmo sem farol para iluminar o caminho na escuridão cósmica. Do ponto até o cérebro humano, a consciência evoluiu pouco. Há muito mais evolução pela frente, desde o cérebro intelectual até o equipamento sapiencial que desponta à nossa frente, como destino, que poucos alcançarão, ao encontro de Deus, não como o Criador do Universo, mas como Criatura cuja consciência avançou desde os primeiros tetraedros, sempre atuando na transformação do espaço infinito e eterno e chegou primeiro no topo da evolução, onde cada um de nós pode chegar com o seu ego, passando de intelectual a sapiencial.

Referências

BUTTLAR, Johannes V. **Mais veloz que a luz**. São Paulo: Melhoramentos. 1976.

CAPRA, Fritjof. **O Tao da Física**. São Paulo: Cultrix. 1995.

CHARON, Jean E. **O espírito este desconhecido**. São Paulo: Melhoramentos. 1979.

- DAVIS, Philip J.; HERSH, Reuben. **A experiência matemática**. Rio de : Francisco Alves. 1985.
- DOBRESCU, Bogdan A.; LINCOLN, Don. Mistérios Ocultos do Cosmos. In: **Scientific American**, ano XIII, n. 159, p. 35-42, agosto de 2015.
- GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Que e o Método Científico**. São Paulo: Pioneira. 1989.
- GRIBBIN, John. **Gênese**: as Origens do homem e do universo. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1983.
- MAIA, Adinoel Motta. Teoria unificada do universo. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Vol. 101, p.19-44, (jan-dez) 2007.
- MARTINS, Roberto de Andrade. **Universo: teorias sobre sua origem e evolução**. São Paulo: Moderna. 1994.
- RIESS, Adam G.; LIVIO, Mário. O enigma da Matéria Escura. In: **Scientific American** ano XIV, n. 167, p. 39-44, abril de 2016.
- SHORE, William H (org.). **Mistérios da vida e do universo**. Rio de Janeiro: Campus.1994.
- SILVA, Edson Nunes da. **Elementos estruturais da Lógica**. Salvador. Edson Nunes da Silva. 1978.
- ZOHAR, Danah. **O ser quântico**. São Paulo: Best Seller. 1990.

A construção teórica do pensamento comunicacional brasileiro (As contribuições de Antonio Costella)¹

Sérgio Mattos

Doutor em Comunicação pela Universidade do Texas, Austin, Estados Unidos.
Professor dos Cursos de Jornalismo e Publicidade da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia. E-mail: sasmattos@gmail.com

Resumo

Este artigo tem o objetivo de resgatar as contribuições de Antonio Fernando Costella na construção teórica do pensamento comunicacional brasileiro.

Palavras-chaves: Brasil, História, Comunicação, Censura

¹ Trabalho originalmente apresentado no Simpósio: Os Livros que Mudaram a Comunicação, no dia 3 de setembro de 2012, durante o XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Fortaleza – Ceará, pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, promovido pela INTERCOM.

Abstract

This article has the objective of rescue the contributions of Antonio Fernando Costella in the theoretical construction of the Brazilian communicational thought.

Keywords: Brazil, History, Communication, Censorship

No início da década de 1970 foram lançados vários livros que se caracterizam como peças fundamentais na construção teórica do pensamento comunicacional brasileiro. Dentre eles, destaca-se o livro *O Controle da Informação no Brasil*, do professor Antonio Fernando Costella. A importância desse livro passa pelo contexto da época em que foi lançado e pela linha editorial adotada pela Editora Vozes para a área da comunicação. Este artigo trata, portanto, do livro e de seu autor, que são hoje referências no que diz respeito à história da comunicação no Brasil. O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira abordamos o autor que, além de fundador do Museu Casa da Xilogravura e diretor da Editora Mantiqueira de Ciências e Arte, foi agraciado com o Prêmio Luiz Beltrão de Comunicação na categoria Maturidade Acadêmica, no ano de 2002. Na segunda parte enfocamos um dos livros pioneiros na área, de autoria dele, *O Controle da Informação no Brasil*, e sua importância para a construção do pensamento comunicacional no Brasil.

Contextualizando o autor

No período de 1966 a 1970, quando Chico Buarque de Holanda e Geraldo Vandré eram considerados símbolos da resistência contra a ditadura, a Editora Vozes abriu suas portas para a área da comunicação publicando jovens autores em duas coleções específicas, sob a direção de José Marques de Melo: “Meio de Comunicação Social” e “Estudos Brasileiros”. Foram nessas coleções da Editora Vozes que praticamente surgiram os principais livros de comunicação do Brasil, abrindo novas perspectivas e tendências para a área. O primeiro livro da coleção “Meios de Comunicação”, intitulado *Comunicação Social: Teoria e*

Pesquisa, foi de autoria de José Marques de Melo. O segundo, também publicado em 1970, foi *O Controle da Informação no Brasil*, de Antonio Fernando Costella. Vale aqui a oportunidade para registrar que o terceiro volume da coleção foi *Jornalismo Audiovisual*, de autoria de Walter Sampaio.

Além desses foram publicados também outros volumes, tais como *Estudos de Jornalismo Comparado*, de José Marques de Melo; *Fundamentos Científicos da Comunicação*, de Adísia Sá, além dos livros de outros autores a exemplo de Ecléa Bosi, Mario Erbolato, Tereza Halliday, que se constituem como livros pioneiros do campo acadêmico da comunicação, contribuindo decisivamente, no início da década de 1970, para a construção dos pressupostos teóricos da área no Brasil (MATTOS, 2010).

Antonio Fernando Costella, jornalista, advogado, professor e artista plástico, nasceu em São Paulo no dia 29 de março de 1943 quando o país vivia sob a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Em 1966, diplomado em Direito, ele começou a ministrar aulas, sob a influência direta de dois precursores do ensino da comunicação: José Freitas Nobre e Carlos de Andrade Rizzini, tendo-lhes sucedido no magistério. Costella começou a lecionar a disciplina “Legislação de Imprensa”, na Faculdade Cásper Líbero, no ano de 1966, aos 23 anos de idade. O Brasil estava em pleno estado de exceção, sob o regime militar de 1964, quando o jovem recém formado foi convidado a substituir o professor José Freitas Nobre, em cujo escritório de advocacia havia estagiado e trabalhado. No mesmo ano, Carlos de Andrade Rizzini, que também ensinava na Cásper Líbero, solicitou afastamento e a disciplina dele, “História da Imprensa”, foi assumida por Antonio Costella. Saliente-se que, segundo José Marques de Melo (2012), Carlos Rizzini “foi o pioneiro da pesquisa midiática brasileira”, acrescentando que

Sob o título *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, foi lançado pela Editora Kosmos em 1946, convertendo-se rapidamente em obra de referência nacional. Ao contrário da tendência dominante na historiografia brasileira da imprensa, estilisticamente rebuscada e não raro caudatária de fontes secundárias ou terciárias, a obra

de Rizzini constitui um empreendimento inovador (MARQUES DE MELO, 2012, p. 369).

O interessante é que Costella também trabalhou com Rizzini, de quem foi oficial de gabinete, ao tempo em que ele exerceu a função de Secretário de Educação e Cultura do Município de São Paulo (COSTELLA, 2002), tendo naturalmente, com a convivência, assimilado não apenas o exemplo como também a objetividade e clareza de estilo que adota em todas as suas obras. Sobre José Freitas Nobre e Carlos de Andrade Rizzini, Antonio Costella prestou o seguinte depoimento:

José Freitas Nobre nascera no Ceará, mas fez sua vida na Capital paulista como advogado, como político e, antes de tudo, como jornalista, pois foi trabalhando em jornal que sobrevivera já durante o tempo de faculdade. [...] Bom escritor, publicou mais de uma dezena de livros, dentre os quais se destacam os dedicados à imprensa: *Lei da Informação*, *História da Imprensa de São Paulo* e *Le droit de réponse*, este editado em Paris como resultado de uma defesa de tese.

[...] Paulista de Taubaté, Carlos de Andrade Rizzini viveu longamente no Rio de Janeiro, onde começou no jornalismo em 1919, como repórter de *O Jornal*, para chegar, décadas depois, a diretor geral da cadeia nacional dos Diários Associados, gigantesca então. Além da direta atividade nos meios jornalísticos, Rizzini foi também um precursor no ensino da comunicação, lecionando na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e dirigindo, de 1962 a 1966, a Faculdade Cásper Líbero. Marcou presença no cenário acadêmico, de forma definitiva com seus livros, hoje clássicos na historiografia da imprensa brasileira, dentre os quais destacam-se dois: *O Jornal, o livro e a tipografia no Brasil* e *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense* (COSTELLA, 2002).

O fato de ter passado a ensinar essas duas disciplinas (“Legislação de Imprensa” e “História da Imprensa”) acabou contribuindo para

que Costella lançasse, por meio da Editora Vozes, no ano de 1970, aos 27 anos de idade, seu primeiro livro: *O Controle da Informação no Brasil*, um clássico no campo da comunicação. Nesse mesmo ano ele foi convidado pelo professor José Marques de Melo, a quem conheceria também nos idos de 1966, na Cásper Líbero, para dar aulas na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Como professor de História, Legislação e Ética dos Meios de Comunicação, Antonio Costella dedicou-se ao magistério por mais de 30 anos, ensinando na Faculdade Cásper Líbero, na Escola de Comunicações e Artes, na Faculdade de Direito da USP, na Universidade de Taubaté, Faculdade de Música Santa Cecília de Pindamonhangaba, Faculdade de Comunicação Objetivo, Faculdade de Comunicações de Santos, Centro Universitário Alcântara Machado (UniFIAM-FAAM) e na Escola Superior de Jornalismo do Porto, em Portugal (BRANCO, 2004).

A experiência no magistério o levou a escrever livros relacionados com a área de comunicação, tais como: *O Controle da Informação no Brasil* (1970); *Os Crimes Contra a Honra e os Meios de Comunicação* (1972); *Direito da Comunicação* (1976); *Comunicação: do Grito ao Satélite* (1978); *Legislação da Comunicação Social* (2002). Mas ele não parou aí e sua obra engloba 34 títulos, entre livros individuais e capítulos de livros, que se distribuem em três áreas básicas:

- Obras técnicas (versam sobre Legislação e História da Comunicação e também sobre Técnica e História da Arte, principalmente da Gravura);
- Literatura geral (nesta área suas obras de maior divulgação foram os quatro livros de viagem da série iniciada com “patas na Europa”, que têm como narrador o cão do autor e mesclam fatos reais com história universal e ficção);
- Literatura infanto-juvenil (dentre estes livros, destaca-se o pequeno “Ter cão é coisa séria”, com mais de cem mil exemplares publicados (COSTELA, 2012).

O livro mais recente da lavra de Antonio Fernando Costella, lançado neste ano de 2012, é *O Museu e Eu*, publicado pela Editora Mantiqueira, no qual o autor esclarece a natureza do livro:

Este não é um livro com feição acadêmica. Não espere o leitor encontrar, aqui, aulas de Museologia. Embora, neste texto, eu mencione assuntos que interessam à museologia, não o faço com rigor científico. Aliás, não sou museólogo formado. Não me envolvo, tampouco, com teorias de Filosofia ou Sociologia da História, ainda que os fatos narrados possam ter pontos de afinidade com essas áreas do conhecimento humano. Relato tão somente uma experiência pessoal que envolve a criação e a gestão de um museu. Procuo escrever sem formalidades, como quem bate um papo com o leitor. Justamente por isso emprego o verbo na primeira pessoa do singular. Sou eu quem se comunica com o leitor. Sou eu mesmo, o narrador. O eu permite-me manter uma maior intimidade com o público. O eu, o eu real, o eu de quem se integra na ação praticada, tem a força da veracidade, transmitindo mais facilmente a emoção vivida por aquele que praticou a ação. (COSTELLA, 2012, p. 15).

A citação acima pode causar estranheza aos leitores, mas o motivo é o de apresentar Antonio Costella como alguém que sempre se dedicou, como professor, pesquisador ou ensaísta, a encontrar a melhor maneira de se comunicar, de traduzir a legislação e seus jargões para que todos possam entender as leis. O fato de ter se dedicado simultaneamente ao magistério (Direito e Comunicação) e à advocacia contribuiu para que seus livros de caráter técnico sejam de fácil assimilação devido ao seu estilo claro, conciso e direto, pois ele aprendeu o valor da palavra e as virtudes da objetividade com Monteiro Lobato, que ele considera como sendo seu “pai literário e inspirador espiritual”. A propósito do estilo, que é adequado ao jornalismo, Costella faz um alerta aos jovens: “Quando vocês lerem um texto ou ouvirem um discurso e não o entenderem, provavelmente a culpa terá sido do autor, porque tudo pode ser explicado claramente, mesmo as questões mais complexas, pois nossa língua nos fornece as palavras necessárias”.

Ao escrever livros na área da comunicação, ele procurou transmitir o conhecimento de maneira prática e simples, como se cada um

deles fosse um “curso básico, uma oportunidade de introdução do profissional ou do estudante da comunicação no mundo do Direito pertinente à sua área de trabalho” (EGYPTO, 2002). Falando especificamente sobre os conteúdos das disciplinas que ministrou e dos livros de legislação e comunicação que escreveu, Costella afirma:

As disciplinas referentes a legislação e ética da Comunicação existem em praticamente todos os cursos da área. Há, porém, uma dificuldade nesse setor: é limitado o número de profissionais que dominam adequadamente a matéria de legislação da comunicação. Essa disciplina exige do professor uma boa formação na área do Direito, tornando aconselhável que ele seja bacharel em Direito. Para quem não possui essa formação, é difícil enfrentar e explicar questões jurídicas porque é frequente um artigo de lei relacionar-se com algum outro texto legal, o que demanda uma visão de conjunto da legislação. (EGYPTO, 2002).

O impacto de um livro pioneiro

Até a década de 1960 o Brasil carecia de uma Política Nacional de Comunicação definida. Em 1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações foi promulgado pela Lei nº 4.117, constituindo-se em grande avanço para o setor, pois, além de amenizar as sanções, dava maiores garantias às concessionárias de rádio e televisão. A partir de 1964, sob o regime de exceção foi que os governos militares começaram a implementar políticas de comunicação e a exercer papel decisivo no desenvolvimento e regulamentação dos meios de comunicação de massa e em particular dos meios de transmissão, estabelecendo leis e agências reguladoras, além de intensificar a censura. Durante o regime foram baixados os atos institucionais, decretos leis, regulamentações de profissões da área de comunicação, a lei de imprensa, lei de segurança nacional e intensificada a repressão e a censura aos meios de comunicação (MATTOS, 2010).

Foi durante o período mais duro da repressão, durante o governo de Garrastazu Médici (1969-1974) que surgiram os livros que mudaram

a comunicação no Brasil, principalmente com as coleções da Editora Vozes, responsável pela publicação do livro *O Controle de Informação no Brasil*, de Antonio Fernando Costella, publicado no ano de 1970.

O Controle da Informação no Brasil é, na opinião de Alberto Dines, “[...] o primeiro trabalho que se fez no Brasil sobre o assunto, obra indispensável para quem quiser conhecer os antecedentes e raízes da atual censura” (DINES, 1976). Em entrevista concedida à época do lançamento do livro, o próprio autor procurou deixar claro que o seu livro “[...] não é apenas um estudo de história da imprensa, mas também de sua documentação legal” (*A Semana*, 1970). O livro apresenta um panorama geral da evolução histórica da legislação de imprensa brasileira e da censura no país a partir das restrições à liberdade de imprensa em Portugal, no século XVI. Em resenha sobre o livro, José Marques de Melo escreveu:

É um trabalho de envergadura, colocando a legislação brasileira de imprensa (como instrumento de controle) numa perspectiva histórico-social. Cada fato, cada ocorrência está na sua exata dimensão. O autor não permanece apenas na constatação dos problemas, na aparência efêmera que a letra da lei sugere. Ele vai muito mais longe: consegue situá-los no momento histórico, explicando os elementos geradores (políticos, econômicos, religiosos, etc.) e permitindo uma compreensão crítica, consciente (MARQUES DE MELO, 1971).

Costella faz uma análise histórico-social da liberdade de informação no País, discutindo o uso dos instrumentos jurídicos pelo Estado no controle sobre os meios de comunicação de massa. Aborda, também, em relação ao setor da telerrádiodifusão o Código Brasileiro de Telecomunicações e sua aplicação dentro do nosso contexto sócioeconômico e político. Ele analisa, ainda, as orientações políticas dos governos militares, cobrindo o período de 1964 a 1970, no que tange ao direito de informar e de ser informado, debatendo, inclusive, os Atos Institucionais e a portaria referente à censura prévia baixada durante aquele período (MATTOS, 2000).

A obra pioneira de Costella é, portanto, um trabalho no qual o autor procura encontrar as raízes históricas da liberdade de imprensa em nosso país, descrevendo todos os percalços do processo, com os avanços e recuos, conquistas de liberdade e derrotas frente a opressão e a censura impostas pelos governantes. Utilizando uma perspectiva histórico social, o livro, hoje um clássico, coloca a legislação brasileira como um dos mais fortes instrumentos de controle da liberdade de informação. Costella teve o trabalho de mapear e identificar todos os fatos e analisá-los de acordo com o contexto da época o que contribui para retratar a exata dimensão das ocorrências contra as liberdades em vários períodos de nossa história: no Brasil Colônia, durante o Império, na transição da República ao Estado Novo, e os períodos do pós-Guerra, quando houve a infiltração estrangeira na mídia brasileira e o período após o golpe de 1964 até 1970, quando de forma corajosa e equilibrada, Costella detalha as orientações políticas dos militares em relação ao direito de informar e ser informado, as ações policiais baseadas na portaria da censura prévia.

O livro não se limita na identificação de cada problema de acordo com o especificado nas leis. Costella faz suas análises dentro do contexto cultural, histórico, religioso, socioeconômico e político, identificando e esclarecendo todos os elementos envolvidos no processo de controle da informação. A estratégia metodológica utilizada permite ao leitor vislumbrar de modo compreensível o que aconteceu, quando aconteceu, porque aconteceu e como aconteceu o controle da informação em diversas épocas de nossa história até o ano de 1970. Sobre o período pós-1964, Costella, no capítulo que encerra o livro, começa afirmando que:

O Movimento militar de 31 de março de 1964 haveria de desencadear muitas e vastas reformas legislativas, inclusive no campo da disciplina jurídica de expressão do pensamento. O documento básico do Movimento, o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, não se referiu expressamente à liberdade de comunicação, mas implicitamente a assegurou na medida em que manteve em vigor a Constituição de 1964. É lógico, porém, que em um período convul-

sionado, como o que imediatamente se seguiu, teriam que ocorrer, na prática, exceções no que tange aos direitos e garantias individuais.

E no último parágrafo do livro, ele diz:

Não poderíamos encerrar este trabalho sem um lembrete. É bem possível que, antes de este livro estar impresso, novos dispositivos legais venham a retificar a legislação vigente de informação. A instabilidade tem sido a sina desta matéria. Isso é compreensível e quase natural. Em parte, reflete a necessidade de atualização do Direito, que, em qualquer dos seus ramos, deve acompanhar as mudanças da vida social. E, também em parte, retrata os momentos da crise política. Este último fato é inegável: a história do controle da informação sempre foi e sempre será o barômetro da vida política nacional (COSTELLA, 1970).

O livro, *O Controle da Informação no Brasil* e seu autor, Antonio Fernando Costella, contribuíram para mudar a comunicação no Brasil, contribuindo decisivamente na construção das bases da fundamentação teórica da comunicação e do ensino da História da Legislação e da Ética em nosso país. Em resumo, a produção intelectual e multifacetada de Antonio Fernando Costella o coloca entre um dos autores mais importantes no que diz respeito à contribuição para a formação do pensamento comunicacional brasileiro. Se isso não bastasse, registre-se que Costella, é o fundador do Museu Casa da Xilogravura que, neste ano de 2012, comemorou 25 anos de sua fundação em Campos do Jordão. O museu congrega em seu acervo milhares de obras de centenas de artistas, dentre os quais Costella é um deles. Antonio Fernando Costella também é diretor da Editora Mantiqueira de Ciências e Arte, responsável pela publicação de inúmeros volumes dedicados à área da comunicação

Referências

- A SEMANA. O prof. Antonio Costella lança livro sobre comunicações. São Paulo, 30 de setembro de 1970.
- BRANCO, Samantha Castelo. Antonio Costella: perfil intelectual. In: HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina (orgs.). **Teoria da Comunicação**: antologia de pesquisadores brasileiros. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 208-217.
- COSTELLA, Antonio F. **O controle da informação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- COSTELLA, Antonio F. Vivendo a madrugada de novos tempos. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. Volume XXV, n. 2. São Paulo, INTERCOM, julho/dezembro, 2002, p. 241-250.
- COSTELLA, Antonio F. **O e Eu**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2012.
- DINES, Alberto. Jornal dos Jornais. In: **Folha de S. Paulo**, 27 de junho de 1976.
- EGYPTO, Luiz. Legislação: **Para entender o (aparentemente) ininteligível**. (entrevista com Antonio F. Costella). Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/al010520022.htm> Acesso em 08/04/2012.
- MARQUES DE MELO, José. Legislação de imprensa no Brasil. In: **Jornal do Dia**, São Luís do Maranhão, 9 de setembro de 1971.
- MARQUES DE MELO, José. **História do Jornalismo**: itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012.
- MATTOS, Sérgio. **O guerreiro midiático – biografia de José Marques de Melo**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MATTOS, Sérgio. **A televisão no Brasil**: 50 anos de história (1950-2000). Salvador: Editora PAS – Edições Ianamá, 2000.
- MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. 5. ed., Petrópolis: Vozes, 2010.

Cultura e desenvolvimento¹

Paulo Miguez

Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA e,
atualmente, Vice-Reitor da UFBA.

A questão da cultura tem vindo a ocupar lugar de destaque na agenda contemporânea. E são muitos os sinais nesta direção. Na academia, a cultura ultrapassou os limites das ciências sociais e apresenta-se, crescentemente, como objeto de muitos outros campos do conhecimento, em várias disciplinas. Fora do universo estritamente acadêmico, não é menos forte sua inscrição. Nas agendas nacionais, aparece em força a questão das políticas culturais, nos foros internacionais, a diversidade cultural mobiliza governos e agências multilaterais.

Tal significativa presença, contudo, não se restringe exclusivamente às temáticas, digamos, estritamente culturais. Ao contrário, com seu caráter transversal, a cultura tem presença garantida em vários campos da vida social. Tornou-se, assim, nas palavras de George Yúdice²,

¹ Versão ligeiramente modificada do texto publicado no periódico Políticas Culturais em Revista, Salvador, v. 2, n.1, 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/issue/view/395>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

² YÚDICE, George. A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 615p.

um “recurso” que é permanentemente acionado e em várias direções. Cultura como um recurso para promover a inclusão social, para requalificar centros urbanos, para potencializar o turismo, para estimular o crescimento econômico, etc. Recurso, enfim, para ativar políticas que se ocupam do desenvolvimento.

Mas o que quer, e o que pode, significar a relação entre cultura e desenvolvimento?

Certamente de pouco interessa a esta relação, ao que ele encerra em termos de boas e novas promessas, uma compreensão simplesmente balizada pelas teorias ancoradas no reducionismo economicista que marcou, e ainda marca, grande parte das políticas de desenvolvimento. Aqui, convenhamos, a sedução não é pequena. Afinal, estamos diante de um setor econômico, o da produção cultural, que dá forma a um mercado de bens e serviços que se caracteriza por sua escala global, pela presença de gigantescos conglomerados de produção e distribuição de conteúdos culturais, por seu extremo poder de fogo, tanto econômico quanto político-ideológico, e por números que traduzem uma geração de riqueza material absolutamente impressionante.

Pois bem, se for este o caminho a trilhar o que se verá é tão somente uma mudança do paradigma econômico-produtivo que dá sustentação ao desenvolvimento. Sai de cena a produção industrial clássica, com suas chaminés, e entra, em seu lugar, a produção de bens e serviços simbólicos.

É evidente que as imensas possibilidades econômicas que decorrem da cultura não podem ser esquecidas pelas políticas de desenvolvimento. Com efeito, não há como nem porque desprezar a importância econômica de um setor que já ocupa lugar expressivo na formação da riqueza nacional em muitos países.

Nos Estados Unidos, em 2013, só o conjunto dos setores culturais que produzem propriedade intelectual (edição de livros, música, software, cinema e rádio e tv e jornais e revistas) respondeu por 11,44% do PIB, empregou 8,26% do total da força de trabalho, exportou mais que importantes setores clássicos da economia (indústria química, aeroespacial, farmacêutica, de alimentos e produtos agrícolas), tendo cres-

cido, entre 2009 e 2013, a uma taxa anual de 3,9%, superior, portanto, à taxa de crescimento do total da economia norte-americana que foi de 2,25% no mesmo período.³ No Reino Unido, o que é chamado de “economia criativa” vem crescendo a uma taxa anual de 8,9% PIB e, em 2014, o setor representou 9% do conjunto das exportações e 9% total de empregos da economia britânica.⁴ Índia e Nigéria estabeleceram potentes mercados internos para a indústria audiovisual. Jamaica e Colômbia operam importantes nichos globais de mercado na área da música.

Todavia, o potencial de geração de riquezas e de empregos representado pela cultura não pode ser compreendido e operacionalizado por políticas dedicadas ao desenvolvimento sem que se tenha como referência uma visão da cultura enquanto dimensão constitutiva da vida social, uma usina geradora de riquezas simbólicas. Ou seja, não se pode, tão somente, buscar o desenvolvimento tendo como eixo principal o crescimento econômico, neste caso, assentado no estímulo às atividades produtivas ligadas à cultura. Muito pelo contrário, uma relação entre cultura e desenvolvimento que pretenda avançar na direção de uma nova compreensão do que deva ser desenvolvimento torna imperativa a necessidade da criação de condições propícias ao aumento da diversidade das manifestações culturais e a promoção da inclusão, simultaneamente cultural, social e econômica, de novos e múltiplos agentes criadores. Ou seja, é o caso, aqui, da firme recusa da adoção de uma visão meramente instrumental da relação entre cultura e desenvolvimento, cuja tendência é reforçar e proteger os interesses dos agentes culturais já estabelecidos (os grandes conglomerados das indústrias culturais), em favor do acionamento das oportunidades que se abrem quanto à expansão do espaço de criação e de circulação de manifestações culturais, com evidentes ganhos econômicos mas, também, com ganhos propriamente culturais, com a produção e a circulação ampliadas de repertórios simbólicos capazes de oferecer alternativas às

³ INTERNATIONAL INTELLECTUAL PROPERTY ALLIANCE (IIPA). Copyright industries in the U.S. economy. The 2014 Report. Washington, DC, dez. 2014. Disponível em: <www.iipa.com>. Acesso em: 01 jun. 2016.

⁴ CREATIVE INDUSTRIES COUNCIL. Create Together. A Creative Industries Council strategy for Cross Industry Collaboration – The next 5 years. London, 2016. Disponível em: <<http://www.thecreativeindustries.co.uk>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

produções simbólicas dominantes, incluindo-se aí diferentes modelos de desenvolvimento.

Alguns esforços na direção de uma relação mais substantiva e menos instrumental entre cultura e desenvolvimento merecem, aqui, ser anotados. A UNESCO, já em 1982, no México, na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais – MONDIACULT, chamou a atenção para o fato de ser a cultura uma base indispensável para o desenvolvimento sustentável. Mas, recentemente, com a aprovação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, cuja premissa básica é a compreensão da diversidade cultural como patrimônio comum da humanidade, esta agência do Sistema Nações Unidas reforçou o papel abrangente que deve jogar a cultura nos processos de desenvolvimento ao destacar a dupla determinação, simbólica e econômica, dos bens culturais. O PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, na edição de 2004 do seu Relatório do Desenvolvimento Humano, deu grande impulso a esta discussão ao adotar como tema a “Liberdade Cultural num Mundo Diversificado”. Até mesmo as agências internacionais exclusivamente dedicadas à questão do desenvolvimento, instituições historicamente distante da questão cultural, a exemplo do Banco Mundial e do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, têm vindo a ocupar-se desta relação – o BID criou uma fundação dedicada às questões que articulam a cultura ao desenvolvimento, a Inter-American Culture and Development Foundation, e o Banco Mundial, desde finais da década de 1990, vem avançando na compreensão da cultura como elemento importante do desenvolvimento.

Mas, não nos enganemos, muitos caminhos ainda há por percorrer, tanto do ponto político quanto conceitual, até que possamos ver como hegemônica a compreensão que encontramos admiravelmente expressa por Celso Furtado na sua afirmação de que uma “política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural”⁵ das sociedades.

⁵ FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 128p.

O poeta da Modinha e do Sertão

Luiz Américo Lisboa Junior

Historiador, pedagogo, pesquisador da história da MPB. Autor dos livros: A presença da Bahia na música popular brasileira; 81 Temas da música popular brasileira; Compositores e intérpretes baianos – de Xisto Bahia a Dorival Caymmi; MPB em textos, história e crítica; Marchas brasileiras 1927/1940 vol. I e II; Da modinha ao sertão – vida e obra de Catulo da Paixão cearense. Membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Resumo

Neste ano em que se comemoram seus 150 anos de nascimento e se completam 70 de sua morte, este artigo analisa a trajetória de Catulo da Paixão Cearense como poeta, cantor e compositor, bem como sua importância para a modinha e a literatura brasileira, notadamente, no gênero sertanejo.

Palavras-chave: música popular, modinha, sertão.

Abstract

This year we celebrate 150 years of the birth of Catulo da Paixão Cearense and round up 70 of her death. This article analyzes the trajectory of him as a poet,

singer-songwriter and his importance to modinha and Brazilian music and literature, especially in the backcountry.

Keywords: popular music, popular song, backcountry

Origens

Na cidade de Icó, no Ceará nasceu em 1830, Amâncio José da Paixão e Silva, numa modesta família. Disposto a crescer na vida, devido à dureza da miséria do sertão cearense, tendo como causa principal a seca, que assolava o estado, resolveu estabelecer-se no Maranhão, mas precisamente na sua capital, São Luís, onde chegou em 1850. Nessa ocasião, São Luís era uma cidade que estava em franco crescimento econômico atingindo sua culminância de 1873 a 1882, devido à expansão do comércio da cana-de-açúcar. Apesar de uma grande população escrava e com problemas de saneamento, a cidade crescia e formava uma elite intelectual e abastada proporcionando um progresso vertiginoso e atraindo um número crescente de migrantes e imigrantes estrangeiros em busca de sucesso empresarial.

Amâncio estabeleceu-se no comércio e devido à sua procedência, era costumeiramente chamado de “o cearense” pela população local, e como tinha muito orgulho de ter nascido no Ceará, foi ao cartório e registrou a alcunha, incorporando-a ao seu nome, substituindo o Silva, de seu registro oficial de nascimento, passando a ser conhecido por todos como Amâncio da Paixão Cearense.

Ambicioso, trabalhador e talentoso na arte da ourivesaria, ele logo percebeu que esse era o ramo certo para enriquecer, pois trabalharia com uma clientela segmentada e vaidosa, que lhe proporcionaria grandes lucros. Assim, logo tratou de se instalar e, em 1858, já o vemos anunciando, na edição de 27 de fevereiro de 1858 do jornal *Publicador Maranhense*, o interesse em comprar um diamante de 1 quilate ou mais, o que denota uma boa situação financeira.

Mas o ingresso desse cearense destemido na elite social e comercial da cidade deveu-se, também, ao seu casamento com Maria

Celestina Braga, filha de José Manoel Braga, pessoa de destaque na sociedade ludovicense, ocupando, em 1856, o cargo de capitão do 5º Batalhão de Infantaria e, em 30 de abril de 1858, quando já havia se tornado major, foi nomeado encarregado dos armazéns de artigos bélicos. No ano seguinte, já eram essas as suas patentes e funções públicas, major reformado do Exército com exercício no 3º Batalhão da Guarda Nacional da comarca de São Luís e presidente do Conselho de Revisão da freguesia de Nossa Senhora da Luz, da Vila do Paço e São José dos Índios. Em 1869, ocupava o cargo de comandante do Forte de Santo Antônio da Barra. O major Braga faleceu em 2 de maio de 1875. Era casado com Joana Virgínia da Silva Guimarães Braga, que faleceu em 2 de outubro de 1875 e, no dia 4, às 6h30, foi rezada uma missa em sua homenagem na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Tiveram três filhos, Angelina Sabina Braga do Nascimento, casada com o major José Maria do Nascimento, que faleceu em 16 de julho de 1868, Antonia e Maria Celestina Braga.

Do casamento de Amâncio com Maria Celestina Braga nasceram cinco filhos, Maria, em janeiro de 1860, falecida com cinco meses de idade, em 3 de junho, Gerson da Paixão Cearense, Catulo da Paixão Cearense, irmão homônimo do poeta falecido em tenra idade, Catulo da Paixão Cearense e Gil da Paixão Cearense.

Respeitado e bem sucedido, Amâncio levava uma vida tranquila, até quando se viu envolvido num episódio que ia transformar sua trajetória e a de sua família de modo definitivo. O infortúnio começou em 14 de agosto de 1873 quando ocorreu o assassinato da jovem Maria da Conceição pelo desembargador José Cândido de Pontes Visgueiro, crime que marcou o judiciário brasileiro no segundo império devido à sua brutalidade. O desembargador apaixonou-se pela jovem Maria da Conceição, uma bela mulata de vida livre, que estava sempre disponível para estudantes e comerciantes em rumorosas festas, sendo conhecida, em São Luís, por Mariquinhas Devassa. Pontes Visgueiro era solteiro e já passava dos 60 anos, quando passou a ter um conturbado romance com ela, cuja presença em sua casa era uma constante. O juiz vivia perseguindo-a pela cidade e, em muitas ocasiões, a encontrava nos braços de outros homens aumentando seu ciúme e sua obsessão. Em julho de 1873, a fim de livrar-se da paixão que tanto o

perturbava, viajou ao Piauí e, corroído de ciúmes, iniciou o plano de assassiná-la quando voltasse ao Maranhão, contando, para isso, com a ajuda de um comparsa, Guilhermino de Souza Borges, que recrutou no estado vizinho. Ao chegar a São Luís, encomendou a Amâncio da Paixão Cearense – que não sabia das intenções de Pontes Visgueiro – um caixão de zinco para cobrir, soldar e proteger, contra o mau cheiro, o outro caixão de madeira onde iria colocar o corpo de Maria da Conceição, como parte de seu plano macabro de executá-la, o que ocorreu em 10 de agosto.

Amâncio acusado de cúmplice foi preso, julgado e absolvido em 1875, mas sua reputação foi destruída no Maranhão e os custos do processo, praticamente, arruinaram suas finanças. Retornou, então, ao Ceará em 26 de agosto daquele ano com a família para recomeçar e, após um curto período de readaptação, resolveu viajar para o Rio de Janeiro, chegando com a esposa e os três filhos, Catulo, Gil e Gerson, desembarcando na capital do país em 19 de novembro de 1877, estabelecendo-se como ourives em um sobrado na Rua São Clemente, 37, no bairro de Botafogo. Em outubro de 1882, falecia sua esposa, Maria Celestina Braga da Paixão e em 1 de agosto de 1885 Amâncio, também, morreria.

Com os filhos já crescidos foram em busca de seus destinos e o caçula ficaria, posteriormente, famoso em todo o país como músico e poeta.



Catulo, de roupa branca, com o pai Amâncio e o irmão Gil.

O polêmico nascimento. O poeta da modinha

Um grande problema da vida do poeta, músico e cantor Catulo da Paixão Cearense sempre foi decifrar o enigma do seu nascimento, pois havia dúvida se teria sido em 8 de outubro de 1863 ou em 31 de janeiro de 1866, datas em que nasceram dois filhos do casal Amâncio e Maria Celestina Braga, ambos batizados com o nome de Catulo da Paixão Cearense.

A confusão levou o poeta a adotar o registro mais antigo, quando solicitou o envio de seus documentos de São Luís para o Rio de Janeiro, considerando que houve um erro do cartório ao assentar o batismo de dois Catulos.

Catulo da Paixão Cearense, portanto, não desconhecia a data de 31 de janeiro de 1866, que ele inicialmente adotaria, mas, certamente, não sabia que havia tido um irmão homônimo, nem a sua data de falecimento, mesmo assim mantinha dúvidas quanto a sua verdadeira idade, em função da duplicidade de registros de nascimento.

Por ocasião do centenário de Catulo da Paixão Cearense, em 1963, foi organizada uma comissão de amigos do poeta para celebrar-lhe a data. Compunham-na, entre outros, Guimarães Martins, seu herdeiro, e mais Othon Costa, presidente, Carlos Maul, Astério de Campos e Augusto Vasseur.

O musicólogo, historiador e violonista Mozart de Araújo (1904-1988) contestou aquela data em entrevista ao *Jornal do Comércio* e apresentou a certidão de nascimento de 1866, afirmando que não reconhecia o ano de 1963, e, sim, 1966, como o do centenário do poeta.

Documentos outros foram apresentados por integrantes da Comissão do Centenário e por Mozart, e algumas pessoas chegaram, inclusive, a especular sobre um irmão homônimo que havia falecido, mas não havia provas disso, porque nem Mozart nem os integrantes da Comissão apresentaram a certidão de óbito do outro Catulo. Desse modo, mesmo sob protestos de Mozart de Araújo, prevaleceu a versão dos componentes da Comissão do Centenário e manteve-se a data de 8 de outubro de 1863 como a oficial do nascimento do poeta.

Em artigo publicado em 10 de julho de 1963, em O Jornal, o jornalista e pesquisador Jota Efegê também questiona a data de 8 de outubro de 1863 como dia do nascimento de Catulo da Paixão Cearense, o poeta, cantor e compositor, reafirmando a fragilidade da documentação apresentada, em meio à qual, conforme dito acima, não constava a certidão de óbito do outro Catulo. Reforçando a própria dúvida, colocou entre aspas trechos da equivocada argumentação da Comissão Organizadora do Centenário, que refutava qualquer questionamento sobre o nascimento do poeta, mesmo não tendo segurança documental suficiente para comprová-la:

CATULO (O OUTRO) MORREU OU NÃO MORREU?

Já que Araújo, pretendendo mostrar o erro dos comemorantes, aditou documentos convincentes, certidões, a Comissão, para refutar com a mesma veemência o alegado, recorreu a iguais armas: os papéis timbrados e com muitos carimbos. Surgiram, então, as divergências, não quanto ao nascimento dos Catulo em 63 e 66, respectivamente, mas destruindo a convicção de que um sucedera ao outro no nominativo. O primeiro não faleceu no período “de 12 de outubro de 63 a dezembro de 70”, devendo, pois, o seu óbito ter ocorrido após o nascimento do irmão homônimo.

Dessa maneira, Othon Costa, auxiliado por Guimarães Martins e pela doutora Helena Guimarães Caldas, invalida a suposta morte “em tenra idade” do primeiro Catulo, que veio a ser o grande representativo da poesia sertaneja, e deixava a ser comprovado quando e onde faleceu seu irmão.

[...] A documentação que alicerça a contenda ora em curso, torna-se frágil e contestável já que a prova do óbito dos manos Catulo só está sendo feita com a do falecido em maio de 1946 e a quem se vai homenagear?

Apresentamos, agora, as três certidões, incluindo a de óbito do primeiro Catulo, ocorrida em 15 de setembro de 1865 e, portanto, seus pais o homenagearam dando seu nome ao filho mais novo nascido três anos depois, prática comum no século XIX. Encerra-se, deste modo, definitivamente a polêmica, reparando-se um erro histórico de 150 anos, eliminando quaisquer dúvidas a respeito do assunto, corrigindo-se todas as biografias, estudos, verbetes de dicionários, etc., sobre o nascimento do poeta, cantor e compositor Catulo da Paixão Cearense, ocorrido, verdadeiramente, em 31 de janeiro de 1866.

CERTIDÃO DE NASCIMENTO DO PRIMEIRO CATULO, IRMÃO QUE ANTECEDEU AO HOMÔNIMO POETA

Aos 27 dias do mês de janeiro de 1864, na Igreja Catedral, batizei solenemente e pus os Santos Óleos a Catulo, branco, idade três meses, nascido a 8 de outubro do ano passado, filho legítimo de Amâncio José da Paixão Cearense e dona Maria Celestina Braga da Paixão; foram padrinhos Felismino Fiúza Lima e dona Emília Rosa Marques da Silva; e para constar mandei fazer este assento que assino. O Cônego Domingos da Rocha Viana, Cura Colado.

(Livro 32, folha 356 do livro de registros de batismos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, da Igreja Catedral da Sé, arcebispado de São Luís do Maranhão, janeiro de 1864 – Arquivo Público do estado do Maranhão).

CERTIDÃO DE ÓBITO DO PRIMEIRO CATULO, IRMÃO QUE ANTECEDEU AO HOMÔNIMO POETA

Aos quinze dias do mês de setembro de mil oitocentos e sessenta e cinco, nesta freguesia de Nossa Senhora da Vitória, faleceu da vida presente de varíola, Catulo, filho legítimo de Amâncio José da Paixão Cearense e de dona Maria Celestina Braga da Paixão, natural desta cidade com dois anos de idade: foi sepultado

no Cemitério dos Passos. E, para constar, mandei fazer este assento que assinei. Cônego José Francisco dos Reis. Cura escrivão.

(Folha 217 do livro de registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitoria, da Igreja Catedral da Sé, arcebispado de São Luís do Maranhão, setembro de 1865 – Arquivo Público do estado do Maranhão).

CERTIDÃO DE NASCIMENTO DO POETA CATULO DA PAIXÃO CEARENSE

Aos vinte e nove de agosto de mil oitocentos e sessenta e nove, anos, nesta cidade do Maranhão, na Igreja de, digo, Igreja Matriz da Freguesia de São João Batista, batizei e fiz os santos óleos a Catulo, nascido nesta freguesia aos trinta e um dias do mês de janeiro de mil oitocentos e sessenta e seis, filho legítimo de Amâncio José da Paixão Cearense e sua mulher dona Maria Celestina Braga da Paixão; foram padrinhos José de Castro Eusébio e dona Rosa Roza Pinto de Magalhães, do que, para constar, fiz este assento em que me assino. O cônego Mauricio Fernando Alves – Cura colado.

(Folhas 118 e 119 do livro de registros de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Vitoria, da Igreja Catedral da Sé, arcebispado de São Luís do Maranhão, agosto de 1869 – Arquivo Público do estado do Maranhão).

Os primeiros tempos de Catulo no Rio de Janeiro foram vitais para sua formação poético-musical e intelectual, que, como autodidata já conhecia bastante literatura, mas não descuidava de sua educação formal. Estudou no Colégio Telles de Meneses, na Rua São Clemente, em Botafogo, onde morava, matriculando-se, em 18 de novembro de 1881, para realizar os exames de português no Colégio Pedro II e, em 1883, o de francês.

Nas três últimas décadas do século XIX, o Rio de Janeiro era uma cidade extremamente musical com artistas apresentando-se em circos,

pavilhões, nas ruas, em bares, hotéis, cafés cantantes, nas celebrações religiosas, reuniões familiares, teatros, além do Carnaval. Formou-se, nesse turbilhão, uma geração de músicos, alguns com formação acadêmica, oriundos do Instituto Nacional de Música e outros, autodidatas, mas não menos virtuosos, e que iriam construir um tipo de música popular que se transformaria numa das mais expressivas manifestações culturais do povo brasileiro. Entre os nomes que se destacaram nesse período, temos o do flautista Joaquim Antonio da Silva Callado, Anacleto de Medeiros, Sátiro Bilhar, Chiquinha Gonzaga, Henrique Alves de Mesquita, Viriato Correa, Eduardo das Neves, Cadete, Quincas Laranjeiras e muitos outros que formavam uma plêiade de músicos notáveis, muitos registrados por Alexandre Gonçalves Pinto, em seu livro *O Choro*, editado em 1936, cujas reminiscências nos remetem à atmosfera musical daqueles tempos.

Percebendo com acuidade o que se passava a sua volta, estabelecendo contatos importantes, frequentando a boemia e dando seus primeiros passos como poeta, verificando que, paralelo ao choro, a modinha como gênero musical embalava, em serenatas, as noites da cidade e que música e poesia eram não apenas uma fonte de inspiração, mas também a possibilidade de construção e reconhecimento social, conseguiria, desse modo, alcançar com esforço e talento seu intento, mas, como todo começo de vida, ainda teria que superar alguns obstáculos e, entre eles, a dificuldade financeira e a resistência familiar, principalmente do pai. Seu primeiro instrumento foi a flauta, porém foi o violão seu companheiro mais fiel e é ele mesmo que conta, em depoimento transcrito no livro *Catulo*, de Carlos Maul, ao se referir a Joaquim Ferreira Nobre, seu primeiro professor de violão.

Foi esse velho amigo que morreu nonagenário, o primeiro e único mestre que tive, há 40 e tantos anos, se é que se pode chamar de mestre no verdadeiro sentido do vocábulo a um homem que só conhecia o lá maior do violão. Ouvindo-o, porém, tocar as suas mazurcas favoritas, numa noite de festa em sua casa de sapê, em Copacabana, que na época era um imenso deserto, onde só havia mato, olorosos cajueiros

e sanguíneas pitangueiras, enfeiticei-me pelo violão [...]. (MAUL, 1971, p. 43-44).

Quando ficou órfão a situação financeira de Catulo piorou bastante, já que, apesar da intensa vida boêmia que levava, ainda tinha o suporte do pai. Trabalhou como estivador, mas a música e a poesia seriam as suas atividades principais e, sabedor de seu talento, tratou de nelas investir, como modo de ascensão social. Começava, então a se tornar conhecido, em virtude de sua fama de seresteiro, compositor, poeta, e sua primeira música, *Ao luar*, com subtítulo de *Amenidade*, composta em 1880, já era bastante conhecida.

AO LUAR (AMENIDADE)

Vê que amenidade, que serenidade
Tem a noite em meio
Quando, em brando enleio
Vem lenir o seio de algum trovador
O luar albente que do bardo a mente
No silêncio exalta, chora a tua falta
Rutilante estrela de eteral candor
Minha lira geme no concerto extreme
Que a saudade inspira
Vem ouvir a lira, que, sem ti delira
Nesta solidão
Vem ouvir meu canto no fruir do pranto
Com que a dor rorejo, lancinante harpejo
Que das fibras tanjo deste coração
Vem, meu anjo agora recordar nest' hora
Nosso amor fanado, quando eu a teu lado
Mais que aventurado por te amar vivi
Quero a frente tua ver à luz da lua
Resplendente e bela
Descerra a janela que soluça o estro
Só pensando em ti
Dá-me o teu conforto que esse afeto é morto
Que me consagravas, quando te juravas
Quando protestavas eviterno amor
Vem em um só momento
Dar ao pensamento radiosa imagem
Depois na miragem, deixa em tua ausência
Cruciar-me a dor.

Neste mesmo ano de 1880, a música brasileira perderia, em 20 de março, o flautista Joaquim Antônio da Silva Calado, carioca, nascido em 11 de julho de 1848. Músico mais popular do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, era exímio flautista, circulando com desenvoltura tanto nos bailes da elite como em serestas e festas do subúrbio, foi o criador dos conjuntos de choro, que, sob sua orientação teve, inicialmente, uma formação com flauta, cavaquinho e dois violões. Calado, apesar da morte prematura, foi nomeado, em 1879, professor adjunto do Conservatório de Música, além de ter recebido o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa, pela sua relevante contribuição à música brasileira.

A última composição de Calado foi o choro *Flor amorosa*, editada logo após a sua morte, em 1880, e considerada, por muitos estudiosos da música popular brasileira, como o choro mais antigo, ou seja, o marco zero do gênero. No mesmo ano de sua edição, Catulo da Paixão Cearense colocou-lhe uma letra tornando-a ainda mais conhecida, passando, desse modo, a ser o primeiro letrista de choro no Brasil.

FLOR AMOROSA

Flor amorosa compassiva, sensitiva
Ó vê! Por quê? Ó uma rosa orgulhosa
Presunçosa, tão vaidosa
Pois olha: a rosa tem prazer em ser beijada
É flor! É flor! Ó dei-te um beijo?
Mas perdoa, foi à toa meu amor
Em uma taça perfumada de coral
Um beijo dar não vejo mal
É um sinal de que por ti me apaixonei
Talvez em sonhos foi que te beijei
Se tu quiseres extirpar dos lábios meus
O beijo teu, tira-o por Deus
Vê se me arrancas este odor de resedá
Sangra-me a boca, é um favor, vem cá!

Eu fiquei triste após depor um doce beijo em ti, em ti
Mas quem resiste? Tens quebranto? Nem um santo pode tanto
Depois de te beijar senti vontade de chorar, chorei
Sim eu te juro, eu te asseguro, eu te juro que pequei
Não deves mais fazer questão
Já pedi, queres mais? Toma o coração

Ó tem dó de meus ais, perdão, sim ou não? Sim ou não?
Olha que eu estou ajoelhado a te beijar
A te oscular os pés, sob os teus olhos tão cruéis
Se tu não me quiseres perdoar
Beijo algum em mais ninguém eu hei de dar

Se ontem beijavas um jasmim do teu jardim a mim, a mim
Ó por que juras? Mil torturas, mil agruras, por que juras?
Meu coração delito algum por te beijar não vê, não vê
Só por um beijo, um gracejo, tanto pejo, mas, por quê?

Frequentando ambientes refinados, Catulo é convidado pela esposa do senador Gaspar da Silveira Martins, para ser professor de suas filhas. Passou então a morar num quarto dos fundos da mansão do senador tornando-se amigo da família, ao ponto, dele disponibilizar sua biblioteca para que Catulo pudesse ampliar seus conhecimentos, o que ele o fez com avidez, sendo essa temporada na casa do famoso político extremamente importante para sua formação intelectual.

Os primeiros livros

Catulo publicou seu primeiro livro em 1894, uma coletânea de modinhas, suas e de outros autores, intitulado *Cantor fluminense*. Sobre o lançamento, encontramos uma nota no jornal Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, em sua edição de 19 de julho.

Os tocadores de violão devem ficar satisfeitos com a notícia que lhes damos do aparecimento do *Cantor fluminense*, coleção de modinhas e lundus, de que é autor o Sr. Catullo da Paixão Cearense, e que é entendido na matéria. O livro é editado pela Livraria Democrática, que nos enviou um exemplar.

Obtendo boa repercussão em sua estreia como autor e organizador de livros de modinhas e já reconhecido como violonista, cantor e

compositor, atuando em casas de famílias e nas ruas com seu grupo de seresteiros, Catulo se anima a publicar um novo livro, uma nova coletânea de modinhas organizadas por ele intitulada, *Cancioneiro popular brasileiro*, título modificado na edição definitiva para *Cancioneiro popular de modinhas brasileiras*, editado pela Livraria Quaresma.

Pedro da Silva Quaresma foi um dos mais importantes editores e livreiros do Brasil. Além da editora que levava seu nome, era dono da Livraria do Povo, comprada, em 1879, de Serafim José Alves. Em um mercado dominado por estrangeiros, Garnier (francês), Francisco Alves (português) e os Laemmert (alemães), Quaresma conquistou a população comum, pouco letrada, ignorada pelas demais editoras, oferecendo-lhes livros de leitura fácil, de formato reduzido, com preço acessível. Essas edições formavam várias coleções, que eram comercializadas em todos os cantos do Brasil.

Foi a Editora Quaresma que divulgou e popularizou Catulo, editando vários de seus livros e publicando coletâneas de modinhas, sejam organizadas por ele ou não, formando uma coleção intitulada *Biblioteca dos Trovadores*. A esse respeito, vejamos o que diz Luiz Edmundo em *O Rio de Janeiro do meu tempo*.

No começo do século, não há seresteiro cantador de violão que não procure a bibliografia do Quaresma para refrescar o repertório.

Graças a essas brochuras, que se vendem até pelas portas dos engraxates, a cavalo, num barbaute, a canção popular estimulada, cresce, palpita e os poetas do gênero começam a aparecer. Surge impresso Catulo da Paixão Cearense, que ainda não é o interessante poeta regional, que anos depois se conhece, mas que já se revela um versejador cheio de imaginação e de doçura (EDMUNDO, 1938, v. 2, p. 735-736).

Em 3 de janeiro de 1899, o jornal *O Paiz* anuncia o lançamento do livro *Cancioneiro popular brasileiro*, publicado pela Editora Quaresma.

Um livro admirável, elegante e precioso!!!

Acaba de sair a lume e já se acha à venda o *Cancioneiro popular de modinhas brasileiras*. Única e exclusivamente composto das mais formosas, conhecidas, afamadas, célebres, procuradas e aplaudidas modinhas, cantigas e canções brasileiras, próprias para serem cantadas e recitadas ao violão (o soberbo e apreciado instrumento, genuinamente brasileiro), à viola, ao machete, à guitarra, nas alegres reuniões familiares, em saudosas serenatas nas prateadas noites de luar, em salões, ao ar livre.

Fique-se, porém, sabendo que não se trata de um livro vulgar, feito às pressas, em que fossem reunidos a esmo cantos, recitativos e modinhas, por qualquer pessoa, copiando-as estupidamente, como as ouvisse cantar...

O *Cancioneiro popular* é um volume sabiamente organizado pelo Sr. Catulo da Paixão Cearense, distinto moço, conhecido poeta e prosador, excelente professor de línguas, nome que toda gente conhece e tem aplaudido.

O autor reuniu pacientemente as mais belas poesias populares que se prestam para o canto (modinhas), emendou-as, de modo que combinassem as palavras e a música, indicou em cada uma a música com que deve ser cantada. Desse modo, o livro tornou-se admirável e precioso, porque, como se sabe, as modinhas geralmente cantadas estão horrorosamente erradas, pois, andam de mão em mão, em poder dos amadores, copiadas com cada vez mais grosseiros, bárbaros e revoltantes erros de gramática (sintaxe de concordância e até prosódia), faltas de palavras, de versos inteiros, de estrofes, ficando, pois, defeituosas e sem sentido.

O Sr. Catulo da Paixão Cearense que é um mestre de português, é também correto e primoroso tocador de violão, tendo sido inúmeras vezes convidado para tocar em concertos particulares e casas de aristocratas famílias, que gostam de se deleitar ouvindo os deliciosos sons do violão brasileiro.

Ele não é um trovador de esquina, um reles violeiro, mas sim um antigo *troubadour*, um menestrel dos passados tempos, um bardo primitivo como hoje raro se vê. Por essa razão, a sua competência não pode ser contestada.

Fique, portanto, prevenido o público em geral, e não queira outro livro de modinhas, a não ser o *Cancioneiro popular* e peçam sempre o *Cancioneiro de Catulo*, edição Quaresma, pois, naturalmente, vão aparecer imitações, fraudes, falsificações etc., um aluvião de “cancioneiros” errados e estragados.

Só o nosso que é o verdadeiro, perfeito, completo, corrigido e emendado. O mais não presta: é borracheira, asneira e bagaceira.

O século XX começa com uma grande novidade no Brasil, a implantação da indústria fonográfica e Catulo da Paixão Cearense foi um dos artistas que mais se beneficiaram com o início das gravações em disco no Brasil, tendo praticamente todo seu repertório gravado pelos nossos mais importantes intérpretes – destacando-se o cantor Mário Pinheiro – popularizando-o ainda mais, e tornando-o um artista nacionalmente conhecido, pois, com a distribuição dos discos, sua obra, além de ser lida, passou a ser ouvida em todo o país, consolidando-o como o nosso mais importante letrista de modinhas, destacando-se, *Os olhos dela*, com melodia de Irineu de Almeida e *Talento e formosura*, com Edmundo Otávio Ferreira, ambas compostas por volta de 1904.

Nesta ocasião Catulo, que já havia publicado mais dois livros, *Lyra brasileira* e *Choros ao violão*, morava no bairro da Piedade, onde abriu um colégio, na Rua Martins Costa, com aulas nos três turnos,

criando um curioso método de alfabetização, consistindo em desenhar letras coloridas em rodela de cartolinas, que eram jogadas aos alunos para que identificassem a inicial do nome e, em seguida, formar o nome completo. Para os alunos mais adiantados, ele ensinava Matemática, Português e Francês. Lia, traduzia e interpretava, também, clássicos como Lamartine, Anatole France, Alexandre Herculano, entre outros.

Em 1905 lança mais um livro *Lyra dos salões* e em 25 de fevereiro de 1906, o jornal O Paiz publica uma matéria de página inteira intitulada A modinha – Entrevista com Catulo Cearense. A reportagem demonstra a importância dada a Catulo e a sua influência decisiva para a aceitação da modinha como um gênero musical identificado com as classes populares e representativo do espírito e da alma nacionais.

Catulo fala de seus livros, da importância do violão, do seu processo criativo e sobre alguns artistas e poetas, como Eduardo das Neves, Mello Moraes Filho e Anacleto de Medeiros, seu mais importante parceiro.

Mas, entre as diversas atividades de Catulo nesse período, a mais importante foi sua audição em 5 de julho de 1908, no Instituto Nacional de Música, a convite do diretor, o maestro cearense Alberto Nepomuceno, apresentando-se com grande sucesso, numa audição de violão, interpretando modinhas, contrariando a elite musical do país que considerou sua atitude uma afronta por introduzir o violão, um instrumento popular num ambiente onde só se cultuava os grandes mestres da música. Catulo, finalmente, conseguia colocar o violão num ambiente da elite musical, onde as pessoas o pudessem valorizá-lo e respeitá-lo, reabilitando o violão como instrumento.

Entre 1909 e 1915, Catulo lança sequência de livros de modinhas, *Novos cantares*, *Trovas e canções*, *Canções da madrugada* e *Floretilégio dos cantores*.

Nessa fase surge em sua vida um personagem que dará novos rumos à sua atividade literomusical, o violonista pernambucano João Pernambuco.

O poeta do sertão

João Teixeira Gomes, o João Pernambuco, nasceu na cidade de Jatobá, em Pernambuco, no dia 2 de novembro de 1883, e faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de outubro de 1947. Em 1891, com a morte da mãe, após casar-se, mudou-se para o Recife, onde começou a tocar viola, influenciado por cantadores e violeiros, entre eles, Bem-te-vi, Mandapolão, Manuel Cabeceira, o cego Sinfrônio, Fabião das Queimadas e Cirino Guajurema. Embarcou para o Rio de Janeiro em 1904, onde foi encontrar-se com o irmão José, condutor de bonde, e sua irmã Maria, que morava no bairro do Rio Comprido. Instalado, João Pernambuco logo consegue um emprego numa fundição, no mesmo bairro. Começa, então, a frequentar os bairros boêmios e a região central da cidade, onde faz amizades com inúmeros artistas, que se empolgam com suas habilidades de violonista, conquistando, desse modo, muitos admiradores, tornando-se em pouco tempo um nome conhecido nas rodas de choro, nos concertos de violão, uma referência sobre temas folclóricos do Nordeste, além de criar um conjunto musical denominado Grupo do Caxangá, que se exibia durante o carnaval com muito êxito.

Quando Catulo conheceu João Pernambuco, este lhe apresentou a linguagem sertaneja da qual o poeta soube se utilizar de modo brilhante, construindo uma inigualável obra literária, que o identificaria no futuro muito mais como um poeta sertanejo, do que propriamente como um autor e letrista de modinhas, já que até então, Catulo não tinha escrito nada com temas sertanejos. As suas poesias e as letras que fazia para canções seguiam a linha do romantismo, utilizando, em sua maioria, uma linguagem culta, com imagens rebuscadas. Não resta dúvida de que foi sua aproximação com João Pernambuco que lhe despertou este sentimento nativista, trazendo de volta as lembranças de sua infância no Maranhão e no Ceará, influenciando, decisivamente, para uma mudança na sua obra literomusical.

O primeiro sucesso da dupla foi a embolada *Caboca di Caxangá*, muito executada no carnaval de 1913 e, no seguinte, a toada *Luar do sertão*, ambas gravadas por Eduardo das Neves, um dos mais importantes cantores e compositores do início do século XX. Catulo, num arroubo de vaidade e ingratidão nunca reconheceu publicamente a contri-

buição de Pernambuco – embora tenha insinuado isso a poucos amigos – na autoria da melodia, tratando, inclusive de registrá-la apenas em seu nome, contudo a participação de João Pernambuco foi reconhecida por artistas que o conheciam, inclusive Heitor Villa Lobos, que publicou uma partitura indicando Catulo apenas como autor dos versos.

LUAR DO SERTÃO

Não há ó gente, oh não,
Luar como este do sertão!

Ó que saudade do luar da minha terra,
Lá na serra branquejando folhas secas pelo chão!
Este luar cá da cidade tão escuro
Não tem aquela saudade do luar lá do sertão.

Não há ó gente, oh não,
Luar como este do sertão!
Se a lua nasce por detrás da verde mata,

Mais parece um sol de prata prateando a solidão.
E a gente pega na viola que ponteia,
E a canção é a lua cheia a nos nascer do coração.

Não há ó gente, oh não,
Luar como este do sertão!
Coisa mais bela neste mundo não existe
Do que ouvir um galo triste no sertão, se faz luar.
Parece até que a alma da lua é que descanta
Escondida na garganta desse galo a soluçar.

Não há ó gente, oh não,
Luar como este do sertão!

A gente fria desta terra sem poesia
Não faz caso desta lua nem se importa com o luar.
Enquanto a onça lá na verde capoeira
Leva uma hora inteira vendo a lua meditar.

Não há ó gente, oh não,
Luar como este do sertão!

Ai quem me dera que eu morresse lá na serra
Abraçado à minha terra e dormindo de uma vez.
Ser enterrado numa grota pequenina
Onde a tarde a sururina chora a sua viuvez!

Não há ó gente, oh não,
Luar como este do sertão!

O estrondoso sucesso de *Luar do sertão* trouxe Catulo definitivamente às suas raízes sertanejas. Apresentando-se em público seja cantando ou recitando poemas, o poeta a cada dia tornava-se mais respeitado. Em 28 de março de 1916, estreava no Teatro São José, a peça *O marrueiro*, baseada no poema homônimo de Catulo e adaptada por ele e pelo poeta, pintor e jornalista maranhense Inácio raposo.

Catulo publicou em 1918 seu primeiro livro com temática e linguagem sertaneja, *Meu sertão*, aclamado por intelectuais e escritores como Afrânio Peixoto, o poeta e diplomata português Alberto D'Oliveira e João do Rio (Paulo Barreto) que publicaria um artigo no jornal O Paiz em 28 de dezembro cujo título, O Poeta do Sertão, identificaria definitivamente Catulo na literatura e na memória afetiva do povo brasileiro, além de definir a sua poesia como “o mistério da alma de uma raça desabrochando em beleza”. Uma das poucas críticas discordantes foi de Monteiro Lobato, que considerava inadequado o dialeto sertanejo utilizado por Catulo nos poemas, em detrimento da linguagem culta que, segundo ele, tornaria a obra mais apreciada.

Em 1919, Catulo lança *Sertão em flor*, que inclui o poema *Resposta ao Jeca Tatu*. Jeca Tatu foi um personagem criado por Monteiro Lobato, representado num caipira de aparência desleixada, com a barba pouco densa, calcanhares rachados e que detestava calçar sapatos. Miserável, detinha somente algumas plantações, apenas para sua sobrevivência. Perto de sua casa havia um pequeno riacho onde ele pescava. Sem cultura, era completamente alheio a hábitos de higiene. Passava os dias de cócoras, pitando cigarros de palha. Morava numa choupana no Vale do Paraíba e, para os habitantes da região, era considerado indolente, preguiçoso e alcoólatra.

O poema de Catulo foi escrito para Rui Barbosa, que durante a campanha presidencial concorrendo com Epi­ tácio Pessoa, com vitória deste, proferiu uma contundente conferência, em 20 de março de 1919, no Teatro Lírico, sob o título *A Questão Social e Política do Brasil*. Rui Barbosa cita o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, reafirmando a opinião do escritor paulista, que considera o Jeca como um símbolo do homem brasileiro, atrasado, indolente e ignorante. O assunto foi muito explorado na imprensa, com opiniões contrárias e favoráveis ao texto de Lobato e ao discurso de Rui Barbosa. Observador atento dessas discussões, Catulo não admitia generalizações, pois sabia que, apesar do personagem de Lobato ser um caipira paulista, o sertanejo nordestino também ali estava representado. Já reconhecido como escritor sertanejo, Catulo escreve *Resposta ao Jeca Tatu*, em revide às afirmações de Rui Barbosa.

Em 10 de agosto de 1921 Catulo publica *Poemas bravios*, o livro é dedicado a Rui Barbosa. Catulo e Rui, politicamente, estiveram sempre em lados opostos. O poeta foi um fervoroso apoiador de Hermes da Fonseca, de quem era amigo, na campanha presidencial de 1910, contra o jurista baiano, e, na campanha de 1919, como vimos, a favor de Epi­ tácio Pessoa, novamente com Rui Barbosa na disputa. Contudo, ambos se respeitavam e Catulo, inclusive, visitou Rui Barbosa em sua casa de Petrópolis, onde cantou modinhas ao violão e recitou poesias. Rui Barbosa sabia do valor do poeta e escreveu-lhe um bilhete atestando isso. Catulo sentiu-se duplamente honrado, por poder privar da sua intimidade e ter um reconhecimento público de um dos homens mais importantes do país. Daí ofereceu-lhe o livro e publicou o bilhete de Rui, na abertura da obra, como se fosse um prefácio:

Concordo, sem reservas, com o Sr. Júlio Dantas no seu alto juízo acerca de Catulo Cearense, maravilhoso poeta, cujos versos, de um encanto irresistível, são o mais belo documento da natureza e da vida nos sertões brasileiros, que a sua musa enfeitada e parece recriar.

Rui Barbosa

Petrópolis, 28 de fev. 1921.

Esses três primeiros livros consolidaram Catulo como um dos grandes expoentes da literatura regional brasileira, porém, o poeta vivia modestamente num casa no bairro do Engenho de Dentro e trabalhava intensamente para sobreviver, pois, apesar do sucesso literário, os livros não lhe rendiam o necessário para o sustento, tendo que atuar em teatros, circos, rádios, sendo um dos pioneiros da radiofusão no Brasil e escrevendo para o jornal *Gazeta de Notícias* onde tinha uma coluna literária em que divulgava e comentava seus poemas.

Sua fama e prestígio eram intensos, proporcionando-lhe amizades importantes, entre elas a de Francisco Sá, ministro da viação e obras públicas, do governo Arthur Bernardes, que o convidou para participar em junho de 1923 de sua comitiva, que iria a Belo Horizonte para o Congresso das Municipalidades de Minas Gerais que, entre outras atividades, incluía uma recepção no Palácio da Liberdade, promovida pelo governador mineiro Raul Soares, onde Catulo recitou o poema *O lenhador*, sendo efusivamente aplaudido.

De volta ao Rio de Janeiro, em 22 de junho, Catulo apresentou-se no Teatro Trianon, num espetáculo em homenagem a São João, declamando o poema *A Promessa*.

O poeta português Júlio Dantas, amigo e fervoroso admirador de Catulo a quem chamou de O Virgílio caboclo – numa alusão ao poeta romano Públio Virgílio Maro – visitou o Brasil a convite da Academia Brasileira de Letras, chegando a bordo do navio Almanzora, no dia 25 de junho. Logo ao desembarcar, em meio à grande aglomeração que se formou, ao ser entrevistado, fez menção elogiosa a Catulo. No dia seguinte, 26 de junho, Júlio Dantas foi recebido, à noite, na Academia Brasileira de Letras, presidida por Afrânio Peixoto. Na ocasião, o poeta português proferiu uma palestra, após agradecer o convite e ouvir os pronunciamentos dos acadêmicos presentes. Quanto já estava indo embora, o poeta Luís Carlos viu Catulo na porta da Academia rodeado de pessoas, recitando seus poemas e dizendo que eram em homenagem a Júlio Dantas, mas que não podia homenageá-lo pessoalmente porque fora proibido de participar da solenidade na Academia. Luís Carlos então retornou, comunicou o ocorrido ao poeta português e este pediu que Catulo entrasse para ser por ele homenageado, a sessão, então recomen-

çou com elogios de ambas as partes, sendo Catulo, inusitadamente o centro das atenções.

Publica em 29 de maio de 1924 *Mata iluminada*, mais um sucesso de vendagem. Em 22 de junho de 1925 recebe um convite do presidente Artur Bernardes, juntamente com outros artistas para uma apresentação no Palácio do Catete, amplamente noticiada pela imprensa, destacando-se o comentário da Gazeta de Notícias, do dia 27 do mesmo mês:

A NOITE DE ANTEONTEM NO CATETE

– UM ESPLÊNDIDO FESTIVAL DE ARTE

No Palácio do Catete, com a presença do Sr. Presidente da República e Exma. Sra., de todos os ministros de Estado, prefeito do Distrito Federal, presidente da Câmara dos Deputados, marechal chefe de Polícia, chefes e demais membros das Casas Civil e Militar, diretor-geral dos Telégrafos e familiares da intimidade do casal Artur Bernardes, houve, no dia 24 último, uma festa que a todos encantou.

É que a senhorinha Lúcia Branco, ilustre pianista patricia, conhecida e admirada pelas plateias da Europa, fez-se ouvir com uma técnica surpreendente, executando Chopin, Debussy, Liszt, no que foi muito aplaudida e festejada.

Nos intervalos, Levino Albano da Conceição e Catulo da Paixão Cearense, aquele tocando ao violão uma fantasia do Guarani, e este recitando versos de sua autoria, *A promessa, O velho marrueiro, O luar do sertão, O sol e a lua e a Cabocla di Caxangá*, acompanhado ainda do violonista cego Levino, produziram viva impressão e fartos aplausos.

Catulo da Paixão Cearense, com o seu cunho de poesia regional, que é uma alta nota de delicadeza rítmica na *selva selvaggia* do estro bravo, a todos sobremodo encantou, conquistando

sempre, ao terminar de cada uma das produções, palmas de contentamento e louvor.

Essa linda reunião festiva trouxe, a quantos ali acorreram, uma lembrança impagável de emoção artística.

Em 12 de junho de 1927 publica *O evangelho das aves*, um de seus poemas mais singelos de exaltação à natureza. Em 1926 a escritora e jornalista Rosalinda Coelho Lisboa, juntamente com outros escritores e os principais jornais do Rio de Janeiro, fizeram uma campanha para o ingresso do poeta na Academia Brasileira de Letras, que, naquele ano, abria cinco vagas. Apesar dos apelos da imprensa e da opinião pública e inúmeros intelectuais, Catulo não quis se candidatar. Não admitia ter que pedir votos e, apesar de orgulhar-se das amizades e dos comentários elogiosos que os “imortais” da Academia faziam à sua obra, desprezava a Instituição. Continuou, portanto, exercendo suas atividades artísticas e literárias, justificando sua negativa de concorrer, através de uma carta ao jornal *A Noite*, um dos patrocinadores de sua candidatura. No mesmo ano em 17 de abril, Monteiro Lobato elogia efusivamente Catulo, em um artigo intitulado *Catulo, a voz da terra*, no jornal *A Manhã* nominando-o como a mais autêntica voz da terra brasileira, redimindo-se, de certa forma, por tê-lo criticado ao usar a linguagem sertaneja em *Meu sertão*, seu livro de estreia.

O ano de 1928 foi de intensa atividade literária para Catulo, em fevereiro publica *Meu Brasil*, em agosto *Alma do sertão* e em outubro em edição patrocinada pelo ator Procópio Ferreira, lança seu livro mais polêmico, *Fábulas e alegorias*. Trata-se da reunião de várias fábulas que Catulo vinha publicando na imprensa. O livro não foi bem-aceito e suscitou grande polêmica, revoltando Catulo, que não admitia comentários desfavoráveis ao seu trabalho. Em 22 de outubro, Hélio Oiticica publicou, no jornal *O Imparcial*, uma crítica sobre o livro, citando a intransigência deselegante de Catulo aos críticos e lamentando a tentativa do poeta de desviar-se de seu tema principal, o sertão, sua linguagem e personagens, afirmando que “[...] fora disso, não há que se lhe aponte acima de medíocre”. O prefácio foi oferecido ao jornalista e crítico literário Agripino Grieco, que também fez ressalvas ao livro, revoltando

ainda mais Catulo que, ao lê-lo, resolveu não publicá-lo, enraivecendo Agripino Grieco que se sentindo censurado, escreveu uma nota duríssima sobre o livro em 9 de dezembro em O jornal, acusando Catulo de plagiar La Fontaine, Esopo e outros fabulistas famosos. Quem também se insurgiu contra o livro foi o poeta e escritor Medeiros e Albuquerque e o filólogo João Ribeiro. A todos Catulo rebatia as críticas em cartas publicadas no O Jornal, terminando sempre com uma fábula dirigida a cada um, como forma de protesto e ironia.

O poeta do povo

Catulo da Paixão Cearense chega às décadas de 1930 e 1940 com intensa atividade intelectual, mas reduz suas apresentações em público. Não precisa provar mais nada a ninguém. Se não era uma unanimidade entre os homens de letras, gozava de muito prestígio no seio da população.

Seus livros são um retrato romântico e ingênuo do sertão e os mais populares escritos em linguagem sertaneja: retratam os costumes, as cores, tradições e o modo de viver do povo do Nordeste. Além do mais, mesmo cercado de pessoas influentes, sua vida modesta agradava à grande massa da população, que via nele um vencedor e um igual. O poeta sabia que, por mais celebrado que fosse pela elite intelectual, era no seio do povo simples que estava seu público mais fel. Por isso, dele nunca se afastou, e uma de suas trincheiras para estar próximo a ele era o teatro popular, onde só deixou de atuar quando o peso da idade não mais o permitiu.

Homem de lutas intensas para defender sua obra, Catulo não se curvava às críticas, ainda que elas fossem pertinentes. Achava-se o maior poeta do mundo, não escondia de ninguém essa autoestima literária e usava da dubiedade quando era chamado de vaidoso.

A trajetória já estava construída. Agora seria necessário preocupar-se com o seu legado, encontrar um herdeiro a quem pudesse confiar a sua perenidade, os poucos bens materiais que possuía e a administração de seus direitos autorais, pois já dava sinais de cansaço de tan-

to trabalhar sozinho, sem alguém que o ajudasse profissionalmente. É quando entra na sua vida o maranhense Guimarães Martins, que passa a ser a pessoa mais importante nos seus últimos anos. O poeta, apesar da glória conquistada, será ingrato com um dos seus amigos e colaboradores mais constantes, João Pernambuco, ao não admitir publicamente a colaboração dele como parceiro na toada *Luar do sertão* e na canção *Caboca di caxangá*. A atitude de Catulo vai provocar arranhões na sua imagem, mas o poeta, com a idade avançada, tornava-se ainda mais intolerante em alguns momentos e não esboçava preocupação com a opinião alheia.

A música popular e a literatura já não eram as mesmas de seu tempo áureo. A geração literária dos anos 1930 e os artistas da época de ouro da MPB ofuscaram um pouco seu brilho, apesar de ele conviver com os novos, inclusive nos palcos, e continuar a escrever e ser gravado.

Catulo era, acima de tudo, uma referência, ele sabia disso, mas era preciso uma glorificação em vida, e ele a conquistou. A atividade de agente literário de Guimarães Martins foi decisiva para sua manutenção financeira, assim como para edição e divulgação de novos livros e reedição de antigas obras. Ele poderia, finalmente, aproveitar mais a vida, descansar e gozar do prestígio. que ainda tinha, pois já havia entrado definitivamente na história da cultura brasileira.

Em 1937 publica *Um boêmio no céu*, livro que narra sua entrada no céu como um grande poeta boêmio e é recebido com louvores por São Pedro, uma verdadeira ode a sua extrema vaidade.

Catulo sempre foi um apoiador incondicional de Getúlio Vargas desde sua ascensão ao poder em 1930, portanto, sua adesão ao Estado Novo, ditadura implantada por Vargas em 1937 foi uma consequência natural. Percebendo o momento político que o país atravessava, escreveu o poema *Oração à Bandeira*, lançando-o no dia 19 de novembro data em que se comemora o Dia da Bandeira, recitando-o na Rádio Mayrink Veiga, às 20h30, e dedicando-o, na ocasião, a Hermínia, filha do general Raimundo Rodrigues Barbosa, chefe do Departamento de Pessoal do Exército. Em 27 de novembro, repetiu a leitura do poema às 21h, na Rádio Mayrink Veiga, e, em seguida, dirigiu-se à grande mani-

festação organizada pelo governo naquele dia, na praia do Russel, para a cremação das bandeiras dos então 21 estados, e entronizar a bandeira nacional como símbolo único de unificação do País. *Oração à bandeira* foi editado pelo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão de controle da censura do Estado Novo, e dedicado a seu chefe Filinto Muller.

Durante todo o ano de 1939 o jornal *A Noite* patrocinou uma campanha para que fosse erguido nos jardins do Palácio Monroe uma herma de Catulo. Foram espalhadas urnas pela cidade do Rio de Janeiro e de estabelecido a quantia mínima de 1 tostão como contribuição, que vieram de vários estados do país, de entidades representativas de classe e do presidente Vargas. Em 11 de janeiro de 1940 a herma, feita pelo escultor Honório Peçanha foi inaugurada em grande solenidade pública, sendo Catulo emocionadíssimo carregado nos braços do povo.

Em novembro, Catulo requereu sua aposentadoria como datilógrafo – função que nunca exerceu, desde a sua admissão em 1921 no Ministério de Viação e Obras Públicas – ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que o aposentou em 17 de dezembro, mas com apenas dois terços de seus vencimentos, negando-lhe o pagamento integral do salário, porque ele não tinha tempo suficiente de trabalho e o pedido não tinha respaldo legal, nem se enquadrava nas regras normais de aposentadoria. O poeta revoltou-se mais uma vez, foi aos jornais afirmando que estava sendo injustiçado e requisitou uma audiência a Getúlio Vargas para tratar do caso. Este o recebeu no Palácio Rio Negro em Petrópolis em 11 de fevereiro, e Catulo muito a vontade recitou seus poemas, cantou, contou casos de sua vida e três dias depois Getúlio Vargas assinou o decreto de sua aposentadoria com vencimento integral e, em 15 de fevereiro, ele foi publicado no Diário Oficial da União:

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto-Lei 3.016, de 13 de fevereiro de 1941

Dispõe sobre a aposentadoria de Catulo da Pátria Cearense.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando que Catulo da Paixão Cearense, pela sua obra literária, conhecida e apreciada em todo o país, tem contribuído eficazmente para a divulgação do nosso folclore, tornando-se, no consenso geral, um poeta popular nacional; considerando que, por esse motivo e também por achar-se em idade avançada, merece o amparo do poder público, do qual é servidor, não possuindo outros recursos de subsistência, afora os do cargo que exerce,

Decreta:

Artigo único. Fica aposentado, com vencimento integral, Catulo da Paixão Cearense, no cargo que ocupa da Classe O, da carreira de Datilógrafo, do Quadro T do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1941, 120º da Independência e 53º da República. – Getúlio Vargas.

Em 1942 Catulo dá uma longa entrevista ao jornalista Joel Silveira para a revista *Diretrizes*, em que, questionado entre outros assuntos, reafirma ser o único autor de *Luar do sertão*, contrariando opiniões do jornalista Gondin da Fonseca, do cantor e compositor Sílvio Salema, de Heitor Villa Lobos e do radialista Almirante que afirmavam comumente na imprensa e no rádio com documentos e depoimentos ser de João Pernambuco a autoria da melodia, o que acabou por se confirmar.

Catulo não se casou e não teve filhos. Preocupado, portanto, com o legado de sua obra, resolveu fazer uma cessão de direitos a Guimarães Martins, tornando-o seu herdeiro, oficializando seu desejo, em 9 de fevereiro de 1944, em registro feito no Cartório Frontin do 4º Ofício de Títulos e Documentos. No mesmo ano publica uma coletânea intitulada *Poemas escolhidos* e, em dezembro de 1945, seu último livro, *O testamento da árvore*.

Com a saúde debilitada recebe na sua casa no bairro do Méier, em 8 de maio de 1946, o médico e cantor mexicano Alfonso Ortiz Tirado e, dois dias depois, falece em sua residência aos 80 anos. O velório de Catulo foi realizado no dia 11 no salão da Associação Brasileira de Imprensa. No dia seguinte, o corpo foi transportado para a capela de Santa Terezinha do Menino Jesus, na Praça da República, e sepultado no dia 13 com grande acompanhamento, e ao som de *Luar do sertão*, cantado por uma multidão, no cemitério do Catumbi. O poeta da modinha, do sertão e do povo, polêmico e genial, eterniza-se.

Referências

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: 1938, 4 v.

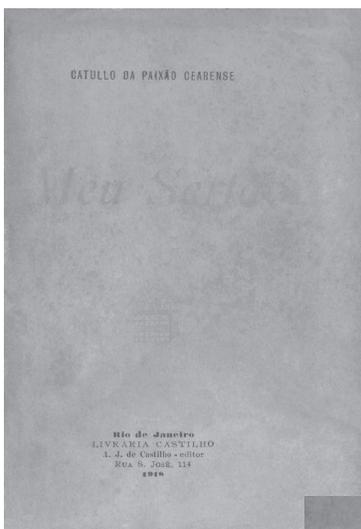
EFEGÊ, Jota. **Figuras e coisas da música popular brasileira**. Rio de Janeiro: Funarte, 1978. v. 1.

LACROIX, Maria de Lourdes Luande. **São Luís do Maranhão de corpo e alma**. São Luís: Edição particular, 2012.

LISBOA JUNIOR, Luiz Américo. **Da modinha ao sertão – vida e obra de Catulo da Paixão Cearense**. São Luís: Instituto Geia, 2016.

MAUL, Carlos. **Catulo – sua vida, sua obra, seu romance**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1971.

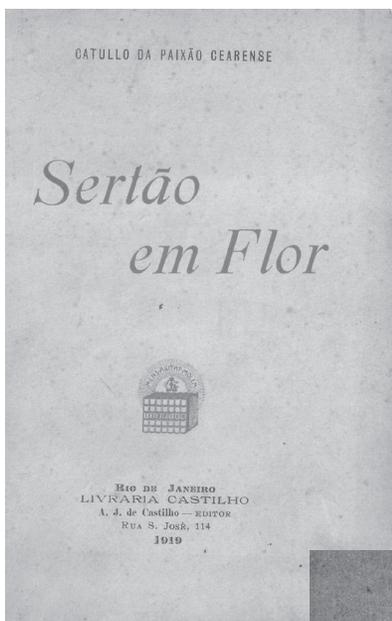
MORAES, Evaristo de. **Um erro judiciário – o caso Pontes Visgueiro**. Rio de Janeiro: Ariel, 1934.



01- Meu sertao



02 – Catulo, de roupa branca, com o pai Amâncio e o irmão Gil.



03 – Sertao em flor.



04 – Catulo em foto de 1893.



06 – João Pernambuco, violonista e compositor, fundador do Grupo do Caxangá, parceiro de Catulo e autor das melodias de Luar do sertão e Caboca di Caxangá.



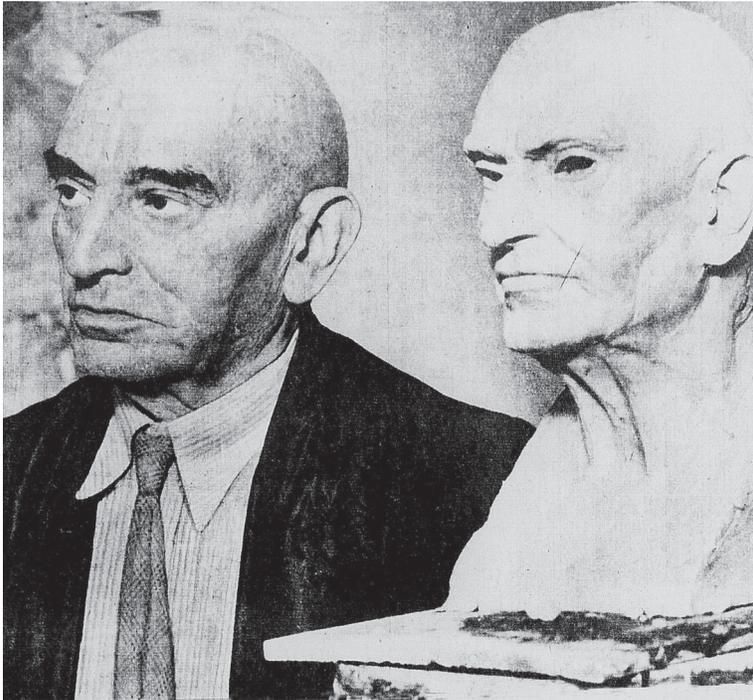
05- Grupo de músicos boêmios. Da esquerda para a direita – Rogério Tomaz Vieira, Gregório de Brito, Irineu de Almeida, Manoel Jacinto Graca, Manoel Guimaraes Capos, José Monteiro Veiga e Catulo.



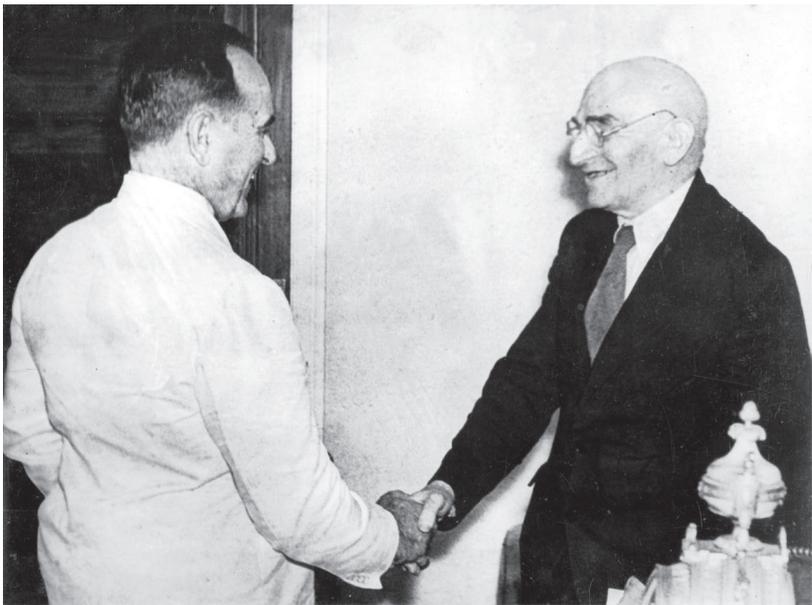
07 – Selo da primeira gravação de Luar do sertão.



08 – Catulo no Teatro São Pedro em 12 de setembro de 1918..



09 – Catulo ao lado de seu busto esculpido por Honório Peçanha, 1940.



10 – Catulo recebido por Getúlio Vargas no Palácio Rio Negro em Petrópolis, fevereiro de 1941.



11 – Catulo recebe, em sua casa, 8 de maio de 1946, dois dias antes de falecer, o tenor e médico mexicano Alfonso Ortiz Tirado,



12 – Catulo – 1946

Revista do Ins
do Instituto
stitit
Gráf
e
ráfico e Histó
Th

Centenário de
personalidades

O centenário da escritora Zélia Gattai (1916-2016)

Antonella Rita Roscilli

Escritora, pesquisadora, brasilianista e biógrafa de Zélia Gattai. Sócio-correspondente do IGHB e Membro Correspondente da Academia de Letras da Bahia (Roma – Itália).

Resumo:

No ano do Centenário do nascimento de Zélia Gattai (1916-2016), escritora, memorialista e fotógrafa, mulher por 56 anos do escritor Jorge Amado, o artigo pretende ser uma homenagem para ela. Reconstruindo os acontecimentos mais importantes da vida e obra literária de Zélia, ressalta, através de alguns ilustres testemunhos e acadêmicos italianos e brasileiros, a importância que a obra dela possui para a reconstrução memorial de parte da história da imigração italiana no Brasil. Além disso, não podemos esquecer que Zélia deixou um acervo, acerca de trinta mil negativos de fotografias, testemunho da vida do ilustre escritor Jorge Amado, e que se encontram na Fundação Casa de Jorge Amado de Salvador Bahia. O artigo ilustra também os principais eventos que em 2016 acontecem na Itália e no Brasil para homenagear os 100 anos desta ilustre personagem ítalo-brasileira.

Palavras-chave: Zélia Gattai, memórias, Jorge Amado, imigração italiana no Brasil

1916-2016. BIRTH CENTENARY YEAR OF ZELIA GATTAI

Abstract:

In birth Centenary year of Zélia Gattai (1916-2016), writer, memoirist and photographing, woman, for 56 years, of the writer Jorge Amado, the article wants to be a tribute to her. Plans to rebuild the most important facts of life and literary work of Zelia, stressing also through some illustrious witnesses and Italians and Brazilians, the importance of this work is the memorial reconstruction of the Italian immigration in Brazil. Moreover, we can not forget that she left a collection of thirty thousand negatives of photographs, witness to the life of the famous writer Jorge Amado, and who are in the Fundação Casa de Jorge Amado of Salvador Bahia. The article also illustrates the main events that take place in 2016 in Italy and Brazil to honor this illustrious memoirist Italian-Brazilian.

Keywords: Zélia Gattai, memoirist, Jorge Amado, italian immigration in Brazil

No ano de 2016, a Itália e o Brasil celebram o Centenário de nascimento de Zélia Gattai, ilustre filha de italianos. Ela teve uma vida extraordinária e, com a sua obra literária, contribuiu para o enriquecimento dos laços entre os dois países que, ao decorrer de séculos, sempre tiveram um diálogo muito fértil entre si. Zélia nasceu em 2 de julho de 1916 em São Paulo, filha de imigrantes italianos, sonhadores, que tinham cruzado o oceano em busca de uma vida melhor, trazendo com eles seus ideais.

O pai Ernesto pertencia a uma família toscana que, no final do século XIX, participou do sonho do italiano Giovanni Rossi, idealizador de uma colônia experimental socialista no Paraná: a Colônia Cecília. A família da mãe Angelina era da região do Veneto e chegou ao Brasil para trabalhar nas plantações de café em Cândido Mota, logo depois da abolição da escravidão, que aconteceu com a Lei Áurea, em 1888. Última de cinco filhos, Zélia viveu sua infância e adolescência na época em que aconteciam as primeiras manifestações trabalhistas nos bairros paulistas de Brás e Bixiga.

Em 1938, durante a ditadura de Getúlio Vargas, a polícia perseguiu sua família, considerada subversiva. A casa dos Gattai foi invadida pela polícia. O pai Ernesto foi jogado na prisão e torturado. Sua saúde ficou tão abalada que ele morreu de febre tifoide em 1940 com apenas 54 anos. “Você é minha esperança”. Ele sempre dizia esta frase para a filha caçula. Após a morte dele, Zélia nunca perdeu aquela esperança forte e poderosa de que tinha atravessado o oceano, constituindo-se como essência e força dos imigrantes italianos. Começou a cultivá-la na militância política, chegando, enfim, a conhecer o homem que virou companheiro e amor de uma vida inteira: Jorge Amado.

Zélia procurou participar das atividades do Congresso dos Escritores em janeiro de 1945 e o encontrou, mas o viu muito de longe e cercado de admiradores. A guerra estava terminando e, com ela, a ditadura no Brasil. Jorge Amado tinha 32 anos e já era conhecido. Sofreu prisão e exílio por engajamento político na esquerda brasileira. Com o advento do Estado Novo de Getúlio Vargas, seus livros foram apreendidos e queimados em praça pública.

Em maio de 1945, a notícia da renovada presença de Jorge em São Paulo, nos movimentos reivindicatórios dos direitos sociais, correu de boca em boca. Estava à frente da organização dos comícios em prol da liberdade dos presos políticos, entre os quais se encontrava Luís Carlos Prestes. Destes comícios participou também o poeta chileno Pablo Neruda que, em homenagem a Prestes, declamou um poema para dona Leocádia, mãe de Prestes.

Nenhuma manifestação sentimental acontecera ainda entre Jorge e Zélia, mas ele começou a se declarar através de crônicas diárias, na coluna “Conversa Matutina” que escrevia para “Folha da Manhã”, um jornal de São Paulo. Em uma das crônicas estava um verdadeiro poema de amor que impressionou Zélia:

*Eu te darei um pente
para te pentear
Colar para teus
ombros enfeitar
Rede para te embalar
O céu e o mar eu vou te dar...*

Entre eles nasceu um maravilhoso amor e em 8 de julho de 1945 decidiram viver juntos. “Até hoje não consegui saber quem chegou a quem. O que se deve registrar é que houve imediatamente o intercâmbio de olhares, de afetos, de esperanças. E essa permuta, real e simbólica, selou a união para sempre”, dirá, muitos anos depois, o grande amigo, crítico, professor, escritor e acadêmico Eduardo Portella, durante o discurso de recepção na posse de Zélia Gattai na Academia Brasileira de Letras, em 21 de maio de 2002.

Os dois se mudaram logo para o Rio de Janeiro onde nasceu João Jorge, primeiro filho do casal. Jorge foi eleito deputado e memoráveis são as leis propostas por ele sobre direitos autorais e liberdade de religião no Brasil. Quando os tempos se tornaram de novo escuros, Jorge e Zélia se exilaram por cinco anos na Europa, onde nasceu Paloma. Foi ali na Europa que começou a amizade com intelectuais e artistas como Pablo Picasso, Anna Seghers, Nicolás Guillén, Jacques Prévert, Louis Aragon, Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir. Em 1948, Amado participou em Paris do I Congresso dos Combatentes pela Paz e, junto com outros intelectuais, assinou o Manifesto a favor da Paz. Foi naquela ocasião que Pablo Picasso fez o desenho da pomba da paz que se tornaria símbolo do Movimento. Logo foram expulsos de Paris e foram viver em Praga, onde nasceu Paloma e depois no Castelo de Dobris que abrigou vários intelectuais da época.

Ao retornar ao Brasil, decidiram viver na Bahia e fixaram residência na rua Alagoinhas 33, no bairro de Rio Vermelho, na cidade de Salvador. “O retorno de Jorge Amado a Salvador, ainda nos anos 1960, possibilitou-nos uma maior aproximação com o grande escritor e sua família. Zélia, sua amada companheira conquistou a todos pela sua simpatia, comunicação e extrema simplicidade. Participando da vida de Jorge, acompanhava ele em tudo em todas as visitas em casa dos amigos” escreve o professor e acadêmico Edivaldo Boaventura.

Zélia viajou para todos os cantos da terra ao lado de Jorge: “foi meu marido, meu mestre, meu amor”, dizia ela. Por muitos anos o ajudou na revisão dos textos. Mas, em 1979, começou a sua própria carreira, publicando a obra *Anarquistas, graças a Deus*, em que revelou as memórias de seus pais italianos, a sua infância e adolescência, a vida

nos bairros, contando a vida de imigrantes italianos em São Paulo no início do século XX.

O livro foi um grande sucesso com 200.000 cópias vendidas no Brasil. Na Rede Globo virou uma minissérie de sucesso, dirigida por Walter Avancini, interpretada por Deborah Duarte e Ney Latorraca. Traduzido em vários idiomas, foi publicado na Itália em 1982 pela Frassinelli e republicado em 2002 pela editora Sperling e Kupfer na coletânea “Continente desaparecido”, dirigida por Gianni Minà. Foi a partir desta obra que Zélia, usando uma linguagem simples e repleta de emoção, se tornou, pela vida inteira, guardiã e contadora das memórias incríveis da família Amado, da família Gattai e da família Da Col.

Entre suas obras estão “Um chapéu para viagem”, “Jardim de Inverno”, “A casa do Rio Vermelho”, “Cidade de Roma”, “Vacina de sapo”, “Memorial do amor”, o livro de fotografias “Reportagem incompleta” com tradução para o francês, editado por Pierre Verger. Publicou onze livros de memórias, três livros infantis, um romance e um livro de fotografias. Zélia, alias, foi uma fotógrafa fantástica e quase todas as imagens de Jorge Amado foram tiradas por ela.

Quase trinta mil negativos se encontram na Fundação Casa de Jorge Amado, a grande casa azul no Pelourinho, por muitos anos dirigida pela poeta Myriam Fraga que nos deixou em fevereiro de 2016. Desde aquela data é dirigida por Angela Fraga de Sá. No ano de 2002, depois da morte do seu Amado (10/8/2001), Zélia foi eleita na Academia Brasileira de Letras, na Academia de Letras de Ilhéus e na Academia de Letras da Bahia. Na Academia de Letras da Bahia, pela primeira vez na história acadêmica, quem fez a saudação para ela foi uma mulher, a ilustre poeta Myriam Fraga que assim falou: “Zélia Gattai, ao tomar posse na cadeira 21, de certo modo, confirma uma patrimônio que já lhe pertencia, tornando-se herdeira e guardiã da maior das fortunas, a memória de Jorge Amado. A herança desse patrimônio não se fez apenas pelos caminhos da doação, mais que um direito, foi uma conquista e uma aclamação”.

A carreira literária de Zélia Gattai foi repleta de sucessos e prêmios internacionais entre os quais ressaltamos o grau de “Commemorator de Artes e Letras” na França, o Gonfalone d’Argento della Re-

gione Toscana; o grau de “Grande Oficial da Estrela da Solidariedade Italiana”, concedido pelo Presidente da Repubblica da Itália Giorgio Napolitano em 2007 e entregue em 2008 por S.E. Michele Valensise, Embaixador da Itália no Brasil.

“Zélia tornou-se no imaginário coletivo um dos símbolos mais significativos da imigração italiana no Brasil e da sua enorme contribuição ao desenvolvimento e modernização do país. Com o sonho de uma maior justiça social, que Zélia respirou desde criança, e que a acompanhará pela vida inteira, sua história se torna um capítulo inseparável dos eventos dos trabalhadores italianos em São Paulo, no início do século passado, e do movimento sindical, que nasceu com eles, iniciando uma tradição gloriosa, que ainda continua”, assim escreve o italiano Fabio Porta, deputado no Governo italiano, Presidente del Comitato Permanente per gli Italiani nel Mondo e per la Promozione del Sistema Paese della Câmara dei Deputati.

Zélia Gattai estava começando a escrever a segunda parte, que seria a continuação do seu primeiro romance *Crônica de uma namorada*, (Record, 1995), quando nos deixou. Era um sábado, 17 de maio de 2008. Nos deixou um legado importante, uma obra rica de detalhes e fatos importantes, “uma obra que incorpora uma imensurável política da memória, que é sobretudo a valorização da memória, como grande e potencial campo político, onde o mundo pode ser desmanchado e recriado a partir de uma imensa força, que é sobretudo ideal e utópica. Um passado que respira no futuro”, escreve Roberto Vecchi, professor de Língua e Literatura brasileira da Universidade italiana de Bologna.

Um passado que respira no futuro, como a famosa Casa do Rio Vermelho, onde Zélia e Jorge Amado moraram por quase 40 anos, e que foi inaugurada como Memorial em novembro de 2014, depois de um projeto de restauração feito pelo celebrado arquiteto e cenógrafo Gringo Cardia, com a colaboração do professor Paulo Miguez, vice-reitor da UFBA. Zélia tinha escrito “A Casa do Rio Vermelho” em 1999, lembrando de todos os amigos que nela passavam, mas, em 2004, publicou “Memorial do Amor”.

Com esta obra ela quis lembrar como nasceu a casa e as histórias em redor dela. Queria com isso celebrar a casa do Rio Vermelho,

esperando ver a casa transformada em memorial. Mas o Tempo passou e ela não chegou a vê-la... A casa do Rio Vermelho abriu as portas como Memorial somente em 2014. Foi por isso mesmo que decidi que a primeira homenagem na Itália devia ser a tradução para o italiano e a publicação deste livro.

“Durante cinquenta e seis anos foram apenas Ela e seu amor. Destes cinquenta e seis, quarenta os passaram juntos na Bahia. Juntos plantaram o jardim, juntos educaram seus filhos e viram nascer seus netos, juntos cuidaram de seus muitos animais, juntos cultivaram a amizade”, assim começa o prefácio de Paloma Amado no livro *Memorial do Amor*.

A edição italiana, por mim traduzida e publicada pela editora italiana Nova Delphi, teve o primeiro lançamento na Embaixada do Brasil em Roma em 30 de maio de 2016, em um evento para o Centenário de Zélia Gattai, no Auditório do Centro Cultural Itália-Brasil, com introdução do próprio Embaixador do Brasil, S.E Ricardo Neiva Tavares, com a presença do Embaixador da Itália no Brasil, S.E. Antonio Bernardini e de sua esposa Ornella.

O evento foi organizado com a colaboração da diretora do Centro Cultural Itália-Brasil, Daniela Cavalcanti, e tivemos o prazer de ter na mesa, além de mim, Germano Panettieri, Diretor da editora Nova Delphi e Giorgio De Marchis, professor de Língua e Literatura portuguesa e brasileira na Università Roma3 de Roma. Um público emocionado aplaudiu as palestras, assistiu a um trecho da minissérie Anarquistas, Graças a Deus e, no final da noite, ouviu as notas das músicas de Dorival Caymmi.

“Memorial do Amor é um livro que oscila continuamente entre biografia e autobiografia. Na oscilação contínua, entre a primeira pessoa do singular e plural do casal, o que, sem dúvida, brilha, é a melhor qualidade de Gattai escritora, ou seja, a leveza. Aquela leveza que o escritor Ítalo Calvino não considerava imprecisão, mas capacidade de tornar a linguagem um elemento sem peso, que tremula sobre as coisas como uma nuvem, ou melhor, uma poeira sutil ou, melhor ainda, um campo de impulsos magnéticos”, escreve no artigo “Uma casa, Memorial do Amor” o professor italiano Giorgio De Marchis.

A obra foi lançada também na livraria romana “Todo Modo”. Os principais eventos italianos, gravados pela Allinfo de Giovanni Pirri, constituem hoje um precioso testemunho, um documentário com título “Speciale Itália. Centenário de Zélia Gattai, 1916-2016” que está sendo exibido em vários encontros brasileiros e italianos, além de TV no Brasil. Ainda tem o importante evento para Zélia Gattai na cidade de Firenze, no prestigioso “Gabinetto Scientifico Letterario G.P. Vieusseux” fundado em 1819, e outros lançamentos italianos da obra “Memoriale dell’ Amore”.

No Brasil, além do lançamento do livro de Paloma Amado “Pituco”, com lindas fotos de Zélia Gattai, uma outra homenagem é a obra “Zélia Gattai e a Imigração Italiana no Brasil entre séc. XIX e XX” (Edufba), de minha autoria, com pré-lançamento na Fundação Casa de Jorge Amado, junto a uma exposição sobre Zélia Gattai na Casa 47, em 22 de julho de 2016, e depois em 25 de agosto na Academia de Letras da Bahia, em São Paulo no Instituto Italiano de Cultura e no Rio.

Em Salvador, há ainda um dia dedicado a Zélia, durante o VI Colóquio Jorge Amado e o Curso Castro Alves 2016, organizado pela Academia de Letras da Bahia, apresentações de livros e Saraus na Casa do Rio Vermelho. E assim viva Zélia Gattai que hoje em dia continua vivendo e respirando e ensinando através de seus livros preciosos, testemunho de uma parte da história da emigração italiana para o Brasil e memória de sua vida extraordinária ao lado de Jorge Amado.

Referências

BOAVENTURA, Edivaldo. Amata Zélia Gattai. In: *Sarapege*, A. V, n. 14 (jul.-dez.2016), p. 25-30. Disponível em: www.sarapege.net. Acesso em 16/7/2006.

CALVINO, Ítalo. **Lezioni Americane. Sei proposte per il prossimo millennio**. Milano: Garzanti, 1988.

- FRAGA, Myriam. **Saudação a Zélia Gattai. Discurso de posse na ALB.** Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2002.
- GATTAI, Zélia. **Memoriale dell'Amore.** Roma: Nova Delphi, 2016.
- PORTA, Fabio. *I Cento anni di Zélia Gattai.* In: *Sarapegbe*, A. V, n. 14 (jul.-dez.2016), p. 25-30. Disponível em: www.sarapegbe.net. Acesso em 14/7/2016.
- ROSCILLI, Antonella Rita. **Zélia de Euá rodeada de estrelas.** Salvador: Casa de palavras, 2006.
- ROSCILLI, Antonella Rita. **Zélia Gattai e a imigração italiana no Brasil entre os séculos XIX e XX.** Salvador: Edufba, 2016.
- VECCHI, Roberto. Políticas da memória: a obra de Zélia Gattai e a Itália. In: ROSCILLI, Antonella Rita. **Zélia Gattai e a imigração italiana no Brasil entre os séculos XIX e XX.** Salvador: Edufba, 2016.



Ambasciatore del Brasile Ricardo Neiva Tavares Roma no evento comemorativo do Centenario Zélia Gattai. Foto Giovanni Pirri.



A direita prof. Giorgio De Marchis, ao centro A. R. Roscilli, à esquerda Germano Panettieri palestras. Foto de Giovanni Pirri.

Zélia Gattai

MEMORIALE dell'amore



Capa de livro publicado na Itália



Zélia e a imigração italiana. Capa do livro de ROSCILLI

Sadoc, 100¹

Luis Guilherme Pontes Tavares

Jornalista, sócio do IGHB e doutor em História Econômica pela FFLCH/USP

Viva o centenário Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade!

Há três circunstâncias que me asseguram o conforto de falar nesta homenagem ao Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade pela passagem, no último domingo, 20 de março, do seu centésimo aniversário de nascimento. A primeira é a afeição que lhe dedico há muitos anos. A seguinte é a edição do livro *Coletânea de raros escritos*, de que participei em 1994; e a terceira é o convite que o IGHB fez a este sócio que tem demonstrado o agrado de participar do dia a dia desta instituição.

Início as considerações a respeito do querido e longevo baiano enaltecendo sua origem. Nascer em Santo Amaro no início do século XX, num lar modesto ou abastado, oferecia a oportunidade de viver num ambiente de educação e bom gosto. Santo Amaro figura com destaque na história política e econômica da Bahia e do Brasil e os reflexos

¹ Pronunciamento feito na mesa redonda com que o IGHB comemorou, na tarde de 23 de março de 20016, a passagem, ocorrida três dias antes, do aniversário de 100 anos do Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. Também participaram como palestrantes, o médico Carlos Kruschewsky, a professora Antonia da Silva Santos e o padre Lázaro Muniz, pároco da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

dessa relevância eram mais intensos naquela metade do século passado. Chamo a atenção para quatro contemporâneos do monsenhor e que nos legaram a lembrança de ações que os tornaram inesquecíveis. Falo do pesquisador José Gabriel da Costa Pinto, da professora Zilda Paim e da valorosa senhora Canô Veloso. Portanto vamos admitir que Santo Amaro explique, em parte, a trajetória vitoriosa de Monsenhor Sadoc.

Foram, todavia, suas características pessoais, desde a sua invulgar personalidade até a sua admirável capacidade de trabalho, que o distinguiram. Sem a luminosa inteligência, que o coloca entre os gênios brasileiros, e a disposição para o trabalho, nascer em Santo Amaro ou em outra cidade qualquer de nada valeria. Que jamais se esqueça a contribuição do Monsenhor como educador. Enquanto rezava missa, assistia o rebanho, edificava igrejas, centros comunitários e postos de atendimento, ele ministrava aulas. Lembremos que ele foi professor da Escola Técnica Federal durante 25 anos e que lecionou também em outras instituições.

Desejo enaltecer nesta tarde, de modo especial, a ação política de Monsenhor Sadoc. Que extraordinária contribuição ele deu a todos nós quando fez da Paróquia da Vitória o seu púlpito de longo prazo. Dignificou ainda mais aquela “Casa do Senhor”. O filho negro, culto e elegante de Santo Amaro, devoto apaixonado de Nossa Senhora da Purificação, afirmou-se como amigo cordial e animador de paroquianos bem-nascidos. Qual o vizinho da Graça, da Vitória e ou da Ladeira da Barra não o reverenciaria? Eis a prova de quanto o baiano é surpreendente.

A afirmação do Monsenhor na estrutura da Igreja Católica na Bahia, resultado da sua habilidade e do seu arguto entendimento do homem, contribuiu para que outros sacerdotes de pele escura ascendessem na carreira e emprestassem ao cenário do clero baiano a cor de seu povo, o sorriso de seu povo e a generosidade ilimitada de seu povo. Aos 100 anos, Gaspar de tantos feitos e de tantos sonhos prossegue agindo e não esconde o desejo de ver o padre Edson Menezes da Silva, pároco da Igreja do Bonfim, elevado ao nível de bispo.

Digo-lhes, enfim, que a generosidade de Monsenhor Sadoc possibilitou-me vencê-lo de 2 a 1 no último domingo. Se ele recebeu a

benção do Papa Francisco no dia do seu centésimo aniversário, couberam-me, naquele dia, duas benções, a dele e a do arcebispo dom Murilo Krieger.

Que Deus seja louvado!

Encantos, encontros e amizade em todos os cantos com Sadoc¹

Antonia da Silva Santos

Mestre em Letras – UFBA. E-mail: antonili20032003@yahoo.com.br

Palavras iniciais

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, neste momento. Sinto-me profundamente honrada e grata por esta possibilidade e, confesso que senti, durante esses dias, o peso da responsabilidade de participar deste Seminário.

Saúdo à mesa, saúdo aos confrades e aos reverendos, aos professores, aos visitantes e aos funcionários desta instituição, aos amigos, aos familiares do Monsenhor Sadoc e àqueles e àqueles que participaram da construção deste momento, desde a ideia à divulgação, aos detalhes, enfim, a todos que garantem o sucesso deste momento.

¹ Palestra comemorativa pelos cem anos de nascimento do Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. Participação no Seminário Gaspar Sadoc da Natividade: cem anos de vida prestante, realizado no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 23.mar.2016.

Peço licença para ficar de pé, pois, gostaria de posicionar-me, solenemente, na presença do Monsenhor Sadoc, o homenageado. Certamente, se ele estivesse, fisicamente, aqui, eu começaria falando como o fiz inúmeras vezes: “Muito e sempre querido Monsenhor Sadoc, paz e bem!”.

Santamarense, filho de José Porcino da Natividade e Esmeralda da Natividade; ele, operário, ela doméstica. Gaspar Sadoc da Natividade, “portador de tesouros” ou “aquele que leva tesouros”, conforme a origem do seu prenome Gaspar. Tem origem no nome persa *Kandsmar*, derivado dos elementos *yashb, jasper*. *É o filho homem mais velho numa prole de oito*. Colocou como meta fazer a vontade de seus pais, isto é, tornou-se um padre (além da sua admiração por um sacerdote chamado João de Deus, muito simples e muito estimado).

Gaspar é um nome muito popular na Alemanha. Independente e dinâmico, Gaspar Sadoc possui características de um líder e é desta forma que é visto. É necessário à pessoa como ele, pessoa desta personalidade, agir com tato, diplomacia e paciência, evitando ser visto como egoísta ou autoritário.

Com frequência, foi procurado para assumir projetos e empreendimentos, pois, sua autoconfiança e facilidade em enfrentar os obstáculos são qualidades notórias e as pessoas sempre acreditaram na sua eficiência em tomar conta das situações. Todos os seus atributos podem estar relacionados ao exercício do poder, pois este consiste também na capacidade de decisão sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Dessa posição, domina, julga, sentença e perdoo. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder².

É o tipo de pessoa que não se deixa afetar quando existe oposição às suas ideias ou ações. Por agir com equilíbrio, sempre tem o apoio dos que o seguem e acreditam na sua autoridade. Às vezes, precisava concentrar-se em atingir seu objetivo, coisa que costuma fazer com muita originalidade. Personalidades como ele, são rapidamente notadas, pois conquistam facilmente a todos e costumam ser o centro das atenções.

² SANTOS, Antonia da Silva. Joana Angélica saindo dos papéis à beatificação. Cader- nos do CNLF, Vol. XV, n.º 5, t. 2. Rio de Janeiro, CIFEFiL, 2011, p. 1943.

Liderança não é sinônimo de gerência, embora cada gerente deva ser um líder. Um líder, entretanto, não precisa necessariamente gerenciar coisa alguma. Motivação é sinônimo de liderança. O sucesso de um líder pode depender quase que, exclusivamente, de sua capacidade de motivar outras pessoas. E isso, Monsenhor Sadoc sempre foi, e será. É um homem de sucesso, um homem que conseguiu motivar o clero a serem pessoas amáveis e amorosas, pessoas que buscam a solução dos problemas das pessoas, pessoas que sonham e lutam pelo alcance de seus objetivos, pessoas que crescem e evoluem, pessoas incansáveis na luta pela melhoria do mundo, pessoas bem sucedidas e, assim, pessoas de sucesso, embora pessoas que devam cultivar a humildade.

Revela como pensa, sente e age. Manifesta o seu desejo íntimo da alma, o seu “eu interior”, a sua transparência, suas esperanças, sonhos, ideais, motivações. Às vezes, é possível que percebêssemos essa manifestação, mas, talvez, nós não a expressássemos como deveríamos ou mesmo não vivêssemos de acordo com ele e, assim, estaríamos reprimindo os nossos sentimentos e impulsos, o que gostaríamos de ser ou fazer, estaríamos adormecendo nossos objetivos secretos, nossas ambições, nossos ideais mais íntimos.

Sempre expressou o sentimento do coração e, comumente, usava o superlativo. A ênfase dada às palavras, não só pela eloquência ao falar, o que o consagrou como o maior orador sacro do país, também, mostrava o desejo de sempre progredir, já que dizia não saber tudo e que, se voltasse no tempo, queria em tudo, ser melhor.

Conselheiro, professor, analista, pesquisador, geralmente supervisionava e dirigia o trabalho dos outros. Pessoa de caráter forte e perspicaz, assim desenvolveu sua capacidade de liderança. Filósofo e psicólogo nato, Sadoc percebeu a vida como ela realmente é. Tem o dom de ajudar as pessoas a compreenderem a si mesmas. Viveu de acordo com seus propósitos tornando-se um grande mestre e atraiu a todos que viessem em busca de seus conhecimentos.

Cuidadoso com a sua sede de poder pessoal, além de tornar-se um sacerdote de destaque em todas as esferas, idades e credos da sociedade, conserva sua fidelidade aos seus amigos e à Cleusa Cunha. Cleusa, também, se mantém fiel à missão que lhe foi confiada por D.

Esmeralda: “cuide dele e não se esqueça do bolo toda semana”. E por ser fiel a ele, também cuida de todos nós que somos seus amigos.

Quem tem um amigo tem um tesouro e quem tem um tesouro e cuida dele (no caso, dos amigos), certamente, recebe o maior dom que alguém pode receber: a confiança para tarefas cada vez maiores e melhores, já que é um instrumento para o bem comum, encaminhando e caminhando com mais tesouros.

1 Encontros com Sadoc

É inegável a atuação do Monsenhor Sadoc como homem religioso da Igreja Católica. É um homem apaixonado pela sua entrega como missionário, como padre, como homem de fé. Exerceu inúmeras atividades, deu assistência a um número ilimitado de pessoas, aproveitou a chance de fazer feliz a todas e a todos que surgissem à sua frente, mesmo quando dava bronca.

Foi professor de Latim no Colégio Soledade, em 1942; professor de Latim e História no Ginásio D. Macedo Costa, de 1943 a 1946; professor de Latim do Colégio de Formação dos Oficiais na Vila Militar, de 1945 a 1946; Conselheiro da Universidade Católica do Salvador, de 1950 a 1951; professor de História e Geografia na Escola Técnica Federal da Bahia de 1954 a 1979; professor de História Antiga da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Salvador, em 1960; professor de História no Centro Empresarial Sofia Costa Pinto, de abril a setembro de 1963; professor de Educação Religiosa do Ginásio Antonio Calmon, de 1964 a 1965³.

Confirmou a sua intelectualidade, tornando-se membro da Academia de Letras e Artes Mater Salvatoris, desde sua fundação em maio de 1977, exercendo a função de vice-presidente. Foi eleito para a Academia de Letras da Bahia em 7 de março de 1990, tomando posse em 16 de outubro no Salão Nobre da atual sede, sendo saudado por Thales de Azevedo. É titular da cadeira 10 e teve como patrono, José Lino dos

³ Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. Disponível em <https://academiadeletrasda-bahia.wordpress.com/.../monsenhor-gaspar-sad...> Acesso em 21 de março de 2016.

Santos Coutinho. Publicou seus sermões e suas reflexões, a partir do livro intitulado **Mensagens**, em 1971; **Semeando**, em 1988 e **Coletânea de raros escritos**, em 1994. Faz parte das comemorações dos seus cem anos, o livro intitulado “De mãos juntas”, organizado pelo Dr. Carlos Kruschewsky.

Como pessoa humana, possivelmente, pelas suas características e força de atração, conseguiu viver com muitos e incontáveis amigos. Coloco-me no rol das pessoas suas amigas e considero-me amiga dos seus amigos.

Tudo começou como se esta relação de amizade já estivesse escrita nas estrelas. A procura de textos inéditos para os meus estudos no curso de Mestrado em Letras, em 2001, conduziu-me a um levantamento dos documentos dos séculos XVIII e XIX relativos às religiosas do Convento da Lapa-BA. O meu primeiro desejo era apenas estudar o português brasileiro. Contudo, o Convento Nossa Senhora da Conceição, situado no bairro de Brotas, atualmente, solicitou a inclusão da pesquisa de documentos comprobatórios do martírio da Madre Joana Angélica⁴, para que se tornasse possível o processo canônico da beatificação da citada freira.

Reflexiva com a nova tarefa recebida, eu pedi a opinião de pessoas de minha confiança, pessoas de meu relacionamento, às quais foram unânimes em orientar-me a procurar o Monsenhor Sadoc. E eu, no mesmo momento, também retruquei: “como conseguirei falar com uma pessoa tão importante?” Eu só o conhecia por comentários e pela homilia na Igreja da Vitória.

Preparei-me, enchi-me de coragem e fui ao seu encontro numa manhã. Chegando lá na Igreja, ele acabara de sair. Perguntei ao funcionário o que fazer para agendar e conseguir falar com ele. Prontamente, ele respondeu:

– Não precisa não. Ele atende enquanto tiver gente.

⁴ Declaração assinada pela Madre superiora do Convento de Nossa Senhora da Conceição, Madre Maria Joana Angélica, em Brotas, ao Cardeal Dom Geraldo Majella, em 10 de abril de 2001.

Não preciso dizer quanto foi tamanha a tranquilidade do meu coração!

Isso me fez voltar na manhã seguinte e qual não foi a minha surpresa, mais uma vez, ele, Gaspar Sadoc, não só me atendeu, como me orientou e conversamos durante duas horas. Nascia, assim, uma amizade. Saí de lá, muito confiante e feliz. De lá para cá, não deixei de ouvi-lo e de falar; fui em sua companhia a lugares que o chamavam por meu ou seu intermédio; aos eventos que foram inúmeros – acadêmicos, religiosos, políticos, festas de aniversário, casamentos, missas, enfim, passei a fazer parte da sua mesa e do seu rol de amigos, dos frequentadores de sua casa. Tornei-me uma familiar, por afinidade.

Revelado o desejo de instauração do processo canônico da beatificação de Joana Angélica, Monsenhor Sadoc ressaltou a heroicidade das suas virtudes, expressando a superioridade da freira aos acontecimentos que geraram a defesa da fé e do Convento da Lapa. Estivemos juntos em diversos momentos registrados (jornais) e em todos os lugares éramos recebidos com profundo respeito e admiração.

Afirmei, no início, que o seu nome registra e confirma sua vida – seus familiares, seus padres, seus paroquianos e, sobretudo, seus amigos, pois quem tem amigos tem tesouros e, a partir de seu nome, Gaspar Sadoc é portador de tesouros por ter acumulado um número infindável de amigos, durante cem anos e um pouco mais.

2 Comentários e diversão com e por Sadoc

É sabido que, para se cultivar amigos e mantê-los, é necessário que haja predisposição em utilizar o tempo e seus sentimentos de solidariedade, confiança, apoio mútuo, sobretudo, de confiança em favor dos seus semelhantes.

Suas orientações e reflexões mostravam uma harmonia na contextualização. Tudo que foi e é proclamado por Sadoc mantém um discurso atualizado, aprazível e prazeroso, agradável e educativo, o que lhe garante uma forma de realização mesmo com as condições físicas do momento.

Certamente, o início do seu percurso na vida permitiu o rompimento das barreiras que enfrentaria, o que o amadureceu e, constantemente, o induzia e o intuía ao cumprimento da sua missão de forma lúcida, equilibrada, pertinente e persistente, já que Gaspar Sadoc é um dos poucos homens brasileiros a permanecer com a mente e o coração em evidência, durante cem anos. Os seus cem anos de vida traduzem transformações de vida do próximo em reflexão da própria vida. E, a partir da mudança de vida do semelhante, é garantida a mudança da própria vida.

Enumeraria incontáveis relatos de experiências de vida ou de fé vividas por pessoas que conviveram ou estiveram com Monsenhor Sadoc. Seriam relatos de luta, de saudade, de acolhida, de gratidão, de escuta, de orientação, de manifestações de sinceridade ou até mesmo, de rigor, ou ainda, as expressões do seu bom humor.

Relato 01

Conta-se que o Monsenhor Sadoc sempre foi rigoroso, principalmente, no que se refere ao horário. Certa vez, ele celebraria um casamento de um almirante. Todos os preparativos foram feitos e já estavam todos, os convidados, o noivo e o padre, na nave da igreja e a noiva se atrasou. Só que o atraso já passava de duas horas e meia. Soou a música de entrada da noiva e quando a mesma chegou ao altar, o celebrante disse:

– Agora, vou dar uma voltinha ali no Campo Grande.

E se retirou dirigindo-se à sacristia. Todos fizeram um grande esforço para que a cerimônia fosse realizada, pois o padre estava muito contrariado.

Relato 02

Uma professora tinha por hábito fazer relatório ao padre sobre sua pesquisa. Certa vez, estavam conversando e ela exclamou:

– Monsenhor, estou vendo uma luz aqui. (Havia um suporte transparente em sua mesa).

Ele não disse nada. Mais tarde, ela se assusta com o padre falando insistentemente:

– A luz, a luz!

Dessa vez, a professora retrucou, olhando pros lados:

– Não vejo luz alguma.

O padre lhe respondeu:

– Feliz daquele que acredita sem precisar ver.”

Relato 03

Um filho de um grande político baiano manteve uma dedicação constante durante esse período de estado de saúde cuidadoso do padre. As suas visitas costumeiras marcaram para que ele trouxesse os fatos atualizados sobre a política local e a do país. Num certo dia, o senhor, preocupado se daria ou não as notícias, falou com o monsenhor Sadoc. Imediatamente, o mesmo falou:

– Você é o meu almanaque!

Relato 04

Certo padre recebeu um telefonema do Monsenhor Sadoc às 23h e ouviu:

– Olhe, haverá uma pastoral urbana na Diocese, mas nem eu nem você participaremos.

O padre perguntou:

– Por que, Monsenhor?

Daí, ele respondeu:

– Porque você é suburbano e eu sou super urbano.

Relato 05

Perguntaram ao Monsenhor Sadoc:

– Padre, o senhor tem medo de morrer?

Ele respondeu:

– Se eu não pedi para nascer, como é que vou ter medo de morrer?

Relato 06

Uma pessoa perguntou ao padre:

– Monsenhor, o senhor já se sentiu alvo de inveja?

Ele respondeu:

– Eu me sentia, não. Ainda, sinto. A inveja foi o primeiro pecado e ainda perdura.

Relato 07

“Não é porque se é rico que é ruim, nem porque é pobre que é bom.”

Relato 08

“Sou contra o aborto. Mas não porque sou católico ou por ser padre. Sou contrário porque é uma lei de Deus. Ele disse: Não matarás. E a partir do momento em que o espermatozoide se encontra com o óvulo já existe uma vida. Dali vai nascer um homem. Você já viu alguém plantar banana e nascer abacaxi? Inevitavelmente, dali vai nascer um ser humano. É uma questão de lógica.”

Relato 09

(ao lhe indagarem sobre sua amizade com o senador Antonio Carlos Magalhães)

“Nada de política. Tenho horror a política. Eu nunca perguntei para o Antonio Carlos qual era o partido dele. Isso era problema dele. Eu simplesmente gostava dele. Ele podia ser do partido ‘popopó’ do partido ‘pipipi’, que para mim era indiferente. A minha amizade com ele é a mesma que eu posso ter com outro padre. Na minha vida tenho pouquíssimos amigos. Amizade não é algo gratuito como o amor. Para eu ser amigo de alguém, esse alguém tem que querer ser meu amigo também. No amor isso não funciona. A pessoa pode amar alguém e não ser amado por ela. Na amizade, a gente não quer saber se o nosso amigo é bom ou ruim”.

Relato n. 10

(ao lhe perguntarem se ele confessava Antonio Carlos Magalhães)

(Risos) “Não. Não. Amigo não se confessa a amigo. Eu o aconselhava a se confessar com outros padres. Na verdade, a gente conhece a alma de um amigo.”

Relato n. 11

(mostrando seu aprendizado como religioso o respeito às outras religiões)

“Fui ordenado em 1941. Em 42, eu tomei posse da primeira paróquia, que foi no bairro da Liberdade. Naquela época, era um lugar cheio de criança, havia falta de água, mas gostei muito de ter estado lá. Depois fui para a Igreja de São Judas Tadeu, em Baixa de Quintas, onde nós construímos o Santuário de São Judas Tadeu. Foi lá que aprendi a conviver com outras religiões. Fiquei lá durante 18 anos e depois vim para a Vitória.”

Relato n. 12

(Depoimento ao jornal *A TARDE* em 25/1/2006)

“Não há sinais de fanatismo em Anguera – Bahia. Deus emprega os meios mais diversos para um único fim, que é a felicidade das criaturas. As coisas ditas extraordinárias, nem sempre precisam de provas de autenticidade. O mais importante é o fruto do que resulta, pois se faz bem é bom. Se for bom, Deus está presente. O que está acontecendo aqui é algo para se refletir. A ortodoxia e a fidelidade à doutrina da Igreja estão presentes. Não há sinais de fanatismo, mas de espírito de oração.”

Comentários finais

Poderia ficar aqui horas e horas, dias e dias, mas confesso que me fogem as palavras, as lembranças e fica apenas a emoção. Revivo aqui as palavras de um padre, também amigo e aprendiz do Monsenhor Gaspar da Natividade:

– “Ele diz que as portas de casa estão sempre abertas, a luz acesa e a mesa posta a qualquer hora para quem precisar. Sempre saímos mais animados e alegres. Conviver com ele é um contínuo aprendizado da vida. Ficamos encantados com a sua serenidade. Aquele leito é altar de entrega.”

Muito obrigada, Monsenhor Sadoc, pela sua existência! Paz e bem!

Referências

Missa marca os 100 anos do monsenhor Gaspar Sadoc...Disponível em www.atarde.uol. Acesso em 22 de março de 2016.

Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade. Disponível em [www.bahianoticias.com.br/2011/imprime.php?tabela=principal...cod...Monsenhor Gaspar Sadoc...](http://www.bahianoticias.com.br/2011/imprime.php?tabela=principal...cod...Monsenhor%20Gaspar%20Sadoc...) <https://academiadeletrasdabahia.wordpress>.

com/.../monsieur-gaspar-sad...Acesso em 22 de março de 2016.

Monsieur Gaspar Sadoc da Natividade. Disponível em <https://academiadeletrasdabahia.wordpress.com/.../monsieur-gaspar-sad...>
Acesso em 21 de março de 2016.

SANTOS, Antonia da Silva. **RELATÓRIO DE PESQUISA N. 01** – Documento sobre o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa-BA e a Madre Joana Angélica, abril/maio, 2001a. Salvador. Digitado.

SANTOS, Antonia da Silva. **Joana Angélica saindo dos papéis à beatificação.** Cadernos do CNLF, Vol. XV, n.º 5, t. 2. Rio de Janeiro, CiFEFiL, 2011.

Revista do Ins
do Instituto
stitit
aráp
Ge
e
ráfico e Histó
Th

Comemoração
dos 122 anos
do IGHB

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia comemora seus 122 anos

Carlos Eugênio Junqueira Ayres

Diretor de Biblioteca

A festa do centésimo vigésimo segundo aniversário do IGHB, no dia 18 de maio de 2016, às 18 horas, no Auditório Bernardino José de Souza, foi realizada em um clima de comemoração, confraternização e também de saudade.

Convocados pelo mestre-de-cerimônia Gilberto Vitória, participaram da Mesa Eduardo Moraes de Castro, presidente da Casa; professor Roberto Figueira Santos, presidente de honra do Instituto e ex-governador da Bahia; Waldir Pires, vereador e também ex-governador do Estado; Newton Cleyde Peixoto, secretário-geral; Edivaldo Machado Boaventura, diretor-orador oficial; Orlando Tourinho, assessor da Secretaria de Cultura do Estado, representando Jorge Portugal, secretário de Cultura do Estado; vice-almirante Cláudio Viveiros, comandante do II Distrito Naval; coronel Vivaldo Lúcio Fernandes, chefe do Estado Maior da VI Região Militar, representando o general-de-divisão Artur

Costa Moura; coronel-aviador Marcelo Lobão Schiatto, comandante da Base Aérea de Salvador; professora Evelina Hoisel, presidente da Academia de Letras da Bahia; professor Paulo César Miguez de Oliveira, vice-reitor da Universidade Federal da Bahia, representando o reitor João Carlos Salles; e Marcos Meireles Fonseca, presidente da Associação Comercial da Bahia.

Também foram registradas as presenças, entre os associados e convidados que lotaram o auditório, do ministro Horácio Pires; desembargadora Luizlinda Valois, do Tribunal de Justiça da Bahia; Jorge Cerqueira, presidente do Instituto Baiano de História da Medicina; Zulu Araújo, presidente do Instituto Pedro Calmon; Sérgio Schlang, presidente do Instituto dos Advogados da Bahia; Kátia Custódio, diretora do Gabinete Português de Leitura; e professor Astor Pessoa, presidente da Academia de Educação da Bahia.

A sessão foi iniciada com a execução do Hino Nacional Brasileiro pelos músicos Paulo Emílio e Alex Carline. Após, os músicos fizeram uma homenagem especial à memória de Consuelo Pondé de Sena, ex-presidente da Casa, executando uma canção das que ela mais gostava.

Em seguida, o presidente do IGHB, Eduardo Morais de Castro assumiu a palavra, dando boas vindas a todos os presentes, saudando o presidente de honra Prof. Roberto Santos e a todos os integrantes da mesa. Registrou a comemoração do 122º aniversário da Casa da Bahia, o que, segundo ele, é um marco, uma vez que as entidades culturais do Brasil são de difícil manutenção, fazendo assim uma homenagem a todos os presidentes que o antecederam.

“Homenageio também os nossos diretores e funcionários, que fizeram com que a nossa Casa chegasse até à nossa atualidade ininterruptamente, produzindo conhecimento, riqueza intelectual, que é através dela que a gente evolui. Somos um país riquíssimo, um povo ordeiro e trabalhador, e só nos falta boa orientação política para oferecermos o que o povo merece de melhor.”

Citou sua recente viagem a Portugal, onde encontrou sócios correspondentes do IGHB na Academia de História Portuguesa e onde foi

muito bem recebido. Lá constatou os anos-luz de diferença entre os países mais evoluídos do que nós e também as oportunidades que oferecem no dia a dia. Mencionou, por outro lado, o incansável trabalho desenvolvido por Consuelo Pondé de Sena durante 19 anos à frente do Instituto e fez referência ao Masterplan, plano de reforma física do Instituto, que prevê a construção de pavilhão anexo que levará o nome da ex-presidente, para onde serão remanejados a administração e outros setores, o que permitirá o desenvolvimento e ampliação dos serviços aos associados e à comunidade. Por fim, o presidente agradeceu a presença de todos os associados e convidados.

O diretor-orador oficial do IGHB, prof. Edivaldo Machado Boaventura, assumiu a palavra para saudar os novos associados, homenagear os sócios “in memoriam” e anunciar a concessão do Diploma e da Medalha do Mérito Bernardino de Souza a cinco personalidades. Após saudar os integrantes da Mesa, o orador retomou o relato da visita que Eduardo Morais de Castro fez à “joanina” Academia Portuguesa de História, onde em breve o presidente será sócio, classificando a visita de “retumbante”.

Quanto ao IGHB, Edivaldo Boaventura disse que “no conjunto das funções que o Instituto exerce destaca-se o apoio à pesquisa. Pelo que acumulou de documentos, dissemina o conhecimento, não sendo apenas uma casa de convivência. É um lugar de memória, é museu, é centro de convivência, de buscas e comemorações.”

“Os atos constitutivos e a tradição da Casa festejam o aniversário, fazendo recordar os que partiram e abraçar os que chegam. Esta é a movimentação acadêmica das partidas e das chegadas. A Medalha Bernardino de Souza foi oficializada por portaria pela sempre presente presidente Consuelo Pondé de Sena, insígnia que tonifica mais ainda esta festa jubilosa de aniversário.”

Passou então a enumerar os associados falecidos nos últimos doze meses:

— **Remy de Souza.** “Intellectual erudito, vocacionado para o saber e professor por vocação, que tinha o Francês como sua primeira língua materna. Dedicou-se à Filosofia tanto na Universidade Católica

de Salvador quanto na Universidade Federal da Bahia, e no Colégio Militar.

— **Eduardo Saback Dias de Moraes.** “Uma de suas contribuições foi a implantação e consolidação do ensino da Psicologia na Bahia, na Ufba. Dedicou-se à Psiquiatria e à Psicologia. Deixou contribuições em livros e periódicos.”

— **Sylvia Athayde.** “Doou parte de sua biblioteca a esta Casa. Marcou a Museologia na Bahia, sendo uma de suas implantadoras. Criou o Núcleo de Artes do Desenbanco, iniciando diversas exposições de variados artistas, como Pierre Verger, Mário Cravo, Di Cavalcanti, Carybé e muitos outros. Foi diretora do Museu de Arte da Bahia por um quarto de século, realizando marcantes exposições. Era viúva de nosso confrade Johildo Athayde.”

— **João Justiniano da Fonseca.** “Escritor, político e conselheiro do Tribunal de Contas da Bahia. Aposentado como auditor fiscal da Receita Federal. Deixou contribuições importantes, como a que reuniu a obra jornalística de Luiz Viana Filho, tendo escrito a sua biografia, publicada pelo Senado Federal e prefaciada e elogiada por Josué Montello.”

— **Ático Vilas-Boas da Mota.** “Doutor em Letras, professor da Universidade Federal de Goiás. Aposentado, voltou para a sua Macaúbas, com a sua biblioteca, onde criou a Fundação Professor Mota. É inusitado que, como brasileiro erudito, cultivou o Romeno como língua latina. O único brasileiro que conheci em minha vida que falava romeno. Foi adido na Romênia, pesquisou bastante sobre essa língua. Pesquisou folclore, realizou estudos sobre ciganos e participou de várias conferências internacionais sobre ciganos.”

— **Cid José Mascarenhas.** “Formado em Direito, dedicou-se ao esporte, campeão baiano de natação, foi poeta, cronista, aposentou-se pelo Tribunal Regional do Trabalho.”

— **João Carlos Tourinho Dantas.** “Foi nosso vice-presidente, muito assíduo e muito companheiro. A doença o afastou desta Casa que ele tanto frequentava e amava. Descendente de tradicional família de políticos, eminente no Império e também na República, os Dantas,

o Conselheiro Dantas que dá nome a tantas ruas pelo país. Deputado estadual, federal, secretário de Justiça do Governo de Roberto Santos, integrou o Tribunal de Contas do Estado.”

Em seguida, como de praxe, fez-se um minuto de silêncio em homenagem aos que partiram para, como disse o orador oficial, “a região bíblica da paz completa”.

Edivaldo Boaventura retomou a palavra para lembrar Consuelo Pondé de Sena: “Devemos a Consuelo a democrática abertura do Instituto. Ao chegar à presidência, restavam apenas muito poucos membros. A sua contagiante personalidade vivificou a instituição com mais associados, aumentando consideravelmente o número de confrades em todas as categorias, incluindo a entrada de associados correspondentes brasileiros e estrangeiros por tudo. Temos mais de 20 associados portugueses, quase todos ingressaram na gestão de Consuelo.”

Continuando, o orador oficial deu as boas vindas aos associados que ora ingressam no Instituto. Como Efetivos: Arnon Lima Barbosa, almirante da Armada brasileira; Bruno Oliveira dos Santos, bacharel em Ciências Sociais e Direito, professor, mestrando; Carlos Alberto Kruschewsky, médico de Feira de Santana, psiquiatra e escritor; Denis da Silva Galvão de Carvalho, engenheiro civil; Edilúcio Fernandes, contador e bacharel em Direito; José Péricles Diniz Bahia, jornalista, mestre em Educação, doutor em Comunicação e professor da Universidade Federal do Recôncavo; Juciara Maria Nogueira Barbosa, mestre e doutora em Artes Plásticas, professora da Universidade Federal do Recôncavo; Durval Júlio Ramos Lessa, advogado, presidente da Ordem dos Advogados; e Marcos César Oliveira, instrumentador cirúrgico. Como Correspondentes: Gerônimo Pizzarro, colombiano, doutor pela Harvard University, editor e curador da obra de Fernando Pessoa. Segundo Edivaldo Boaventura, Pizzarro é a maior autoridade em Fernando Pessoa; Lourenço de Figueiredo Perestrelo Correa de Matos, historiador português; Luiz Fausto Dias Valois Santos, membro do Ministério Público do Estado da Bahia; Luiz Cláudio Aguiar, cearense, escritor, presidente do PenClub; Manuel Cadafaz Matos, historiados português, medievalista, professor da Universidade de Barcelona, representado pelo confrade Luis Guilherme Pontes Tavares; e Rogério de

Vasconcelos Farias Tavares, mineiro, jornalista e escritor, membro do Instituto dos Advogados do Brasil e da Academia Carioca de Letras.

Em seguida, Edivaldo Machado Boaventura falou da outorga do Diploma e da Medalha do Mérito Bernardino de Souza aos agraciados:

“Pela quarta vez o Instituto entrega esta medalha, criada em 2013 por Consuelo Pondé de Sena. Após um ano de seu passamento, a Diretoria do IGHB concede-lhe a insígnia ‘post mortem’. Assim, a criatura se encontra com o criador. Costumava eu dizer a Consuelo: ‘você é presidente da cúpula ao porão da Casa’. Era uma presidente total. Enchia, com a exuberância de sua personalidade, todos os cantos e recantos desta Casa. Desenvolveu uma trajetória de realizações e, dentre muitas outras iniciativas, criou o Arquivo Histórico Teodoro Sampaio, muito bem dirigido pela querida confreira Zita Magalhães Alves, aqui presente. Hoje ele é um modelo de arquivo histórico. Consuelo realizou congressos de História, estimulou publicações, participou da definição do Sistema Nacional de Institutos Históricos, juntamente com o nosso presidente nacional Arno Wehling, e idealizou o Memorial 2 de Julho. E aqui, se a emoção me permitir, vou ler uma frase de sua última entrevista: ‘Queria que houvesse um memorial que ficasse aberto à visitação pública. Poderíamos fazer uma réplica das estátuas dos caboclos para que desfilassem e as estátuas antigas ficariam guardadas’”.

Seguiu então o orador oficial: “Os institutos, como as academias, são entidades presidencialistas. Precisamos levá-las em consideração. Exigem personalidades líderes capazes de ultrapassar a escassez de recursos na busca de meios para existir, funcionar e prestar serviços. Assim, Bernardino José de Souza construiu esta Casa com doações populares. Do mesmo modo, Luiz Pinto de Carvalho governou a Academia de Letras da Bahia à base do esforço pessoal e da demanda de egos. Em tudo isso, Consuelo inovou, criou novos padrões de atuação. Força, meu caro Eduardo, é mantê-los e segui-los!”

Em seguida, Edivaldo Boaventura citou as personalidades e instituição que recebem este ano a Medalha do Mérito Bernardino de Souza: “A entrega da medalha a Consuelo é reconhecimento, mas também é uma inspiração. A medalha assinala os 70 anos da Universidade Federal

da Bahia, aqui representada pelo meu amigo (Paulo César) Miguez, a nossa mãe nutridora, a nossa alma mater. Bernardino de Souza como Edgar Santos foram construtores. Foram homens de ideias, mas foram construtores. Nelson Taboada também vai receber a medalha pelo seu serviço à cultura. Ele é quase um alcaide do Rio Vermelho. Como também o general Artur Costa Moura, baiano de Jequié, que comanda a nossa VI Região Militar. E a prata da Casa, Wilson Sardinha, é um confrade muito dedicado ao Instituto.”

Por fim, o diretor orador oficial apresentou uma síntese dos acontecimentos e atividades do Instituto a partir de agosto de 2014. Relembrou que naquele mês o vice-presidente Eduardo Moraes de Castro assumiu a presidência com o afastamento da titular Consuelo Pondé de Sena por motivo de saúde. No ano seguinte, com o passamento de Consuelo em 14 de maio, o vice-presidente se efetivou no cargo e concluiu o mandato. Em 26 de fevereiro de 2016, tomou posse a nova Diretoria e Conselho Fiscal do Instituto, com composição semelhante à anterior, encabeçada pelo próprio Eduardo Moraes de Castro, tendo Newton Cleyde Peixoto como secretário-geral.

A partir de março de 2015, iniciou-se a programação das atividades culturais: seminário “Produção Científica Feminina na Bahia — Pesquisas e Pesquisadoras”; mesa redonda “Santos e Festas de Junho”; em agosto, seminário “Omolu Abadaloã — São Lázaro e São Roque — Aproximações e Diferenças”; em setembro, debate comemorativo dos “Cem anos da Avenida Sete de Setembro — História e Memórias”; em outubro, palestra da professora Mônica Celestino sobre “Cosme de Farias, um Santo para os Excluídos da Bahia”.

Nesse mesmo mês, o Instituto fez a entrega ao Terreiro Mocambo da cadeira de comando de Jubiabá (o do romance de Jorge Amado), Severiano Manuel de Abreu, que houvera sido apreendida pela Polícia da Bahia em 1920. A peça fora entregue poucos anos depois ao IGHB para fazer parte de seu acervo. Segundo o orador oficial, a decisão da devolução “foi orientada pelo Prof. Roberto Santos, nosso presidente de honra, que, como eu digo, é o maior baiano vivo. Quando governou o Estado, Roberto Santos efetivou a liberdade plena de culto. Aboliu por completo o registro na Polícia das atividades de terreiros. A entrega

significou um ato de justiça como também um estímulo para que outras ações da mesma natureza se disseminem.”

Em novembro de 2015, o Instituto participou intensamente do centenário do professor José Calasans, promovendo o seminário “Cem anos de José Calasans – Pesquisas e Recursos”, com os professores Wanderley Marinho, Edivaldo Boaventura e José Deonísio Nóbrega. O ano se encerrou com o seminário “Aroni – O Culto dos Caboclos nas Regiões Afrobrasileiras”. Todas essas iniciativas tiveram o apoio da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia através do Programa de Ações Continuadas.

Em 2016, o IGHB participou da festa do 7 de Janeiro, data histórica de Itaparica, que relembra os atos heroicos dos cidadãos daquela cidade contra as tropas portuguesas do general Madeira em 1823. O Instituto foi representado pelo seu diretor da Biblioteca, Carlos Eugênio Junqueira Ayres.

E segue o orador oficial do Instituto: “Iniciamos o ano acadêmico em março de 2016 comemorando o centenário do padre Gaspar Sadock da Natividade, um grande orador e um grande pároco, também! Para o próximo semestre estão previstas várias atividades. Em setembro será realizado o Congresso de Geografia, em parceria com o Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Bahia – Ifba. Curso de História da Bahia com a professora Antonieta Aguiar Nunes, tão apreciado pelos alunos de Turismo, que fazem esse curso que vale como Atividade Complementar Curricular – ACC para os cursos da UNEB. Igual acolhimento poderia ter também para os alunos da Federal”, completou Edivaldo Boaventura dirigindo-se ao vice-reitor Paulo César Miguez.

“Projeta-se o simpósio de História da Bahia através do acervo do Instituto, tanto o material quanto o imaterial, atividades essas todas coordenadas pelo professor Jayme Nascimento. A Biblioteca Ruy Barbosa, dirigida por Carlos Eugênio Junqueira Ayres, atendeu, de agosto de 2015 a março de 2016, a 501 pesquisas em seus livros e jornais. O Arquivo Teodoro Sampaio, sob a direção da confreira Zita Magalhães Alves, realizou a digitação de 3 mil fotografias, com recursos da Secretaria de Cultura do Estado. A documentação avulsa acha-se incluída no site para consulta”.

Quanto às publicações do Instituto, o professor Edivaldo Boaventura esclareceu: “A Revista, bem dirigida pelo confrade Sérgio Mattos, doutor em Comunicação pela Universidade do Texas, em Austin, Estados Unidos, tem realizado esforço para a integração do conhecimento. Hoje será lançado o volume 110 desse periódico, contendo artigos, registros de centenários de personalidades, como Jorge Calmon, Josaphat Marinho, Oldegar Franco Vieira, e da comemoração dos 121 anos do Instituto. Estas revistas são importantes porque grande parte da memória desta organização está lá registrada. Durante o ano foi editado o Boletim Informativo, de responsabilidade da jornalista Cleide Nunes, eficiente secretária do Instituto.”

Ao fim de sua fala, o orador oficial do Instituto abraçou os familiares dos associados falecidos e agradeceu o trabalho dedicado dos diretores e dos servidores da Casa, lançando saudações efusivas aos novos associados, desejando a sua integração na comunidade acadêmica. E parabenizou os agraciados com a Medalha do fundador, “e à comunidade do Instituto aqui presente todo o nosso carinho e toda nossa atenção.”

Em seguida, o diretor secretário Newton Cleide Peixoto fez a leitura dos nomes dos novos associados, que tomarão posse na secretaria do Instituto. Realizou-se então a entrega dos Diplomas e das Medalhas de Mérito Bernardino de Souza a cinco personalidades que obtiveram destaque neste Estado com relevantes serviços prestados à preservação dos valores cívicos da Bahia e do seu povo, a saber:

— Universidade Federal da Bahia, em homenagem aos seus 70 anos de fundação — recebidos pelo vice-reitor Paulo César Miguez, entregues pelo Prof. Roberto Figueira Santos;

— Consuelo Pondé de Sena (in memoriam) — recebidos por sua filha Maria Luíza Pondé de Sena, entregues pela diretora Zita Magalhães Alves;

— Wilson Sardinha — entregues pelo diretor Fernando Antônio de Souza;

— Nelson Almeida Taboada — entregues pelo diretor Carlos Eugênio Junqueira Ayres;

— Artur Costa Moura — que os receberá pessoalmente em outra oportunidade.

Maíra Pondé de Sena leu um texto escrito por sua irmã, Maria Luíza, em nome de seus irmãos e família, lembrando a participação da mãe Consuelo Pondé de Sena no IGHB desde quando Consuelo era estudante e acompanhava à sede do Instituto o pai, Edístio Pondé, muito amigo do então secretário-perpétuo Bernardino José de Souza.

O presidente Eduardo Morais de Castro lembrou a obra de Edgar Santos na criação da Universidade Federal da Bahia, o desenvolvimento e evolução do Estado da Bahia graças ao governo do Prof. Roberto Santos e o fato do então governador Waldir Pires ter convidado Consuelo Pondé de Sena para dirigir o Arquivo Público do Estado. O presidente confirmou publicamente ao diretor Wilson Sardinha sua intenção de publicar o livro que o confrade escreveu sobre o IGHB. Citou ainda Nelson Taboada, empresário e mecenas, diretor da Casa de Cultura Carolina Taboada, que publicou mais de 30 títulos distribuídos principalmente nas escolas do Estado, inclusive o mais recente sobre o 2 de Julho, de autoria de Álvaro Pinto Dantas e Ubaldino Marques Porto.

Por fim, o presidente encerrou a sessão, convidando a todos para o coquetel de confraternização no Panteão da Casa da Bahia. Foi então executado o Hino da Bahia pelos músicos Paulo Emílio e Alex Carline.



Prof. Edivaldo Boaventura, orador-oficial, saudando os novos sócios.
Foto alusiva às comemorações dos 121 anos do IGHB



Auditório do IGHB inteiramente ocupado nas comemorações dos 121
anos do IGHB



Vista panorâmica do auditório durante as comemorações dos 121 anos do IGHB.



Foto alusiva às comemorações dos 121 anos do IGHB

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2016

Edivaldo M. Boaventura

Sócio benemérito e Orador Oficial do IGHB

Queria que houvesse um memorial que ficasse aberto à visitação pública. Poderíamos fazer uma réplica das estátuas dos caboclos para que desfilassem, e as estátuas antigas ficariam guardadas.

Consuelo Pondé de Sena

1 A celebração dos 122 anos do Instituto

No conjunto das funções que exerce o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), destacam-se a disseminação do conhecimento e o apoio à pesquisa bibliográfica e documental. O rico acervo serve aos estudiosos, leitores e consulentes. E assim o Instituto participa do processo da investigação científica através de buscas sistemáticas para a solução de problemas.

O Instituto é um lugar de memória, museu e convivência. Complexas funções singularizam esta Instituição centenária que completa 122 anos em 13 de maio de 2016.

Festejamos o aniversário, na presidência Eduardo de Moraes Castro, que tomou posse em 26 de fevereiro de 2016 com a diretoria (2016-2017) e Conselho Fiscal de composição semelhante à anterior. Desde agosto de 2014, entretanto, Eduardo Moraes de Castro como vice-presidente passou ao comando do Instituto com o afastamento por motivos de saúde da titular. Com o passamento de Consuelo Pondé de Sena, em 14 de maio de 2015, o vice-presidente se efetivou no cargo e concluiu o mandato. A sua experiência como administrador e dirigente da centenária Associação Comercial da Bahia revelaram a sua liderança, passando a compor a direção da Casa da Bahia.

A tradição festeja o aniversário, fazendo recordar os que partiram e abraçar os que chegam. A outorga da Medalha do Mérito Bernardino de Souza honra mais ainda a festa jubilosa de aniversário e as atividades dos diversos setores demonstram o desempenho da Instituição de maio de 2015 a maio de 2016.

2 Solidariedade na partida

Começamos pela solidariedade aos que se foram. Na manifestação institucional de sentimentos, homenageamos o professor **Remy de Souza** (1932-2015). Formado em Filosofia e Direito pela Universidade Federal da Bahia, prosseguiu seus estudos de filosofia, na Universidade de Paris. Decididamente Remy foi um intelectual erudito vocacionado para o saber e um professor por vocação, que tinha o francês como a sua primeira língua materna. Dedicou-se à Filosofia, tanto na Universidade Católica de Salvador, como na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba e no Colégio Militar. Como professor, serviu à Secretaria de Educação e Cultura, dirigiu o Departamento de Educação Superior e Cultura, foi vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura e Subsecretário (1983-1987). Legou uma larga contribuição filosófica e literária, sendo a sua derradeira obra, *A coruja de Minerva: filosofia para jovens* (SOUZA, 2009), um merecido sucesso. Remy foi um dos

fundadores da Academia Baiana de Educação e integrou muitas outras associações culturais. Formou com Alexinete Portela Fernandes de Souza uma exemplar família de seis filhos e muitos netos.

Uma das contribuições mais destacadas de **Eduardo Saback Dias de Moraes** foi a implantação e consolidação do ensino da Psicologia. Formado em Medicina pela Ufba, dedicou-se à Psiquiatria e Psicologia. Especializou-se em Psiquiatria em Madrid. Não somente coordenou o Curso de Psicologia, como foi vice-diretor e diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal. Presidiu a Associação Baiana de Psicologia, associou-se à Academia de Educação e a este Instituto. Deixou contribuição em livros e periódicos. Faleceu em 14 de setembro de 2015.

Sylvia Athayde, desaparecendo em 21 de setembro de 2015, marcou a Museologia. Formada em Belas Artes e Museologia, foi uma das fundadoras do Curso de Museologia, criado pelo reitor Roberto Santos, que completou a tríade da Ciência da Informação: Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Sylvia implantou o Núcleo de Artes do Banco de Desenvolvimento da Bahia de 1982 a 1991. Começou assim as bem montadas exposições de Poty, Pierre Verger, Guinard, Mário Cravo, Flávio de Aquino, Di Cavalcanti, Caribé e outros. Na direção do Museu de Arte da Bahia por quase um quarto de século, 1991 a 2015, enriqueceu o acervo, realizou sucessivas e marcantes exposições temporárias sempre uma melhor do que outra, a exemplo de “Vieira e a Bahia no seu tempo” (ATHAYDE, 1997) e “A carta de Caminha e as artes indígenas”. Contam-se para mais de 200 mostras como curadora em mais de 40 anos. A sua predileção por Portugal, a aproximou da Fundação Calouste Gulbenkian e do estudo da azulejaria com Santos Simões. Era viúva do nosso associado o historiador Johildo Athayde. O seu irmão, arquiteto Temístocles Menezes Neto, doou ao Instituto a sua biblioteca de história e de arte.

O escritor, político e conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, **João Justiniano da Fonseca** (1922-2016) faleceu aos 95 anos de idade, foi prefeito de Rodelas, servidor do fisco, aposentou-se como Auditor Fiscal da Receita Federal. É significativa a sua contribuição para as letras, poesia e prosa e participação na Academia

Rio-Grandense de Letras e de outros sodalícios. Dentre as suas publicações, escreveu *A vida de Luiz Viana Filho* (FONSECA, 2005), editada pelo Senado Federal. Para Josué Montello: “O autor primoroso de *A vida de Luiz Viana Filho*, é o mestre da concordância objetiva, sem que a identidade excluísse a comunhão plena, no plano da harmonia fraterna”.

A Bahia perdeu **Ático Vilas Boas da Mota**, em 25 de abril de 2016. Realizou a sua carreira acadêmica na Universidade Federal de Goiás. Uma vez jubilado voltou à Macaúbas e com a sua biblioteca criou a Fundação Professor Mota para a comunidade. É inusitado como um brasileiro erudito cultivou o idioma romeno como língua latina. Foi adido na Romênia, pesquisou e escreveu sobre língua, literatura e cultura romena. Pesquisou o folclore, os provérbios e os ciganos. Dentre as inúmeras associações, pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à nossa Academia de Letras da Bahia.

Formado em Direito, **Cid José Mascarenhas** dedicou-se ao esporte, foi campeão baiano de natação, poeta e cronista, aposentou-se pelo Tribunal Regional do Trabalho.

A nossa homenagem póstuma plena de admiração a **João Carlos Tourinho Dantas** (1922-2016). Foi vice-presidente, muito assíduo e muito companheiro, todavia a doença o afastou desta Casa, que ele tanto apreciava. Descendente de uma tradicional família de políticos, do Império à República, os Dantas, ingressou na política como deputado estadual, passou a deputado federal, foi Secretário da Justiça no governo Roberto Santos e integrou o Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Casou-se com Maria Dulce da Silva Lima Dantas, com quem teve cinco filhos. Como procedemos, anualmente, faremos um minuto de silêncio aos que partiram para a bíblica região da paz completa.

3 Tomada de posse dos associados

Consuelo Pondé de Sena abriu, democraticamente, o Instituto. Ao chegar à presidência restavam apenas poucos membros. A sua contagiante personalidade vivificou a instituição, admitiu selecionados associados, aumentando consideravelmente o número de confrades em

todas as categorias, incluindo a entrada de sócios-correspondentes brasileiros e estrangeiros. Possuímos mais de 20 eruditos correspondentes portugueses. A bem da verdade, a condição de pessoa jurídica de direito privado deste Instituto, organização da sociedade civil de interesse público, favorece à largueza na admissão.

Para dar maior entusiasmo e calor ao ingresso dos novos associados façamos a chamada nominal dos ingressantes. Vamos acolher, primeiramente, os efetivos; 1) Arnon Lima Barbosa, almirante da nossa armada, que tem o privilégio de ser feirense; 2) Bruno Oliveira dos Santos, bacharel em Ciências Sociais e em Direito, professor e mestrando; 3) Carlos Alberto Kruschewsky, médico humanitário de Feira de Santana, psiquiatra, escritor; 4) Denis da Silva Galvão de Carvalho, engenheiro civil; 5) Edilúcio Fernandes, contador e bacharel em Direito; 6) José Péricles Diniz Bahia, jornalista, mestre em Educação, doutor em Comunicação, professor da Universidade Federal do Recôncavo Baiano(UFRB); 7) Juciara Maria Nogueira Barbosa, mestre e doutora em Artes Visuais, professora da UFRB; e 8) Durval Ramos Neto, como advogado presidiu a Ordem na Bahia, jornalista e querido aluno.

Na categoria de correspondentes estrangeiros e brasileiros, admitimos: 1) Jerônimo Pizarro, colombiano, doutor pela Harvard University, editor e conhecedor erudito da obra do grande Fernando Pessoa; 2) Lourenço de Figueiredo Perestrelo Correia de Matos, historiador português; 3) Luís Fausto Dias Valois Santos, membro do Ministério Público do Estado da Bahia; 4) Luiz Cláudio Aguiar, cearense, escritor, presidente do Pen Clube do Brasil; 5) Manuel Cadafaz Matos, português, historiador, medievalista, professor da Universidade de Barcelona, representado, neste ato, pelo confrade Luis Guilherme Pontes Tavares; e 6) Rogério de Vasconcelos Faria Tavares, mineiro, jornalista, escritor, historiador, membro do Instituto dos Advogados do Brasil e da Academia Mineira de Letras. Sejam todos bem-vindos.

4 Medalha do Mérito Bernardino de Souza

Pela quarta vez, o Instituto outorga a Medalha do Mérito Bernardino de Souza. Prevista no Estatuto (Art. 66 – Fica mantida a “Medalha

do Mérito Bernardino de Souza”), foi institucionalizada por portaria da presidente Consuelo, no seu ímpeto criativo, em 2013.

4.1 Homenagem póstuma a Consuelo Pondé de Sena

Após um ano do seu passamento, a diretoria lhe concede a insígnia *post mortem*. Assim, a criatura se encontra com o seu criador. Costumava dizer que Consuelo era presidente da cúpula ao porão da Casa da Bahia. Enchia com a exuberante personalidade todos os cantos e recantos (BOAVENTURA, 2015, p. 317-330). Desenvolveu uma trajetória de realizações e, dentre muitas iniciativas, criou o Arquivo Histórico Teodoro Sampaio, realizou congressos de história, estimulou publicações, participou da definição do sistema nacional de Institutos Históricos, idealizou o Memorial do Dois de Julho assim se expressou: “Querida que houvesse um memorial que ficasse aberto à visitação pública. Poderíamos fazer uma réplica das estátuas dos caboclos para que desfilassem, e as estátuas antigas ficariam guardadas” (RAMOS, 2014).

A personalidade de Consuelo ajustou-se perfeitamente à esta organização. O Instituto como as Academias são presidencialistas. Exigem personalidades líderes capazes de ultrapassar a escassez de recursos na busca de meios para existir, funcionar e servir. Dessa maneira, Bernardino José de Souza construiu esta casa com doações populares. Do mesmo modo, Luiz Pinto de Carvalho governou a Academia de Letras da Bahia com dedicado esforço pessoal e demanda de recursos.

Em uma palavra, Consuelo inovou, criou novos padrões de atuação. Força é mantê-los e segui-los. A outorga da Medalha do Mérito Bernardino de Souza, em memória, é o reconhecimento, mas quer ser também um almejo de inspiração.

Neste ano, a Medalha assinala os 70 anos da Universidade Federal da Bahia. A nossa mãe nutridora. Alma Mater. A propósito, tanto Bernardino de Souza como o fundador da Universidade, Edgard Santos, foram construtores. Homenageamos o empresário Nelson Taboada, promotor da cultura, o general Artur Moura Costa, baiano de Jequié, comandante da VI Região Militar, e Wilson Sardinha, nosso dedicado diretor-financeiro.

5 Cursos e seminários

Para concluir, sucintamente, procederemos uma síntese exemplificativa das atividades sociais de 2015-2016, apoiadas pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult), Programa de Ações Continuadas.

O ano acadêmico de 2015 foi aberto pelo presidente de honra, governador Roberto Santos, com a palestra sobre ética do professor João Carlos Sales, reitor da Ufba. A partir de março de 2015, começou a programação com o “Seminário Produção Científica Feminina na Bahia: pesquisas e pesquisadoras”. No mês de junho, bem a propósito, realizou-se a mesa-redonda “Santos e Festas de Junho”. Enquanto em agosto, por ser o mês de São Roque e de Omolú, realizou-se o seminário: “Omolú, Obaluaê, São Lázaro e São Roque: aproximações e diferenças”.

Em setembro, com o centenário da construção da movimentada via urbana, que se estende do bairro da Barra à rua Chile, promoveu-se o debate dos “100 anos da Avenida Sete de Setembro: história e memória”. Uma exposição de fotografias, desenhos e mapas, exibiu essa obra do governador J. J. Seabra, no Centro Cultural da Caixa Econômica.

Em outubro, a professora Mônica Celestino enfocou a personalidade de “Cosme de Farias: um santo para os excluídos da Bahia”. Seguiu-se a segunda edição da temática sobre a “Produção Científica Feminina na Bahia: Pesquisas e Pesquisadoras”.

Em novembro, o Instituto promoveu o Seminário Centenário de José Calasans: Pesquisas e Percursos com Vanderlei Marinho, Edivaldo M. Boaventura, José Dionísio Nóbrega, Oleone Coelho Fontes com o lançamento do Documentário Fragmentos de Canudos do cineasta Carlos Pronzato. Encerramos o ano com o Seminário Arony: o culto aos caboclos nas religiões afro-brasileiras.

Em 2016, o Instituto participou do 7 de janeiro histórico de Itaparica, representado pelo diretor da biblioteca, confrade escritor Carlos Eugênio Junqueira Ayres.

Com a tomada de posse da diretoria eleita para o biênio 2016-

2017, em 26 de fevereiro de 2016, iniciamos o ano acadêmico do Instituto (ANEXO A). Festejamos o centenário do Monsenhor Gaspar Sadoc: 100 anos de uma vida prestante (1916-2016). Para o próximo semestre estão previstas as atividades: Calendários, visões do tempo e imaginário popular através da história, produção científica feminina da Bahia e Congresso de Geografia em parceria com Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Bahia (IFBAHIA).

Prosseguirá o Curso de História da Bahia, ministrado pela professora Antonietta d'Aguiar Nunes, tão apreciado pelos alunos de Turismo, valendo inclusive como Atividade Complementar Curricular (ACC) para os cursos da Uneb. Todavia, igual acolhimento poderia ser validado pela Universidade Federal da Bahia. Por favor, Antonietta, resume o significado e permanência do Curso de História da Bahia com a sua participação em uma 10 linhas, aqui. Grato.

Projeta-se o Simpósio de História da Bahia através do acervo do IGHB, tanto o acervo material como o imaterial. Atividades estas são coordenadas pelo professor Jayme Nascimento.

6 A Cadeira de Comando de Jubiabá

Em 28 de outubro de 2015, o Instituto Histórico tomou uma decisão libertária. Em atitude pioneira e de alta significação simbólica, entregou a Cadeira de Comando de Jubiabá, Severiano Manoel de Abreu, ao Terreiro Mokambo. A história de Jubiabá foi celebrizada no romance de Jorge Amado. Esta emblemática poltrona houvera sido aprendida pela Polícia da Bahia em 1920. A decisão do retorno da cadeira foi orientada pelo professor Roberto Santos, presidente de Honra do Instituto. É oportuno lembrar que o maior baiano vivo deu liberdade plena de culto quando governador deste Estado. Embora a Constituição Federal proclamasse a liberdade de culto, na Bahia, entretanto, permanecia coagido o exercício da religião africana. Era preciso a licença prévia pela Polícia Estadual para bater candomblé! Pois bem, o governador Roberto Santos aboliu por completo esta ignominiosa proibição. A entrega da cadeira mediante comodato significou não só um ato de justiça como também um estímulo para que outras ações da mesma natureza se disseminem.

7 Setores técnicos

A **Biblioteca**, com ampla serventia aos consulentes, serve á comunidade de leitores, é dirigida pelo companheiro Carlos Eugênio Junqueira Ayres. Pois bem, atendeu, de agosto de 2015 a março de 2016, 501 pesquisas.

O **Arquivo Theodoro Sampaio**, sob a direção da confreira Zita Magalhães Alves, realizou a digitalização de 3 mil fotografias com recursos da Secult. A documentação avulsa do Instituto encontra-se incluída no site para consulta.

As **Publicações**, o confrade Sérgio Mattos, Diretor de Publicações e Editor da Revista do IGHB, organizou o número 110, que será lançando hoje. Em um esforço de integração para preservar o conhecimento, apresenta 22 contribuições, distribuídas entre quatro sessões: Artigos; Centenários das Personalidades Jorge Calmon Moniz de Bittencourt, Josaphat Marinho, José Calasans Brandão da Silva, Oldegard Franco Vieira e Walter da Silveira; Comemoração dos 121 anos do IGHB; Memorial do Dois de Julho, além do conteúdo de sessões tradicionais (MATTOS, 2015, p. 15-19). Além da atualidade cultural, destaque-se a importância para a memória da Instituição. Como se encontra bem normalizada por um professor doutor em comunicação, a Revista enseja a possibilidade de obtenção do Sistema Qualis da Capes, que a tornaria mais ainda procurada e indexada, a exemplo da classificação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

O **Boletim Informativo**, (trimestral) durante o ano continuou editado, tendo como jornalista responsável e projeto gráfico de Cleide Nunes, a eficiente secretária executiva do Instituto. Parabéns.

8 Agradecimentos

O presidente Eduardo Morais de Castro, a diretoria e o laborioso corpo de funcionários prosseguem na afirmação do Instituto como organização prestante disseminadora do conhecimento.

Ao encerrar a fala oficial do IGHB, abraçamos os familiares dos associados falecidos, os novos associados e os contemplados com a Medalha do Fundador. Agradecemos a colaboração dos diretores e servidores: Carlos Eugênio Junqueira Ayres, Zita Magalhães Alves, Sérgio Mattos, Antonietta d'Aguiar Nunes, Cleide Nunes e Jayme Nascimento. Agradecemos a presença da comunidade acadêmica nesta comemoração. Salvador, 18 de maio de 2016.

Referências

ATHAYDE, Sylvia M. **Exposição. Vieira e a Bahia do seu tempo 1608-1697**. Salvador: Museu de Arte da Bahia, 1997.

BOAVENTURA, Edivaldo M. Consuelo Pondé de Sena, o reconhecimento do IGHB. **Rev. IGHB**, Salvador, v. 110, p. 317-330, jan./dez. 2015.

BOAVENTURA, Edivaldo M. O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2014. **Rev. IGHB**, Salvador, v. 110, p. 331-345, jan./dez. 2015. Anexo-A. RAMOS, Cleidiana. Entrevista com Consuelo Pondé de Sena. **A TARDE**, Salvador, p. A7, 21 mar. 2014.

FONSECA, João Justiniano da. **A vida de Luiz Viana Filho**. Brasília: Senado Federal, 2005. Conselho Editorial, v. 58.

MATTOS, Sérgio A. S. Apresentação. Integrando para preservar o conhecimento. **Rev. IGHB**, Salvador, v. 110, p. 15-19, jan./dez., 2015.

SOUZA, Remy de. **A coruja de minerva: filosofia para jovens**. Salvador: Edufba, 2009.

Revista do In
do Instituto
stitit
aráp
Ge e
ráfico e Histó
Th

Espaço aberto
Memorial Dois
de Julho

2 de Julho – Comemorações dos 193 anos da Independência da Bahia

Eduardo Morais de Castro

Presidente do IGHB

Comemoramos neste ano o 193º (centésimo nonagésimo terceiro) aniversário da Independência da Bahia e efetiva Independência do Brasil.

Muito importante foi o ato político do então Príncipe Regente D. Pedro ao declarar, às margens do Ipiranga, a Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822.

Entretanto, nenhum país pode se considerar livre e independente quando todo ou parte do seu território encontra-se ocupado por tropas hostis.

Embora tendo sido reconhecido como “efeméride nacional”, conforme a Lei nº 12.819, de 5 de junho de 2013, nosso 2 de Julho é ainda muito pouco conhecido pelos baianos e brasileiros. Por esse motivo, lançamos o livro “2 de Julho: Independência da Bahia e do

Brasil”, com tiragem inicial estimada em 5.000 exemplares, que contribuirá significativamente para o esclarecimento do público em geral e, particularmente da classe estudantil baiana, a qual receberá gratuitamente os exemplares anteriormente mencionados.

Não cabe apenas ao poder público estadual nem ao municipal a disseminação do que foi o 2 de Julho de 1823, mas à sociedade como um todo.

Nesta oportunidade, conclamo todo o povo baiano, por intermédio de suas organizações não governamentais, governamentais, religiosas, militares e afins, a se engajar numa cruzada de divulgação e esclarecimento sobre a efetiva Independência do Brasil, fazendo com que o sangue derramado pelo povo baiano na guerra da Independência, em terra e mar, não tenha sido em vão.

A Independência da Bahia proporcionou um Brasil de dimensão continental. Glória aos nossos heróis! Viva o povo baiano! Viva o 2 de julho!

Salvador – Bahia, 02 de julho de 2016.

Independência da Bahia, a epopeia e a pouca valorização

Ubaldo Marques Porto Filho

Pesquisador e autor de 29 livros. É coautor do livro '2 de Julho, Independência da Bahia e do Brasil' e sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Quando se aborda o processo da independência das colônias nas três Américas, necessariamente tem-se que falar na Independência dos Estados Unidos da América, pois foi a primeira nação a conquistar a independência no Novo Mundo.

O 4 de julho de 1776, dia da Declaração da Independência dos Estados Unidos, deu origem a um verdadeiro vendaval que chegou à Europa, pois influenciou no surgimento da Revolução Francesa, que começou com a Queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789.

A Independência dos Estados Unidos também ecoou na América do Sul, dividida em vice-reinados da Espanha e numa grande colônia de Portugal, o Brasil.

Enfim, o surgimento da República dos Estados Unidos funcionou como motivador ideológico para os nascidos nas colônias do Novo Mundo. Por exemplo, os jovens da elite colonial, que estudavam na

Espanha, em Portugal e na França, tinham acesso aos ideais republicanos que circulavam pela Europa. E quando voltavam às suas colônias passavam a difundir o grande acontecimento ocorrido na América do Norte.

Movimentos conspiratórios no Brasil

NOME/ LOCALIZAÇÃO	ANO	DESCRIPTIVO
Inconfidência Mineira Minas Gerais	1789	Movimento separatista que não saiu da fase conspiratória, pois foi descoberto e rapidamente desmantelado. Mas teve o mérito de ser a primeira articulação com finalidades republicanas, tendo como exemplo os Estados Unidos da América. Nº de execuções = 1: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.
Conjuração Carioca Rio de Janeiro	1794	Prisão de membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, sob a acusação de estarem conspirando contra o regime monárquico. Nº de execuções = 0.
Conjuração Baiana Bahia	1798	Foi um movimento destinado à implantação de uma república com a participação popular. Também chamado de 'Revolta dos Búzios' ou 'Revolta dos Alfaia-tes', não passou da fase conspiratória, pois, a exemplo da Inconfidência Mineira, a conspiração foi descoberta e prontamente desmantelada. Nº de execuções = 4: Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga, Lucas Dantas do Amorim Torres, João de Deus Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira.
Conspiração dos Suaçunas Pernambuco	1801	Prisão de membros da Loja Maçônica Areópago, que se reunia no Engenho Suaçuna, para discutir a libertação de Pernambuco do jugo português. Nº de execuções = 0.

Fonte: livro '2 de Julho, Independência da Bahia e do Brasil'.

Napoleão invade Portugal (1807)

Ao ordenar a invasão de Portugal, que se recusava a aderir ao Bloqueio Continental contra a Inglaterra, o imperador francês Napoleão

Bonaparte criou, involuntariamente, as condições para a futura independência do Brasil.

Sem condições de enfrentar uma parte (27 mil soldados) do poderoso exército napoleônico, sob o comando do general Jean-Andoche Junot, o príncipe regente de Portugal, dom João de Bragança, colocou em ação um plano audacioso, que havia sido secretamente preparado com o apoio dos ingleses: a transferência de toda a Corte portuguesa para o Brasil.

Com o exército francês já em solo português, depois de passar, com a licença do rei da Espanha, pelo território espanhol, dom João ordenou as providências para o embarque rumo ao Rio de Janeiro, a capital da Colônia no Atlântico Sul. Uma gigantesca operação, envolvendo uma caravana de 700 carroças, levou tudo o que era de valor para as embarcações que fariam a longa viagem, iniciada na manhã do dia 29 de novembro de 1807.

Escala em Salvador

Na tarde de 22 de janeiro de 1808, após 54 dias da fuga de Lisboa, uma parte da esquadra portuguesa aportou em Salvador, acompanhada de três naus inglesas. A comitiva real, que se encontrava na nau capitânia, a Príncipe Real, desembarcou para descansar da longa, cansativa e desconfortável viagem.

No dia 28 de janeiro, cumprindo acordo com os ingleses, dom João sancionou o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas. Com a promulgação desta carta-régia, o primeiro documento importante assinado no Brasil, o príncipe regente acabou com o monopólio lusitano, o que equivalia ao início de um processo de independência econômica do Brasil.

Com a ruptura do sistema colonial mercantilista e o advento da liberdade comercial, do livre trânsito marítimo, Salvador, a maior cidade da América do Sul, com população em torno de 100 mil habitantes, foi altamente beneficiada, pois em pouco tempo passou a ter um porto muito movimentado. Transformou-se, inclusive, em escala para as em-

barcações que da América do Norte e da Europa destinavam-se ao sul do continente e também à Ásia e parte da África.

Corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808)

Após 35 dias em Salvador, o núcleo principal da Corte seguiu, no dia 26 de fevereiro, para o Rio de Janeiro, o ponto final de uma das maiores epopeias da história portuguesa. O desembarque foi no dia 8 de março de 1808. Os que estiveram em Salvador decepcionaram-se com a capital da Colônia, uma cidade mais atrasada e desorganizada. Com aproximadamente 60 mil habitantes (metade formada por escravos), o Rio de Janeiro possuía 71 ruas, 27 becos, sete travessas, cinco ladeiras e nenhuma vida cultural.

A numerosa comitiva portuguesa foi alojada em residências confiscadas que, a princípio, deixaram descontentes seus proprietários. Mas o problema imobiliário seria contornado pelos inúmeros benefícios econômicos, culturais e políticos que seriam gerados na cidade, que se transformou na nova capital do Reino de Portugal, numa inversão metropolitana. Pela primeira e única vez na história, uma colônia passava a ser a sede de uma Corte europeia. Foi o início de um ciclo de grandes mudanças no Rio de Janeiro e, por extensão, no Brasil.

Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815)

Embora fosse de fato a cabeça do reino português, desde 1808, o Brasil, oficialmente, somente deixou de ser Colônia em 16 de dezembro de 1815, quando foi criado o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Pouco depois de instalado o reino, a rainha, dona Maria I, apelada de ‘A Louca’ (sofria de uma doença mental e fora afastada do comando da monarquia, ainda com sede em Lisboa), morreu no Rio de Janeiro, aos 81 anos, no dia 20 de março de 1816. Mas a coroação do filho, o príncipe regente dom João de Bragança, como rei de Portugal, Brasil e Algarves, somente foi realizada em 6 de fevereiro de 1818.

Com o título de dom João VI, foi o primeiro e único rei coroado na América do Sul. Nascido em 13 de maio de 1767, o rei estava com 50 anos de idade. Tanto a criação do Reino Unido como a coroação do rei no Brasil sofreram severas críticas em Portugal (que se encontrava na condição de Protetorado da Inglaterra), pois seus habitantes sentiram-se na condição de submissão a uma ex-Colônia.

Inicialmente, a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro arrefeceu o desejo dos brasileiros, que alimentavam o ideal da independência do Brasil. Afinal, Portugal havia ficado para trás, abandonado pela Corte. O Brasil tornou-se independente do comando centralizador em Lisboa e perdeu a pecha de Colônia, uma condição que se consolidou com a institucionalização do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Porém, nem tudo eram flores no novo reino, cujo comando e cargos importantes na administração pública estavam nas mãos de portugueses e não de brasileiros. Havia distinção, diferenças e privilégios que sempre favoreciam os lusitanos. O absolutismo monárquico e os enormes gastos com o séquito, uma parte formada por parasitas assalariados, começaram a gerar críticas e problemas.

Na capitania de Pernambuco, que se encontrava numa grave crise econômica, atribuída a uma grande seca, que agravou a fome, a miséria e provocou a queda na produção do açúcar e do algodão, sustentáculos da economia regional, a insatisfação residia nos seguintes fatos, dentre outros:

- A capitania era obrigada a enviar polpudas somas de dinheiro para o Rio de Janeiro, para o custeio de salários, roupas, comidas e até festas da Corte.
- O pagamento de uma taxa criada para sustentar a iluminação pública do Rio de Janeiro, enquanto em Olinda e no Recife praticamente inexistia esse serviço.
- Envio de recursos para Portugal, para a reparação dos estragos feitos durante a ocupação francesa e também para o custeio das despesas no período pós-Napoleão.

- A prepotência das autoridades de nacionalidade portuguesa e o tratamento desigual para com os brasileiros.

Revolução Pernambucana (1817)

No dia 6 de março de 1817, no Regimento de Artilharia, instalado no Forte de São Tiago das Cinco Pontas, eclodiu a Revolução Pernambucana, também chamada de Revolução dos Padres pela grande participação de membros do clero, dentre eles o padre Roma, o padre Miguelinho e o frei Caneca. Foi também apoiada financeiramente por uma parte da elite agrária pernambucana, pelos comerciantes brasileiros mais abastados e pelos maçons, que pregavam abertamente os ideais de liberdade e de um regime republicano, difundidos pela Independência dos Estados Unidos e pela Revolução Francesa.

Liderada por Domingos José Martins – um rico comerciante e principal articulador, cuja residência foi palco de reuniões insurgentes -, a revolução tinha por objetivo transformar Pernambuco, a exemplo dos Estados Unidos, numa república federativa, com a participação da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Os revolucionários rapidamente se apossaram dos regimentos militares, das repartições públicas, da Casa do Erário e de toda a máquina administrativa da capitania de Pernambuco. Já no dia 7 tinham o controle total de Olinda, a capital oficial da capitania, e do Recife, a ‘capital das decisões’. O governador fugiu do Palácio do Governo e se refugiou na guarnição do Forte do Brum, junto ao porto, onde embarcou para o Rio de Janeiro.

Ainda no dia 7 de março foi instalado o Governo Provisório, com sede no Palácio do Campo do Erário, e anunciada a convocação de uma Assembleia Constituinte para aprovação de uma Constituição e, pela primeira vez no Brasil, promover uma eleição para o governo. No dia 15 de março, o Governo Provisório proclamou a República de Pernambuco e, no dia 3 de abril, foram abençoadas e consagradas várias unidades da Bandeira da República.

A busca de apoios – Foram despachados emissários para sublevar comarcas e capitanias vizinhas, especialmente a poderosa Bahia.

Para essa importante missão, foi designado um revolucionário da alta hierarquia, o padre Roma, que, depois de passar por Alagoas, dirigiu-se a Salvador, mas, delatado, foi preso no desembarque na Enseada do Porto da Barra. Depois de um rapidíssimo julgamento por ordem do governador da Bahia, dom Marcos de Noronha e Brito (VIII Conde dos Arcos de Valdevez), ele foi imediatamente encaminhado ao local de fuzilamento público, no Campo da Pólvora, em 29 de março de 1817, três dias após a prisão.

O padre Roma enfrentou o pelotão com altivez, sem os olhos vendados e vendo o filho, obrigado a assistir à execução do pai. Colocando as mãos presas por correntes sobre o coração, disse as seguintes palavras, olhando fixamente para os soldados encarregados dos disparos:

– Camaradas, eu vos perdo a minha morte. Lembrai-vos, na pontaria, de que o coração é a fonte da vida! Atirai!

Também foram enviados representantes ao exterior. Para os Estados Unidos, seguiu um rico negociante e proprietário de fazendas, Antônio Gonçalves Cruz, o Cabugá, que, no primeiro instante da revolução, foi presidente do Erário. Ele embarcou no navio americano Gipsy, na companhia do americano Joseph Bryan, comerciante no Recife. Desembarcaram na Filadélfia, no dia 14 de maio, com dinheiro suficiente (uma fortuna de 800 mil dólares) para comprar armas e contratar oficiais franceses do antigo exército de Napoleão Bonaparte, a fim de organizar e treinar o exército republicano. Cabugá também iria tentar convencer o governo americano de apoiar a nova nação independente na América do Sul¹.

Em Washington, o ‘embaixador do governo provisório da República de Pernambuco’ teve encontros com algumas autoridades, mas não conseguiu obter nenhum reconhecimento oficial, a não ser a pro-

¹ No continente sul americano, o primeiro a conquistar a independência foi o Paraguai, em 14 de maio de 1811. Na Venezuela, a independência foi proclamada 53 dias depois, em 5 de julho de 1811, mas no ano seguinte os espanhóis retomaram o poder. A libertação definitiva somente foi confirmada em 1821. Por isso, a Argentina, com a independência proclamada em 9 de julho de 1816, ficou de fato com a segunda conquista definitiva da independência na América do Sul.

messa de que no caso de fracasso da revolução os Estados Unidos poderiam oferecer asilo político a eventuais refugiados. Mas a presença de Cabugá nos Estados Unidos preocupou a monarquia luso-brasileira, que chegou a emitir uma nota sobre o assunto.

Para a Inglaterra foi designado Henry Kesner, comerciante inglês que também residia no Recife. Ele teve um encontro com Lord Castlereagh, ministro dos Negócios Estrangeiros, a fim de pedir proteção para a República de Pernambuco. O governo inglês, aliado da monarquia luso-brasileira, mostrou-se reticente. Em Londres, o brasileiro Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça publicou em sua revista – *Correio Brasiliense* – uma severa condenação ao movimento revolucionário.

Foi tentado também o apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina). Para Buenos Aires seguiu Félix José Tavares de Lima, que também esteve em Assunção, no Paraguai, primeira nação a se tornar independente na América do Sul. O ‘embaixador pernambucano’ não obteve nenhuma ajuda dos dois países.

A reação da monarquia – Após haver comandado o fuzilamento sumário do padre Roma, o governador da Bahia, antes mesmo de receber instruções do Rio de Janeiro, rapidamente mobilizou recursos para sufocar a Revolução Pernambucana. Tropas foram deslocadas da Bahia: uma terrestre que, por Alagoas, avançou para o sertão pernambucano, e outra naval, para fazer o bloqueio do porto do Recife, que seria reforçado por uma frota despachada da capital do reino.

Em locais estratégicos, no interior da capitania, foram travadas duas batalhas, ambas vencidas pelas forças governistas, uma, no Engenho Utinga, em 2 de maio; e outra, no Engenho Trapiche, no dia 13 de maio, que abriram o caminho para o Recife.

No dia 20 de maio de 1817, o Governo Provisório rendeu-se incondicionalmente, pondo um ponto final nos 75 dias de duração da revolução. O saldo dos confrontos armados foi de centenas de mortos, feridos e prisioneiros. Na caçada aos insurretos, ocorreram inúmeras prisões em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Em 6 de fevereiro de 1818, dia da coroação de dom João como rei, foi determinado o fim das investigações sobre a Revolução de 1817,

a suspensão de novas prisões e a libertação dos presos ainda sem provas formalizadas. No dia 10 de fevereiro de 1821, foram soltos todos (dentre eles, frei Brayner, frei Caneca e o ex-ouvidor-mor de Olinda, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada) que se encontravam em Salvador, no Aljube, uma prisão para religiosos, construída junto à Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, que passou depois a abrigar presos militares e civis.

Mas 13 dos principais líderes já haviam sido executados: nove por enforcamento, no Recife, e quatro, por fuzilamento, em Salvador, dentre eles, o padre Miguelinho, e o chefe da revolução, Domingos José Martins.

Conspiração de Lisboa (1817)

Com a ocupação francesa de 1807, Portugal mergulhou numa crise sem precedentes e numa fase de enormes dificuldades e de resistência dos que não fugiram para o Brasil. E para se livrar da ocupação napoleônica e recuperar a autonomia como nação independente, houve a necessidade de intervenção das tropas inglesas. O exército francês acabou sendo expulso e, em 1815, Portugal estava totalmente livre de Napoleão Bonaparte. A família real poderia voltar a Lisboa, em segurança, mas não retornou².

² O príncipe regente, dom João de Bragança, preferiu continuar no Rio de Janeiro, onde se adaptou rapidamente. E o Brasil estava tão bem situado no seu conceito, que foi promovido à condição de reino. Em 16 de dezembro de 1815 passou a fazer parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com sede no Rio de Janeiro. Na verdade, a cúpula da Corte estava embevecida com o grande paraíso tropical. E nele preferia permanecer, cercada de todas as mordomias, onde tudo era possível e permitido. O Rio de Janeiro crescia vertiginosamente e ganhava rapidamente ares de uma cidade europeia. E o Brasil representava um futuro alvissareiro, pois a sua vastidão territorial oferecia imensas riquezas, ainda inexploradas. Enquanto isso, Lisboa estava estagnada em um Portugal pequeno e pobre, cujo futuro dependia da transferência das riquezas brasileiras. Talvez este tenha sido o raciocínio lógico do príncipe regente em não querer retornar à terra natal. E isto se fortaleceu mais ainda quando a mãe, a rainha Maria I, morreu, em 20 de março de 1816. Ele poderia ter voltado a Lisboa e lá preparar a sua coroação de rei, numa solenidade grandiosa, com a presença das casas reais europeias. Mas nada disso aconteceu, a coroação foi no Rio de Janeiro, no dia 6 de fevereiro de 1818. Com isso, o rei reafirmou a condição do Brasil como

Tutelado pela Inglaterra, Portugal transformou-se em um autêntico protetorado inglês. Isso era conveniente para a Corte instalada no Rio de Janeiro, pois garantia à Casa de Bragança o domínio de Portugal. E para a Inglaterra, que tinha o privilégio de dominar o comércio no Brasil, era conveniente a permanência da Corte aqui, para impedir que o sentimento nacionalista provocasse o mesmo fenômeno já em curso na América Espanhola, onde uma onda de insurreições estava implodindo os vice-reinados, para o nascimento de países independentes.

Portanto, para salvaguardar seus interesses no Brasil, os ingleses ofereciam à Corte portuguesa, em contrapartida, os serviços de cão de guarda em Portugal. Mas essa postura gerou um profundo mal-estar no seio da oficialidade portuguesa. A consequência foi o surgimento, em Lisboa, do ‘Supremo Conselho Regenerador de Portugal e do Algarve’, formado por oficiais do Exército e membros da Maçonaria, com o objetivo de expulsar os britânicos de Portugal.

Esse movimento foi o responsável pela preparação de uma rebelião denominada ‘Conspiração de Lisboa’, para introduzir o liberalismo em Portugal, com a derrubada da monarquia liderada pelo príncipe regente, que se encontrava encastelado no Rio de Janeiro e representado em Portugal por uma Regência sob a tutela inglesa.

A Conspiração de Lisboa, na verdade, uma conspiração contra os ingleses, foi descoberta em maio de 1817 e desarticulada pelo marechal-general William Beresford. Os cabeças foram presos e condenados à morte por traição à pátria. Doze foram executados por enforcamento: onze no Campo de Santana, e o chefe do movimento, general Gomes Freire de Andrade, na Fortaleza de São Julião da Barra.

Note-se aí uma coincidência. A Conspiração de Lisboa foi descoberta num momento em que o príncipe regente, dom João de Bragança, enfrentava no Brasil um levante separatista em Pernambuco. A Conspiração de Lisboa foi debelada no nascedouro, e a Revolução Pernambucana vencida nos campos de batalha. Os principais líderes

líder do Reino Unido. Portugal havia passado para o segundo plano administrativo e isso incomodava e feria os nobres portugueses. Portugal também estava política e economicamente sob a tutela da Inglaterra desde a expulsão dos franceses. E dependia basicamente das riquezas do Brasil, enviadas pela nova metrópole, o Rio de Janeiro.

das duas insurreições foram executados, 12 em Portugal e 13 no Brasil.

Levante do Porto (1820)

Em 22 de janeiro de 1818, quatro maçons fundaram na cidade do Porto uma entidade secreta, denominada Sinédrio, com o objetivo de também preparar uma revolução liberal. Rapidamente acolhe juizes, comerciantes e homens de outras profissões. Mas foi com a entrada de militares que a organização adquiriu uma maior dinâmica e pôde preparar a logística de uma insurreição, desfechada no dia 24 de agosto de 1820, com o nome de ‘Levante do Porto’, também chamado de Revolução do Porto, Revolução Liberal do Porto, Revolução Constitucionalista do Porto ou Revolução Liberal de 1920.

Às 8 horas da manhã do dia 24 de agosto de 1820, os revolucionários ocuparam a Câmara Municipal e tornaram público o ‘Manifesto aos Portugueses’, onde davam esclarecimentos sobre os objetivos da revolução, que contou imediatamente com o apoio geral dos militares, da burguesia mercantil, do clero e do povo. A revolução espalhou-se rapidamente, sem resistências, e se consolidou com a adesão de Lisboa³.

A regência foi deposta e constituído um governo provisório, denominado Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, sob a presidência do brigadeiro Antônio da Silveira Pinto da Fonseca.

Repercussões no Brasil

As notícias sobre a Revolução do Porto somente chegaram ao Brasil no mês de outubro. Soube-se, em linhas gerais, que os revolucionários estavam impondo as seguintes exigências:

³ William Beresford, o eficiente ‘cão de guarda inglês’, nada pôde fazer, pois tinha viajado para se encontrar com o rei no Rio de Janeiro. No retorno, sua nau foi impedida de entrar em Lisboa e ele partiu para a Inglaterra, depois de comandar o Exército português de 1809 até 1820.

- O regime seria uma Monarquia Constitucional, a ser definido na sua forma por uma Assembleia Constituinte, sem ruptura com a Dinastia de Bragança.
- Volta imediata da família real para a reinstalação da Sede da Monarquia em Lisboa e a restauração da dignidade portuguesa, ferida desde 1815, quando dom João recusou-se a voltar a Portugal e criou o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com sede no Rio de Janeiro.
- Restabelecimento da exclusividade de comércio com o Brasil, com o retorno do Pacto Colonial, para garantir novamente o monopólio português e revigorar a economia e o movimento nos portos de Lisboa e do Porto.

O primeiro item das exigências do novo regime não foi negativo, pois se alinhava à tendência liberalizante, que ganhou força no início do século XIX. Já os dois últimos itens causaram muita preocupação, uma vez que se constituíam em uma ameaça ao futuro do Brasil. A volta da família real significava retirar do Rio de Janeiro todo o poder de decisão governamental. E o último, pior ainda, pois se tratava de uma recolocação, recolocando o Brasil totalmente na dependência de Portugal.

Os portugueses do comando da Revolução do Porto, talvez por nunca terem estado no Brasil para conhecer a realidade vigente a partir de 1808, ou talvez por soberba herdada dos tempos do regime da opressão total, não raciocinaram que a descolonização seria impossível de ser aplicada ao gigante da América do Sul. Sequer analisaram a possibilidade de uma revolução no Brasil, caso a Constituição fosse realmente direcionada para os termos que estavam sendo propostos. Havia ainda um fator que os revolucionários do Porto e os de Lisboa sequer analisaram: qual seria a postura da Inglaterra, a maior potência do planeta, que teria seus interesses comerciais no Brasil severamente prejudicados.

Portugal nada mais tinha além dos bons vinhos a oferecer aos britânicos. Estava empobrecido, e a causa principal tinha sido justamente a abertura, em 1808, dos portos brasileiros ao livre comércio com as nações amigas de Portugal, da qual a Inglaterra foi a principal beneficiária. Esta, talvez, tenha sido a causa do desinteresse inglês em

recolocar no comando do Exército luso o marechal William Beresford, que havia sido deposto quando se encontrava justamente em viagem ao Brasil.

Enfim, o foco da Inglaterra não estava mais voltado para Portugal, um país pequeno e decadente. Sua prioridade estava assentada no Brasil, que dispunha de um fabuloso manancial de riquezas e de matérias-primas indispensáveis à sua já poderosa máquina industrial.

Um levante audacioso

O Levante do Porto foi um golpe de três faces bem distintas, voltadas contra a dominação inglesa, contra o poder absolutista do rei e contra o desenvolvimento do Brasil.

Dom João VI poderia renunciar ao Reino de Portugal e decretar a separação do Reino do Brasil, ou seja, institucionalizar a Independência do Brasil. E para conter possíveis focos de resistência dos portugueses no reino americano ou até mesmo enfrentar uma esquadra e tropas portuguesas enviadas por Portugal, ele teria o apoio dos ingleses, com fortes e inalienáveis interesses comerciais no rico Reino do Brasil.

Mas a estratégia do rei foi a de ganhar tempo, protelando a mudança da família real o quanto podia. Quando resolveu enfrentar o desenrolar dos acontecimentos em Portugal, já se encontrava em andamento, em Lisboa, os trabalhos de uma Constituição. O rei desembarcou em Lisboa no dia 4 de julho de 1821. Foi muito bem-recebido, mas viu que o clima era de franca hostilidade ao Reino do Brasil.

O Reino do Brasil teria sido sumariamente suprimido por um simples decreto, caso um membro importante da família real, justamente o príncipe herdeiro, dom Pedro de Alcântara e Bragança, não tivesse sido deixado no Rio de Janeiro, como príncipe regente do reino na América do Sul. Isso atrapalhou os planos para a liquidação do *status* do Brasil como reino. A estratégia agora era fazer pressões e até ameaças, a fim de forçar o regresso do príncipe.

Cortes hostis ao Brasil

A elaboração da Constituição Política da Monarquia Portuguesa, conforme sua denominação oficial, desenvolveu-se em um clima de tensões permanentes, com discussões entre moderados e radicais. Primeiro houve divergências na bancada portuguesa nos encaminhamentos dos principais enunciados: Direitos e Deveres dos Cidadãos, Atribuições do Poder Legislativo, do Executivo, do Judiciário e das Armas.

Os deputados portugueses somente se mostravam unidos quando o assunto dizia respeito às províncias ultramarinas na América do Sul, na África e na Ásia, pois os constituintes portugueses queriam colocá-las totalmente submissas a metrópole, numa postura bem ambígua. Enquanto para o território metropolitano sopravam os ventos liberais da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, com a bandeira da ‘Liberdade, Igualdade e Fraternidade’, para o Brasil queriam soprar a tempestade do absolutismo, do colonialismo retrógrado e do obscurantismo mais odioso.

Para representar o Brasil nos trabalhos legislativos, em Lisboa, uma comissão expediu as instruções para a eleição dos deputados que seriam credenciados às Cortes. E, pela primeira vez, em 1821, haveria uma eleição no Brasil. O processo eleitoral foi calcado na Constituição Espanhola de 1812, aberta aos cidadãos livres, maiores de 25 anos e com residência comprovada em alguma freguesia. Eram os chamados eleitores de paróquia.

Ficou ainda decidido que, no Brasil, as eleições seriam em 17 capitanias: Alagoas, Bahia/Sergipe, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Grão-Pará/Rio Negro, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. A representação de cada uma seria pela proporcionalidade populacional.

À medida que chegavam a Lisboa, os parlamentares brasileiros, que eram minoria, iam sentindo de imediato a hostilidade, a prepotência e o ar de superioridade dos portugueses. Em outubro de 1821, eles assistiram à promulgação dos decretos que transformavam as capitanias em províncias, com juntas governativas provisórias, subordinadas às

Cortes de Lisboa, além da extinção de todos os tribunais superiores instalados no Brasil, a partir de 1808. Enfim, ficava claramente evidenciada que as cortes pretendiam anular toda a obra deixada por dom João VI, fazendo de cada província brasileira uma província de Portugal.

Intervenção de José Bonifácio

Em 9 de dezembro de 1821 chegou ao Rio de Janeiro uma esquadra portuguesa trazendo os últimos decretos das Cortes de Lisboa, que, dentre outras determinações, aboliam a regência, retiravam do Rio de Janeiro todo o poder administrativo, judicial e militar, e ordenavam o imediato retorno do príncipe regente, nessa mesma esquadra.

Segundo alguns historiadores, enquanto o príncipe demonstrava que estava preparando sua numerosa Corte para o regresso, chegou-lhe às mãos, no dia 1º de janeiro de 1822, uma carta da Junta Governativa de São Paulo, datada de 24 de dezembro, com um conteúdo de indignação e revolta. Eis um trecho:

É impossível que os habitantes do Brasil, mormente os paulistas, possam jamais consentir em tais absurdos e despotismos. Vossa Alteza Real deve ficar no Brasil, quaisquer que sejam os projetos das Cortes Constituintes, não só para nosso bem geral, mas até para a independência e prosperidade futura do mesmo Portugal. Se V. A. Real estiver, o que não é crível, pelo deslumbrado e indecoroso decreto de 29 de setembro, além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno número de desorganizadores, terá também que responder, perante o céu do rio de sangue que decerto vai correr pelo Brasil com a sua ausência.

Transcrito do pt.wikipedia.org/wiki/José_Bonifácio_de_Andrada_e_Silva

Dom Pedro autorizou que a carta, cuja redação era atribuída a José Bonifácio de Andrada e Silva, vice-presidente da Junta Governativa

va de São Paulo, fosse imediatamente divulgada e publicada na Gazeta do Rio de Janeiro, que a transcreveu na edição do dia 8 de janeiro de 1822, véspera do ‘Dia do Fico’.

Logo em seguida, dom Pedro recebeu uma delegação de São Paulo, chefiada pelo próprio José Bonifácio, que foi hipotecar apoio ao príncipe regente. Agindo rápido, dom Pedro nomeou Bonifácio, em 16 de janeiro de 1822, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino. Pela primeira vez um brasileiro fazia parte do alto escalão do reino.

Dia do Fico

O deputado baiano Cipriano Barata, num debate nas Cortes de Lisboa, em resposta a uma imposição do Congresso Legislativo que exigia o retorno de dom Pedro, chegou a advertir, em tom de provocação, o presidente da casa, José Joaquim Ferreira de Moura, levantando a possibilidade de ‘Sua Alteza teimar em não voltar’ e fazendo uma pergunta pertinente: “Que fará o Congresso?”

E Sua Alteza realmente teimou em ficar no Brasil. Depois de obter os apoios necessários de São Paulo e de um abaixo-assinado contendo 8 mil assinaturas, o príncipe fez, no dia 9 de janeiro de 1822, no Rio de Janeiro, perante uma delegação de membros do Senado da Câmara, a seguinte declaração:

Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto!

Digam ao povo que fico.

Enquanto não chegavam as represálias que por certo viriam do onipresente Congresso de Lisboa, ele tratou logo de pavimentar o caminho para um possível desligamento do Reino do Brasil do Reino de Portugal. E, partindo para a ofensiva, começou a agir rápido para demonstrar sua força, sua determinação e seu compromisso com o futuro da nação brasileira:

- Expulsou a Divisão Auxiliadora, a mais importante unidade do Exército Português no Brasil, acantonada no Rio de Janeiro desde 1817 e que estava sob o comando do general Jorge de Avilez. Seus soldados haviam protagonizado cenas de barbárie nas ruas contra os brasileiros e colocado a autoridade do príncipe regente em xeque. Em meio à desordem, descobriu-se um plano para sequestrar dom Pedro e recambiá-lo para Portugal. O príncipe regente ordenou a mobilização das tropas de segunda linha, que, rapidamente, reuniu 6 mil milicianos, comandados pelo general brasileiro Joaquim Xavier Curado. Acuado pelas milícias, a tropa do general Jorge de Avilez retirou-se para Lisboa em 12 de fevereiro de 1822.
- Criou o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias, para fortalecer as relações do centro do poder, no Rio de Janeiro, com as províncias, sem a intermediação de Lisboa.
- Determinou que nenhum decreto das Cortes de Lisboa poderia ser obedecido sem a sua prévia autorização, ou seja, o ‘Cumpra-se de dom Pedro’.
- Convocação, em 13 de junho de 1822, de uma Assembleia Geral Constituinte, para elaborar a Constituição do Reino do Brasil.

Tropas portuguesas ocupam Salvador

Manter o Brasil unido a Portugal de qualquer forma, mesmo pela força das armas, era a determinação das Cortes de Lisboa. E dentro dessa política, foi nomeado por Lisboa, para governador das Armas na Bahia, o brigadeiro português Inácio Luís Madeira de Melo, em substituição ao brigadeiro brasileiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães.

No dia 15 de fevereiro de 1822, chegou a Salvador o navio correio Leopoldina, trazendo para Madeira de Melo a carta-régia da sua nomeação, datada de 9 de dezembro de 1821. Ele quis tomar posse imediata no comando das Armas, mas foi impedido por Freitas Guimarães, que arguiu a necessidade da nomeação ser reconhecida pela Junta

de Governo, o que levaria alguns dias. Porém, dos oficiais portugueses, Madeira de Melo obteve a imediata aceitação do seu comando. Estabeleceu-se então uma crise entre militares portugueses e brasileiros, que evoluiu para uma sangrenta tomada dos quartéis em poder dos baianos.

No dia 18 de fevereiro, quando já dominavam a cidade, os soldados e marinheiros portugueses cometeram uma série de excessos pelas ruas e, a pretexto de prender ‘revoltosos’, começaram a invadir casas de brasileiros. E nessa sanha ‘caçadora’, na manhã de 19 de fevereiro, entraram no Convento da Lapa, onde encontraram a abadessa, sóror Joana Angélica, defendendo a porta da clausura. Reza a tradição que a religiosa teria exclamado:

Para trás, bárbaros! Respeitem a Casa de Deus!

Só penetrareis nesta Casa passando por sobre o meu cadáver!

E passaram, pois ela foi mortalmente ferida a golpes de baioneta, morrendo no dia seguinte, 20 de fevereiro. O assassinato comoveu a cidade e amedrontou os habitantes brasileiros. Os mais ricos, que possuíam propriedades ou negócios no Recôncavo, deixaram Salvador com suas famílias e foram se refugiar nas vilas de São Francisco do Conde, Santo Amaro, Cachoeira, Maragojipe e Jaguaripe.

Recôncavo, o foco da reação

As circunstâncias como Salvador foi ocupada pelas tropas portuguesas; a prisão e o envio imediato para Lisboa do brigadeiro brasileiro Freitas Guimarães, deposto do comando das Armas na Bahia pelo brigadeiro português Madeira de Melo; os desmandos dos militares invasores de Salvador, que nada respeitavam, nem as instituições religiosas, alteraram e agravaram o cenário político na Bahia.

A capitania que um ano atrás, exatamente em 10 de fevereiro de 1821, havia aderido às Cortes de Lisboa e colocado a Bahia fora do comando do Rio de Janeiro – desgostando o rei dom João VI (ainda

estava no Rio de Janeiro) e preocupando o príncipe, assim que este assumiu a regência –, estava agora querendo se livrar do jugo das Cortes de Lisboa.

O centro do poder econômico – que abrigava o núcleo dos engenhos açucareiros e o polo da produção do fumo – ficava no Recôncavo, também controlador das fontes de abastecimento de Salvador. Sabendo da importância dessa região estratégica, Madeira de Melo pretendia também subjugar-la. Mas, para isso, precisava de mais tropas.

Enquanto aguardava pela chegada de reforços, os mais poderosos senhores de engenho, encastelados no Recôncavo, movimentavam-se contra Madeira de Melo. O historiador baiano Pedro Tomás Pedreira, em seu livro ‘Notícia Histórica de São Francisco do Conde’, informa que a vila de São Francisco do Conde estava centralizando as ações conspiratórias. Eis um trecho do seu registro:

Pedro Calmon faz-nos saber que na noite de 31 de maio de 1822, no solar do Engenho São José, na freguesia de Nossa Senhora do Monte Recôncavo, reuniram-se ao Capitão-mor da Vila de São Francisco, Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão, os vários líderes sanfranciscanos, presentes o Coronel Felisberto Gomes Caldeira, os santamarenses Miguel e Manoel Bernardo Calmon du Pin e Almeida, e ainda o então Juiz de Fora das Vilas de Santo Amaro e São Francisco, bel. Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, e o Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca da Bahia, Desembargador Antônio José Duarte de Araújo Gondim, ali sendo decididas as providências visando à ação de guerra contra os lusos de Madeira de Melo.

Naquele engenho, e nos engenhos Guaíba, D’Água, Cravassú, Novo, de Baixo, Pitinga e Luerenta, de sua propriedade, manteve o capitão-mor Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão, às suas ordens e expensas, os militares e civis que fugiram da capital, reunindo, ainda, armas e munições para a luta.

A esse tempo, já se tinha conhecimento da carta que – por intermédio do jovem bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, recém-chegado de Lisboa, o santamarense Miguel Calmon du Pin e Almeida –, os Deputados baianos às Cortes Gerais e Extraordinárias e Constituintes, de Lisboa, enviaram aos Senados das Câmaras da Bahia, em 22 de março de 1822, inquirindo sobre a melhor maneira de ser o Brasil governado.

A Câmara de Salvador marcou a sua reunião para o dia 12 de junho. Porém, além de proibir a sessão, Madeira de Melo montou um aparato repressivo e bloqueou as ruas de acesso à Câmara, com tropas, impedindo que Salvador iniciasse o ciclo das respostas solicitadas pela bancada dos deputados em Lisboa.

Em Santo Amaro, a Câmara reuniu-se dois dias depois, em 14 de junho. Não foi uma reunião restrita aos três vereadores, ao juiz de fora (que presidia a casa) e ao procurador da cidade. Foi uma verdadeira assembleia geral, pois teve a participação do ouvidor da comarca, de vários oficiais graduados do corpo de milícias, de membros do clero e de dezenas de outras pessoas importantes.

No livro ‘A Independência do Brasil na Bahia’, o historiador baiano Luís Henrique Dias Tavares fez o seguinte registro, conforme a ata de vereação:

Que haja no Brasil hum centro único de Poder Executivo; que este Poder seja exercitado por sua Alteza Real, o Príncipe Real, segundo as regras prescriptas em huma liberal Constituição; e que a Séde do mesmo Poder seja aquelle logar que mais útil for ao seo bom Regimen e administração do Reino.

Além da resposta à consulta dos deputados, a assembleia reunida na Câmara de Santo Amaro foi mais além, pois resolveu fazer sete indicações, que se constituíam num verdadeiro ‘Grito de Independência do Reino do Brasil’. E esse grito ecoou imediatamente por todo o Re-

côncavo, principalmente em Cachoeira, onde uma conspiração também se encontrava em marcha.

25 de Junho de 1822, início da Guerra da Independência

Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, a maior e mais importante vila do interior da província da Bahia, era rica e poderosa. Constituíam-se num centro comercial e num porto de embarque de produtos destinados aos sertões e vice-versa, além de ser o centro das atividades açucareira, fumageira e algodoeira.

Desde que Madeira de Melo assumiu o controle de Salvador, Cachoeira passou a ser uma espécie de ‘capital’ da reação que estava por vir. Transformou-se em um núcleo das articulações conspirativas. A casa do major José Joaquim de Almeida Arnizáu, no Largo do Hospital, era um dos locais das reuniões.

Alguns portugueses radicados na vila informaram a Madeira de Melo sobre essas reuniões, tendo o brigadeiro enviado uma escuna, sob o comando do tenente Domingos Fortunato do Vale, para intimidar e sufocar qualquer manifestação de rebeldia. No livro ‘História da Cidade da Cachoeira’, o historiador cachoeirano Francisco José de Mello relata o episódio da seguinte maneira:

Sendo o tenente Domingos Fortunato do Vale de índole moderada, mantinha-se nas águas do rio Paraguaçu, sem molestar a população da Vila.

Os mesmos portugueses voltaram a informar a Madeira de Melo sobre o crescimento do movimento e a falta de ação do tenente Domingos Fortunato do Vale, que nada fazia para sufocar o movimento, verdadeiro foco de rebelião.

Madeira de Melo, diante das informações recebidas, enviou no dia 9 de junho uma lancha

trazendo o tenente Duplaquet, considerado um oficial enérgico, para substituir o tenente Domingos Fortunato do Vale.

Chegando ao porto da Vila, os marujos da lancha, unidos à guarnição da canhoneira, vieram a terra percorrendo as ruas da Vila, expondo acintosamente as suas armas numa provocação de distúrbios. Um deles entra em discussão com um frade, a quem prende e, violentamente, o conduz à canhoneira, ameaçando de morte as pessoas que tentam intervir.

Graças ao gênio moderado do tenente Domingos Fortunato do Vale, que ainda não havia voltado, o frade é solto e tudo volta à normalidade na Vila.

Em função do ocorrido em Salvador, quando tropas portuguesas impediram que o Senado da Câmara se reunisse no dia 12 de junho, os líderes do movimento em Cachoeira, acautelando-se contra uma possível intervenção da guarnição da escuna ancorada no rio Paraguaçu, bem defronte ao centro da vila, resolveram que a reunião na Câmara teria a proteção de milícias armadas. Essa garantia chegou com a adesão de José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão, coronel do Regimento de Cavalaria Miliciana, que organizou, no Iguape, onde residia, um grupo composto de 100 patriotas.

No dia 24 de junho, os milicianos do coronel José Garcia seguiram para o povoado de Belém, próximo a Cachoeira. Ao alvorecer do dia seguinte eles desceram para a vila, onde se encontraram, às margens do rio Pitanga, com 400 homens de todas as classes sociais, munidos de todo tipo de armamento. Às 9 horas, a tropa e o povo entraram na Praça da Câmara e Cadeia, onde o Senado da Câmara se reuniu para aclamar dom Pedro de Alcântara como ‘Regente e Perpétuo Defensor e Protetor do Reino do Brasil’.

A ata teve 256 assinaturas. Nunca na história de Cachoeira se haviam reunido tantas pessoas importantes. Depois do ato da aclamação pelo Senado da Câmara, as autoridades e o povo dirigiram-se à Igreja

Matriz de Nossa Senhora do Rosário para uma celebração religiosa oficiada pelo padre Francisco Gomes dos Santos, vigário de Santo Estêvão do Jacuípe que, após um eloquente sermão, comandou a entoação de um hino de ação de graças (*Te Deum*). Os fatos que se seguiram foram narrados por Francisco José de Melo, no livro ‘História da Cidade da Cachoeira’:

Depois da cerimônia, a tropa desfilava pela Rua Direita (hoje Ana Nery), quando a canhoneira lusa abre fogo contra a Vila, causando sérios danos em alguns edifícios, e é atingido o Tambor-mor José da Silva Soledade, que tomba morto. Não fosse a maré vazante seria maior o número de mortes, pois, com a maré já baixa, a maioria dos tiros desferidos se alojou na alta e espessa parede do cais.

Aproveitando-se da confusão causada pelo ataque da escuna, alguns portugueses começaram, de seus prédios, a efetuar disparos contra o povo, estabelecendo um clima de confronto na vila. A escuna portuguesa continuou atirando nos dias 26 e 27. Como os cachoeiranos não dispunham de armamento com capacidade para enfrentar os canhões da embarcação lusa, houve uma improvisação que deu certo: valeram-se de uma antiga peça de artilharia adaptada para serviços nos engenhos açucareiros, chamada de ‘vaivém’, que trazida para a vila foi rapidamente preparada para lançar pedras e pedaços de ferro; acertando o alvo, passaram a produzir sérias avarias na escuna.

Finalmente, ao entardecer do dia 28, os patriotas avistaram o içamento de uma bandeira branca. Um grupo saiu de São Félix para tomar a embarcação: foram encontrados 26 marujos e o tenente Duplaquet, quase todos feridos. Doze praças tinham morrido e outros haviam fugido a nado.

Um ofício da Câmara de Cachoeira, comunicando a aclamação e as ‘demais ocorrências provenientes deste ato’, foi enviado ao Rio de Janeiro. Mas o emissário não seguiu pelo mar, uma vez que a saída pela Baía de Todos-os-Santos estava vigiada pela esquadra de Madeira de Melo. Uma pequena caravana, utilizando burros, seguiu pela Estrada

Real Bahia-Minas, que partia do povoado de São Félix (do outro lado do Paraguaçu), passava por Rio de Contas (no sul da Chapada Diamantina) e descia para Minas Novas, já em Minas Gerais, de onde se conectava com a Estrada Real de Minas, que ia até o Rio de Janeiro.

As ocorrências em Cachoeira – que de uma simples aclamação ao príncipe regente se transformaram no início de uma guerra, com a tomada da escuna portuguesa –, inflamaram as vilas próximas. Contagidos pela coragem dos cachoeiranos, freneticamente começaram a se formar os batalhões patrióticos que iriam lutar pela libertação de Salvador do jugo da recolonização portuguesa que a presença de Madeira de Melo representava.

Governo Interino da Província da Bahia

Em 17 de agosto de 1822, foi convocada uma reunião em Cachoeira para que fosse discutida a proposta conjunta de São Francisco do Conde e de Santo Amaro, no sentido de ser instituído um governo que representasse não somente o Recôncavo, mas toda a Província da Bahia. Isso se fazia necessário em virtude das adesões das vilas de outras regiões. Assim, surgiu o Conselho Interino do Governo da Província da Bahia, instalado em 6 de setembro de 1822, com sede em Cachoeira e presidido por Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque.

7 de Setembro de 1822, Proclamação da Independência

No dia 14 de agosto de 1822, o príncipe regente partiu para São Paulo com o objetivo de apaziguar os ânimos naquela província. Como tivera sucesso na missão em Minas Gerais, dom Pedro queria repetir o êxito. Na véspera da viagem, entregou o poder à esposa, Maria Leopoldina de Áustria, nomeando-a chefe do Conselho de Estado e Princesa Regente Interina do Brasil, com poderes legais para governar o reino durante a sua ausência.

No final de agosto, chegou ao Rio de Janeiro um navio correio trazendo uma carta para José Bonifácio, enviada por seu irmão, deputado Antônio Carlos de Andrada e Silva, narrando as últimas deliberações das Cortes de Lisboa. As notícias eram ruins: dentre outras, haviam decidido reduzir o príncipe a um simples delegado temporário, mesmo assim somente nas províncias onde, de fato, ainda exercia autoridade; e haviam anulado a convocação do Conselho dos Procuradores das Províncias.

Imediatamente, com data de 1º de setembro de 1822, José Bonifácio escreveu uma carta para dom Pedro, onde consta o seguinte trecho:

O dado está lançado: de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha V. A. R. quanto antes e decida-se, porque irresoluções, e medidas d'água morna, à vista desse contrário que não nos poupa, para nada servem, e um momento perdido é uma desgraça.

(https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Bonif%C3%A1cio_de_Andrada_e_Silva)

Numa reunião extraordinária do Conselho de Ministros, presidida pela princesa-regente, foi escolhido Paulo Emílio Bregaro para ir urgentemente ao encontro de dom Pedro, levando a carta do ministro, juntamente com a carta do deputado Antônio Carlos, uma correspondência do cônsul inglês Henry Orland Chamberlain, e outra da regente interina, de apoio às afirmativas de José Bonifácio, com quem dona Leopoldina se articulava muito bem.

O emissário encontrou a comitiva por volta das 16 horas do dia 7 de setembro, retornando de Santos, numa colina às margens do riacho Ipiranga, bem próximo à cidade de São Paulo. Após ler os papéis, dom Pedro comentou indignado: “Querem massacrar o Brasil”. Logo em seguida, desembainhou a espada e deu o brado que ficou famoso:

– Independência ou morte!

Chegada de Labatut à Bahia

Por indicação do ministro José Bonifácio, dom Pedro contratou os serviços, no posto de general, de um experiente militar francês, Pierre Labatut, que havia pertencido ao exército napoleônico e participado da Guerra Peninsular. Depois, incorporou-se ao Exército Libertador de Simón Bolívar, e lutou contra os espanhóis numa das fases da campanha pela independência da Grã-Colômbia.

Com prenome aportuguesado, Pedro Labatut partiu do Rio de Janeiro com a missão de organizar uma expedição para libertar Salvador do domínio de Madeira de Melo. No dia 28 de outubro Pedro Labatut chegou à Feira do Capuame (atual cidade de Dias D'Ávila), nas proximidades de Salvador, e foi para o quartel-general instalado no Engenho Novo, em Pirajá. Aí, o general recebeu das mãos do coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque o comando geral das tropas.

O primeiro desafio foi implantar uma organização num exército irregular e indisciplinado, além de introduzir uma nova logística na distribuição dos contingentes de milicianos e voluntários. Severo e organizado, impôs uma dura disciplina que seria de fundamental importância poucos dias depois, quando ocorreu a Batalha de Pirajá, a mais importante de toda a campanha libertadora.

Batalha de Pirajá

Em 29 de outubro de 1822, um dia após haver assumido o comando do Exército Brasileiro na Bahia, chamado de Exército Pacificador, o general Pedro Labatut enviou um ultimato ao brigadeiro Madeira de Melo, que se encontrava encastelado em Salvador. Eis a parte inicial do ofício:

Chegado a este lugar, com toda a tropa e armamento que S.A.R. me confiou, para pacificar esta Província, não posso deixar, sem faltar ao

meu dever, de comunicar-vos o fim para que o príncipe regente e perpétuo defensor deste vasto e rico Império me enviou.

Transcrito do livro A INdependência do Brasil na Bahia, de Luis Henrique Dias Tavares.

O livro do historiador Luís Henrique Dias Tavares informa ainda que o general Pedro Labatut ofereceu segurança para a retirada das tropas portuguesas e “[...] a garantia das leis, ainda mesmo que a favor daqueles que, de qualquer sorte e maneira, se tenham mostrado inimigos do atual sistema que o Brasil adotou.” Contudo, Labatut advertiu:

Um tiro de fuzil de vossa tropa contra qualquer brasileiro será o sinal de nossa eterna divisão.

Mas, no dia 31 de outubro, Madeira de Melo ganhou uma força extra, com a chegada a Salvador de uma esquadra sob o comando do chefe de divisão João Félix Pereira de Campos, trazendo soldados, armas e munições de Portugal, que lhe ensinou responder ao general Labatut no dia 8 de novembro, com um grande ataque às tropas brasileiras, em seu principal reduto de concentração, no eixo Cabrito-Campinas-Pirajá, localizado nas cercanias de Salvador e que já estava preparado para enfrentar uma possível ofensiva portuguesa. O combate durou cerca de oito horas, envolvendo em torno de quatro mil homens, de ambos os lados, com centenas de mortos e feridos.

Segundo versão difundida pelo alferes Ladislao dos Santos Titara, testemunha presencial, o coronel pernambucano José de Barros Falcão de Lacerda, comandante da 1ª Brigada, sentindo-se em desvantagem numa posição-chave e temendo ficar sitiado, ordenou ao cabo Luiz Lopes o toque de ‘Retirada’. Por equívoco ou por rebeldia, o Corneteiro Lopes tocou ‘Cavalaria Avançar’, seguido de um ‘Cavalaria Degolar’. Isto criou um pânico entre os portugueses, que abandonaram suas posições e fugiram rapidamente.

Festas no Rio, combates na Bahia

Em 12 de outubro e 1º de dezembro de 1822, o Rio de Janeiro, capital do nascente Império do Brasil, viveu dias de intensas festividades com a aclamação e coroação do imperador, dom Pedro I.

Enquanto as festividades se desenrolavam na capital do Império, o sangue continuava jorrando na Bahia, envolta nas lutas pela libertação da capital da Província.

A Bahia constituía-se na última possibilidade, embora já remota, de Portugal reverter a Independência do Brasil ou pelo menos dividi-lo e ficar com a metade do território da antiga Colônia, da Bahia para o norte, tendo Salvador novamente como a capital colonial na América do Sul, com dois importantes centros da produção açucareira, na própria Bahia e em Pernambuco.

Portanto, a Bahia se constituía em uma província estratégica para a manutenção da unidade nacional. Por isso, recebeu reforços despachados do Rio de Janeiro e também de Pernambuco, que já havia expulsado as tropas portuguesas que se encontravam no Recife e em Olinda.

O Império do Brasil estava consolidado com as províncias de Minas Gerais para baixo, até o Rio Grande do Sul. Mas no leste não tinha o domínio da capital da província da Bahia, mas tinha Pernambuco, que aderiu ao príncipe regente em 1º de junho de 1822. No norte, havia focos de resistência, ainda por força das adesões das províncias do Maranhão e do Grão-Pará às Cortes de Lisboa.

Batalhão do Imperador

Em 18 de janeiro de 1823, dom Pedro I instituiu por decreto o Batalhão do Imperador, colocado sob o comando do coronel José Joaquim de Lima e Silva, que escolheu seus integrantes a dedo. Constituído por um estado-maior, seis companhias e com um total de 735 homens, o batalhão embarcou para a província da Bahia dez dias depois de criado.

A tropa desembarcou no porto da Casa da Torre e seguiu por terra para o teatro da guerra, que ficava bem próximo, onde se juntou às demais tropas, sob o comando geral do general francês Pedro Labatut. O Batalhão do Imperador participou de vários ataques contra posições portuguesas. A linha do cerco a Salvador ia de Cabrito a Itapuã.

Esquadra de Lord Cochrane

O ministro José Bonifácio convidou um renomado militar naval britânico, Thomas Cochrane, para trabalhar no Brasil. Vindo de Valparaíso, no Chile, chegou ao Rio de Janeiro em 13 de março. Por Decreto Imperial, de 21 de março de 1823, Lord Cochrane, como era chamado, foi designado chefe da esquadra brasileira com a patente de ‘1º Almirante da Marinha Brasileira’.

No livro ‘Grandes Vultos da Independência Brasileira’, Affonso d’E. Taunay registra a saída da esquadra de Lord Cochrane do Rio de Janeiro e sua entrada em ação na barra da Baía de Todos-os-Santos, no dia 4 de maio de 1823:

Lutando com grandes dificuldades e a tudo provendo com a maior capacidade, pôde Cochrane sair do Rio a 3 de abril, à testa de uma pequena esquadra, mal armada, mal tripulada, para auxiliar a ação terrestre dos patriotas baianos rebeldes e comandados por Labatut.

A 4 de maio, tendo recebido reforço de alguns navios, aprocou para a barra da Bahia, cujo porto dominava a frota de João Félix de Campos, incomparavelmente mais forte do que a brasileira. Dispondo da nau Pedro I, das fragatas Ipiranga, Niterói, Paraguassú, da corveta Maria da Glória e mais alguns chavecos, ia Cochrane afrontar a esquadra portuguesa (uma nau, duas fragatas, sete corvetas, uma charrua, uma sumaca e um brigue); dispunha de 242 canhões quando os portugueses tinham 396.

Mas, como imediatos contava com um núcleo de oficiais (ingleses) de maior valor, como Grenfell, Norton, Beaurepaire e Taylor, embora se visse na contingência da maior gravidade, pelo fato de quase todos os seus artilheiros serem portugueses (não confiava neles). Assim mesmo, não duvidou em atacar a esquadra lusitana.

Mesmo ante a desproporção esmagadora das forças, Cochrane, fazendo jús ao apelido de ‘Lobo do Mar’, arremeteu um ousado ataque, que causou danos ao inimigo. Em seguida, retirou-se para a sua base, montada em Morro de São Paulo, na Ilha de Tinharé, onde havia chegado em 25 de abril de 1823.

No dia 8 de maio, o general Labatut desembarcou na Ilha de Itaparica e recebeu recado para ir ao encontro do almirante, onde acertaram, no dia seguinte, um plano de ação contra as forças lusitanas aquarteladas em Salvador.

Prisão de Labatut

Com ciúmes por estarem subordinados a um oficial estrangeiro ou por insatisfação pela liderança férrea de Labatut, considerado muito autoritário, que inclusive desconhecia o poder da Junta Provisória do Governo da Província (o general dizia que somente recebia ordens do imperador), alguns oficiais brasileiros passaram a conspirar contra o seu comando.

Logo na chegada, dentro da sua rígida formação napoleônica, onde a disciplina de guerra era fundamental, o militar francês expediu um aviso que foi considerado muito duro, pois ameaçava de fuzilamento os soldados que voluntariamente haviam atendido a um chamamento patriótico e que agora se viam ameaçados por um estranho que, por não dominar o português, se expressava por meio de um intérprete, o secretário que escrevia seus comunicados, ordens, etc. Eis o texto que causou um profundo desconforto entre a oficialidade brasileira:

Soldados do Exército Pacificador!

O vosso General Chefe vai lembrar-vos as Leis que impoem pena de morte aos que desgraçadamente incorrerem nellas. Escutai com atenção!

Todo soldado, que estando em campanha desertar do posto – será arcabuzado!

Aquelle que for cabeça de motim, e levantar vozes atterradôras, e dominantes – será arcabuzado⁴.

Vede oh soldados, quanto é forte a Lei; mas quanto é justa para conter a boa ordem dos exércitos. É meu, é vosso dever obedecer-lhe; marchai pois pelo caminho da honra, e fugireis da pena; mas em caso contrario, oh soldados tremei.

O castigo será immediato ao crime, perdão não há em semelhantes casos.

Transcrito do livro A Independência do Brasil na Bahia, de Luís Henrique Dias Tavares

E dentro do espírito deste aviso, Labatut ordenou os seguintes fuzilamentos: de um alferes preso em Pirajá, como espião; de um homem, pelo mesmo motivo, preso no Engenho Novo; e de um escravo, em Santo Amaro. Como não transigia da disciplina militar, efetuou prisões de vários officiais, alimentando a fogueira da conspiração.

Além disso, entre vários senhores de engenho, patrocinadores das despesas com a manutenção do Exército Libertador, crescia a insatisfação pela decisão de Labatut em requisitar escravos para incorporá-los às tropas, transformando-os praticamente em homens libertos.

A gota d'água aconteceu com a prisão, sob a acusação de desobedecer às suas ordens, do poderoso coronel Felisberto Gomes Caldeir-

⁴ A palavra arcabuzado significa morte a tiros de arcabuz, fuzilamento.

ra, em 19 de maio de 1823, caído num ardil preparado por Labatut, que o enviou para ficar recolhido na Fortaleza de São Lourenço, na Ilha de Itaparica.

Mais audaciosa ainda foi a ordem, não cumprida, que expediu para a prisão de Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o Barão da Torre de Garcia D'Ávila, recém-nomeado pelo imperador para governador das Armas do Ceará, que se encontrava na Bahia, no Castelo da Torre, protegido pelo seu exército particular.

Foi então desfechado, no dia 21 de maio de 1823, o golpe contra Labatut, com sua deposição e prisão em seu quartel pelas tropas leais ao comandante Felisberto Caldeira. A decisão tinha sido tomada pelos coronéis, com a autorização da Junta de Governo da Província, com sede em Cachoeira, que também decidiu pelo confinamento do general em uma cela na Casa de Câmara e Cadeia de Maragogipe⁵ e pela imediata soltura do coronel Felisberto.

O general Labatut foi substituído pelo comandante do Batalhão do Imperador, coronel José Joaquim de Lima e Silva, a quem caberia a glória de entrar em Salvador à testa do Exército Libertador.

2 de Julho de 1823, fim da Guerra da Independência

Sitiado em Salvador, com as vias de abastecimento totalmente cortadas, cercado em terra pelas tropas do Exército Libertador e, por mar, pela esquadra de Lord Cochrane, com o reforço da flotilha de João das Botas, conhecedor dos meandros da Baía de Todos-os-Santos, Madeira de Melo deu o primeiro sinal de exaustão de seus recursos em 9 de

⁵ Depois, por ordem do imperador, o general Pedro Labatut foi transferido para o Rio de Janeiro e levado a julgamento no Conselho de Guerra. Contra o Herói de Pirajá pesavam sérias acusações formuladas pelo Conselho Interino do Governo da Província da Bahia. Porém, o general Labatut foi absolvido por unanimidade, pois foi comprovada a falsidade das acusações e a inexistência de crimes de guerra. Em seguida, foi reintegrado pelo imperador ao Exército Brasileiro e restituídos todos os seus direitos e privilégios, passando inclusive a ser reconhecido como o principal Herói do Exército na Independência da Bahia. Labatut morreu em Salvador, aos 73 anos, no dia 24 de setembro de 1849.

maio de 1823, quando, para economizar víveres e se livrar dos doentes, expulsou cerca de 10 mil civis da cidade.

A caminho do colapso total, pela fome e pelas doenças, no dia 20 de junho o brigadeiro reuniu o seu Conselho de Guerra e decidiu pelo abandono de Salvador, antes que a cidade fosse invadida pelo exército sob o comando do coronel Lima e Silva. Foi descartada a humilhação de uma rendição. Seria feito o que dom João de Bragança também havia feito em 1807: a fuga da cidade.

Em seu livro, o pesquisador e historiador Ubaldo Osório narra alguns fatos da evacuação das tropas portuguesas e da entrada das tropas brasileiras em Salvador:

- Premido pelas circunstâncias em que se achava, Inácio Madeira de Melo, comandante em chefe das tropas lusitanas, mandou propor, por Manoel Inácio da Cunha Menezes, ao coronel José Joaquim de Lima e Silva, comandante do Exército Libertador, a retirada de suas tropas, com a garantia de não ser as mesmas inquietadas pelos libertadores.
- A resposta de Lima e Silva foi incisiva: “Se o General inimigo deseja retirar-se tranquilamente, proponha uma capitulação que será consertada entre os comandantes de mar e terra d’uma e outra parte conflitante”.
- Fracassada a negociação, Madeira preferiu, correndo todos os riscos, retirar das trincheiras as suas tropas, e embarcá-las nos brigues da esquadra portuguesa de João Félix.
- Na noite trevosa e fria de 1º de julho de 1823, os soldados de Madeira de Melo eram recebidos, com armas e materiais de guerra, nos brigues estacionados no Cais da Ribeira e nas praias do Noviciado.
- Na manhã do dia 2 de julho, chega ao aquartelamento de Pirajá, a notícia de que Madeira de Melo, com suas tropas embarcadas, iria deixar o porto da Bahia. Tomadas as providências, as brigadas puseram-se em marcha, pela antiga Estrada das Boiadas, em busca da Cidade.

- Os soldados, tendo à frente o seu comandante, ao passarem pelo Convento da Soledade, em cujo largo as religiosas, do mesmo Convento, mandaram levantar um Arco de Triunfo, fizeram alto, a fim de receberem as coroas de louro preparadas para a coroação dos heróis que haviam deixado os campos de Pirajá.

Transcrito do livro *A Ilha de Itaparica, história e tradição*, de Ubaldo Osório.

O Exército Pacificador, como era chamado no início da campanha, mas que ficou consagrado pelo nome de Exército Libertador, entrou na cidade, em colunas. Na passagem pelo Forte do Barbalho houve uma parada para o hasteamento, pela primeira vez em Salvador, da Bandeira do Império do Brasil, tendo no centro o escudo das armas, com lados abraçados por dois ramos de plantas, um representativo do café e outro do fumo, as principais riquezas agrícolas do Brasil e da Bahia.

Do Barbalho, o Exército Libertador seguiu para o Terreiro de Jesus, no centro de Salvador, onde houve a dispersão das tropas, com a distribuição pelos diversos quartéis.

Estava consumada, sem nenhum tiro no dia da ocupação de Salvador, a Independência da Bahia e do Brasil!

O descaso com a importância do 2 de Julho

A vitória brasileira na Bahia, iniciada no Recôncavo, à beira do rio Paraguaçu, e concluída um ano depois, em Salvador, às margens da Baía de Todos-os-Santos, consolidou a Independência do Brasil, proclamada pelo príncipe regente, dom Pedro de Alcântara e Bragança, em São Paulo, às margens do riacho Ipiranga, no dia 7 de setembro de 1822. Neste dia, a guerra já se desenrolava na Bahia, com muitas mortes nas batalhas que se travavam entre brasileiros e portugueses.

A vitória na Bahia, que foi a única província onde realmente houve guerra pela Independência, teve uma outra importância funda-

mental: garantiu a unidade nacional. Evitou que uma vitória portuguesa provocasse a anulação do 7 de Setembro ou mesmo a divisão do vasto território brasileiro em duas ou mais nações.

Em suma, a vitória brasileira na Bahia evitou que na América portuguesa ocorresse o mesmo fenômeno verificado na América espanhola, que foi dividida em várias nações.

Todos nós, brasileiros, devemos a atual unidade nacional à vitória da campanha iniciada em Cachoeira, no dia 25 de junho de 1822, e concluída em Salvador, no dia 2 de julho de 1823. Essas duas datas são os extremos de um período marcado pelo derramamento de muito sangue, do sangue que garantiu a consolidação do 7 de setembro como a data nacional da nossa Independência, ampla e total.

Tanto o 25 de Junho como o 2 de Julho mereciam o reconhecimento nacional. Sem desmerecer o 21 de abril, que os mineiros souberam transformar em feriado nacional, as duas datas baianas foram muito mais importantes. No entanto, não fazem parte do calendário dos feriados nacionais. Coisas dos absurdos que acontecem em nosso país. Mas, convenhamos, a culpa maior cabe aos próprios baianos, que nunca souberam valorizar a grandiosidade da sua história. Daí, o desconhecimento e o descaso nacional pela importância da Independência da Bahia.

Todavia, no fundo escuro do túnel da história baiana foi acesa uma luz de esperança. Graças a uma iniciativa do atual presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Eduardo Morais de Castro, está sendo estudada, pelo Governo do Estado, o retorno à rede pública do ensino estadual, da disciplina História da Bahia, com ênfase na sua Independência. É uma medida da mais alta relevância, para que as futuras gerações estudantis tomem conhecimento e repassem os fatos que culminaram no 2 de Julho.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia também vai propor uma série de ações visando à ampla divulgação nacional da Independência da Bahia, inclusive com uma campanha visando às comemorações do Bicentenário do 25 de Junho e do Bicentenário do 2 de Julho, que acontecerão, respectivamente, em 2022 e 2023.

Referência

PORTO FILHO, Ubaldo Marques; CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto. **2 de Julho, Independência da Bahia e do Brasil**. Editado em 2015, sob o patrocínio da Casa de Cultura Carolina Taboada e o apoio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.



Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o Coronel Santinho, primeiro comandante das tropas que formaram o Exército Libertador, num óleo sobre tela pertencente ao acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.



Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente da Junta Provisória de Governo da Província da Bahia, com sede em Cachoeira, num óleo sobre tela pertencente ao acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.



Lord Cochrane, almirante inglês que comandou a esquadra brasileira na Guerra da Independência da Bahia, num óleo sobre tela pertencente ao acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.



Maria Quitéria de Jesus, num óleo sobre tela pertencente ao acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Heroína da Independência, participou de diversos combates e estava no Exército Libertador que entrou triunfalmente em Salvador no dia 2 de Julho de 1823.

Relatório

Biblioteca Rui Barbosa – Relatório de 2015 a 2016

A Biblioteca Rui Barbosa do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é uma das mais antigas e completas do estado. Quando foi reinaugurada em 1923, já no prédio definitivo conhecido como a Casa da Bahia, continha cerca de 700 obras. Hoje, a biblioteca possui mais de 30 mil livros e periódicos catalogados, grande parte ainda ocupando suas belíssimas estantes de jacarandá especialmente feitas para o ambiente. Engloba obras essenciais à pesquisa científico-cultural nas áreas de história, geografia, antropologia, etnologia, arqueologia, genealogia, sociologia e ciências conexas.

Em seu acervo mais precioso figuram quase 700 obras raras, publicadas desde o século XVI, de diversos autores clássicos de todo o mundo e de variada temporalidade, entre elas um dicionário em Tupi do Padre José de Anchieta; uma edição da Enciclopédia Francesa de 1750, dos iluministas d’Alembert e Diderot; um livro com desenhos e aquarelas de cenas do Brasil, de Barleus, um dos artistas que acompanharam Maurício de Nassau a Pernambuco, ocupado pelos holandeses de 1630 a 1654.

A biblioteca também possui a maior coleção de jornais baianos do estado, impressos desde o século XIX, todos encadernados e à disposição de pesquisadores,. Alguns títulos ainda continuam a circular,

como A Tarde, Tribuna da Bahia e Correio da Bahia. Outros já se encontram extintos, como o Estado da Bahia, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Jornal da Bahia. Há também inúmeros volumes de jornais impressos em várias cidades do interior do estado desde fins do século XIX, além de coleção do Diário Oficial do Estado da Bahia.

Em breve, toda essa hemeroteca será digitalizada e levada à internet para consulta pública democrática, em iniciativa conjunta do IGHB e do Centro de Memória da Bahia, da Fundação Pedro Calmon, do Governo do Estado.

A Biblioteca Ruy Barbosa recebe dezenas de pesquisadores semanalmente e está aberta ao público de segunda a sexta-feira das 13 às 18 horas.

De agosto de 2015 a julho de 2016, a biblioteca desenvolveu atividades normais, tais como: aquisição e registro do acervo recebido (processamento técnico), atendimento e registro de consulentes para pesquisas. O desdobramento das atividades apresenta os seguintes dados:

AQUISIÇÃO E REGISTRO	Quantidades
Doação e aquisição de livros e revistas	135
Livros e revistas encadernados	396
Jornais reencadernados	304
Livros e revistas inseridos no sistema	280
Livros catalogados	260
Assinatura de revistas	02
ATENDIMENTO	Quantidades
Atendimento a usuários	1.155
ACERVO CONSULTADO	
Jornais	566
Revistas	467
Livros	1.235

DIGITALIZAÇÃO DAS REVISTAS

Continuidade da digitalização das revistas do IGHB do nº. 69 ao 76. Realizada a revisão das digitalizações das mesmas do número 56 a 60.

DESCARTE

Continuamos com o processo de doações iniciado em 2008, enviando a bibliotecas da capital e do interior algumas duplicatas de livros recebidos. A biblioteca carece de espaço para guardar parte de seu acervo.

VENDAS

Diversos autores que lançam seus livros, principalmente no IGHB, deixam para venda alguns exemplares, cujo resultado é revertido para o caixa do Instituto.

ESTANTES

A biblioteca adquiriu estantes novas de aço dupla face para melhor acondicionar e disponibilizar os livros.

Carlos Eugênio Junqueira Ayres
Diretor da Biblioteca

Simone Reis Santana de Sales
Bibliotecária e Documentarista

É difícil manter a paixão pelo livro na Bahia¹

Luis Guilherme Pontes Tavares

Jornalista. É sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e diretor da Associação Bahiana de Imprensa (ABI). Possui doutorado em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

A recordação mais remota que tenho da Biblioteca Ruy Barbosa do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) tem a figura soturna do funcionário Gervásio Sampaio na cabeceira da mesa maior da sala de leitura. Era um homem alto, magro, claro e de cabelos ralos, sempre envergando paletó e gravata. Não recordo qualquer sorriso dele. Aquele personagem encontrara na minha imaginação a vizinhança com tudo aquilo que me assustava. Talvez ele fosse alguém a quem se poderia apreciar e querer bem. A biblioteca, por causa dele, não era o meu local preferido no IGHB nas décadas de 1950 e 1960, quando acompanhava o professor Luis Henrique Dias Tavares, meu pai, numa ou noutra visita.

¹ Pronunciamento feito no segundo dia do seminário “A História da Bahia através do acervo do IGHB” realizado entre 29 de junho e 1º de julho de 2016 no salão nobre do IGHB.

O jornalismo me reconduziu, na década de 1970, à biblioteca do IGHB e, nas décadas seguintes – de 1980 e de 1990 –, minha frequência se intensificou por causa das pesquisas que realizava para a dissertação e a tese de pós-graduação. Então era Maria Augusta quem estava à frente e suas atenções tornavam mais agradável as tardes de leitura de jornais, revistas e livros antigos sobre a Bahia. Nessa época, me tornei sócio do Instituto e tive, para isso, o aval do professor doutor Edivaldo Boaventura, este orador perpétuo que colabora de modo incansável para agregar novos sócios à instituição.

O convívio, portanto, de tantos anos com a Biblioteca Ruy Barbosa possibilitou acompanhar o cuidado que a direção do IGHB lhe dedica. A bibliotecária Esmeralda Aragão, decana da especialidade, que cedeu o comando ao jornalista Carlos Eugênio Junqueira Aires, ambos transitados na Escola de Biblioteconomia e Comunicação da UFBA, ela também como professora, cuidou de modernizar a organização e o tratamento do acervo, adotando a moderna tecnologia da informática, o que tornou mais fácil e rápido o acesso às coleções.

Apesar do zelo, constringe a todos do quadro e aos usuários da biblioteca os surpreendentes episódios de desaparecimento de exemplares raros, de que é emblemático o furto do *Rerum per octennium in Brasilia*, do holandês Gaspar Barléu (1584-1648). O livro ilustrado, cujo formato era bem maior do que o usual, permanecia trancado e o vi algumas vezes através da porta de vidro que o encerrava. Há alguns anos, para tormento da presidente Consuelo Pondé de Sena, o livro desapareceu. Verifiquei que o Departamento da Polícia Federal e a Procuradoria Geral da República na Bahia continuam no encalço do criminoso.

Num dos últimos eventos ocorridos neste salão nobre, quando se comemorou, em 18 de maio de 2016, os 122 anos do Instituto, cujo aniversário transcorrerá cinco dias antes, o zelo com o acervo do IGHB aflorou em mim quando dois desconhecidos, bem trajados como recomendava a ocasião, subiram do mezanino para a cúpula do prédio. Movi-me do Auditório Bernardino de Souza para a sala da direção e ali já encontrei, movido também pelo mesmo cuidado, o colega Jaime Nascimento procurando saber da secretária Cleide Nunes de quem se tratava aquele par de pessoas que subira à parte mais alta do prédio e

tardava de retornar dali. Os dois foram atrás. Esse episódio inspira a suposição de que em outra oportunidade um ou mais ladrões tenha se escondido ali durante evento e atuado na calada da noite e evadiu-se com a *encomenda* sem que alguém o visse.

A Cidade do Salvador, primeira capital do Brasil, tem exibido dificuldade na sua relação com o livro. Em 1912, o bombardeio que confirmaria a eleição de J.J. Seabra atingiu o Palácio Rio Branco e incinerou a biblioteca que o Conde dos Arcos auxiliara a criar em 1811 com a designação de Livraria Pública. O fogo consumiu livros acumulados desde então e aqueles outros que antecederam essa data, livros portanto dos séculos XVI, XVII e XVIII e quiçá incunábulos e manuscritos. Salvaram-se, na ocasião, os impressos que estavam nas oficinas de encadernação.

Nessa esteira, vemos que a Livraria Progresso Editora, iniciativa de aparente sucesso do empresário Manoel Pinto de Aguiar (1910-1991), exuberante na década de 1950, desaparecer no início da segunda metade do século XX. A rede de lojas da Livraria Civilização Brasileira, de Dmerval Chaves, cujo atendimento deixou saudades, sobretudo porque os vendedores tinham intimidade com as obras oferecidas, desapareceu, sob o impacto da expansão das grandes redes nacionais, e não houve, por isso, quem chorasse ou acendesse vela. Na década de 1990, ajudamos a criar o Instituto Baiano do Livro (IBL), concretizando assim proposta do professor Thales de Azevedo, inspirada no congêneres gaúcho. O IBL exerceu o papel de buliçoso da realidade pasmacenta e contribuiu para oxigenar o segmento editorial então já quase inexistente na Bahia.

A relação dos baianos com o livro deveria ser mais intensa face ao fato de que a primeira editora privada brasileira ter sido a Tipografia de Manoel Antônio da Silva Serva, inaugurada em 13 de maio de 1811, quando, no Brasil, só existia a Impressão Régia do Rio de Janeiro, órgão ligado à Corte de dom João. Tampouco a indústria gráfica baiana transita neste instante na sua melhor fase. Já não existe mais a Artes Gráficas, cuja contribuição à cultura baiana excede a impressão dos livros experimentais da Editora Macunaíma. Já não existe mais a Bigraf, que foi muito mais do que gráfica, foi a escola baiana da moderna Artes

Gráficas, aquela que fez o *upgrade* da seleção de cores, da composição e da impressão na Bahia. Lamento que a centenária Empresa Gráfica da Bahia (EGBA) se distancie, pouco a pouco, do papel que exerceu outrora.

Ofereço-lhes um pouco mais de lágrimas. Deito-as sobre o rico acervo da também Biblioteca Ruy Barbosa da Associação dos Empregados do Comércio do Estado da Bahia. Conheci o acervo quando ainda ocupava boa parte da ala direita do prédio que a Associação possui na Rua do Tira Chapéu, no Centro, vizinho à Câmara de Vereadores. Havia, então, cerca de 11 mil volumes de livros e coleções de periódicos datados do século XIX e da primeira metade do século XX. Jamais vi tantos livros do período do Estado Novo. Tentei comover a Biblioteca Pública do Estado da Bahia a permutar aquele acervo por igual número de livros atuais. Foi em vão. Sei, de ouvi falar, que o citado acervo está à beira-mar no Solar Amado Bahia, na Ribeira.

Retorno, para encerrar, à nossa Biblioteca Ruy Barbosa do IGHB. Ela e o arquivo, dirigido com esmero e dedicação por Zita Magalhães, são fundamentais para a construção e a disseminação de conhecimento. As informações contidas neles foram substância para livros, artigos de jornais, dissertações, teses nacionais e estrangeiras. Há ali todo um veio muito rico que poderá desembocar em novas edições de livros que saíram de catálogo, livros raros ou que caíram em domínio público. Que isso sejam as alvíssaras que o presidente Eduardo Moraes de Castro possa mais adiante anunciar. Justo lembrar nesta hora o quando o artista baiano Emanuel Araújo, diretor do Museu Afro-Brasileiro de São Paulo, tem valorizado a documentação da biblioteca do Instituto e a tem transformado em publicações afins como as mostra que realiza no seu conceituado espaço localizado no Parque do Ibirapuera.

Vida longa à Biblioteca Ruy Barbosa do IGHB.

Revista do In
do Instituto
stitit
aráp
Ge e
ráfico e Histó
Th

Normas de publicação

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Instruções aos Colaboradores

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB é uma publicação quadrimestral do Instituto Geográfico e Histórico que se constitui de um canal de disseminação das Ciências Histórica e Geográfica e da Cultura e Artes. Pretende divulgar textos de autoria diversa com rigor científico e metodológico. Aceita trabalhos que sejam classificados com os seguintes pré-requisitos:

- preenchem o nível exigido de qualidade científica;
- atendam às normas de publicação;
- apresentem afinidades com a natureza da publicação.

Instruções Gerais

Processo de Seleção

As colaborações serão submetidas a pelo menos dois membros do Conselho Editorial da Revista ou Pareceristas ad hoc por eles indicados, sem identificação do autor.

Se o texto for aceito para publicação, a revista permite-se introduzir ajustes de formatação. Modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos Pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

Artigos aprovados com restrições serão encaminhados para a reformulação por parte dos autores. Nestes casos, o Conselho Editorial se reserva o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles introduzidas não atendam às solicitações feitas pelos Pareceristas.

O autor deve ser comunicado do recebimento da sua colaboração no prazo de até dez dias e do resultado da avaliação do seu trabalho em até 120 dias após a data da primeira comunicação.

A publicação de artigos não é remunerada, sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados serão de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do periódico.

Os originais não serão devolvidos.

A aceitação do texto para publicação implica na transferência de direitos autorais para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Serão remetidos a cada autor dois exemplares da edição em que for publicada sua colaboração.

Não serão aceitas colaborações que não atendam às Normas e à formatação fixada nas Seções.

- Artigos – textos produzidos de experiências desenvolvidas nas áreas de interesse da Revista. A sua estrutura formal incorpora a introdução, o desenvolvimento e a conclusão.

Devem conter no mínimo 12 páginas e no máximo 25 páginas, resumo (conforme a norma NBR 6028/2003, Informação e documentação – Resumo – Apresentação, da Associação Brasileira de Normas Técnicas), palavras-chave e referências (NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT). O título, o resumo e as palavras-chave (title, abstract and keywords) devem ser traduzidos para a língua inglesa.

- Palestras – Texto de até 4 páginas resultado de palestras dentro ou fora do Instituto. Oriundos de convidados ou da Diretoria e/ou Conselheiros.
- Discursos – Texto resultado de pronunciamentos da Diretoria do IGHB ou de Conselheiros.
- Biografia – Textos de até 5 páginas, antecedendo uma fotografia, de figuras ilustres e históricos local, nacional e internacional que tenham relação direta com a história e a cultura baiana.
- Acervo – Relacionar por natureza de prioridade 10 títulos que constem no acervo da biblioteca.
- Documentos – Apresentação de documentos de valor histórico e geográfico de interesse da comunidade científica brasileira.
- Relatório – Texto de natureza institucional relacionado com as atividades do IGHB.
- Resenhas – Texto de até uma página de publicações lançadas recentemente (até dois anos anteriores à publicação da revista) sob a forma de resenhas, comentários.
- Galeria de Fotografias – Seção de 2 páginas contendo 4 fotos com os respectivos créditos.
- Mapa – (1)
- Espaço Aberto – Memorial 2 de Julho

Normas

Ilustrações – As tabelas, quadros e figuras (gráficos, desenhos, fotografias etc.) podem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, ou inseridos diretamente no texto, nas extensões.tif ou.jpg. As ilustrações devem necessariamente ser numeradas, tituladas e apresentar indicação das fontes.

Citações – Devem ser apresentadas de acordo com a NBR 10520/2002, Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação, da ABNT. As citações bibliográficas ou de website, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor faz parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Freire (1982, p. 35) etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula. Exemplo: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (FREIRE, 1982, p. 35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas estritamente necessárias, que devem obedecer à NBR 10520.

Notas de Rodapé – Devem ser exclusivamente explicativas contendo no máximo 3 linhas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no rodapé da página.

Referências – Deverão vir após a parte final do artigo, em ordem alfabética, a listas dos autores e das publicações, conforme a NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT. As referências bibliográficas devem conter exclusivamente os autores e textos citados no trabalho.

Alguns exemplos:

Livro com um só autor

JECUPÉ, Kaka. Será a terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

Livro com três autores

NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. Peter Norton: a bíblia do programador. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

Livro com mais de três autores

CASTELS, Manuel et al. Novas perspectivas críticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Capítulo de livro

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (Org.). Multirreferencialidade nas ciências e na educação. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

Artigo de periódico

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. A prática da escrita e da leitura na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. Caderno Temático Projeto Político Pedagógico da Escola Comunitária, Salvador, v. 1, n. 1, p. 22-27, jul. 2004.

Artigo de jornais

SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. O Globo, Rio de Janeiro, 6 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.

Artigo de periódico (formato eletrônico)

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 ago. 2000.

Livro em formato eletrônico

SÃO PAULO (Estado). Entendendo o meio ambiente. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual/htm>>. Acesso em: 19 out. 2003.

Legislação

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Lex: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Dissertações e teses

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. O espaço para o imaginário no currículo de formação do professor de Letras da UFBA. 1997. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

Trabalho publicado em congresso

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13., 1997, Natal. Anais... Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107.

Orientação para a formatação dos textos

1. Devem ser digitados em extensão.doc,.txt ou.rtf, com letra Times New Roman, corpo 12, página em tamanho A-4, entrelinhas simples, sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções, tamanho da folha A4, margens 2,5 cm, parágrafo justificado.
2. Todas as páginas devem ser numeradas.
3. Deve-se evitar no texto o uso indiscriminado de siglas, excetuando as já conhecidas.
4. Os manuscritos devem ser enviados por e-mail ou via postal, indicando a seção a ser publicado, e obedecer às normas da revista.

Instruções para envio de originais

Os textos digitalizados devem ser enviados aos cuidados do editor científico da Revista do IGHB, respeitadas as orientações de apresentação e formatação fixadas, contendo obrigatoriamente, os dados pessoais e acadêmicos do autor ou autores na ordem a figurar na publicação (nome, endereço, telefone, e-mail, instituição de vinculação, mais alta titulação acadêmica e breve currículo para o primeiro autor; para os demais autores, nome e breve currículo).

Aquisição de exemplares e endereço para correspondência

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
revista@ighb.org.br



Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia



SECRETARIA DA
FAZENDA

SECRETARIA DE
CULTURA



ISSN 1516344



1516344